



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

**VI REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL
DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS
(CONATRAP)**

15 e 16 de dezembro de 2015
Brasília, DF

Shopping ID, 2º andar, Torre A, Sala 21- (Sala de Treinamento Ana Paula Galdino)

Brasília, DF

*(Transcrição *ipsis literis*)*
Estenotípia Presencial
TEXTOS SOLUÇÕES - Estenotípia, Degração e Revisão de Textos Ltda.
(61-9115-4769)



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

ÍNDICE

15/12/2015 – TARDE	Pag. 04
16/12/2015 – MANHÃ	Pag. 59
16/12/2015 – TARDE	Pag. 95



Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Considerações Iniciais

A título de esclarecimento, no decorrer da reunião, algumas pessoas não foram previamente identificadas.

Ressalta-se também que onde aparecem os símbolos (?) são os momentos da reunião onde não foi possível identificar o que foi dito, em razão de problemas técnicos de áudio e/ou forma de expressão não clara por parte do participante.

Outro ponto que vale ser destacado é que, apesar de nossas pesquisas utilizando ferramentas como o *Google* e *ask*, pesquisas feitas por meio da web, não conseguimos identificar algumas nomenclaturas e terminações utilizadas pelos participantes e/ou palestrantes.

Quanto aos demais itens, o trabalho transcorreu na mais perfeita normalidade.



Ministério da Justiça

Secretaria Nacional de Justiça

Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

ABERTURA DA VI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONATRAP

15/12/2015

TARDE

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Vamos começar a nossa reunião. Antes de tudo apresentar as desculpas do secretário Beto e ele me falou por telefone um pouco antes de eu vir para cá, me pediu que justificasse e eu disse para ele: “Olha, no momento político em que nós estamos fica bem fácil justificar ausências”. Então, ele está sendo extremamente demandado, como o nosso ministro também, um momento extremamente delicado para o País. Então, eu espero que vocês entendam essa justificativa, não vou me alongar nisso, mas acredito que todos entendam. Bem, mas nós estamos aqui para nos reunirmos hoje novamente para tratar desses assuntos tão importantes que nós temos sempre em pauta. Hoje com uma diferença, dessas reuniões de hoje e de amanhã com a diferença que nós temos já um Regimento Interno aprovado e isso nos deixa muito contente e aqui a Dani fez um trabalho bem bonito. Então, nós temos aqui já um bom começo. Dar boas-vindas a todos, evidente, aqueles que não falei hoje pela manhã ainda, durante as nossas reuniões de Comissão, sejam todos bem-vindos, esperamos ter, assim, um trabalho bastante profícuo, como disse, já virada essa página do Regimento Interno eu acho que nós poderemos a partir de agora nos debruçar mesmo sobre os temas e tentar fazer reuniões mais produtivas e que efetivamente alterem o que nós pretendemos alterar, ou seja, que influam na política do enfrentamento ao tráfico de

peessoas. Bom, começamos então com uma rodada de apresentação porque sempre temos caras novas aqui entre nós, é um grande prazer receber, mas é sempre bom fazermos a apresentação e já nessa apresentação um pouco do que se espera da reunião. E vamos começar por aqui pela mesa, eu sou Davi, sou Diretor do Departamento de Justiça por hora, porque nós nunca sabemos, mas, enfim, está sendo um prazer levar essas reuniões, participar dessas reuniões e aprender muito com vocês.

A SR^a. HELOISA GRECO ALVES (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas) – Boa-tarde. É com muito gosto que nós recebemos todo mundo aqui também, quase já nos meados de dezembro, todo mundo já cansado, mas nós estamos muito cansados de conseguir fazer essa última reunião, nosso último compromisso grande esse mês. Eu sou Heloísa, estou atualmente como Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Boa-tarde a todas e todos. Eu sou Danielle Galdino, sou a Secretária-Executiva do Conatrap, vocês já têm contato mais frequente comigo. Quero dar as boas-vindas aos antigos e aos que estão chegando agora, principalmente aqueles que vieram como observadores, que alguns membros não puderam vir, mas enviaram observadores para estar repassando, dando o repasse do órgão e até falando algo, tirando alguma dúvida relacionada ao órgão, caso tenham condições de fazê-lo. Daqui há pouco eles vão se apresentar, o pessoal da SPM, não sei se tem mais alguém aqui, tem outras pessoas que estarão conosco no decorrer da reunião. Então, desejar um bom trabalho para nós, apesar de final de ano já estar bem cansativo, mas para nós foi uma vitória conseguir realizar essa última reunião do ano sem ter que ficar discutindo Regimento Interno e partir para pautas, assim, que para nós estavam bem desejadas e demandadas. Então, eu espero que realmente essa reunião seja muito produtiva para mostrar para nós, iluminar o próximo ano deste Comitê.

A SR^a. LUCICLÉIA SOUSA E SILVA ROLLEMBERG (Coordenadora Adjunta de Enfrentamento ao Tráficos de Pessoas) – Sem mais delongas, já conheço praticamente todos, só a colega da SPM que ainda não nos conhecíamos. Sou Lucicléia, sou Coordenadora Adjunta de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, quero desejar as boas-vindas a todo mundo, que seja uma ótima reunião para todos nós e muito produtiva. Boa tarde.

A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF) – Boa-tarde a todos. Eu sou Nilce Cunha, represento o Ministério Público Federal e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão no Comitê e sempre aprendendo cada vez com todos vocês, e espero que essa reunião seja realmente muito proveitosa.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Boa-tarde a todos e todas. Me chamo Rodrigo Delgado, trabalho na Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS, do Departamento de Proteção Social Especial, estou como suplente aqui no Conatrap, e na ausência do meu titular hoje e amanhã estarei aqui representando o MDS.

A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) – Boa-tarde a todas e a todos. Eu sou Janete Mazieiro, aqui no Conatrap eu represento o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a minha entidade dentro do Conselho é o Fórum de Mulheres do Mercosul que está presente na Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Estou aqui para tomar e para aprender com vocês também.

A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente) – Boa-tarde a todos e todas. Meu nome é Graça Gadelha, represento o Instituto Aliança que é uma organização com sede em Salvador, na Bahia, e que tem já uma abrangência em 23 estados Brasileiros atuando também nessa área de tráfico de pessoas.

O SR. SILVIO CARVALHO TRIDA (Secretaria de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher/SPM) – Boa-tarde a todos e todos. Meu nome é Sílvio Trida, eu trabalho na Secretaria de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Fernanda Papa que é a titular, aqui ela foi para São Paulo, ela saiu da Secretaria e nós estamos vivendo esse momento de redefinições internamente. Então, muitas pessoas estão chegando, outras pessoas estão saindo e eu sou uma dessas pessoas que está chegando, começando a acompanhar mais de perto o tráfico e especificamente no caso, mas com ele também tendo que estudar de forma geral. Então, vai ser uma oportunidade muito boa como observador de também de aprender e começar bem esse trabalho. Estou muito feliz de estar aqui.

A SR^a ISABELA SERRA (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/SPM) – Boa-tarde. Isabela Serra, também pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e também estou hoje mais para aprender e escutar um pouquinho. Eu acho que vai ser bem proveitosa a reunião.

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – Boa-tarde a todas e todos. Sou Guilhermina Cunha, aqui representando o Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT, a minha entidade de base nacional é a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que atua tanto no Brasil como na América Latina e, inclusive com a única com assento na ONU. Minha entidade de base local é a de política LGTB, e eu gostaria que fosse LGBT porque nós fizemos isso em Convenção, isso foi para conferência, isso foi aprovado depois de uma longa data que isso fizesse parte, que a LGBT do Brasil

fosse a LGBT como todo mundo, que assim é a sigla. Falo isso, as pessoas desculpem, mas porque é a terceira vez que venho e mudam a minha sigla.

O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama) – Meu nome é Frans Nederstigt, eu sou advogado, holandês, imigrante e eu represento o Consórcio Projeto Trama que é um consórcio de 4 entidades, a Organização de Direitos Humanos Projeto Legal, a Organização de Mulheres Negras Crioula, o Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social e Unigranrio que é uma universidade baseada em Duque de Caxias, o restante das organizações são baseados no Rio de Janeiro e em 2004 começaram um trabalho de enfrentamento ao tráfico de pessoas que se chamava Trama, que continua até hoje.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Sou Estela Scandola, da Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

A SR^a. KÁTIA VALÉRIA SEGLIA (Secretaria de Segurança Pública/Senasp) – Boa-tarde. Eu sou Kátia, trabalho na Senasp e sou suplente da Beatriz, que não pôde comparecer e estou muito satisfeita de estar aqui e quero aprender cada vez mais.

A SR^a. LÍDIA SILVA NUNES AZEVEDO (Coordenação geral de proteção à Infância/CNTur) – Boa-tarde. Meu nome é Lídia, eu sou, faço parte da Coordenação Geral de Proteção à Infância do Ministério do Turismo e estou aqui representando o... Estou aqui pelo CNTur, Adelino que é o suplente, eu sou suplente, o Adelino não pôde vir porque ele está de férias.

A SR^a. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA (Davida – Proteção, Direitos Civis e Saúde Integral) – Boa-tarde a todas sou Maria Aparecida, conhecida como Cida Vieira, sou do Davida – Direitos Prostituição e Saúde Integral, sou prostituta.

A SR^a. JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia/Sodireitos) – Boa-tarde a todos todas e todos. Sou Josenilda Silva, faço parte da Sodireitos, sou suplente, Marcel não pôde vir porque está em viagem. Na Sodireitos faço parte do Grupo Mulheres em Movimento e espero que realmente nessa reunião, na última reunião que eu vim realmente ainda estávamos travados no Regimento Interno. Então, realmente espero que essa reunião seja muito proveitosa.

A SR^a. MARIA IONE VASCONCELOS MENEZES (Universidade Tiradentes/UNIT) – Boa-tarde a todos e a todas. Sou Maria Ione, Universidade Tiradentes, bem aqui vizinho, em Aracaju, Sergipe.

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – Boa tarde sou (...), estou suplente da Leila Silva, e na oportunidade represento a Redes de Postos Avançados de Atendimento Humanizado.

A SR^a. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA (Rede de Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e de Postos de Atendimento Humanizado ao Migrante/RNPETP) – Boa-tarde a todos e todas. Sou Jeanne Aguiar e estou representando a Rede Núcleos, todo mundo quer dizer Núcleos e Postos, ETP com assento aqui como titular aqui nesse Conatrap. Então, boa tarde a todos e bom trabalho.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Obrigado a todos. Bom, alguns informes, então, começando nós temos, informando que nós temos um novo representante de Rede Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que é o suplente da Jeanne, a Jeanne foi oficializada na última reunião da Rede como a titular aqui neste Conselho e o suplente da Jeanne é o Admar Fontes Júnior, que é do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Bahia. Vocês vão gostar bastante dele, é uma pessoa bem animada, um baiano bem típico baiano. Nós temos também a Catiúcia Brito Teixeira da Costa, que é suplente da Astral de Goiás, que passa a ocupar o lugar da Cristiane Beatriz Santos. Informar também que algumas instituições estão sem representação ainda e nós aguardamos as respectivas indicações. O Conatrae, que faltam titular e Suplente, o Conasp também titular e suplente, CNPIR suplente, CNIg titular e suplente, PRF titular e Astral suplente, que acabou de ser indicada. E falar também que a Aldenora, representante do CNAS veio à Brasília e não está presente porque teve uma indisposição, participou na parte da manhã e teve algum problema, é possível que ainda volte a estar conosco amanhã. Corrigindo. As justificativas de ausência, o titular da Senasp, Beatriz Cruz, justificou ausência; também titular e suplente da SPM, mas temos aqui os observadores; titular e suplente da Astral Goiás, a Beth Fernandes e a Catiúcia; titular da Sodireitos, o Marcel, mas também está presente a suplente; titular e suplente do Conanda; titular da SDH Francisco George Bezerra; titular da Asbrad, Dalila Figueiredo, exato somente hoje ela não estará presente, que bom para nós que teremos no restante dos dias. Titular do Posto do Pará, Leila Silva; titular da CNTur, titular do MDS, mas temos o suplente; titular e suplente da DPF e suplente da DPRF. Certo. Agora então passamos, todos receberam a pauta da reunião, temos aqui então, preciso fazer a leitura? Só para aprovar a pauta ou receber alguma contribuição, alguma sugestão de inclusão de ponto de pauta. Frans.

O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama) – Obrigado, Davi. Uma pequena inclusão, que hoje de manhã na Comissão do Marco Legal foi discutido que já em

maio e na última reunião tivemos uma minuta, uma proposta de um ofício ou de uma recomendação que era destinado para o Conselho Nacional de Justiça, é uma carta bem curta, de uma página e meia, e se tiver tempo eu acho legal, como mais um trabalho feito pelo Conatrap. Se o pleno concorda de deliberar sobre isso. Eu acho que no máximo em meia hora, mas também 20 minutos, nós conseguimos explicar.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Acho que podemos na parte das Comissões. Eu acho que fica natural, é uma proposta de Comissão. Nós colocamos em pauta a discussão do tema e depois deliberamos. Agora passo a palavra para a Dani, para levar o seguinte ponto aí.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Nesse momento eu vou dar um pouco de retorno a vocês sobre os encaminhamentos da reunião Conatrap. Bem, só justificando-se que, assim, essa reunião foi um pouco atípica porque ela teve 2 meses de intervalo de uma para outra, embora isso possa parecer muito tempo, na administração pública não é, principalmente para dar encaminhamentos, tem muita burocracia em relação a formalizar documentos, mas alguns deles nós conseguimos dar andamento, outros nós já temos consciência que não vai dar mais para fazer até o final desse ano, mas que vão ser prioridades para o próximo ano, até a próxima, a primeira reunião de 2016 nós conseguirmos trazer, efetivar esses encaminhamentos do Comitê. E assim, eu vou até, eu até trouxe um pouco o que cada Comissão estava discutindo, discutiu na última reunião, principalmente para os novos, aqueles que estão observando ficarem um pouco a par do que o Comitê está discutindo ultimamente. Então, a Comissão de Marco Legal analisou PL sobre tráfico de pessoais e emitiu parecer de recomendação ao Senador Ricardo Ferraço, nós já encaminhamentos e inclusive não sei se a Comissão viu a cópia, nós encaminhamos. Nós não recebemos retorno, e aí realmente foge um pouco da nossa capacidade mesmo de não termos como forçar que eles deem esse retorno para nós, mas a nossa assessoria jurídica já está ciente, inclusive também passou por eles esse parecer da Comissão até para que no contato com o Senador eles possam também estar enfatizando que não foi somente o Ministério da Justiça, mas também o Conatrap que encaminhou proposições, mas assim, no que cabe ao que foi encaminhado foi cumprido. Ok? Assim, somente para a Comissão de Marco Legal que estava bem ansiosa em relação a esse encaminhamento.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Só fazer um comentário aqui, a Dani começou explicando a dificuldade de atender todas as demandas que foram colocadas, mas, na verdade, assim, atendeu quase todas e as mais importantes delas. Então, quer dizer, de fato nós tivemos dois meses que pode parecer pouco, mas com uma equipe muito pequena, viagem, enfim, o fim de ano acaba por conta da aprovação tardia do orçamento, empurrando para o segundo semestre diversas coisas que temos que fazer. Então, quer dizer, dentro do possível foi feito tudo, então, talvez um pouquinho mais, com algum esforço.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – É que sou muito exigente. Próxima, Comissão de Comunicação Produção e Disseminação do Conhecimento. Então, foi discutida a questão da articulação com o MEC para inserir o tema, para verificar a possibilidade da inserção do tema de tráfico de pessoa nos cursos de formação superior, também se discutiu e se encaminhou a questão de busca de apoio de parceiros potenciais para fortalecer a nossa proposta e nós conseguimos entrar nos currículos de formação; também recomendações para que órgãos públicos e organizações sociais adotem o 30 de julho como o Dia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, inclusive nos apoiando nas campanhas nacionais de enfrentamento ao tráfico. E também analisou o relatório da semana nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Vocês receberam a cópia dos encaminhamentos, para não ficar muito cansativo, todos os encaminhamentos da comissão estão em andamento e nós imaginamos que os três primeiros meses de 2016 nós conseguimos ter alguma resposta. Alguns, por exemplo, documentos já foram colocados dentro do CEI, e aí é uma longa viagem, passando por cada pessoa que tem que analisar, que tem que assinar. Então, assim, algumas das propostas estão já dentro do sistema, mas eles ainda não chegaram no destinatário, mas já estão encaminhadas.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Dentro da discussão da comunicação fica ficado há duas reuniões atrás de rever o Prêmio Simone Borges, de rever o Regimento Interno do Prêmio Simone Borges e do Libertas. Então, não sei se colocamos numa pauta específica desta reunião ou nós abrimos a discussão, como nós fazemos. Porque no ano de 2005 nós ficamos bastante enrolados e nós não avançamos no Prêmio Libertas e nem no Simone Borges, eu acho que seria fundamental que pudéssemos falar sobre isso.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – A minha proposta é porque a Comissão verificou essa pendência durante a análise do seu relatório. Então, quando eles trouxeram isso no relatório, assim como vai ser na de Marco Legal, poderia sair algum encaminhamento, se for o caso, sobre essa questão, que já vai ser pontuado, porque aí eles vão reconhecer que está pendente no relatório.

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – A retirada desse item dois do Marco Legal, que já na outra reunião ele foi contemplado.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Ok. Eu até coloquei essa observação, porque não está aí, mas está já no nosso retorno. Então, só reafirmar para constar em ata que o ponto 2 da Comissão de Marco Legal está superado, inclusive desde o período lá da reunião passada. A de Comunicação ok. A de Orçamento e de Monitoramento discutiu na última reunião sobre como monitorar as respostas do governo, as obrigações.

A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)
– Os outros pontos estão aqui elencados.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – De Comunicação? De todos eles não foram concluídos, estão encaminhados, a resposta é geral para todo o bloco da Comissão. Aí alguns eles os documentos já estão caminhando, mas nenhum chegou ao destino final. A de Orçamento e Monitoramento está pensando em refletindo na reunião passada como acompanhar, monitorar as respostas do Governo Brasileiro a algumas obrigação internacionais, como, por exemplo o relatório da CEDAW, o Plano Global da ONU, o segundo Plano Hemisférico da OEA, bem como o próprio 2º Plano Nacional. Os pontos mais relevantes do relatório CEDAW que a Estela e a Fernanda Papa ficaram de nos encaminhar, encaminhar para a Comissão eu quero dizer que elas já cumpriram esse encaminhamento, só que como esse ponto não seria tratado nessa reunião e nós não conseguimos trazer a Silvia Pimentel, que seria interessante casar a vinda da Silvia que é representante da CEDAW pelo Brasil com relatório que as Conselheiras fizeram e avaliação da Comissão de Orçamento. Já que não foi possível trazer a Silvia, então, entendemos que jogar essa pauta, transferir essa pauta para o próximo ano e nós analisamos tudo junto. Foi uma decisão que tomamos por conta, para viabilizar um pouco, assim, unificar essas pautas. Quer acrescentar alguma coisa, Estela, em relação a esse ponto do relatório CEDAW?

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Eu queria dizer que o Brasil tem prestar conta para a CEDAW em 2016, no caso de CEDAW é a SPM a responsável por agregar o relatório. Na conversa que nós tínhamos feito lá na semana da Conferência de Saúde, que eu fiquei um dia lá fazendo, ficou definido que ia ver os prazos para termos ciência dos prazos, porque, eu quero dizer para vocês que nós precisamos nos apropriarmos desta discussão do CEDAW porque senão vai passar o relatório brasileiro e o Conatrap não vai ter posicionamento, e o relatório brasileiro tem cinco pontos nevrálgicos que este Comitê precisa tomar posição, um deles é sobre a questão da criminalização da prostituição, que precisamos resolver o que o Conatrap vai dizer a respeito disso. Então, eu estou preocupada, já falei aqui com o Frans, na hora de discutir a Comissão do Marco Legal vai ter que discutir se o Brasil vai ou não ter uma lei geral de enfrentamento ao tráfico, ou seja, nós temos cinco pontos que são complexos e nós vamos ter que ver, nós vamos discutir isso por e-mail e vamos fazer o quê? Porque 2016 é o prazo, então, não sei o pessoal da SPM já tem a ideia desse prazo e já tem a elaboração do relatório.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Nós não fomos formalizados, porque geralmente, a SPM nos formaliza dizendo que já estão chegando os prazos e pede as contribuições. Nós não recebemos. Eu acho que o encaminhamento que pode ser dado é verificar a previsão até para nós pensarmos numa estratégia de atuação do Conatrap, mas seria interessante se a SPM pudesse nos encaminhar

a previsão para resposta desse relatório para que o Conatrap possa participar dessa discussão com antecedência, porque o grande problema é que nós estamos, os prazos estão chegando na porta e não temos tempo de sentar e discutir. Ela já socializou comigo os pontos, eu posso passar para todo mundo porque o encaminhamento foi passar para a Comissão, eu já o fiz, caso vocês entendam importante pode socializar para todo mundo.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Se tivéssemos uma hora de prazo hoje ou amanhã na reunião seria interessante. Porque em 2016 tem que fazer o relatório, o que vamos fazer? Esperar? Nós estamos no final de 2015, não sabemos o prazo depois falamos não deu tempo. Eu estou preocupada com isso.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Eu acho que é assim, sem a SPM que é a responsável, talvez até podemos fazer a discussão, mas não vamos encaminhar. Então, eu acho melhor deixar inclusive para se preparar melhor, incluir inclusive como ponto de pauta e tentarmos vencer essa pauta que aprovamos agora há pouco. E incluir, já prevenir a pauta para próxima reunião. Certo?

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Na verdade está prevista para a próxima reunião, agora eu acho que é urgente receber uma previsão da SPM para podermos nos organizar melhor. E eu posso encaminhar o trabalho que vocês fizeram para todo o Comitê porque eles já vão se apropriando do debate, e do que virá pela frente.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Boa-tarde. Mesmo achando importante que nós tenhamos esse relato da última reunião, eu acho que nós temos que começar agora a colocar em prática o que nós aprovamos do ponto de vista do Regimento. Então, o Regimento deixou de ser uma discussão para ser uma realidade e nós não iniciamos a reunião do Conatrap da forma como está observado no art. 27 do Regimento, que nós não verificamos o quórum do plenário. Então, não verificamos se tem quórum suficiente para instalação do plenário, como estamos falando de pauta aprovada e de alguns encaminhamentos que podem dar, sob pena da legitimidade desses encaminhamentos serem questionados, eu pergunto à mesa se temos quórum para instalar nos termos do art. 23 e quórum para deliberar nos termos do art. 23A.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Só esclarecendo que as confirmações de presença que nós trouxemos inclusive contando pelos de fora, nós teríamos a presença de 15 representantes, o que teria quórum suficiente porque somos 26 representantes com direito a voto. Então, seria, a metade é 13, 14 é a maioria mais um. É isso? Neste momento nós temos, segundos a Cléia contou agora, 13 pessoas em condições de votar.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – O regimento fala claramente: “O plenário instalar-se-á com a presença da maioria absoluta de seus membros titulares ou suplentes no exercício da titularidade”. Então, o suplente do titular que está presente aqui não conta e não é confirmação de presença. Desde que no exercício da titularidade. Se o titular dele estiver junto com ele, é isso que eu estou falando. E aí assim, nós não podemos considerar também o que se confirmou via e-mail, mas que está no plenário, instalação do plenário é diferente da confirmação por e-mail. Eu até coloco isso, desculpe, mas acho que, assim, pela experiência que tenho de outros Conselhos isso é um ponto que fragiliza qualquer debate. E o art. 24 do Regimento também fala que os membros representantes serão substituídos, vou ler na íntegra o artigo. Será substituído o membro do representante que renunciar ou não comparecer a duas reuniões consecutivas ou a 4 intercaladas na vigência do mandato e não indicar a representação via suplência, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior. Acho que a partir de agora com o Regimento vigendo é importante que passemos a fazer esse controle até para que nós possamos gerar uma responsabilidade para a entidade que se faz representar no Comitê de que é importante essa participação no Comitê e que isso implica, inclusive, na ausência implicará na substituição desses representantes.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Rodrigo, muito obrigado pela colocação, eu acho que é superimportante que nós comecemos a nos pautar, assim, muito claramente pelo Regimento, enfim, que sejamos formais porque afinal de contas essa formalidade é justamente o que assegura a democracia, ou seja, respeitar as instituições, respeitar o que está escrito, é também prática democrática, ou é, sobretudo, prática democrática. A burocracia, na verdade, é uma proteção para tudo isso, para a instituição. Mas nesse sentido ainda este Regimento, que eu saudei no começo da reunião, de estarmos com ele pronto, ele ainda não foi publicado e até trouxemos nessa forma mesmo e aguardou até esta reunião para isso, para se efetivamente se tivesse alguma, ou tem alguma observação formal mesmo, ou seja, não de mérito, mas assim, algum erro crasso que nós possamos corrigir, nós ainda fazemos no curso dessa reunião. Então, não estamos com ele ainda publicados, se nós formos ao rigor da lei a falta de publicação também não é ainda o nascimento da lei. Então, quer dizer, eu peço a compreensão de vocês, assim, não me sinto bem fazendo esse tipo de colocação, mas acho que ela tem uma lógica na lógica da formalidade toda. E assim, até bom para que nas próximas reuniões tenhamos esse especial cuidado e, inclusive, na própria convocação fazer essas observações desses dois artigos para que efetivamente os representantes, aqueles titulares que não puderam estar presentes, deixem muito claro já a sua justificativa e também a indicação do seu suplente para que nós não tenhamos problemas de quórum nem para a abertura da sessão e nem para a deliberação. Então, peço a compreensão de todos, mas, enfim, eu acho que está muito bem colocado, agradeço muito a colocação, mas nós vamos continuar levando a sessão e esperando contar mesmo a contribuição, com a colaboração de todos no entendimento nesse mesmo sentido.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Acho que assim, tudo bem, entendo que a publicidade é o ato que completa o ato jurídico perfeito, mas eu acho que deveria ter sido comunicado isso no início também, só para ficar claro nesse processo de que, inclusive essa observação sobre possíveis erros formais aqui que eu não estava atento a essa demanda de que nós temos que dar uma olhada no Regimento e tentar observar se tivesse algum erro de forma, mas concordo, Presidente, eu acho que podemos, eu acato essa excepcionalidade em face da não publicação do Regimento, o que não faria com que ele fosse oficial. E acho que é importante nos pautar por ele também. Concordo completamente.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – obrigada. Inclusive está até aqui o ponto Regimento Interno para informação, só que como essa questão antecipou, foi muito bom para isso mesmo até porque acrescentou, qualificou aquilo que eu já iria apontar, e realmente colocar que muito possivelmente, talvez na primeira reunião do Conatrap nós já tenhamos o Regimento analisado pela Conjur, já totalmente fechado e quiçá publicado. Então, nós vamos precisar ser rigorosos mesmo e nos ater a essas normas para que o comitê possa funcionar bem e não ser questionado. A Comissão de Articulação e Fortalecimento solicitou prioridade de aprovação jurídica, publicações e disseminação de revisão da Portaria da Rede, que ela já analisou, que já passou por esse Comitê, reforçou também a importância de articular o Conatrap com o Conare, CNIg e Conatrae visando a realização de ações conjuntas, e reiterou a importância de articulação com órgãos que atuam em fronteira para fortalecimento da Rede de Atenção a Vítimas de Tráfico de Pessoas e Migrantes. Colocar que todos esses encaminhamentos que estão descritos para esta Comissão estão sendo encaminhados, nós estamos retomando cada um deles, muitos ainda estão em uma fase muito incipiente, mas estão caminhando. E só colocar que em relação à aproximação com esses Colegiados, esses espaços que discutem temas correlatos ao nosso já estão naturalmente, não sei se esse é o termo, mas assim, as coisas estão, essa aproximação está acontecendo. Por exemplo, a coordenação foi convidada pelo coordenador da Conatrae para que pudéssemos levar, expor como é a política, o desenho da política, os espaços da política e no dia 4 de novembro nós fomos lá na SDH expusemos como funciona a política, inclusive eu falei sobre o Conatrap. E aí o coordenador ficou muito interessado e nos convidou para novamente falar para um grupo de trabalho que está sendo instaurado dentro do Conatrap, para repensar o desenho da própria Comissão e aí pediu para levarmos novamente para esse espaço mais amplo como funciona a nossa política. Em relação ao CNIg nós fomos convidados para participar de uma reunião do GT de CNIg que está discutindo a revisão da Resolução Normativa 86, que é a proposta de atualização dessa Portaria. Então, nós fomos convidados, tem a ver com aquelas agências de esporte que... não é isso? Que trazem crianças e adolescentes e eles fazem toda a normatização de como essas empresas podem fazer esse... Tem o termo. Um intercâmbio de jogadores. E nós participamos desse diálogo, era um GT que era a primeira reunião e nós gostaríamos de marcar espaço nesse local, nesse GT também porque é uma Portaria que está sendo reformulada e que toca na nossa temática. Então assim, eles vão continuar se reunindo, nós vamos procurar descobrir quais são as próximas agendas para ver como participar.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Eu acho que o encaminhamento deveria ser que a Comissão nossa do Marco Legal pudesse trabalhar junto na perspectiva de fazer uma deliberação conjunta entre o CNIg e o Conatrap. Eu acho que seria perfeito se conseguíssemos fazer um documento conjunto, isso daria força para nós e para eles.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Podemos propor, nós vamos nos convidar e ver como eles vão responder.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Uma coisa que podemos fazer é socializar os textos que nós temos, que participou da primeira reunião, inclusive deve ter o relato daquela reunião que participamos e fazer compartilhar isso com a rede, com a Comissão e com quem mais tiver interesse.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Não é interessante propor para ele que fosse feito um trabalho conjunto entre os dois Comitês? Acho tão interessante isso.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – A proposta pode ser feita, mas, enfim, eu acho que temos que amadurecer, quer dizer, antes de ver a proposta dizer que queremos propor? Vamos...

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – De repente trazer para o Comitê.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Uma cautela aí não faz mal.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Acho que podemos solicitar a ata da reunião, ver se eles podem nos ceder até para nós compartilharmos e ver de que forma o Comitê poderia propor, sugerir uma participação.

O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama) – Foi o CNIg quem convidou?

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Por isso que temos que ter muito cuidado, porque nós fomos ao CNIg para esse GT, mas foi um integrante do CNIg, porque nós estamos com nova representação do MPT aqui e a representante do MPT no CNIg que está levantando essa pauta. Então, ela me encaminhou: “Olha Danielle, gostaria, vai nessa primeira reunião para você ouvir o que nós estamos discutindo e leva ao Conatrap”. Então, foi uma representante. Agora, nós temos que chegar na coordenação do CNIg que é quem tem...

O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama) – Perfeitamente é possível, é assim que funciona mesmo e me lembro de... Bom, eu acho que quase uma década atrás também teve vários participantes da sociedade civil participando em reuniões do CNIg que é um Comitê Tripartite, que, assim, é muito interessante essa troca de visões e de articulações.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Nesta reunião deste GT tinham representantes também da sociedade civil que foram convidados especificamente pontual para aquela reunião

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Para contribuir, assim, nós percebemos muito no debate, assim, na questão de qualificar a discussão lá, cada um na sua temática, mas podemos solicitar essa ata e trazer, compartilhar com a Comitê para pensarmos como incidir nessa questão.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Nós temos que ser mais propositivos.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Sim, mas vamos ser propositivos conhecendo, não desconhecendo. Eu não sei bem o que é, mas vou propor. O quê?

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – A proposta que eu tenho é muito concreta. Nós decidimos na reunião passada que íamos começar a estreitar os laços com esses Comitês.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Por isso que nós fomos a essa reunião.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Está tudo certo até aqui. O que eu acho é que podemos dar um passo a mais e o passo a mais seria formalizar uma solicitação de um trabalho conjunto entre os dois Comitês, é formalizar a partir de uma decisão nossa que os dois Comitês trabalhassem juntos. Sabe uma coisa, assim, de darmos um passo de articulação mesmo. Eu acho que temos condições e temos maturidade para isso e a Comissão de Marco Legal poderia estar nesse trabalho conjunto, eu acho que adiantaríamos as coisas.

A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF) – Eu concordo com a Estela, nós do Ministério Público federal conseguimos assento no CNIg como observadores, como tem a DPU, AGU, aliás. Eu acho que seria muito interessante pela pertinência das matérias tratadas, eu acho que poderia haver uma iniciativa propositiva de trabalhar numa parceria, eu acho que não comprometeria sair uma iniciativa daqui, eu acho que seria um somatório que poderíamos conquistar.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Enfim, vou antecipar um pouquinho aqui o que nós já falamos, que nesta aproximação com os demais conselhos, com os demais colegiados, nós, enfim, pensamos em uma certa estratégia disso, então antecipando um pouquinho o ponto de pauta aqui, nós, hoje, temos começamos essa reunião com uma roda de conversa, e vamos fazer com cada um destes conselhos. Então, quer dizer, hoje, nós já teremos um, na próxima reunião teremos outro, acredito que trazer os conselhos para cá é uma oportunidade de fazer isso também, de estreitar esses laços, evidente nós tínhamos pensado nessa estratégia, nessa forma de fazer, mas claro que podem surgir outras ideias, mas, enfim, vamos continuar com essa parte do relato, até porque o nosso convidado já está presente aqui, e, nós, inclusive tocamos esses relatos, e essa questão podemos deliberar amanhã e fazer, incluir na pauta também.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Então só concluindo essa parte da apresentação, a questão da gestão do Conatrap, os encaminhamentos sobre os fluxos foram cumpridos, entrou na pauta dessa reunião, estão em andamento a questão da nota pública e da recomendação da questão do dia 30 de julho, já estão no sistema caminhando, o comitê elaborará um relatório de gestão, isso também está em andamento, e os outros pontos de pauta ainda não caminharam a parte da composição do Conatrap vai ser para definir ainda, e na gestão de próximo biênio, isso ainda vai entrar numa pauta de reunião. Sobre a questão de informações e dados da ETP, ainda estão um pouco parados, porque nós não iniciamos o processo de coleta de informações, mas, por exemplo, na coleta de informações da redes de núcleos e postos, nós já solicitamos uma recomendação do Conatrap, especificamente da Comissão de Orçamento, que eles informem na medida do possível o orçamento de cada estado específico para o ETP nos seus relatórios, os demais nós ainda não mantivemos contato

com as instituições. A questão da conferência, eu vou pular porque vai entrar em ponto de pauta depois e somente dizer, e nós achamos importante trazer um pouco do que está sendo discutido na rede relacionado ao Conatrap, porque nós levamos para as reuniões técnicas da rede o que nós estamos discutindo aqui para promover certa integração entre esses dois espaços. Então, alguns dos nossos encaminhamentos da reunião passada, a rede incluiu nos seus próprios para poder contribuir com o Conatrap no levantamento de informações sobre os comitês, de potenciais parceiros para ampliação fortalecimento da política de ETP nos estados e municípios, participar das conferências locais, relacionada a potencialização de articulação com a rede para atenção as vítimas, em especial na região de fronteira, reuniões por videoconferência antes das reuniões do Conatrap para que as representantes da rede possam vir para essa reunião trazendo a visão, não dos seus próprios núcleos, mas de toda uma rede que elas representam. E outra coisa que é importante e que eu passo para vocês, que um pedido da rede, que é que o comitê emita diretrizes gerais para referendar os comitês municipais, estaduais e regionais que atuam nessa temática. Então, os núcleos e postos nos seus estados trabalham muito próximo aos comitês, e eles sentem essa necessidade de diretrizes do Conatrap para os estados. Então, eu acho que isso é um ponto de pauta que precisa entrar no planejamento do comitê. E na última reunião que foi semana passada, na outra, 3 e 4 de dezembro, dois encaminhamentos nos tocam que é a realização, eles reiteraram o encaminhamento da rede se reunir antes de nós por Skype, por videoconferência, e o que já foi anunciado é que agora nós temos um novo representante no Conatrap da rede. Então, aqui eu encerro os encaminhamentos e passo a palavra para o presidente.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Bem, nós estamos aqui com a João Guilherme Granja que é Diretor do Departamento de Estrangeiros, e também integra o Conare. Então, era isso que estava falando um pouco aqui, nós vamos começar com essa rodada de conversa com outras pautas e outros Colegiados. E a ideia não é inicialmente mostrar o que cada, qual é a distribuição, ou quais são as competências, enfim, mas mostrar aonde essas pautas se cruzam, onde essas pautas se tocam, ou seja, onde, por exemplo, aqui neste casos refugiados interessam a nossa pauta, onde o nosso trabalho acaba encontrando também o trabalho do Conare. Então, nós temos na reunião das Redes de Núcleos e Postos, nós temos percebido que lá na ponta isso está acontecendo de forma muito clara, quer dizer, nós temos essa demanda e somos demandados diretamente pela rede e pelas pessoas que estão fazendo atendimento a vítimas ou familiares de pessoas envolvidas em tráfico de pessoas. E isso já está acontecendo, e evidentemente que isso tem que acontecer aqui também. Então, essa é uma primeira roda de conversa que nós pretendemos fazer nas próximas reuniões com outros Colegiados também. Quero dizer e já pedir desculpa um pouco aqui para vocês, que nós tínhamos pensado inicialmente para esta pauta e alguns de vocês deve ter recebido essa pauta, que nós faríamos este encontros com todos os Colegiados exatamente hoje, e nós chegamos à conclusão que seria mais interessante nós dedicarmos mais tempo para cada uma dessas pautas e efetivamente eu vejo agora que, ao mesmo tempo que isso é acertado, ao mesmo tempo também contribui para ansiedade que nós todos temos de levar efetivamente essas pautas todas juntas. Mas enfim, começamos hoje com a nossa própria casa, o Departamento de Estrangeiros está na Secretaria Nacional de Justiça do Ministério

da Justiça e o Conare é outro Colegiado que está no guarda-chuva do Ministério da Justiça. Com a palavra o João Guilherme.

O SR. JOÃO GUILHERME GRANJA (Departamento de Estrangeiros) – Boa-tarde. Primeiramente gostaria de agradecer o convite aqui feito pela organização do Comitê, é um prazer e uma honra estar aqui novamente falando para este Colegiado. Gostaria de saudar a todos os presentes e inicialmente trazer uma mensagem que é uma mensagem que conspira a favor de fala do Davi no sentido de que fato os sistemas estão se tocando, convergindo, as migrações e a mobilidade humana em geral de fato é um fato social total, tem uma dimensão seguramente multifacetada e, seguramente, vocês já viram tanto representantes da sociedade civil, representantes locais de núcleos e postos, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério Público Federal e outros aqui representados neste Comitê, já tiveram a oportunidade de ter esse contato com esta realidade que não é nova, mas que volta a ser visibilizada nos últimos anos. E a minha fala vem no sentido de propor um espécie de agenda de atividades para que possamos conjuntamente pensar em como pavimentar esta aproximação, nós temos tudo para contextualizar de fato, nós temos uma palavra que defina muito bem o contexto atual, a transição, e essa transição ela descreve bem o fenômeno migratório em si, o fenômeno da mobilidade humana em si no Brasil, os circuitos internacionais de mobilidade e circulação de pessoas nos quais o Brasil tem e inserido, tem se alterado de forma muito recente e muito visível. A transição também em termos da forma como esse fenômeno é compreendido, visibilizado, imediatizado, que traz sem dúvida um desafio novo para as políticas públicas e para o engajamento da sociedade civil. Nós temos hoje mais do que nunca quase que uma sessão diária nos jornais, na mídia impressa e nas televisões comunitárias, que tocam nos novos fluxos, fluxos antigos ou no aniversário das comunidades de imigrantes históricas no Brasil, como há pouco tempo se celebrou em relação à migração de matrizes europeias, os 140 anos da migração italiana e muitas vezes as contradições inerentes à mobilidade humana, violações de direito e a evidente fragilidade que certos grupos sociais enfrentam quando fazem, quando executam sua liberdade de movimentos, liberdade de migração. E um terceiro essa chave da transição que justamente a resposta institucional do Estado brasileiro em qualificar o seu olhar e a sua atuação para as complexidades desses fenômenos de migração, da mobilidade humana, da proteção internacional através do refúgio e do enfrentamento das violações de direitos aos quais o processo de migração e de mobilidade eventualmente expõe as pessoas que migram. Essa agenda basicamente que descreve um primeiro diagnóstico ou uma primeira leitura nos últimos 5 anos. Concretamente tornados mais visíveis pela visibilização de fluxos migratórios extra continentais. Então, nós tínhamos, qual o histórico recente do Brasil em relação a isso? Sempre tivemos uma vida migratória intensa nas regiões de fronteira, sempre tivemos um cosmopolitismo nas fronteiras, com dificuldade de reconhecê-lo na sua legitimidade, porque é um cosmopolitismo de trabalhadoras, de pobres, de latino-americanos nas suas regiões de vizinhança, mas o fato é que temos cidades que são regiões de integração que essas regiões atravessam as fronteiras formais dos estados vizinho aqui da América do Sul, e isso nunca deixou de ser presente na história recente brasileira. No entanto, últimos 30 ou 40 anos e conhecido também com a fechamento, com os regimes de recessão no Brasil e Cone Sul, houve uma diminuição aí sim das migrações extra

continentais, dos fluxos de migrantes de mobilidade urbana extra continentais, que se tornaram minguantes, foram sendo menos visibilizados e nos acostumamos ao longo das últimas três décadas a não lidar com esses público no atendimento a essas políticas públicas, nos serviços públicos, nas escolas, nos serviços de saúde, nos serviços de proteção e prevenção à violação de direitos e todo esse aparato que foi reforçado também mais recentemente com a redemocratização. Nos últimos anos na democracia brasileira foram anos vividos em que esse fenômeno era particularmente visto como exceção, como excepcional, nos últimos 5 ou 10 anos nós tivemos um retorno a posição brasileira em relação a esses circuitos de mobilidade humana em que ele voltou a ser destino, mas também local de passagem, ou seja, está inserido nos circuitos de mobilidade. Os primeiros ensaios desse contexto nós já sentíamos nos anos 90, sem dúvida, mas essa abertura para os circuitos de mobilidade humana, na verdade foi uma abertura muito seletiva, ali é bom lembrar basicamente o grande fluxo de pessoas era detentora de vistos de trabalho e que quase que se enquadra num tipo específico de migração, na mobilidade de quadros laborais e quadros que têm um papel em organizações empresariais, seja técnico ou seja diretivo e que acabam não necessitando ou não demandando das nossas redes de assistência, das nossas de saúde, nossas redes de educação e que coincide com o final da abertura neoliberal brasileira nos anos 90. Durante muito tempo essa imagem, o Brasil costumava divulgar anos atrás dados de que seus migrantes eram homens brancos de formação educacional elevada, vindos do norte geopolítico e empregados com salários acima da média brasileira, que correspondia ao executivo, de técnicos especializados e outras ocupações que têm padrões e estilos de vida muito próprios, religiosos, missionários e etc. Nos últimos 5 anos evidenciaram a nossa inserção primeiro como parte de um país do sul, geográfico do sul, geopolítico, nossos canais profundos e históricos com Ásia, com a África com circuito com a própria América Latina e Caribe, e com circuitos de mobilidade urbana que são claramente circuitos de pessoas que buscam trabalho, que não respondem ao estereótipo da migração planejada e amparada por recursos privados como é o estereótipo da imigração norte e sul, e que cuja a presença reencena, reapresenta no contexto social brasileiro velhos dilemas brasileiros mal resolvidos. Ou seja nós temos fluxos de migrantes negros, nós temos fluxos de migrantes que são mulheres e que muitas vezes são estigmatizados, falo porque são contradições já existentes na cultural social, cultural brasileira. Em 2010 notadamente o aumento do fluxo de cidadãos haitianos, vindo daquele país após o terremoto, se deslocando para a América do Sul, buscando formar comunidades na América do Sul alcança o Brasil e é um fluxo exemplar no processo de reestruturação das respostas do Estado brasileiro desde então. Antes de 2010 nós tínhamos nenhum equipamento público especializado e tínhamos muito acúmulo sobre como lidar com esses ciclo de vida de migração para além da documentação. A única resposta que o Estado brasileiro tinha a oferecer era a barreira e era vista como a barreira de documentação migratória. Abaixo da qual se estabelece um nível de cidadania, ou seja, o Estado brasileiro não se interessava em proteger as pessoas que não tinham documentação migratória, e acima da qual o estado nada tinha a fazer a não ser relegar para as redes de serviços preexistentes sem grandes preparações. Até então não gera nenhuma visibilização, e nenhum grande debate porque nossas comunidades imigrantes eram, sobretudo, mercosulinas acostumadas ao contexto de fronteira, elas já tinham moldado nas suas instituições sociais na fronteira muitas vezes para satisfazer essa característica de integração que essas regiões vivam muito antes dos processos de integração sul-americana mercosulina avançarem. Fato que em 2009 e 2010

nós temos tanto uma anistia migratória quanto um processo de amadurecimento do acordo de residência do Mercosul, estabelece o princípio de livre residência. Isso, basicamente esse documento acerca de 80, 90% das pessoas que vivem no Brasil sem amparo documental, ou seja, situação administrativa migratória irregular e isso faz com que comunidades já preexistentes encontrem um bom equilíbrio das suas estratégias de fixação, de integração e de sucesso social e econômico no País. A exemplo dos mercosulinos, como argentinos, uruguaios, bolivianos, peruanos. Ao mesmo tempo é justamente falando da documentação migratória que visibiliza alguns desafios como avançar na preocupação do Estado para além do elemento da documentação e pensar em condições dignas de trabalho, que vocês seguramente tem contato com o debate do amadurecimento das estratégias de erradicação do trabalho escravo, do trabalho análogo e ao debate sobre como essas comunidades estão construindo sua qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras. A chegada dos haitianos elabora todo o esquema de coisas que parecia muito bem equalizado na burocrática brasileira. Ao longo dos últimos anos, o que nós testemunhamos foi a chegada de um fluxo homogêneo e concentrado numa região que é uma região cujo desenvolvimento econômico, cuja a estrutura de equipamentos públicos não estava preparada para receber esse fluxo, o caso de Região Norte, particular, que veio se consolidar na entrada oeste do Acre, com necessidade de acolhimento, de estratégias de acolhimento de abrigo, com a necessidade de diálogo e de aprimoramento das estratégias de intermediação oficial de mão-de-obra e com a necessidade que se pensasse num segundo cenário para além dessa realidade imediata de fronteira e como promover estratégias de inclusão social desses grupos e outros de grupos migrantes, mas visibilizados e simplificados através dos dilemas que foram postos por esse fluxo migratório em outras regiões do país. Além disso, a partir de então ficou mais evidente que o padrão de fixação desses imigrantes em território nacional também revelou uma diversidade maior do que aquela que era esperada e que era sabida pelos agentes públicos brasileiros, não apenas as regiões de fronteira e não apenas as grandes cidades, as duas principais metrópoles brasileiras, as cidades, portos e polos econômicos regionais, mas também cidades de porte mediano, as médias cidades, núcleos econômicos locais, muitas vezes mobilizados em torno de atividades ainda semi agrárias. Com isso nós tivemos cidades população intermediária de até 200.000 pessoas recebendo grupos consideráveis de migrantes em regiões que eram conhecidas pela estabilidade demográfica, como na região sul em que as cidades têm o mesmo tamanho há muitas décadas e quantidades econômicas muito específicas, muito localizadas e muito territorializadas. Esse panorama faz com que o Estado brasileiro comece a perceber, e com que a sociedade civil comece a perceber aquilo que foi evidenciado e foi expresso durante a 1ª Conferência Nacional Sobre Migração e Refúgio, a necessidade que tivéssemos orientações em escala nacional sobre como os serviços universais deveriam se preparar para identificar barreiras de atendimento, barreiras de acesso a serviços e equipamentos públicos, como identificar metodologias, estratégias de atendimento, de atenção a essa população, e como fazer com que o Estado também nesse esforço de atendimento percebesse suas próprias demandas por adaptação. E, ao lado disso, também são anos que nós estruturamos algumas estratégias, planos nacionais, setoriais que com certeza são vocacionados para dialogar com mobilidade humana a exemplo dos Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e exemplo da Rede Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, caso bastante familiar, bastante próximo a nós. Ao longo desses anos, especialmente desde idos 2013, 2012, desde a Conferência Nacional de Migração e

Refúgio, nós implementamos como parte do apoio do Governo Federal um protótipo que está em vias de ser multiplicado, replicado, um protótipo de atendimento, que responde pelo modelo do CRA, Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante, implementado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combato à Fome e com a prefeitura da cidade de São Paulo. Esse modelo está funcionando já há quase 2 anos e a expansão do módulo de acolhimento tem indicado direções de que essa estrutura modular, flexível, com a carteira de orientações de atendimento bem estabelecida pode funcionar e pode ser replicada em outros contextos. Nós estamos entrando hoje em dia em contato com outras localidades baseados nos fluxos e na fixação desses novos fluxos de imigrantes, justamente para tentar repetir essa experiência que demanda realmente um grande investimento também do poder local. Ele realmente é um modelo que demanda a consideração de energia, atenção em recursos financeiros por parte de União, mas também um grau de comprometimento de médio e longo prazo, em estruturar o serviço, em planejar a oferta de um serviço por parte dos poderes locais, sobretudo, no contexto que estamos mais familiarizados de implementação dessas estratégias, o contexto do Sul/Sudeste, mas não exclusivamente no futuro. Hoje basicamente os nossos próximos passos indicam algumas necessidades, as necessidades que nós continuemos a estreitar um diálogo com outros Colegiados que lidam com temas que tangenciam a dinâmica migratória, a exemplo desse Comitê, a exemplo na área laboral do Conselho Nacional sobre Imigração, a exemplo do Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Conselho Nacional da Assistência Social, que através da sua Comissão Intergestores Tripartite estruturou uma Câmara Técnica com o propósito de pensar como os serviços públicos podem ser padronizados a partir da ótica da assistência. Então, todos os debates são sincrônicos, paralelos, em bom português trocando os pneus do carro em movimento, sendo este movimento retilíneo, uniformemente variado, subindo a ladeira em marcha ré. Nós estamos realmente elaborando, tentando evidentemente qualificar primeiro dados, informações e indicadores estatísticos, mas em paralelo não nos esquivando da necessidade de implementar essas políticas, repensar essa formulação e contar com aporte dos parceiros em diversas frentes que estão abertos. Nesse contexto também é um contexto em que mobilidade humana em geral no Brasil e no mundo também possa ser descrita como em transição. Nós tivemos uma escalada dos fluxos humanos em escala mundial, em escala global de todos os tipos, nós evitamos por consciência doutrinária, por consciência teórica a dicotomia migração espontânea, migração econômica e migração forçada, embora nós tenhamos hoje um instrumento de proteção internacional nas mãos do Brasil que é implementado pelo Conare no Brasil, que é o refúgio que tradicionalmente se vincula, numa terminologia, apenas pedagogicamente falando, a migração forçada, originada de temores e perseguição, e de contextos de grave violação de direitos humanos. Tanto as migrações não forçadas quanto as migrações que originam refugiados passaram por um grande processo de intensificação em escala global, hoje nós temos cerca de 6% da população mundial composta por migrantes, o que quero definir como pessoas que vivem nos países nos quais elas não detém a nacionalidade, ou seja, vivem em regime jurídico de certa diferenciação. Os debates sobre isso são outros debates e o nosso esforço brasileiro aqui é reconhecer direitos, isso está posto na reforma migratória que vou falar logo na sequência e eliminar assimetrias de acessos a direitos, às assimetrias de deveres e de custo e oportunidade para inclusão social. O refúgio em relação também aos números globais sobre mobilidade humana, que revela essa dimensão mais dramática do conflito, da perseguição,

seja ela ética, racial, religiosa, de opinião política, de pertencimento a grupo social, também sinaliza um contexto de grandes desafios. Nós últimos anos tivemos, vivemos uma escalada, um aumento expressivo dos volumes deslocados forçados por populações refugiados ou deslocados internos em virtude de conflitos. Hoje eles se aproximam dos 60 milhões de pessoas, em virtude de conflitos, deslocadas em virtude de conflitos, 20 milhões dessas pessoas refugiados na terminologia técnica da proteção internacional. Para nós também houve uma mudança de patamar numérico, quantitativo, mas também qualitativo, nas formas e possibilidades de atendimento a essa população, essa população que tem numa lei brasileira, o Brasil é signatário de uma Convenção Internacional sobre Refúgio de 51 e tem uma lei que é o contrário da Lei Geral de Migrações, é uma boa lei de refúgio, oferece proteção num grau de amplitude justo, digno e adequado, que é a Lei 9.474 de 1997, que também cria o Conare. Sob esse mandato que é o mandato de fato protetivo, você insere a pessoa no ambiente de proteção, que vai repercutir tanto no apoio à subsistência dela nos primeiros meses de estada no Brasil, quanto a suspensão de eventuais medidas de retirada compulsória do território nacional, como também inserção numa Rede de Atendimento hoje, sobretudo, composta por iniciativas da sociedade civil especializada ou engajada no tema do refúgio. Essa população protegida pelo refúgio no Brasil cresceu cerca de para 3.000 pessoas há 4 ou 5 anos, para 8.000 pessoas hoje, devendo se aproximar de 10.000 pessoas e que representam, se não representam numericamente um grande acréscimo, só para comparar, apenas deslocados do conflito Sírio, que é um conflito recente para usar como exemplo, nós temos quase 8 milhões deslocados no conflito sírio, nós temos mais de 5 milhões que saíram da Síria, portanto, são tecnicamente refugiados pelo mandato mesmo tipo de mandato internacional. 4 milhões deles distribuídos em três países de médio desenvolvimento, Turquia, Jordânia e o Líbano, e 1 milhão, mais de 1 milhão deles recentemente chegados à Europa. Esse episódio também foi bastante midiaticizado em termos mundiais. Então, colocando em escala, a Europa toda está envolvida num grande debate porque acabou receber 1 milhão de pessoas originárias desse conflito, entre a Europa e a região de conflito nesses países fronteiriços, de proximidade do conflito, os três, Turquia, Jordânia e Líbano, nós temos 4 milhões de pessoas, um número crescente. No Brasil nós não temos milhões de refugiados, nós temos cerca, arredondando para cima 10.000 refugiados. Então, o que temos vivido é evidentemente tenso na dimensão numérica, de sobrecarga momentânea, que estamos equalizando a partir do reajuste e da expansão dos trabalhos do Conare, 5 anos atrás o Conare lidava com cerca de 400 solicitantes de refúgio anuais, hoje nós temos 20.000 solicitantes de refúgio anuais. Então, nós estamos vivendo, também para usar a palavra que sintetiza basicamente esse momento histórico transição entre a capacidade instalada no serviço público e na sociedade civil especializada que atendia 500 pessoas, e um acréscimo de 2000 ou 2200% nesses anos. A parte deste argumento numérico, que mostra... Eu tenho limite? Eu achei que pudesse falar livremente. (*Risos!*). Então, vou ter que repensar o que falar. Então, nós fizemos uma escala que ela nos coloca desafios pela sua variação numérica, ela sem dúvida coloca desafios pela sua expressão social, também com uma migração, só para destacar, ou seja, aqui de um lado nós não somos um País com a população milionária de refugiados, nós temos nessa casa, vamos fechar o ano com mais de 8.000 refugiados reconhecidos. Também temos imigração em geral, nós temos um número bruto que é significativo, de cerca de 1 milhão de imigrantes vivendo no Brasil segundo os dados documentados, e isso perfaz meio por cento da população brasileira, meio por cento da população brasileira em termos de migrantes em

geral nos torna um dos países com a menor população de imigrantes no mundo. A média mundial, como já falei, varia dependendo do critério entre 3,2 e 6%, dependendo do critério, ou seja, qualquer que seja o critério a média mundial é muito acima do percentual brasileiro de imigrantes na população brasileira. Ela é muito abaixo da média da região latino-americana, que está em torno de 4,5%, a Argentina um pouco mais, o Uruguai com um pouco menos, o Chile com um pouco mais, nós ainda temos alguns milhões de brasileiros a mais vivendo fora do País, então para nós, para o Brasil, quando falamos em mobilidade humana, a lei, a reforma migratória caminha no reconhecimento desse desafio, é preciso enxergar a mobilidade não só no sentido da imigração, mas também no sentido do deslocamento e esse é o deslocamento conceitual que nós esperamos fazer na reforma migratória. A reforma migratória, com ela deixaremos de falar no estrangeiro, também pela aceção que a comunidade especializada há muitas décadas detecta no uso na, manipulação da terminologia ao estrangeiro e passa a ver na migração, na pessoa migrante o núcleo de proteção ou núcleo de radiação de direitos. Muito bem, meio por cento, 10.000, arredondando para cima bastante, 8.000m para ser técnico, para ser preciso, de refugiados, os nossos desafios são justamente qualitativos, há muitas décadas não falamos sobre esse tema, pensaremos em voltar a falar. Nós não sabemos exatamente qual o rumo e até hoje nenhuma teoria acertou no diagnóstico se a comunidade de migrantes no seu país vai aumentar ou diminuir, quando vai aumentar e quando vai diminuir, ou quanto ela vai aumentar ou quanto vai diminuir. 5 anos atrás nós tínhamos um milhão e meio de brasileiros a mais fora do País. Segundo dados do MRE. Essa comunidade varia conforme várias características, as pessoas migram não apenas para buscar trabalho, elas migram, ou como diria o autor migrante europeu, mas de origem argelina, as pessoas migram a partir de um sonho, mas esse sonho pode ser trabalhar, mas elas migram por conta de outra coisa também, elas migram porque necessitam, migram porque estão passando fome, migram por vários, migram porque amam, migram porque têm medo. Enfim, nesse complexo de coisas nós temos algumas diretrizes que até agora estão norteando esta ação do Estado brasileiro nos últimos 5 anos quando nós fomos mais tencionados por uma decisão expressa, antes desses últimos 5 anos, antes de 2010 basicamente havia alguns consensos que eram consensos inconvenientes para que tivéssemos políticas públicas para migrantes, políticas públicas para migrações e políticas migratórias mais expressas. O primeiro consenso é que todos nós brasileiros e brasileiras somos hospitaleiros, gente boa e, portanto, não precisamos nos preocupar muito com o tema, que as pessoas vão se arranjar e isso é suficiente. Um consenso que foi desconstruído, evidentemente há consensos mais gerais que demandam mais esforço para desconstruir, por exemplo, a consciência que não somos racistas, ou não somos machistas, ou todos esses conceitos afetam, se nos afetam como segmentos que integram o Estado brasileiro, afetam, representam uma camada mais de discriminação para grupos de migrantes, pessoas migrantes no País. Para vocês imaginarem, não faz muito tempo nós começamos a ampliar os conceitos de proteção do refúgio para abarcar também aquelas pessoas que eram vítimas do infundado termos de perseguição por serem homossexuais em países que criminalizavam, além dessa, várias outras formas existenciais, várias outras formas de ser e sentir a vida. Então, o Brasil teve uma dificuldade há poucos anos de entender que isso era algo que deveria ser expresso na proteção do refúgio. Isso faz alguns anos, antes de nós chegarmos, mas assim, é tudo muito recente e nós estamos realmente afirmando coisas que, às vezes contrastam com dificuldades mais amplas da sociedade brasileira de lidar com a diferença de valores de

entidades, e diferença de todas as expressões do ser. Nossos desafios são hoje reformar uma legislação, uma moldura normativa migratória, essa reforma está no Congresso depois de ter passado por um processo muito profundo de consulta e debate público, foi basicamente escrita na sociedade civil, mediada pela mão de um grupo de escribas, esses escribas foram vários também, a começar por uma comissão de acadêmicos que foi formada pelo Ministério da Justiça em 2013, esse texto circulou em diversos ambientes e foi objeto de 12 ou 14 audiências públicas em regiões do País distintas, foi discutido no âmbito Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, foi apresentado em agosto de 2014 ao Ministério da Justiça que por sua vez recirculou para outro debate público, que envolveu também outros Colegiados como o Conselho Nacional de Imigração, que por sua vez também promoveu outras 3 ou 4 audiências em regiões distintas do País. Que depois desse enorme processo foi apresentado no curso da tramitação de outro projeto de lei e a parte da criação de um certo consenso suprapartidário, alterou, foi incorporado como substitutivo no Projeto de Lei 288/2013, que é de autoria do Senador Aluizio Nunes Ferreira. Com isso governo e setores de diferentes técnicos político se empenharam na promoção de uma lei que hoje continuamos receber inputs, sobretudo, a sociedade civil, as universidades, convido vocês também a lerem o projeto do Nunes em referência ao 2615/2015, em tramitação em Comissão Especial na Câmara, desde então novas leitoras e novos leitores do projeto têm enviado ajustes, 2516/2015, e com isso nós temos percebido como, primeiro, superar certos itens que apareceram ao longo da tramitação legislativa, que é normal que apareça durante a tramitação legislativa, superar e melhorar pontos que foram de autoria do próprio processo autoral, coletivo, mas que numa segunda leitura realmente se percebe que podem ser melhorados, no sentido, melhorados no sentido da afirmação de direitos, no sentido da eliminação de assimetrias, no sentido de eliminação das vedações, isso estava no texto clássico, os textos originais pós discussão, a atual lei de estrangeiros o atual lei de estrangeiros, o Estatuto dos Estrangeiros ele dificulta a documentação, estabelece um regime de assimetria de direitos, dificulta o trabalho de quem quer oferecer ajuda de qualquer forma, seja ela pública, política, assistência ou pessoal privada ao imigrante, estabelece uma linguagem que criminaliza, provoca efeitos práticos de criminalização sobre o trabalho, sobre a ação social das pessoas migrantes, e ele tem uma característica péssima, ele fala muito pouco sobre a violência estatal, a violência institucionalizada, há o imigrante, ainda recai uma assimetria que é o temor de expulsabilidade ou da retirada compulsória do País. A lei de 80 é vaga nessa parte e é muito burocrática para falar sobre outras coisas, quando deveria ser o contrário, devemos um cuidado do desenho normativo é que nós sejamos amplos quando nós falamos sobre direitos, mas precisos para que possamos ter garantias para exigir esses direitos, e ao mesmo tempo sejamos detalhados e expressos para limitar o poder do Estado em implementar medidas que importem violência ou restrição de liberdade. E nesse sentido a reforma migratória também caminha. Ao detalhar e expressar, ou seja, ela é longa e exaustiva para dizer o que o Estado não deve fazer quando ele vai implementar, por exemplo, uma medida de extradição, uma medida de expulsão, ou uma medida de deportação, isso enquanto nós não chegamos no nosso horizonte tópico de que essa medidas, pelo menos a deportação e expulsão não existam. Enquanto esse horizonte utópico não é alcançado esses institutos continuam a ser demandados como ferramentas institucionais que sejam super bem regrados, detalhados e controlados. Então, a forma migratória caminha nesse sentido, concluí-la é um desafio. Ao mesmo tempo do processo depois dessa grande contextualização para o qual eu quero convidá-las, é que nós possamos

trabalhar numa dimensão institucional do atendimento e isso se concretiza, acho, que primeiro nos convidando a observar como nós estamos tendo contato com o atendimento às pessoas migrantes nos diversos segmentos, nas diversas frações sociais que podem ser objeto específico da nossa atenção, nos serviços públicos locais, nas entidades da sociedade civil, nos projetos nos quais nós nos engajamos para que possamos começar a mapear e a partir desse mapeamento conhecer e poder de forma colaborativa pensar em estruturar também uma carteira ou uma oferta de serviços que possa ser homogênea, mas ao mesmo tempo adequada para a especificidade dos casos. Pensarmos em como podemos reconhecer as demandas que temos cotidianamente o que nos falta atender melhor, o que nos falta de recursos não só financeiros porque são os mais difíceis, mas também de recursos simbólicos para atender que tipo de estratégias e coordenação local nós podemos ajudar a implementar, e como fazer com que nós consigamos ofertar um serviço que seja não só adequado, mas seja justo, sensível e eficiente na promoção da inclusão social das pessoas migrantes, e aí incluindo todos os seus recortes específicos. Então, isso nós não vamos conseguir de cima para baixo, nós não vamos conseguir de Brasília para o resto do País, mesmo sabendo que em Brasília nós recebemos bastante migrantes, diretamente aqui, mas é preciso que comecemos pela ponta, nós podemos olhar para dentro das nossas instituições, olhar para nossos interlocutores e tentar pensar o que estamos fazendo, compartilhar o que estamos fazendo e nos deixarmos também aperfeiçoar o que estamos fazendo para que possamos realmente, em alguns meses, eu espero ter algo, uma entrega, um produto, como uma carta de serviços, um manual, como algo que possa ser depois avaliado e aperfeiçoado e que possa guiar a nossa ação futura. E eu sei que aqui temos um recorte de atividades bastante, que exemplifica essa transdisciplinaridade da própria área do enfrentamento ao tráfico de pessoas e isso consideramos uma virtude para que possamos transportar essa experiência para uma área mais ampla e, portanto, mais desafiadora nas suas consequências, inclusive na sua imprevisibilidade, temos que estar preparados para o imprevisível que é o tema da mobilidade humana de forma mais ampla. Então, esse é o convite que eu queria fazer para que pudéssemos pensar objetivamente como podemos receber esse inputs através de suas redes, entender quais são demandas, tentar verificar se possamos trabalhar em respostas que sejam respostas que possam ser replicáveis e, portanto, possamos aprender com a experiência que está sendo vivida através do contato que vocês têm em cada um dos contextos de ação que vocês operam. É isso. Para começar. Obrigado.

(Palmas!).

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Obrigado João. Bom, agora nós abrimos o espaço para quem quiser fazer alguma colocação, alguma pergunta. Eu peço que vocês indiquem levantando a placa para nós irmos sinalizando. Eu também pretendo, como não temos tanto tempo assim vou também limitar o tempo para perguntas em dois minutos para pessoa, no máximo. Mais alguém?

A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF) – Eu queria, numa média do conhecimento que você tem, como é a situação, como o Brasil trata a situação? Você falou que tem cerca de 10.000 refugiados e cerca de 20.000 solicitações de refúgio, ou seja, o dobro de pessoas que já conseguiram o título, o reconhecimento e estão ainda aguardando. Como é que fica a situação dessas pessoas que estão guardando e o tempo em média que é levado para que o Conare avalie esse pedido?

O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama) – É interessante a pergunta anterior justamente porque eu acho que a situação de vulnerabilidade em que estão migrantes indocumentados ou aqueles que não foram reconhecidos como refugiados, dando um breve relato, eu trabalhei durante alguns anos como advogado de refugiados na Holanda também, era coordenador do centro jurídico que tinha um aeroporto Amsterdã, e lá os casos de tráfico de pessoas entravam pela porta de entrada das pessoas que pediam asilo, então, tinha todo um procedimento para os migrantes que chegavam indocumentadamente, que de alguma forma querem ter o acesso, que vão entrar num procedimento de reconhecimento como refugiado, e nesse processo pode ocorrer que você detecta que essa pessoa está esperando um telefonema, ou está esperando alguém, ser buscado por alguém que prometeu trabalho, que não sei o que. Há várias situações. O que eu acho interessante é que na área do enfrentamento ao tráfico de pessoas tem algumas experiências de políticas públicas, inclusive em Guarulhos, algumas situações fronteiriças aonde eu vejo alguma conexão dessa possibilidade de trabalhar em conjunto. Não sei como está organizado hoje em dia o procedimento de pedir asilo, se isso, por exemplo, já existe nos aeroportos ou nas grandes cidades na fronteira. Isso seria interessante para saber, para a política que existe para enfrentamento ao tráfico de pessoas.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Bom, João, você que estava conosco naqueles colóquios sobre o tráfico de pessoas no Mato Grosso do Sul? Não é? Tem uma pessoa desse jeito, que ficava... Eu achei que era você. É que nós fizemos uns colóquios em Mato Grosso do Sul e foi muito interessante porque o Wanderley que era um educador do IBIS do Rio de Janeiro começou a falar tanto, mas era João, uma pessoa, pior é isso, eu acho que tem alguém aí... Bom, mas, primeiro, eu quero dizer que eu acho que acertamos bastante de promover esses encontros intercolegiados, inter sei lá o que. Esses Colegiados que pautam assuntos que muitas vezes deve ser o mesmo ser humano, o mesmo ser humano é o traficando, o mesmo é o migrante e o mesmo é o refugiado, tudo na mesma condição. Eu acho que nós pautamos, quero dizer primeiro da assertividade dessa atividade. A segunda coisa que eu queria colocar, João, de forma muito fraterna, eu quero dizer assim, quando estou pautando essas coisas acho que é porque nós vimos isso acontecer em outras políticas e nós queremos ver acontecer agora. Eu estive na Conferência Nacional de Saúde e na Conferência Nacional de Assistência com a missão de inserir os temas, e o que eu percebi? Eu percebi que nós daqui do Comitê do Tráfico que tínhamos que falar de refugiados, porque esses temas não estavam nas conferências. Nós saímos da Conferência Nacional de Saúde sem conseguir inserir coisa nenhuma, mas na Conferência Nacional de Assistência

Social as palavras refúgio, pessoas em situação de tráfico, migrantes e pessoas retiradas do trabalho escravo nós conseguimos colocar na Conferência Nacional da Assistência. Por que eu estou colocando isso? Porque eu penso que nós, mais do que fazer essa conversa de ouvir você, que é super legal porque nós vamos tendo o panorama do que está rolando, nós precisávamos fazer oficina mesmo, por exemplo, nós, vocês e o MDS na perspectiva de algumas coisas. A representante do MDS estava lá, não vou lembrar o nome, Rodrigo, aquela que foi no grupo dizer que o tema está muito novo na Assistência. Mariana. A Mariana dizendo, da Comissão Tripartite, dizendo: “Olha, esses temas são muito novos, nós temos que ir com cuidado”. Aí eu falei: “Caraca! Esses temas não são novos, eles são novos do ponto de vista da garantia de direitos, mas esses temas existem desde sempre na população brasileira”. Então, eu fico pensando se não seria a hora de fazemos uma proposta muito concreta de viabilizarmos, especialmente duas situações, uma sem dúvida nenhuma, quem é que deve receber primeiramente esta pessoa, como nós retiramos da polícia e colocamos numa política de garantia de direito? Nós temos núcleos e postos, mas nós também temos de forma significativa a presença dos CRAS e CREAS da assistência social, ou seja, como é que nós inserimos essas 4 palavras da mobilidade humana, que algumas são de violação de direito e outra deveríamos garantir direitos no Sistema Único de Assistência Social que é o que nós avançamos. Então, eu queria propor mesmo um trabalho assim, de jogar conversa dentro, entre o Conatrap, o Conare e o MDS, como é que faz isso? Porque isso precisa acelerar, porque nós temos nos tornado sim um País de migrantes. Eu sou de Mato Grosso do Sul, então, você imagina aquela quantidade de pessoas que passa por Corumbá com direção a São Paulo. Então, eu acho que nesse sentido eu gostaria assim de fraternalmente propor que nós pudéssemos avançar para tirar resoluções conjuntas. E o segundo ponto refere-se aos Comitês Estaduais, nós temos vários Comitês Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico, um estado como o Rio Grande do Sul já avançou para ser um Comitê Estadual de Tráfico Migração e Refúgio, qual a possibilidade de nós fazermos uma orientação conjunta, nós e vocês fazermos uma orientação conjunta da possibilidade que os Comitês Estaduais não sejam divididos, mas sejam juntados na temática. Então, na verdade, eu estou aqui para vermos se avançamos nesse negócio.

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – A pergunta é na mesma linha, já que vai responder o bloco responde as mesmas questões. A minha pergunta é sobre as recomendações que são levadas para os estados com relação ao acolhimento desses e dessas migrantes. Por que a pergunta? Porque do estado de onde eu venho, eles estão solicitando às organizações civis, inclusive eu até solicitei na própria lista nossa, eles estavam solicitando às organizações civis, cartilhas de acolhimento, as mais simples, eles estavam solicitando para nós. Por isso a pergunta, quais as recomendações para os estados. E a segunda pergunta quais os órgãos estaduais que estão recebendo esses migrantes. Eu falo das pessoas haitianas, sírias, ganeses, se não me engano também estão chegando, que estão assim, meio que espalhados e não há uma coisa dos órgão estaduais, é um órgão que trate do assunto, eu vejo que alguma coisa quando é assistência é assistência, se tem caso de polícia é a justiça, se tem uma coisa ou outro, mas não há um acolhimento específico para essas pessoas. Por isso eu gostaria de saber quais as recomendações para que eu possa também levar para os estados. Obrigada.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – As pessoas para a próximo bloco já podem deixar levantado. O próximo.

O SR. JOÃO GUILHERME GRANJA (Departamento de Estrangeiros) – Perfeito. Para começar a primeira pergunta foi sobre o contingente de pessoas que é solicitante de refúgio hoje, e a situação que eles estão. Sim. Existem diferentes sistemas para receber e acolher situações de refúgio. O brasileiro tem uma crise histórica muito própria, em contraste, por exemplo, com o europeu, o europeu agora que aumentou, não sabemos como vai se comportar, mas classicamente é o sistema que aceita a lógica de confinamento, as pessoas são confinadas ou elas têm obrigações muito rígidas como comparecer, um determinado número de vezes e etc., em alguns Países elas não têm autorização de trabalhar. Essa é a matriz de tratamento dos solicitantes de refúgio. No Brasil nós temos refugiados que não têm confinamento, ou seja, eles têm liberado locomoção, têm a possibilidade de aceder ao mercado de trabalho, recebem carteira de trabalho e recebem documentação migratória plena desde o momento da solicitação do refúgio. Essa matriz que é a matriz brasileira também comum em outros Países da América Latina hoje têm como reflexo os seguintes mais ou menos equilíbrio social. Hoje essas pessoas estão com um grau de empregabilidade razoável, bom, proporcional aos brasileiros de mesma faixa, mesma corte social, estadia, etc., então eles têm graus de empregabilidade equivalentes, evidentemente demandam certos serviços que o Estado brasileiro começou a sistematizar mais recentemente como, por exemplo, a oferta de aprendizado de língua portuguesa, como língua de acolhido, ou o antigo portadores como língua estrangeira, o aprendizado de língua estrangeira específico para migrantes. Em alguns casos eles têm contato, seja com núcleos centrais, com as sedes das três entidades que historicamente também no Brasil, desde o começo da lei do refúgio se dedicam ao tema dos refugiados, no Rio, em São Paulo ou aqui em Brasília ou com partes dessa rede que atua de forma descentralizada e que ofertam além do apoio de subsistência, frequentemente orientações para apoiar esse processo de integração inicial. O tempo é uma variável relativa sobre o tempo de processamento, ele pode demorar muitos meses, pode demorar anos, não existe necessariamente uma contra, existe um comando geral que nós buscamos abreviar certos casos que são casos sensíveis, e ao mesmo tempo casos em que as pessoas já conseguem falar sobre a experiência que viveram sem passarem por um de exposição ou de revitimização dos fatores que ocasionaram o refúgio, primeiro de tudo. Então, uma variável é que eles são acompanhados, que eles têm acesso ao regime de direitos que é o regime pleno de direitos e que, portanto, isso amenizaria o impacto dessa temporalidade. Também, em comparação o dilema sempre é administrar uma dilatação do tempo ou do espaço, da liberdade espacial, na Europa você contrai o espaço para manter também um tempo controlado, essa pessoa vai ter um calendário, dividir em entrevistas ou visitas, terça, quarta, quinta, sexta, sábado, domingo e segunda e ela estar detida enquanto isso. No Brasil ela é encontrada pelo Estado quando é necessário fazer entrevista de legibilidade com ela, ela é notificada por diversas vias para outros elementos que ela queira acrescentar ao processo dela, e ao mesmo tempo se ocasiona, se dá a oportunidade para que ela comece a reestruturar a sua vida, essas começam a buscar diploma, quando é o caso, ou certificação profissional equivalente e etc.

Ao mesmo tempo existe uma estratégia para o que tecnicamente é chamado *backlog*, para o passivo dos refúgios, as pessoas em situação de refúgio. Nos últimos 3 anos as pessoas que estavam diretamente envolvidas com isso viviam uma angústia muito grandes sobre o aumento do volume que não estava sendo processado, e até agora nossa capacidade de posicionamento não é suficiente para acelerar o ritmo, nós estamos ampliando o Conare hoje, começamos o ano com 5, por exemplo, oficiais responsáveis pela fase de elegibilidade, hoje nós temos vinte e alguma coisa pessoas. Não é suficiente esse número, estamos investindo em outras formas para aumentar a qualidade da entrevista, qualidade processamento como melhorando o acesso à informação e criando uma base informatizada com as informação do país de origem, a informação do contexto de origem é importante, estamos vendo como melhorar isso. Nós estamos descentralizando as ações do Conare para as capitais de maior demanda desse grupo de solicitantes de refúgio. Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, agora, além da ampliação da capacidade aqui em Brasília. Desse grupo de alguns milhares de solicitantes eu sempre excluía o grupo dos haitianos porque já havia uma decisão do Estado brasileiro de que eles eram formalmente solicitantes de refúgio, mas eles já eram reconhecidos como destinatários de uma decisão, uma permanência humanitária, um modo específico, um modo específico. Dito isso, mas se puder somar tinha 44.000 pessoas que estavam nesse bolo, seriam 60.000, a outra forma providenciar uma proteção de outra natureza. Então, desse grupo de 20.000 nós vimos movimento sociais também que estão discutindo algumas solicitações que podem não ser explicitações tão evidentemente positivas de refúgio, e algumas que são claramente incompletas ou talvez abusivas, sempre acontecerá. A abordagem brasileira, diferentemente de outras abordagens tende a tentar assegurada a condição migratória, isso existe, a atuação também do CNIg é alinhado com esses princípios, então, se tenta pensar a documentação migratória, e com a reforma migratória aí sim a esperança que isso seja realinhado com a reforma da lei porque vamos ter de fato canais para que a pessoa possa legitimamente entrar no território brasileiro e com base na motivação social obter a regularização da sua situação migratória sem precisar recorrer a estratégias transversas, especialmente pelo refúgio. Com relação e isso também se cruza porque eu acho que a estrutura da nossa reforma migratória, com relação a essa interface, acho que as três lidam com isso, o nosso caso é evidente que vocês lidam com situações e circunstâncias, com vítimas que não necessariamente, que são por serem brasileiras eventualmente não precisam dessa proteção ou não interagem com essa barreira da documentação migratória. Com relação à barreira da documentação migratória a abordagem brasileira tem sido essa pessoa, se ela foi destinatária de um grau de violência, se ela se qualifica ou não judicialmente como vítima, ela merece uma proteção e merece sistemas migratórios e documentação. Essa é a nossa abordagem, ela é consoante à resolução 93, que é a Resolução do CNIg, que é uma Resolução talvez a aplicação muito difícil porque tem atividades burocráticas, é mais fácil que alguém judicialize, uma judicialização simples o interessado ou interessada consiga documentação necessária que para a 93, constatando isso estamos trabalhando em modernizar essa Resolução. Mas também é um tema que com a reforma migratória vai estar plenamente equalizado. A ideia é que se oferte para quem necessite uma camada, uma documentação migratória simples e que também desmistifique os próprios canais que muitas vezes utilizam a desinformação a dificuldade da regularização migratória no território brasileiro e outras retóricas como elementos para captar, para desviar para caminhos não oficiais, essas pessoas, porque realmente essa burocracia nesse caso conspira a favor de desinformação. Então, reduzir a

burocracia e tornar os canais da documentação migratória mais transparentes, diretos e simples, ou seja, é algo que já está no espírito da reforma migratório é deixar de vê-la como barreira, como um sarrafo alto, que você dificilmente vai alcançar e passar a vê-la como documentação básica à cidadania, com isso trabalhar na disseminação, trabalhar na possibilidade e sem constrangimentos. Os casos de cooperação que nós temos entre as áreas eu acho que até agora são ilustrativos, você pode solicitar refúgio em qualquer ponto da Polícia Federal, isso é característica da nossa legislação de refúgio no Brasil, há alguns anos nós tivemos, e para dialogar com as outras entrevistas sobre a ideia de ter um operador policial na ponta, há alguns anos tínhamos uma quantidade problemas com atendimento que era muito maior do que nós temos hoje de parte de servidor público policial, tanto que isso gerou debates que estão registrados, o trabalho da Comissão de Especialistas convocada pelo Ministério da Justiça é eloquente quando sugere a necessidade que haja uma burocracia especializada, recrutada para pensar a mobilidade humana em suas diversas facetas que progrida na carreira com base nesse incentivo que estude isso, que seja especializado, que dialogue com a assistência social, dialogue com a saúde, dialogue com a saúde, dialogue com a educação, mas que seja uma burocracia especializada migratória recrutada com base nos princípios dessa legislação nova que são princípios orientados para concretização de direitos humanos. Isso está registrado nesse momento no debate, no documento da Comissão de Especialistas. Hoje nós temos de fato a importante, a noção da importância do debate sobre o redesenho das instituições migratórias, existe um diagnóstico também de que a reforma migratória, a modernização do regime de direitos tem um grau de urgência e por isso foi priorizado. Então, o desenho que nós estamos priorizando hoje a reforma o regime jurídico das migrações, nós temos um arcabouço jurídico adequado, enquanto isso nós estamos equalizando as diferentes visões de diferentes órgãos sobre os aspectos institucionais das políticas e estamos tentando avançar de forma que seja facilmente modulável, traduzível se essas responsabilidades ou atribuições forem, seja concentradas no operador migratório, seja, o que falei, é o que define o momento atual é a transição, não existe uma decisão sobre o modelo institucional em todos os seus detalhes, o que nós sabemos é, nós vamos continuar a ter o atendimento, isso não deve ser confundido com fragmentação, mas que as redes de atendimento universais deverão trabalhar no acesso, a assistência social deverá trabalhar no acesso, a saúde deverá trabalhar no acesso, a educação deverá trabalhar no acesso, a intermediação oficial de mão-de-obra e a inspeção do trabalho deverão trabalhar em como alcançar as populações migrantes no País. E isso está dado. O *locus*, pelo menos o *locus* de articulação entre esses diversos serviços, parece evidentemente uma coisa que precisa especializado e mantido em um certo grau de especialização. Sobre a função dos CRAS e CREAS sem dúvida, estamos trabalhando e acho que isso é algo que tem uma certa complexidade, estamos enfrentando isso em sua complexidade, são 9.000 unidades que precisam ser articuladas, mobilizadas, com certeza para esse tema. E vou deixar para o Rodrigo detalhar um pouco o que estamos discutindo nesses termos. Então, nós temos redes de serviços que são redes de serviços relativamente maduras, que podem e devem prestar atenção a esse público, nós temos um desafio que é o desafio de articular, articular Colegiados, hoje estou aqui, ontem eu estava conversando com o MDS, amanhã vou estar conversando com outros órgão e a nossa ideia é provocar o mínimo de alinhamento. Pensar numa estrutura de governança que seja capaz de dar conta dos nossos impulsos tanto de influenciar a decisão como também de seguir orientações, e para isso hoje nós estamos lidando com a demanda, os estados tem nos aproximado das

suas demandas, nós temos tentado lidar com o diálogo nos estados e por isso hoje não existe uma definição padronizada dos interlocutores nos estados e municípios, o que nós vimos e isso não poderia ser diferente no nosso desenho federativo é que estão aparecendo, como em São Paulo apareceu de forma mais madura e institucionalizada a ordenação de políticas públicas para os migrantes, estão aparecendo pontos focais que estamos estimulando fortemente para que eles se diferenciem em unidades locais de coordenação de política de mobilidade. A exemplo de Santa Catarina a Secretaria de Trabalho Assistência Social e Habitação foi o interlocutor da maior parte das medidas, por exemplo. Em outros contextos nós discutimos diretamente com a Secretaria de Direitos Humanos. Em outros contextos frequentemente a assistência social está envolvida, até porque parte do nosso equipamento presume que haja conhecimento, disposição e recursos dessas áreas dialogando para se construir o equipamento que é o equipamento por enquanto híbrido. Então, essa própria orientação talvez seja o caso talvez de nós trabalharmos um tempo sobre ela, posso indicar quem serão os interlocutores nos estados que nós temos interlocutores, e o caminho que eu acho também o caminho da outra pergunta feita como podemos estimular que esses Colegiados não se dupliquem, eu tenho impressão que 1 é uma tendência natural que eles reúnam essas pautas, primeiro por falta energia, é impossível ter 4, 5 Conselhos, Colegiados e comitês, mas 2, na medida em que nós fomos estimulando os estados e municípios expressamente as capital ou as principais cidades ondas haja populações ou quem esteja interessado em fazer algo mais institucionalizado, em que se proponham planos locais de integração. A ideia que é um dos desenhos que estamos debatendo, estamos estudando agora é que ao lado de um órgão Colegiado, pode ter o nome que queira, mas que abarque essas competências multidisciplinares, multisetoriais, haja também um órgão singular de coordenação e seja com um nome ou não, mas que seja alguém que seja o ponto focal disso e que haja um documento de políticas ou de plano que seja algo sistematizável, monitorável, acompanhável ao longo do tempo. Enquanto não tivermos um sistema nacional sobre imigrações, algo institucionalizado, que aí vem, enfim, o que todos o sistema presume, é, sobretudo, essa estratégia de financiamento. Enquanto não tivermos essa demanda respondida por uma estratégia de financiamento unificada, nós temos que confiar, sobretudo, na governança e no diálogo com as diferentes partes. Hoje o mecanismo justamente para o desenho federativo da nossa experiência tem sido receber as demandas dos estados, ajudá-los a convencer estados e municípios que isso é relevante na agenda e estamos fazendo isso por adesão, não temos de fato um ponto de apoio institucional para sermos coercitivos ou para sermos vinculatórios sobre isso, mas justamente aproveitando o grau de colaboração que já existe isso também tem provocado não só boas experiências locais, como um bom aprendizado. Então, hoje é ainda é uma fase de acúmulo sobre isso. Bem, volto ao ponto focal, é que nós estamos identificando os pontos focais, sobretudo, nos estados do Sudeste hoje existem Secretarias seja de direitos humanos ou assistência, predominantemente esses dois setores sempre têm interlocutores que podemos compartilhar para que vocês também busquem para entender, sobretudo, nos contextos que vocês operam, como isso pode ser feito. Em contrapartida, esse também é o momento que agradeceria se nós também recebêssemos um *feedback* sobre quem está atuando e eventualmente não esteja aparecendo no radar, quem está nos estados e municípios atuando de forma mais ou menos sistemática nesta área que vocês tenham conhecimento para que nós façamos, para que seja feita essa ponte para que

possamos também pensar em ampliar o nosso mapeamento sobre iniciativas no âmbito nacional.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Segunda rodada, Cida e a Jane.

A SR^a. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA (Davida – Proteção, Direitos Civis e Saúde Integral) – Boa tarde a todos. Cida, Davida, Prostituta. Eu gosto de falar isso porque há coisa que me empodera muito. O que está me preocupando, eu estou saindo de uma conferência, uma pré-conferência livre de migração e imigrantes no Estado de Minas, onde estiveram LGBT, prostitutas, USPM, tudo que foi uma contemporânea livre. E lá chegou uma menina da assistência sociais com novas demandas que lá no poderiam ir os imigrantes que não estavam afim. Só que o me preocupa é que isso no papel é muito bonito, mas estão acontecendo coisa nos municípios, que nem o CRAS, assistência social a, saúde, polícia civil não estão acolhendo os imigrantes. E quando chega nos núcleo, nos postos, igual eu vou, em BH, porque antes era a Flávia, ela saiu, agora tem outras pessoas, e chega no estado você vê eles todos prestando conta, uma maravilha, e aí na ponta você não vê a verdade é essa. Para você ter uma ideia tinha uma conferência de imigração e eu me candidatei para ir, eu falei que era do Conselho, Conatrap e queria acompanhar para ver essa migração até para me politizar mais, até hoje estou aguardando sentada na cadeira o convite, porque é tanto mapeamento que fala o que está acontecendo que as verdades não estão aparecendo. O que me preocupa agora são os municípios, de falar que está acontecendo, ter os imigrantes, agora a linha que eles falam é a documentação, a polícia não atende porque não tem documentação, trabalho não tem porque trabalho escravo, agora estão na disputa do Ministério do Trabalho que tem que envolver e total é a jogada, e não tem nada que se responsabilize, e nós como Conselheiras nós chegamos no que é no nosso papel que está apresentado aqui, mas lá está tudo certo, não, é assim, aconteceu, nós estamos fazendo, quando você chega no município ou até dentro do estado é uma realidade, quando você conversa com eles, nós não somos informados de nada. Então, isso está me preocupando muito, como gerenciar os próprios órgãos que se faz para fazer o papel nos estados, os núcleos que apresentam aqui sendo só o STJ está e como nós vamos levar isso adiante. Nós somos poucos, em tempo, mas como prestar esse papel para essa imigração, a documentação, qual é o relato verdadeiro nessa história? Porque é fácil trazer publicidade nos estados e está acontecendo, mas será que está acontecendo de verdade? Como nós vamos fiscalizar, é o que você falou, como isso vai sair do papel porque nós chegamos, conversamos, tem as cabeças fazendo, mas elas estão fazendo mesmo? Será que isso é uma realidade? Ou será que é só para mapear e mostrar essa fase de não existência? Isso está preocupando pelo menos no Estado de Minas Gerais, as demandas que estão chegando para mim são exorbitantes, os municípios principalmente, um escasso grande, os trabalhos estão exuberantes e a assistência social também, inclusive o pessoal falou que agora vai fazer uma carta e começar a denunciar isso que é o certo, mas da forma que está colocado não é isso que representa para nós.

A SR^a. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA (Rede de Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e de Postos de Atendimento Humanizado ao Migrante/RNPETP) – Vou falar um pouco especificamente, como rede, eu sei que alguns estados ocorre de forma diferente, estou falando um pouco assim porque estou operada e estou um pouco dopada de medicação, por isso que talvez minha voz saia um pouco embalada, mas pelo menos a Polícia Federal lá no Estado de Pernambuco ela faz uma guia, quando é caso de tráfico já encaminha imediatamente para o Ceni. Então, isso é uma coisa que eu acho que sai um pouco da burocratização, porque vai de imediato, não sei se em todos os estados está ocorrendo dessa forma, nós estamos com um caso lá de trabalho escravo, com uma pessoa que veio de Portugal, mas que é angolano, hoje está, eu consegui emprego para ele, ele já está trabalhando, e inclusive essa semana a preocupação do patrão, do empregador, a preocupação dele é que ele está gostando demais do trabalho dele, inclusive está querendo dar uma chefia para ele, mas existe toda essa burocracia que temos que ir na Polícia Federal novamente, que já faz mais de 6 meses, agora esse mês te que renovar tudinho e estamos aguardando ainda a questão do CNIg. Porque, entramos com uma ação judicial através do Ministério Público do Trabalho, aliás, a Procuradora do Trabalho entrou com uma ação, conseguimos a carteira dele de trabalho e aí temos prazo para renovar novamente na Polícia Federal, para poder renovar a carteira dele de trabalho. Então, tudo isso demanda um pouco de trabalho, mas pelo menos lá em Pernambuco nós temos tido uma parceria muito boa nesse sentido, apesar de não termos recebido uma grande quantidade de pessoas como em outros estados está acontecendo. E com relação à migração não é o papel dos núcleos, talvez, estar recebendo migração, é mais para os postos humanizados, mas como no meu estado não temos ainda o posto humanizado e na época eu recebi uma família de sírios e nós fizemos realmente uma parceria com todos que estão na rede e eles ficaram, tiveram todo apoio tanto da prefeitura como do estado e todos os procuradores do estado à época, cada um se mobilizou, deu um quantia em dinheiro por mês e conseguimos colocar ele num apartamento, porque inclusive há uma dificuldade de abrigar pessoas que têm culturas diferentes. Então, tudo isso nós conseguimos, encaminhamos também tudo para o Conare, graças a Deus eles já saíram do Brasil, inclusive estão na Alemanha, e nós continuamos nos comunicando via facebook, só mandando saudade para lá e saudade para cá, porque eles não falam muito a língua, mas é bem interessante, de vez em quando eu recebo coração e mando coração, e assim nós vamos porque tratar com a língua síria não é fácil. Eu tive apoio de muitas pessoas, inclusive um médico que era sírio, que foi da Síria que está no Brasil há bastante tempo. Então, eu vivia com um tradutor do Google, o tradutor do meu lado, o médico quando podia ir comigo na casa dávamos tudo da forma melhor possível e toda a poupança que eu tinha foi embora também porque nós tínhamos que ajudar esse pessoal. Então assim, é a nossa realidade, nós precisamos de ter uma rede realmente qualificada e que possa estar dando apoio a essas pessoas que vêm e vêm de seus países fugindo, ou por sonhou, ou por vulnerabilidades diversas, mas que têm sido feito dessa forma. Não sei como é a característica de cada estado, só sei que pelo menos a nossa Polícia Federal lá no Estado de Pernambuco eu dou parabéns pelo trabalho, tanto ela como o Ministério Público do Trabalho também que tem feito um trabalho muito bacana, a todo momento que nós precisamos do núcleo, mas vejo que são pessoas, é a pessoa que está ali, não é política pública, são pessoas que estão ali que querem ajudar e que querem fazer o bem. Com os sírios conseguimos trabalho para a família, conseguimos escolas de referência para os

adolescentes, as crianças foram para a escola particular porque conseguimos, sensibilizamos donos de escolas particulares e colocamos as meninas que as de 6 anos já se comunicavam em português. Então, querendo ou não nós nos sensibilizamos. Às vezes nos dizem, assim, não se apegue, mas não tem como não se apegar porque são seres humanos e quando precisamos nós realmente nos apegamos. É só isso que tenho a dizer a vocês. Obrigada.

A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)

– A grande preocupação que eu tenho a partir dessa leitura toda que fazemos sobre esse tema e também sobre a sua fala é qual é o lugar institucional dessa política. Eu acho que essa é o grande desafio brasileiro hoje, essa avalanche que acontece a partir de 2009 e encontra a polícia brasileira totalmente despreparada principalmente para esse tipo de atendimento, e de novo cair no colo da assistência social que já tem uma diversificação de público pelo menos assim, todos absolutamente complexos e que talvez nós precisamos saber de fato como trabalhar essa matriz de descrição e de responsabilidades para poder pensar a forma de construção e de definição, de identificação, de metodologias e de estratégias que possam dar conta de dimensão e da complexidade desse problema. E aí nessa perspectiva eu gostaria de saber assim, nós já temos aí o acúmulo de 5 anos, pelo menos, onde essa questão já foi instalada. De alguma forma quem, qual o lugar na política brasileira que já avançou no sentido dos diagnósticos, da construção de perfil, de instrumentais, de minimamente até pensar porque o que nós vemos aqui pela fala é uma completa desinformação sobre orientações, sobre recomendações que possam vir a partir dessa discussão. Por exemplo, uma temática dessa natureza e dessa envergadura a Política de Direitos Humanos, qual o papel da Secretaria de Direitos Humanos e agora já reconfigurada, novamente, e também assim, quem vai botar de fato o guizo do gato para podermos construir e avançar? Nós estamos há 5 anos discutindo isso, olha falta isso e falta aquilo, o tal protótipo do atendimento que você se reporta, que eu acho que é fundamental na discussão desse tema, e também na definição das responsabilidades, na construção dessa matriz de responsabilidades, porque apesar da capilaridade, da rede socioassistencial, mas já há um acúmulo enorme, e aí você entra com a questão que na minha visão ela é fundamental, esse é o atendimento especializado, não tem por onde fugir dessa possibilidade de se pensar nessa política dentro dessa perspectiva de realizar o atendimento especializado, principalmente pensando nos diferentes segmentos. Aí eu penso um pouco no recorte de criança e adolescente. Entendeu? Quer dizer, nós estamos aí completamente ainda sem saber de fato como que essa política do atendimento, nessa perspectiva se é como ela está sendo construída.

A SR^a. MARIA IONE VASCONCELOS MENEZES (Universidade Tiradentes/UNIT)

– Só ressaltar, um pouco do que eu ia falar a Graça já me contemplou. O que Jeanne ilustra, o que Jeanne nos trouxe, essa ação isolada só vem reforçar ainda mais a urgência pelas políticas públicas, por uma política nacional que ela não existe, observa aí o quanto de esforço pessoal que foi empreendido, que está sendo. Só para ilustrar mais ainda.

O SR. JOÃO GUILHERME GRANJA (Departamento de Estrangeiros) – Tem um *coffee break* esperando, a culpa vai ser minha. Sim. Cadê Cida? Assim, existem algumas coisas, nós às vezes, antes de entrar nas respostas, rapidamente nós temos certas angústias que às vezes não serão respondidas no nosso campo de atuação. Tipo, é louvável a poupança da Jeanne que sumiu, que foi, virou o futuro das pessoas, mas assim, o ideal é que consigamos cobrar que as instituições funcionem sabendo que nós vivemos em um ambiente de recursos escassos e insuficientes. Nós esperamos muito porque a nossa experiência com o estado é só pontual e nós queremos ver o problema resolvido e tal, mas de fato é um dado da realidade que nós temos menos recursos que o necessário, sempre teremos, nunca teremos o suficiente. Então, nós precisamos na verdade usar o que existe, dialogar sobre isso e encontrar as soluções que também autonomizem as pessoas. Existem redes que elas não vão se distanciar mais do tema migratório, a assistência social tem tarefas que elas existem independente da nacionalidade das pessoas beneficiárias, elas vão ser, qualquer solução que construamos já vai passar pelo sistema de ciência social que existe, pelo sistema de saúde que existe, pelo sistema de educação que existe, público preferencialmente, todos públicos, e pelas colaborações que existem e não existe outra rede se não essa, não existe outra rede se não essa que já está no campo. Então, na verdade às vezes nós queremos pensar que se nós criamos necessariamente só vai ter solução com a burocracia a mais e que só uma burocracia a mais vai dar solução, nós estamos nesse debate, quer dizer, nesses 5 anos nós estamos muito longe de onde estávamos em 2010, onde, na verdade, eu não sei o que é pior, na verdade não quero disputar essa ideia porque as pessoas sempre falaram que não há política, há uma política, nós estamos mudando a política, durante 50 anos houve a política, ela não estava escrita e não era boa, e pelo fato que não há aplica pública acaba sendo uma coisa que acaba desresponsabilizando as pessoas que conduziam a política, que, na verdade a ideia de que a documentação é difícil, que para essas coisas tem dois lineares, um deles é se ela for mercosulina nós conseguimos dar uma solução para isso e queremos ser a solução universal, para o mercosulino a pessoa chega aqui, solicita e consegue a documentação definitiva, esse é o caminho da reforma migratória. Para que possamos pensar que o nosso objetivo não é a documentação, é o além da documentação, a documentação é o básico da cidadania. O além da documentação ele vai ser diferente para cada público. Então, se uma pessoa chega, ela sofreu uma violência e precisa ser atendida por um serviço, a ideia é nós que consigamos gerar a interface para que aquele serviço que existe, com a especialização e experiência que já tem consiga superar pontualmente a barreira linguística ou cultural. Então, essa interface, isso que vai entrar no meio é uma coisa que vamos desenvolvendo. Também, não se desenvolve do nada, as experiências hoje concretas vêm de São Paulo, eu acho que recomendo a todos que observem a experiência de São Paulo, surgiu com a nossa parceria e eles já tem esses espaços dados e que existe um órgão singular individualizado, é uma coordenação, São Paulo é a maior cidade da América Latina, tem 5 pessoas, ela funciona, ela faz coisas com isso, a Coordenação de Políticas para Migrantes da Prefeitura, eles tocam o projeto, agora nós estamos fechando o circuito da cooperação federativa inteiro, trazendo o Estado de São Paulo para dentro da corporação federativa, que deve propor, nós estamos esperando mais ou menos no começo de 2016 que já está aqui, 2016 já é agora, também uma ideia de intervenção no espaço, preocupada com interligar serviços preexistentes. Hoje o espaço que nós temos vem das experiências surgidas. E no Sul, em Santa Catarina, Paraná, nas cidades e capitais, em Florianópolis, Curitiba, em Porto Alegre

que estão propondo, estão em fase de elaboração conosco, os órgãos públicos propondo modelos e já debatendo junto com trabalho e emprego, com trabalho e Previdência-Social, com MDS, com direitos humanos e que isso vai surgir. Eu acho que isso vai ser um referencial, a partir daí a ideia do Estado brasileiro também é que se estimule o envolvimento da sociedade civil. Tem editais que possam envolver a sociedade civil em ações de proteção de direitos migrantes e integração. É médio, é disputável porque o dinheiro é público, mas assim, isso é política pública, nós vivemos em um modelo que o modelo não é totalitário, estatal, ele é um modelo feito em colaboração, 80% do que o MDS faz é feito através de organização da sociedade civil, não existe uma polarização do que é Estado e sociedade civil, mas sim do que é serviço público delegado ou executado diretamente, e, sobretudo, é serviço público porque nós temos que perceber que ele tem que ser feito dentro de certas especificações técnicas, não é porque é a entidade que ela vai fazer do jeito que ela quer, porque gosta de azul. Exato. Acho que é nesse sentido que é a ação pública não estatal, mas é um serviço público, porque senão nós perdemos, nós entramos no particularismo e é onde entra a fiscalização. Acho que toda a denúncia tem que ser feita, formalizada e colocada nos papel para os órgãos de controle, para o Ministério Público e diretamente para os órgão estatais, os próprios órgãos que estão (...) de violações e para os órgãos federais que isso foi uma coisa de trabalho, isso foi uma coisa do Ministério do Trabalho e Previdência, foi uma coisa e justiça e direitos humanos, que mande para a SDH e para nós, além do Ministério Público, porque nós precisamos também ter uma ação que seja concertada, concertada com C para que isso, articulado, para que isso seja ajustado. E eu acho que é esse o sentido, na verdade assim, ao longo desses últimos anos nós chegamos perto de proporcionar orientações nacionais, orientações simples, ou seja, em caso de dúvida documenta, em caso de criança adolescente existe um rito que é o rito que tanto o Sistema de Proteção Nacional de Crianças e Adolescentes quanto a assistência social já compartilham, a orientação pode ser muito simples, se não for brasileiro ainda assim proteja, não tenha dúvida, não atrase a proteção, não atrase encaminhamentos, não atrase apresentação e, sobretudo, não atrás documentação migratória. Ou seja, a documentação migratória tem que ser uma camada, a mais leve possível, enquanto ela for necessária, como falei, o utópico é que isso não exista, o utópico é que as pessoas fossem iguais realmente na sua natureza, não sendo, a ideia é que minimizemos o impacto da documentação migratória com uma barreira para acessar outros serviços. Então, por exemplo, nós vivemos na região Norte com um estado que dizia tem uma criança imigrante aqui que está desacompanhada, o que eu faço? O que você faz com a criança? Faço X, Y, Z etc., apresento para X, trago Conselho Tutelar, vou lá. Faz isso, mas é não é brasileiro, não interessa. Então, boa parte das diretrizes são tão simples quanto o não interessa. Em caso de dúvida não interessa a diferença de nacionalidade, proteja, nós estamos trabalhando para sistematizar isso porque é importante repetir isso, nós percebemos, é esse desafio, é, sobretudo, o desafio de não errar porque às vezes a generalização consegue, quando não se tem boa vontade de fazer, se usa algum efeito absurdo dessa generalização, que eu não encontrei nenhum, mas se usa algum para conspirar contra toda a política. E ao mesmo tempo nós percebemos que é importante repetir para prefeitos, secretárias, secretários, assistentes sociais, médicas e médicos, enfermeiros, enfermeiras isso, porque esses servidores só precisam escutar que não interessa, não é para discriminar com base em nacionalidade, e isso resolve, mas nós estamos perto de chegar a essa expressão, que diferentemente das políticas pública até

agora será uma declaração política escrita, institucionalizada, e que vai facilitar muito o trabalho de todas as redes. Se a nossa rede aqui e aquelas as quais nós nos ligamos simplesmente perceberem que é preciso trabalhar sem discriminação, e nos trouxeram as exceções, tipo, eu acho que não se aplica, traz para nós, que nós tentamos encontrar a solução. Nós fizemos isso com coisas tão varadas quanto o cartório que dizia que não podia registrar associação formada por estrangeiros, porque a lei 6815 embora claramente inconstitucional não está lá riscada e a lei disse que o Ministério da Justiça vai ter que autorizar a formação das associações compostas por imigrantes, nós vamos lá e esclarecemos para o cartório, isso é inconstitucional. Tanto isso, episódios de crianças, a cooperação jurídica em matéria migratória, tudo nós temos tentado. Olha, nos apresentem, nós vamos sempre estar coletando, não é trabalhando casuisticamente, mas tentando produzir aprendizado a partir da complexidade que vocês trouxeram. Jeanne, o próximo sírio que bater na sua porta fala para nós que vemos como encaminhar, ao invés de você gastar o resto da sua poupança. Tudo bem. Não, para inclusão nos serviços públicos locais. Sabe. E é isso. Nós trabalharmos, pensarmos exatamente como valorizar essas soluções. Boa parte dela não vamos criar novo, nós vamos aproveitar e aproveitamento de serviços públicos preexistentes tem que ser um princípio, para que seja legítimo também, nós sustentamos isso perante a sociedade que é uma sociedade suficientemente desigual, as pessoas estão aviltadas o tempo todo para desigualdades. Então, a nossa ideia é justamente trabalhar na eliminação da desigualdade e na criação de uma percepção distorcida que dê margem a um movimento xenofóbico de que isso está criando privilégio. Mas a ideia da de autonomia, a ideia da inclusão social tem que vir de formas que sejam sustentáveis no debate público. Então, aproveitar os serviços públicos preexistentes seria outra... Enumerar princípios é documentação é o limiar básico da cidadania, deve ser documentado, não discriminar nenhum serviço com base em nacionalidade, aproveitar os serviços públicos preexistentes, reportar qualquer barreira de atendimento a serviço público para o Ministério da Justiça, nós cuidamos de tentar eliminar essa barreira de atendimento a serviço, política, programa e qualquer coisa. E tentar cuidar das situações particulares também de forma que nós possamos depois replicar essa experiência, se for bem sucedida, ou advertir se ela for mal sucedida. Isso nós vamos canalizar no documento muito em breve, mas eu já disse basicamente o que não precisamos repetir para todo mundo para que cada um na sua área de atuação entenda como aplicar basicamente o que já sabe, o arcabouço que já tem. E volto a convidar, na verdade para que tentemos, é importante ter um diagnóstico do que vocês estão na prática encontrando em contato com núcleos de postos, em contato com as entidades da sociedade civil, com os órgãos, com o Ministério Público o que está aparecendo. Um documento de sistematização não é inútil, nós vamos registrar, além de um momento histórico que estamos vivendo na estratégia do serviço público, é também proporcionar aprendizado, precisamos saber o que está acontecendo junto de vocês que eventualmente não esteja chegando por outros canais, e isso estou falando aqui para todos os Colegiados em todos os âmbitos que pudermos ativar e mobilizar, simplesmente porque o tema de fato tem as duas características, ele não tem um sistema próprio, não sei se deve ter, mas hoje não tem um sistema próprio e ao mesmo tempo ele é de fato social total, ele permeia todas as dimensões da ação social nossa, humana. Então, é isso. Obrigado de novo. Se vocês acharem que posso ter enrolado alguma pergunta podem cobrar a resposta, às vezes me esqueço. Obrigado.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Obrigado João. Bom agora fazemos um intervalinho, o João vai ficar conosco no café e pode complementar alguma coisa. Uns 15 minutos e chamamos a todos.

(Intervalo para o café).

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Pessoal, vamos então continuar com o nosso trabalho. Nós temos agora a participação do nosso Conselheiro Rodrigo, falando também dessa interface que tem surgido e sempre é presente, da questão do tráfico de pessoas com o sistema SUAS. Rodrigo, falamos em 15 minutos, depois partimos para os questionamentos.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Bem gente, boa-tarde. Eu vou tentar ser breve porque eu acho que a fala dos João já traz algumas questões gerais, importantes para termos uma dimensão dos desafios colocados do ponto de vista de uma coordenação nacional desse tema e ao mesmo tempo a especificidade que cada uma das políticas hoje no Brasil saúde, assistência social, educação têm frente a essa temática da migração e também do tráfico de pessoas. É para você que eu peço para passar. Então, eu trouxe mais para quem não está acostumado, que sei que muitos de vocês provavelmente já conhecessem, mas a Política da Assistência Social ela tem aí três funções básicas, que é a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. E aí nós temos um sistema público criado para oferta dessas funções e que ele é relativamente recente, nós estamos comemorando 10 anos do SUAS agora. Então, apesar de possuir uma Lei Orgânica que data de 1993, mas o SUAS mesmo de fato entra como um sistema público há pouco tempo na agenda das políticas públicas. E nós trabalhamos numa lógica descentralizada, numa organização federativa dessa política, com competências bem claras, definidas, e nós do ponto de vista da União temos a competência pela normatização, pela regulação dos serviços e os estados e municípios primordialmente pela oferta do serviços, nós também enquanto União ofertamos alguns benefícios, como Benefício de Prestação Continuada – BPC, e o Bolsa Família, mas os estados e municípios também têm essa competência de regular também benefício, além da oferta de serviços. Hoje a assistência social se organiza em dois níveis de proteção não quer dizer que são níveis hierárquicos, mas há uma divisão do ponto de vista do tipo de oferta de serviço. Na proteção social básica nós estamos ofertando serviços para o fortalecimento dos territórios, para o fortalecimento dos vínculos comunitários, dos vínculos familiares, na proteção especial social, nós atendemos situações em que ocorreram violação de direitos, ou então que há risco social naquela situação, ou quando há demandas de acolhimento em função de rompimento de vínculos familiares, em função de demandas da justiça como acolhimento da criança e do adolescente. Isso estou falando bem ampassã, bem por cima porque pretendo chegar no ponto mais importante da apresentação que é o nosso tema de hoje. Então, essa é um pouco a lógica e mais um vez repito, não há uma hierarquia entre esses níveis de proteção e dentro da proteção social especial, de onde eu falo hoje dentro da

Política de Assistência Social nós temos dois níveis aí que seriam a média complexidade e a alta complexidade. A média complexidade nós temos, que seria o nosso carro chefe, hoje na Política de Assistência Social que hoje é o CREAS, que atende situações de violação de direitos ou situação de violência vivida pelos indivíduos, pelas famílias, além dos outros serviços como abordagem social, medida socioeducativa, PET, Centro Pop que atende as pessoas em situação de rua e eu destaco aqui a abordagem social e o Centro POP como dois serviços que têm uma interface com um público que pode ser um público que nós nos debruçamos aqui que são os migrantes, que em algumas circunstâncias também estão em situação de rua. Na alta complexidade nós estamos falando de serviço de acolhimento, basicamente. Se nós formos falar o que significaria a alta complexidade seria isso. E na proteção social básica onde nós temos o CRAS, como o João citou aqui, somando-se os CRAS que são os Centros de Referência da Assistência Social, que estão na produção social básica, com os CREAS, nós temos hoje em torno de 9.000 unidades espalhadas em todo o território nacional, o que nos dá uma capilaridade muito interessante, que nos permite capturar também uma série de experiências locais muito importantes para poder nos ajudar a pensar essa questão das especificidades do atendimento às pessoas vítimas de tráfico, e também as questões de imigração. Eu fiz um recorte das metas nossas, do MDS, das nossas metas no segundo PNETP, nós temos hoje 6 metas sobre a nossa responsabilidade. São seis? E destaque aqui que eu gostaria de fazer é nós termos hoje uma capacidade de capturar informações por meio dos nossos sistema de informação com uma certa robustez, nós temos hoje um censo anual que captura aí dados da nossa rede de assistência social que nos permitem ter um termômetro muito bom de como tem se dado o aumento da demanda de determinada situação, determinado público. E do ponto de vista do tráfico de pessoas nós temos conseguido capturar algumas informações que são bem relevantes para podermos identificar onde esse tema tem acontecido na nossa rede, os CREAS que têm atendido esse público, o volume de atendimento desse público. Então, da Senarc não está ali, do Bolsa, do cadastro Único. Eu percebi, para não entrar porque tenho pouco tempo, eu queria avançar no ponto que me interessa aqui. Nós fizemos, por exemplo, na meta, a primeira meta que foi citada lá atrás ela trata de atendimento dos CREAS das vítimas de tráfico, nós trazemos o recorte na tela seguinte de quantas atualmente nós cofinanciamos 2282 unidades de CREAS que estão em 2049 municípios e do total desses CREAS informaram ter realizado atendimento, foram realizados 1137 atendimentos de pessoas vítimas de tráfico. Isso não significa 1137 pessoas vítimas de tráfico, nós estamos falando de mais ou menos de uns 200 a 280 casos ano da nossa rede, e na verdade, isso é o registro da atividade realizada porque cada caso demanda muito mais do que um único atendimento, você tem um acompanhamento porque em média pela Rede de Assistência Social nós temos um acompanhamento em média de 6 a 7 meses desses casos e de outros casos de violação de direitos, isso dá um pouco a dimensão da cobertura da nossa rede e do volume de trabalho hoje relacionado a esse tema tráfico de pessoas. Aqui nós temos o recorte de gênero, para apontar para vocês aí que segundo os dados informados no Censo SUAS, desculpa, na RMA que é o Registro Mensal de Atendimentos, nós temos uma predominância de homens e na maioria, tem uma predominância de homens, na maioria das faixas etárias, só não na faixa etária de 13 a 17 em que há uma predominância de mulheres atendidas vítimas de tráfico de pessoas. Aqui o destaque do Serviço de Abordagem que é um serviço que atua predominantemente na rua, é um serviço que está no território, assim, e circulando pelo território, tem como objetivo identificar diversas situações como trabalho

infantil, identificar as pessoas que estão em situação de rua e que possam demandar serviços da assistência e também pode ser um importante parceiro do ponto de vista da estruturação de fluxo, de protocolos entre os serviços numa agenda intersetorial que pode se dar no território e que é um serviço que pode contribuir para a identificação de situações ali que indiquem tráfico de pessoas, enfim. Isso é um pouco da quantidade de oferta desses serviços pelos CREAS, nós temos hoje 1076 CREAS ofertantes dos serviços, que não necessariamente todos os CREAS ofertam esses serviços, mas temos um número razoável de CREAS ofertando esses serviços. Na alta complexidade nós também hoje, e principalmente a partir de 2014 nós conseguimos, nós inserimos na alta complexidade o tema migrantes, a questão do acolhimento. Além de estar como uma meta no PNETP, nós também conseguimos ano passado fazer uma expansão de cofinanciamento federal para os serviços de acolhimento em municípios com demanda de imigração, inclusive nós utilizamos para identificar esses municípios que tinham demandas de Acolhimento de migrantes dados do Enafon, da pesquisa realizada aqui pelo MJ, da PNAD que nos apontaram quais seriam os municípios de destino mais frequente de migrantes que demandariam serviços de Acolhimento e que tem sido um grande porta de entrada também, o nosso debate com Acre com relação ao Acolhimento, por exemplo, a questão dos haitianos no Acre passava de forma muito intensa pelo Acolhimento dessas pessoas, que é a chegada dessas pessoas no território, que não têm família, que não tem referência. Então, há uma relação muito direta entre os serviços de Acolhimento e essa questão da proteção que deve ser dada a esse público, aos migrantes, às pessoas traficadas. E aqui é um pouco das modalidades que hoje nós temos tipificadas, e aí é um destaque também que os serviços socioassistenciais possuem hoje um regramento que organiza essas ofertas do ponto de vista da estrutura necessária, dos recursos humanos necessários, das ofertas de serviço social necessárias para que esses serviços funcionem. Então, hoje no Acolhimento nós temos essas duas modalidades, o abrigo institucional e a casa de passagem que têm características distintas. A casa de passagem é uma unidade que tem ali uma... Acolhe por um tempo menor, essa sim seria uma característica fácil diferenciar, a casa de passagem do abrigo institucional, serviços de acolhimento para adultos e famílias, aqui trazemos um recorte da expansão que eu já falei agora há pouco, e aí eu destaco alguns dos critérios que nós utilizamos para selecionar os municípios que o processo de seleção no SUAS é importante deixar isso registrado, ele se dá de forma pactuada entre a União, os estados e os municípios. Então, não há um processo de negociação direta entre os municípios e a União, ou entre os estados e a União para a expansão de cofinanciamento federal. Todo o processo ele se dá no âmbito de uma Comissão Intergestores, que é a Comissão Intergestores Tripartite, e todo o processo de definição de novos recursos, de seleção de novos beneficiários desses recursos passam por um debate federativo e foi muito importante ter, por exemplo, essa referência dos postos avançados, os municípios que tinham, possuem o posto avançado, ou núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas, por exemplo, foram priorizados no cofinanciamento federal ofertado em 2014. Esse é um destaque que fazemos aqui. E aqui é um pouco o número hoje da expansão do cofinanciamento, mais um vez destaque aqui que estamos falando de cofinanciamento, então, a União entra com uma parte dos recursos e os estados e municípios entram com outra do recurso para a estruturação desses serviços. Nós sabemos que são serviços, no caso do acolhimento que são serviços que são caros, não são serviços baratos, estamos falando de um serviço que funciona 24 por 7, o dia todo aberto e durante 7 dias da semana. Então, aqui talvez seja um ponto de

fragilidade do ponto de vista da necessidade de se avançar e em um cenário hoje de orçamento restrito talvez isso seja mais preocupante ainda. E aí é um ponto importante que eu gostaria de destacar, o João citou rapidamente, o João tem acompanhado essa agenda conosco, nós convidamos, esse ano nós realizamos, constituímos uma Câmara Técnica no âmbito da ASSIT, falei agora há pouco uma Câmara Técnica que conta com a participação da União, dos estados e municípios, e com convidados afetos ao tema, uma Câmara Técnica sobre migrantes, ela foi instalada em 22 de setembro e ela tem como objetivo definir o papel da assistência social e populações intersetoriais para atendimento aos migrantes em conjunto com as demais políticas públicas. Essa Câmara já se reuniu por 3 vezes esse ano, não encerrou seus trabalhos, terá agenda para ano que vem. Na última reunião que foi no dia 26 de novembro nós convidamos o Secretário de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho, participou conosco para debater essa questão da inserção no mundo do trabalho e pontuar, trazer a visão dele sobre esse fenômeno da migração, e aí foi importante porque esse é o momento inclusive, que aí eu acho que é um ponto que foi colocado aqui pela Guilhermina, foi colocado também pela Graça, nós de fato temos algum tipo de, se formos buscar os atendimentos realizados pela rede nós podemos identificar algumas situações aí de atendimento nesse histórico, mas pensar o migrante, pensar esse fenômeno da migração do ponto de vista da assistência social de fato é algo novo, nós estamos nos debruçando sobre esse tema com mais ênfase agora. Então, algumas... E questões estão sendo colocadas agora que parecem questões simples, mas que não foram respondidas ainda e que não foram registradas, como, por exemplo o que torna os migrantes públicos da Política de Assistência Social? Em que momento esses migrantes passam a ser público da Política de Assistência Social? E aí também, Estela, eu acho que dialoga com essa questão de que não estamos falando só de pessoas traficadas, estamos falando de todo mundo, traficados, refugiados, migrantes. E, por exemplo, a migração é uma situação de vulnerabilidade em si? Então, são perguntas que nós estamos nos fazendo agora, colocando essas questões para os gestores estaduais, para os gestores municipais, para os profissionais do SUAS e quais ações são nossas, da assistência social, e como elas dialogam com os costumes, com as origens, com a diferença de natureza, com idiomas. Esses desafios colocados. Como que a proteção social básica que se materializa de forma mais clara, por exemplo, nos CRAS atua no atendimento desse público dos migrantes, que hoje temos uma preponderância do Acolhimento, como fiz o destaque aqui na apresentação, mas nós também temos uma necessidade de inserção desse migrante no território e o fortalecimento do vínculo desse migrante com a comunidade que ele está se inserindo. Então, o papel da proteção social básica nesse processo de inserção do migrante no território? Que metodologias nós precisaríamos construir, por exemplo, para que nós façamos esse processo de fortalecimento de vínculos? Para que possamos prevenir situações de violação de direitos, ou quando a migração se tornar um risco social, como que a produção social especial, que atua nas situações de violação de direitos passa a atuar e de que forma? E aí nós temos colocado essas questões, assim, de forma muito clara para reflexão dos gestores no âmbito dessa Câmara Técnica. Se puder avançar mais os slides, acho que tem os objetivos, tem os produtos esperados. Nós esperamos que essa Câmara Técnica produza um relatório contendo diagnóstico, conceitos e concepções que eu acho que é isso que foi colocado agora há pouco, que precisamos deixar isso mais claro, sobre a atuação da Política de Assistência Social no atendimento da migrantes, mais uma vez, repito, isso não sairá da lavra somente do MDS, sairá de um processo federativo que tentará

buscar as especificidades de cada território, porque sabemos que existem territórios que são passagens, existem territórios que são locais de destino e que as demandas colocadas para esses territórios são distintas, existem os municípios de fronteira que têm demandas específicas. Então, é muito importante que nós tenhamos esse processo de amadurecimento de forma participativa, com a presença dos gestores e dos profissionais do SUAS nesse debate. E um outro produto esperado é que nós temos aí recomendações de proposições ou aperfeiçoamento de ações de atendimento aos migrantes no âmbito do SUAS e nas demais políticas, e aí nas demais a tendência é que com isso tenhamos Resolução no âmbito da ASSIT, que organize essa oferta, que possa promover algum tipo de aperfeiçoamento dos serviços e isso pode repercutir na ampliação de cofinanciamento, na criação de um programa, na definição de serviços específicos e isso ainda está em aberto, do ponto de vista do debate no SUAS. Então, é muito importante deixar isso registrado. E isso não significa que nós não estamos cientes da importância de que hoje o fenômeno ocorre e que os serviços devem atender a esse público, o espírito que o João trouxe aqui é o espírito que nós estamos imbuídos, não interessa, não interessa a diferença, se ele é migrante ou se é nacional, o serviço, e aí assim, quando a Cida traz essa questão dos serviços que não estão, que os profissionais não estão atendendo, que as unidades, eu peço também que nós sejamos informados dessas situações porque a nossa orientação tem sido no sentido de ajudar de que os serviços estejam abertos e muitas vezes há uma certa insegurança e uma certa dificuldade dos profissionais de trabalharem com esse público pela incompreensão do fenômeno, pela dificuldade de lidar com as barreiras linguísticas, e culturais, enfim, existem aí alguns elementos que contribuem para isso, sem contar, o preconceito o tabu, enfim, tem uma série de fatores que contribuem para que não interesse a origem e não esteja completamente assimilado aí pela rede. Então, foram três reuniões esse ano da Câmara Técnica, essa nossa última reunião nós deixamos um dever de casa para os gestores que foi algumas dessas perguntas que coloquei agora para vocês, e algumas outras que nós questionamos os gestores e pedimos que eles refletissem e retornassem com uma posição, com algum conteúdo que dialogasse com algumas dessas perguntas, que são, por exemplo, em havendo a necessidade de Acolhimento os migrantes devem ser acolhidos junto com população em situação de rua ou deve ser acolhidos em unidades exclusivas? É necessário se agregar independente do tamanho da demanda? A metodologia de atendimento é diferente? O Acolhimento os migrantes deverá ser referenciado ao Centro POP ou ao CREAS? Há necessidade de separação de equipe de atendimento? Quando se trata de etnias, povos distintos, há que se prever espaços ou equipamentos distintos ou exclusivos? Como lidar com crianças e adolescentes desacompanhadas de responsáveis? Como integrar ações socioassistenciais e as demais políticas públicas? Algumas perguntas têm esse sentido de provocar mesmo, a ideia é que quando perguntamos que tem se se agregar ou não é que temos que ter clareza desses processos. Quais são os fluxos e protocolos que nós temos que construir, nós temos que ter clareza desse processo também. Não sei se tenho mais alguma tela no final ou se essa é a última. É essa é a última. Então, é basicamente isso, eu acho que a nossa fala está aí alinhada com o que o João colocou do ponto de vista dessa necessidade, nós do ponto de vista da necessidade de se aprofundar esse debate, da necessidade de pensar esse fenômeno, e como que a política e a assistência social vai lidar com esse fenômeno e eu acho que nós de fato ainda temos um chão a trilhar aí e tentar sair também dessa posição reativa em alguns momentos, porque nós temos tido de fato nos últimos anos uma demanda muito intensa, principalmente do processo de migração dos

haitianos, nós tivemos uma demanda muito intensa de diálogo com Acre, com Santa Catarina, com São Paulo, com Rio Grande do Sul e é importante que nós continuemos esse diálogo para garantir o Acolhimento e garantir ali os direitos desses migrantes, mas é importante que consigamos fazer uma reflexão, olhar de fora esse processo e conseguir pensar que política estruturante nós temos que construir no médio e longo prazo. Então, é isso.

(Palmas!).

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Obrigado. Bom, abrimos agora. Obrigado Rodrigo, bem esclarecedor. Abrimos agora então para os questionamentos. Alguém?

A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente) – Indiscutivelmente eu acho que a Política da Assistência Social é quem tem mais se apropriado e mais corrido atrás do prejuízo em termos do atendimento em geral, e mais ainda agora quando verificamos que se cria no âmbito dessa política uma Câmara Temática para discutir o tema. Indiscutivelmente isso me parece que isso é realmente um avanço e que bom que isso esteja acontecendo. Apenas eu queria retomar uma questão que para mim ainda é muito nebulosa na Política do ponto de vista do sistema, que é a questão da dificuldade que se tem de georreferenciar os casos e as violações. Eu acho que esse é um desafio do Estado brasileiro como um todo. Porque se você pega o Censo SUAS ele trabalha uma categoria no geral tráfico de pessoas, não tem, na verdade, a modalidade. E para além disso ainda há um aspecto que é a territorialização da violação que eu acho que, assim, quando pensamos em política pública nós temos que pensar nesse contexto do impacto dessa política, ainda que ela seja universal, até porque ela não tem braços, mas era importante o aprimoramento do Censo SUAS que também é um avanço, que eu considero o avanço, não só na revisitação das categorias para que possamos de fato entender melhor, até a dificuldade que o profissional lá ponta tem da identificação da violação, o acesso a essa vítima, a identificação, o atendimento e encaminhamento dessa vítima, que são verbos que a política brasileira ainda não conseguiu de fato trazer para nossa realidade. E também a questão da compatibilização com os demais sistemas, porque nós vivemos uma esquizofrenia dos sistemas todos de informação, você pega o Datasus ele trabalha com categoria, se você pega o Censo SUAS ele trabalha com outra categoria, se você vai para o sistema aqui mesmo no âmbito do Ministério da Justiça você tem 4, 5 sistemas que operam e não dialogam. E com isso perdemos uma coisa que é bastante preciosa que é exatamente o maior aprofundamento e o real dimensionamento dessas situações. Então assim, entender que de fato no campo da assistência social nós temos tido muitos bons avanços, mas precisamos, eu acho que o papel do Conatrap quando o recorte é tráfico de pessoas nós temos essa responsabilidade também de contribuir para que nós possamos de fato repensar esse modelo desse sistema nacional integrado de formação que vai nos permitir não só a identificação do caso, a modalidade da violação e a territorialização dessa violação.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Primeiro, parabéns, Rodrigo, por trazer isso para nós. Eu acho que temos que mandar nos nossos e-mails porque é importante que eu, por exemplo, pegue esse Power Point e passe lá no Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico. Quero registrar publicamente, nós temos um gestor de assistência, o Sérgio Wanderli, que tem se mostrado bastante presente na discussão da migração, tráfico e refúgio, e eu sei que ele tem uma participação nacional bastante efetiva que nós podemos contar com isso. Para vocês terem ideia, ele próprio é membro do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico no Mato grosso do Sul. Então, é uma pessoa bastante sensível. Eu havia mandado, eu mandei dois documentos, este mês eu mandei muita coisa para vocês, mas especialmente dois documentos, um foi a Carta de Corumbá, que foi um documento elaborado lá na perspectiva de discutir, acho deve estar aí inclusive no trabalho, na perspectiva de discutir a questão da assistência social no enfrentamento ao tráfico. Eu queria pautar de dois lados, um lado, eu tenho um histórico de acompanhamento daquelas operações policiais para a retirada do trabalho escravo. As operações de retirada do trabalho escravo ou as operações de retirada de pessoas em situação de tráfico, não dialogam com a política de assistência social. O que eu quero dizer com isso? Polícia é polícia, operação do Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Militar não tem significado uma ação junto com a política nem de assistência social e nem de saúde. Eu penso que se vamos nesse ritmo que estamos tentando implementar aqui no Conatrap, essa é uma discussão muito importante para nós fazermos, porque essas operações elas retiram 30, 40, lá nós tivemos uma operação que tirou 800, mas isso é raro, geralmente é 30, 20, 15, 10, e essas operações depois não dialogam com as políticas sociais bases. Então essas políticas parece que elas ficam para um outro momento que nós não sabemos qual é. Essa é uma primeira situação. Uma segunda situação que me parece bastante importante, eu conversei bastante pelos e-mails e dizer o seguinte: esta Conferência Nacional de Assistência era para planejar os próximos 10 anos, e eu quero registrar aqui que eu dialoguei muito com a Rede Feminista e eu continuo pautando que é preciso encontrar um lugar para os Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante. Esses postos não existem do ponto de vista da estruturação das políticas setoriais. Qual é a política que vai ser responsável por isso? No Brasil nós temos um sistema de organização política, eu tenho política de saúde, assistência, de educação, de segurança, de habitação, de transporte, é assim o que Brasil é organizado. Então, não dá para continuarmos neste Comitê achando que vai ter alguém que vai falar eu quero os postos humanizados. Não é assim, nós temos que encontrar o lugar político, o lugar orçamentário, o lugar da gestão dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, sob pena de nós continuarmos com seres que nós não sabemos onde eles estão pendurados. E eu defendi isso, eu quero dizer que desde há muito que discuto a Política de Assistência Social, mas eu quero dizer que não dá mais para a discussão, este é um assunto novo e estamos amadurecendo. Eu penso que os encontros da tripartite são fundamentais e eu gostaria imensamente de pautar que nas reuniões da triparte o Conatrap pudesse conseguir um convite para alguém de nós ir na reunião tripartite para acompanhar de perto esta discussão. Eu não estou desconfiando em hipótese nenhuma do Rodrigo, não é isso, nem da Stephanie, não é não, é essa a discussão, é uma discussão que quando você vai enquanto Comitê Nacional você tem um peso

diferente na hora de falar e eu gostaria muito que isso fosse pautado e que pudéssemos discutir.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Mais alguém? Responde ao bloco e nós... Responde as duas questões, se tiver mais alguém interessado pode levantar a sua placa. Que nós apontamos depois.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Bem, a Graça eu acho que tocou num ponto assim, primeiro de quem conhece um pouco mais a política e que já usou, já lançou mão dessas ferramentas que têm aí, que o MDS muito se gaba às vezes de dizer que tem, mas que às vezes é uma faca de dois gumes, eu acho que essa questão da inoperabilidade dos sistemas mostra o quanto que nós, enquanto Estado, construímos uma série de caixinhas que respondem para dentro das políticas, os questionamentos que as políticas fazem para que elas continuem aperfeiçoando as suas ofertas, mas que nós estamos falando de um mesmo cidadão que muitas vezes passa pelo Sinam, passa pelo Censo SUAS, pelo RMA, passa pelo SisMEC, sei lá, qualquer outro sistema que possa imaginar de política pública e esse mesmo cidadão nós não sabemos como que essas políticas chegam de forma integral para ele. Nós continuamos se auto referenciando que é também uma característica muito, é uma certa anomia da burocracia, quando somos muito auto referenciados nós criamos essas dificuldades de criar inclusive mecanismos de controle mais transparentes. Nós caminhamos de fato para uma construção de um conjunto de informações de sistemas que hoje nos dão alguns caminhos, assim, de melhorias e o que a Graça coloca da questão do georreferenciamento dos casos e das violações, de identificar isso no território, é fundamental e nós hoje temos trabalhado do ponto de vista da vigilância no SUAS com a construção de prontuários de atendimento aos usuários do SUAS, então, eu acho que isso aponta para uma melhor identificação, melhor georreferenciamento desses atendimentos. Hoje os dados que nós temos do ponto de vista do SUAS e do RMA são dados de atendimento que não permitem identificar o que o prontuário permitirá, que será o CPF e assim, claro, com todas as restrições relacionadas à intimidade e privacidade e tudo mais que devem ser respeitadas, mas do ponto de vista da localização dessas demandas e desses atendimentos é importante para conseguirmos direcionar os nossos esforços para onde há uma maior demanda, e enfim. Essa questão dos profissionais que o Censo SUAS, os Relatórios Mensais de Atendimento são preenchidos pelos técnicos dos CREAS, são preenchidos pelos técnicos do CRAS, pelos técnicos dos serviços e nós percebemos isso que Graça percebe aí também que é uma dificuldade muitas vezes de compreender o conceito, de entender o que significa o fenômeno. Nós fizemos um levantamento o ano passado entre as CREAS que atenderam situação de tráfico, e nós percebemos essa confusão conceitual, muitos dos técnicos que haviam preenchido o Censo indicando que havia atendido situação de tráfico, na verdade não havia atendido situação de tráfico. Então, também imaginamos que haja CREAS que têm situações de tráfico que não estão notificando. Então, nós podemos ter um super notificação como um subnotificação aí. Então, isso é para nós um ponto de pauta, inclusive que nós conversamos naquela discussão do projeto lá transfronteiriço, de mobilizar rede, de levar os conceitos, de discutir com a rede, eu acho que isso permitirá um aprimoramento, uma qualificação desse dado no

momento em que o técnico for lá preencher o Censo, ou for lá preencher o RMA, nós precisamos melhorar de fato isso. Hoje do ponto de vista da política de educação permanente nossa do Sistema Único nós ainda estamos em temas muito gerais, estamos tratando de como orçamentar a política de assistência, como planejar a política de assistência, quais são as proteções da política de assistência, qual é o papel da política de assistência, nós não conseguimos, nós não chegamos por uma questão de fato de time, nós estamos ainda construindo uma rede universidades e também de nós operamos a educação permanente no SUAS em parceria com os estados que contratam as universidades e hoje nós estamos nesse momento ainda preliminar que é o de alinhar conceitualmente o que é o SUAS na nossa rede, nós estamos falando de uma rede 500.000 trabalhadores e que têm entendimentos bastante heterogêneos sobre a política e nós temos esse momento, que pretendemos no futuro próximo poder inserir nos nossos conteúdos temáticas como tráfico de pessoas, nós temos recebido vários de vários temas, pessoa em situação de rua, crianças em situação de rua, Acolhimento específico, mulheres vítimas de violência, enfim esses temas a nossa pretensão é que eles, até inclusive drogas, por exemplo, que é um tema também tem batido muito a nossa porta, que nós no futuro tratemos disso e enquanto isso não ocorre nessa política mais ampla, que nós consigamos nessas unidades, com esses profissionais que têm apontado aí o atendimento dessas situações, ofertar essas ações intersetoriais que nós temos feito com MJ, a nossa preocupação em fazer essa ação junto com vocês nos municípios de fronteira é um pouco isso também. Com relação à colocação da Estela, da participação do Conatrap na Câmara Técnica, eu também acho que é muito importante que o Conatrap faça essa solicitação, eu acho que poderia ser feita uma solicitação oficial, formal para a Secretaria-Executiva da ASSIT, que hoje nós temos como convidado permanente o João, enquanto representante do Conare, está lá, e nós temos convidado eventualmente, Estela, algumas pessoas como o Sérgio, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Paulo Sérgio, que é presidente do CNIg. Então, nós temos total interesse que, neste momento, pessoas qualificadas possam pautar de fato essa discussão dentro desse Fórum, que é o Fórum que vai definir, traçar os parâmetros aí de atuação do SUAS para essas questões. E mais uma informação para você também, Estela, nessa Câmara Técnica a Izildinha Barbosa, que é da Secretaria de Estado do Mato Grosso do Sul tem participado das reuniões, só para ficar sabendo que tem uma pessoa do Mato Grosso do Sul participando e você pautá-la lá também. Bem, acho que é isso.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Obrigado. Mais alguém tem algum questionamento? Bem, então, passamos adiante no nosso... Com a palavra a Dani para fazer um breve relato aqui da participação do Conatrap na Conferência Nacional de Assistência Social.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Não, somente contextualizar que esse foi um debate da reunião passada do Conatrap, a questão do Comitê participar ativamente das Conferências que estavam aí já agendadas tanto para 2015 quanto para 2016, nós temos uma lista imensa de conferências e foi um encaminhamento muito interessante, mas também deu muito trabalho, se vocês acompanharam muitos e-mails e nós queremos nesse momento trazer um pouco dessa

experiência inovadora para o Conatrap, mas eu estive acompanhando em alguns momentos a conferência, para mim foi uma experiência fantástica, assim, e até parabenizar a própria organização da conferência nacional da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, foi muito organizada, muito bem pensada. E aí colocar, eu gostaria de privilegiar as falas dos Conselheiros que participaram, mas só colocar que nós temos uma série de outras conferências, com encaminhamentos inclusive para levantarmos, fazemos uma primeira chuva de propostas. Lembrar somente que o encaminhamento do Conatrap, daqui a pouco vamos entrar em outro ponto de pauta que é conferência também, mas aí nós vamos discutir as próximas e pensar estratégias de atuação. Nesse momento nós não vamos abrir muito para debate, eu gostaria que vocês ouvissem a experiência e se tem alguma sugestão nós levássemos para a próxima, para o próximo ponto de pauta que são as conferências que virão. Eu acho que o pessoal que vai, os Conselheiros que estiveram presentes lá, a Estela, da Rede Feminista de Saúde, a Graça, do Instituto Aliança com Adolescentes, o próprio Rodrigo, do MDS, que se não estivesse lá, a Aldenora, nossa querida Aldenora, que gostaríamos muito que ela pudesse estar aqui agora, ela estava correndo na organização. E assim, a participação da Aldenora foi fundamental para conseguirmos, além da Estela que estava lá na luta mesmo para que as propostas entrassem, que não é fácil, principalmente quando a fase já está na nacional, então os debates já estavam correndo e nos municípios e estados e nós não alcançamos essa fase. Então, conseguir inserir proposta numa Conferência Nacional é muito mais difícil. Então, nós assim, estamos de parabéns, a equipe, o trabalho, apesar de ter sido um curto tempo para nós pensarmos em todas essas estratégias, mas também agradecer pela insistência da Estela, que acho que se não fosse essa característica insistente dela não teria saído, isso eu posso garantir, persistência. Então, parabenizar. Vocês têm na pasta qual foi a versão final da nossa proposta, eu queria só mostrar que esse é um pouco o padrão que vamos tentar seguir para as próximas, um capa colocando as propostas, assim, o visual ajuda muito a atrair porque numa conferência o mundo de papéis, de informes que tem, a linguagem tem que ser fundamental, objetiva, direta e que chame a atenção. Na contracapa do nosso folder, outra coisa que achei fundamental, citar o nome de todas as instituições do Conatrap, em alguns momento lá eles falaram assim, muitos como já foram citados aqui não conhecessem o Comitê, todas essas instituições aqui apoiaram, participam desse Comitê e estão de acordo com essa proposta. Então, ok, meio assim, dá peso, só falar que é o Comitê é muito genérico. Então, nós sentimos em algumas falas que veem que cada uma dessas instituições que já são conhecidas no cenário nacional estão falando em nome desse Comitê. Aí nós colocamos a definição de, aquela introdução que nós combinamos, já deliberamos que seria para todas as conferência, se bem que passou... Passou. Então assim, o cérebro está pedindo para ir para casa. Então assim, essa vai ser a ... Em todas as conferências vai entrar esse parágrafo introdutório, só lendo para todos, ficou assim definido, o tráfico de pessoas causa e consequência de violação de direitos humanos ocorre em todo o território nacional, combinando processos de recrutamentos, movimentos migratórios nacionais e estrangeiros, e o cerceamento da liberdade por meio físico, simbólicos ou por dívida. A finalidade do trabalho do tráfico de pessoas é sempre a exploração podendo ocorrer em quaisquer tipos de trabalho, inclusive na exploração sexual de crianças e adolescentes. Também ocorre o tráfico de pessoas com as finalidades de comercialização de órgãos e tecidos e adoção mediante paga. Para seu enfrentamento há necessidade de políticas econômicas e sociais, que políticas econômicas e sociais primem pela garantia de direitos e erradicação de

condições que promovem as desigualdades. Esse texto foi discutido e aprovado por e-mail, também já quero colocar aqui que o Conatrap ainda tem muita dificuldade de deliberar por e-mail, a questão de participar, alguns membros participaram, mas isso ainda não, nós temos dificuldades de contar com a participação de todos. Então, é algo que também coloco, até porque essa também é uma forma inclusive instituída por Regimento Interno, porque o Comitê só se reúne a cada 4 meses, se não conseguirmos aprender a dialogar, a discutir e avançar também por meio dessas ferramentas vai limitar a atuação do próprio Conatrap. E aí tem, vou deixar para a Estela contar como foi a experiência, também peço que a Graça e o Rodrigo complementem e contribuam com a experiência que eles perceberam lá, mas nós saímos do Conatrap com 5 propostas, e aí numa reunião que foi convocada pela Aldenora, e nós descobrimos a influência que a Aldenora tem no âmbito da assistência. É a reunião que a Aldenora convocou, então, isso também foi muito importante, e assim, no horário de almoço, então assim, numa conferência, horário de almoço, competindo com o almoço e as pessoas iam lá mesmo sem nem saber exatamente do que se tratava, que estávamos levando toda uma pauta já construída. As fotos, só para vocês verem um pouco de como foi. Começou assim, tímido, nós meio com medo se ia realmente... Mas aí com o tempo foi vindo e inclusive pessoas que nós conhecemos nos cursos de fronteira estavam lá, do Oiapoque, e assim, pelas assinaturas que nós colhemos foram cerca de 50 pessoas nessa reunião e tinham representantes de cada região participando e discutindo, e dessa reunião as nossas propostas foram reformuladas. E aí deixar para a Estela contar um pouco como foi, por exemplo, nós tivemos que engolir de entrar no nosso grupo, que já era, passava do tráfico, nós acrescentamos na nossa proposta migrante, refugiado, e aí eles disseram: queremos população em situação de rua, aí a Estela: mas não tem nada a ver. Mas para que conseguíssemos que nossas propostas fossem defendidas lá tivemos que aderir a deles também. E eles colocaram: não, mas população de rua está vulnerável ao tráfico de pessoas. E realmente. E assim entrou num conjunto de grupos vulneráveis ao tráfico. Então, eu passo agora a palavra, só agradecer realmente, a palavra para os Conselheiros que estavam presentes para rapidamente, sinteticamente colocar quais foram os pontos positivos, o que vocês tiraram dessa experiência e o que vocês deixam para o Conselho até porque temos outras conferências à frente para participar. Está acontecendo uma, a indigenista que começa amanhã. Juventude também, ou seja.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Eu acho que tem Graça e Rodrigo que estiveram lá e dá para irmos trocando. Então, eu acho que são coisas que nós temos que nominar, uma coisa foi a nossa discussão da internet, a outra coisa foi eu passar umas duas horas com a Dani ali do lado tentando fechar o texto, gente, porque isso tudo é um exercício intenso, dramático porque um quer uma palavra, o outro quer outra palavra, e outro outra palavra, é muito difícil. E vocês lembram que demos uma data para fechar o primeiro texto, o que é tráfico, depois que a data tinha terminado tinha um monte de gente mandando ideia de como tinha que ser. Eu falava: Meu Deus do Céu, voltando tudo de novo, mas é isso. Então, eu acho que agora a Dani está assumindo mais essa questão mais protagonista do papel da Secretária. Assim, vou fechar e vamos fechar e fecha. Eu acho que isso é fundamental no papel que a Daniela está começando a desempenhar aqui e no Comitê. Nós fizemos uma proposta, eu e Dani sentamos com tudo que todo mundo mandou

e fizemos uma proposta. A Aldenora fez os cartazes e quero dizer aqui que o Conatrap não tem dinheiro para essas coisas. Então, se não fosse a organização da Aldenora indicar, eu por exemplo, não teria vindo, a Graça e o Rodrigo e a Dani que teriam segurado, eu não teria vindo e eu sei como é que é. A Graça tinha uma série de outras coisas, conseguiu ir à reunião, o Rodrigo estava na conferência inteira. Então, tinha que ter alguém que articulasse mesmo, tem que ter alguém solto na conferência que vai nos grupos, que pauta os grupos e aí tinha que fazer isso mesmo. A conferência tinha as delegações estaduais, eu falei acho que 15 ou 16 delegações estaduais, eles tinham grupos de WhatsApp, mandando a proposta no grupo de WhatsApp, é aquele trabalho de costurar cada coisa. A Aldenora fez os cartazes, chamamos a reunião para o meio dia. O que aconteceu na reunião do meio dia? Concorremos com os assistentes sociais, com psicólogos e com a reunião, nem lembro do que era, de gestores, ou seja, não tinha público para a nossa reunião, mas tinha o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, que foi quem mobilizou e no final tínhamos mais de 50 pessoas na reunião. Lá pegamos o nosso texto e eles olhavam tudo e falavam: não, escreve aí, não estão escrevendo aí. Eu falava: “Meu Deus do céu, vão mudar tudo de novo”. Aí chegou uma hora, e assim, cada um queria contar seus casos de tráfico, todo mundo que se inscrevia contava um caso de tráfico. Então, vocês imaginam, nós tínhamos uma hora para rever a proposta inteira, a Dani tinha que voltar correndo para cá, fazer o texto tudo de novo e cada um contava uma história de tráfico. Todo mundo se inscrevia, eu falava é hoje que não saímos daqui. Mas enfim, como disse o menino do Amapá: aquele seu jeito nervoso, mas calmo, deu certo. Nós tínhamos uma hora para fechar as propostas, gente, acho que tinha uns 20 inscritos, cada um contava uma história diferente e ainda falava: o que você acha? E aí o outro falava: eu acho não sei o que. E nós lá tentando fechar. Enfim, inserimos a questão da população tradicional, da população local, o depoimento da menina do Marajó foi fundamental, o pessoal lá, olha para o Marajó que o negócio é sério, foi fundamental porque ela estava dizendo o seguinte, quando vem para prender a mãe porque vendeu o filho não cuida da mãe e nem da família, fica preocupado porque ela vendeu o filho, mas ninguém cuidou dela. Ela fez um depoimento emocionante e nós inserimos populações tradicionais, aí o pessoal do movimento da população de rua, que eu acho que merecia realmente um debate com o MDS e com o Ministério da Saúde, que é o seguinte, o grande número de aliciamento que ocorre com a população de rua para diferentes tipos de coisas, inclusive para a venda de bebês e para o trabalho escravo. Eles são muito visados e tem lugar inclusive que vão buscá-los para esses dois tipos de aliciamento. Bom, inserimos tudo isso. A Dani veio e fez o documento. Voltamos lá porque a conferência da assistência ela teve uma sistemática bastante interessante, de manhã discutíamos por região, e à tarde por dimensão. Na discussão por região nós conseguimos inserir propostas que falavam de tráfico, refúgio, retirada de trabalho escravo e migrante, na Região Sul conseguimos colocar duas propostas, na Região Centro-Oeste conseguimos 5, na Região Norte conseguimos 2. Aonde ninguém falou desses 5 assuntos? Nordeste, não tem uma proposta para Região Nordeste e o Sudeste eu acho que tem um negocinho lá escrito migração escorrendo do texto. Então, percebemos de forma muito concreta que essas regiões estão desprovidas de discussão, não tinha ninguém para defender essas propostas muito embora entregamos o material, ou seja, a Janete hoje falou, Minas Gerais não consegue discutir isso, não discute, não vai, não entra e no Nordeste era terrível. Então, eu acho que isso é uma coisa que precisamos fazer um pouco esse panorama entre nós aqui onde nós temos que jogar fogo nessa conversa. E à tarde era sobre dimensão, eu quero dizer para vocês que

a minha experiência na dimensão dignidade foi uma experiência muito interessante e sofredora. Eu estava no grupo que tinha 5 cegos e uma com deficiência, não é cegueira não gente não, que enxerga pouco, como chama? Baixa visão, não sei falar os nomes, e aí tinha duas meninas, uma de Rondônia e outra do Paraná com ódio total aos migrantes, não queria que a proposta passasse, foi uma situação bastante difícil e conseguimos passar uma proposta só no grupo dignidade que fala de migrantes, que era o grupo onde tinha que passar todas as nossas propostas, porque era o grupo que tem tinha a ver com isso e podia ter 20 propostas, só conseguimos passar uma, tinha uma discussão de ódio aos migrantes muito forte e aí inclusive o menino que era cego do meu lado pensou que elas estavam brincando, que não era sério aquilo que elas estavam falando. Ele falava, mas ela está falando sério? Eu falava: “Está. Não é possível!”. E aí um falava para o outro cego: “É sério”. Porque era uma situação bastante constrangedora. Para mim é uma situação muito desconfortável porque é muito difícil ir para uma Conferência de Assistência Social e ouvir um discurso de ódio ao migrantes, eu falo, se fosse para uma Conferência de Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas até que dava, mas numa Conferência de Assistência Social. Eu acho que essa foi uma experiência e ia nesses grupos você tem que negociar de novo o texto. Então, você tem que negociar texto aqui entre nós, o texto depois com o povo da conferência que é nosso, o texto no grupo e depois reescrever o texto. Acho que foram momentos muito tensos, nós meio que juntamos o grupo, éramos uns 20 lá que fazia os textos passarem e negociava texto. Então assim, nós vamos ter textos diferentes, nas diferentes regiões de acordo com o jogo de força que tinha em cada lugar.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Eu vou fazer uma fala para tentar ajudar na construção da participação do Conatrap nas próximas conferências. Eu acho que a Estela traz aí, traz uma visão do momento que é bem interessante, do momento que aconteceu a conferência e também desse processo de construção do texto, aí do envolvimento dos Conselheiros que é importante, mas eu acho que é nós tivemos um conjunção de fatores que, depende da forma como cada conferência está organizada, mas essa Conferência de Assistência Social ela tinha uma característica e estava bem marcado isso, de primeiro que tinha uma... Para você ter acesso à conferência e credenciar e tal não é uma coisa tão simples, algumas outras conferências podem ser mais tranquilas e isso demandou de nós uma articulação muito forte com a coordenação, o que significa isso? Que não tivesse alguém do MDS, que no caso fui eu que fiz o contrato com Conselho de Assistência Social para credenciar as colegas para entrarem na conferência, elas não teriam entrado. Então, isso é importante nós verificarmos se dentro do órgão que está organizando a conferência quem é essa referência, ponto focal, para do ponto de vista da participação, da entrada na conferência viabilizar a participação dos Conselheiros. Então, esse é um ponto. Outro ponto é, nós tivemos a participação de uma Conselheira Nacional de Assistência Social de forma muito intensa na contribuição, em viabilizar a participação do Conatrap na conferência, falando da Aldenora, primeiro que ela fez um trabalho esse ano, assim, que é muito interessante compartilhar aqui, eles criaram 26 Fóruns Estaduais de usuários do SUAS, isso foi um baita exercício que permitiu a ela ter uma inserção do Oiapoque ao Chuí, do ponto de vista do diálogo com o trabalhadores do SUAS e isso se refletiu no momento que nós precisamos de gente para discutir as propostas do Conatrap, porque essa conferência foi a primeira conferência que nós tivemos um

espaço mais privilegiado para os usuários, os usuários tiveram stand, se nós tivemos uma determinação de percentual mínimo de usuários como delegados que deveriam sair das Conferência Estaduais e isso deu um peso muito legal que foram os usuários que pautaram o tema do tráfico na conferência. Quem nos deu força lá foram os usuários. Então, tem esse fator também de uma Conselheira muito envolvida com a conferência que ajudou nesse processo de forma muito decisiva, ela foi, eu acho que foi decisiva nesse processo. Eu acho que essa disponibilidade que a Estela colocou aí de ter alguém do Conatrap que possa circular, porque ao mesmo tempo em que ter alguém do órgão que no caso específico fui eu, que viabilizou a entrada, não significa também ter alguém que vai ajudar na conferência, porque eu estava envolvido com mais um milhão de coisas que era o stand do MDS, era articular com os delegados, era fazer movimento, nós fomos ao Congresso e enfim, fizemos um monte de agenda na semana da conferência, o que não permitiu a mim, por exemplo, acompanhar de forma mais próxima o que estava sendo debatido. Eu consegui participar da reunião com usuários e basicamente só, fora a viabilizar a parte da burocracia. Então, é importante que tenhamos alguém do Conatrap que consiga circular nos espaços da conferência e faça articulação política. Então, eu acho que essa é um outro fator que ajuda no sucesso desse processo a. Nós também, eu acho que um ponto a ser destacado, que dialoga também com o fato de ter uma referência dentro do órgão que está relacionado com a conferência, esse texto com as propostas eu recebi junto com vocês, claro, e quando recebi esse texto eu circulei esse texto na SNAS, isso há dois ou três meses atrás, então isso foi muito importante para que nós do ponto de vista do MDS também tivesse muito tranquilidade em dizer essas são as propostas do Conatrap, beleza. O único problema que tivemos ainda foi a proposta 5 que os colegas do DBA, que cuidam dos benefícios socioassistenciais pediram que reformulássemos, que acabou entrando como anexo aqui, mas as outras propostas todas haviam circuladas entre diretores e secretários de assistência social, então eles sabiam que o Conatrap ia incidir lá com propostas e sabiam quais eram as propostas, eu acho que isso foi bom do ponto de vista, se eles discordassem tudo bem, iam para o embate, como eles puderam contribuir eu acho que se sentiram até implicados no processo, com a responsabilidade de apoiar ali a inclusão nesse tema. Então, eu acho que são alguns fatores que nós temos que levarem consideração no momento que formos construir essa participação nas conferências. É basicamente isso. Acho que tinha mais alguma coisa para falar, mas vou deixar você falar que eu vou ver se lembro.

A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) – Eu fiquei ouvindo porque essa é a minha segunda reunião e eu estou ainda me inteirando melhor da questão do tráfico para eu poder daqui há pouco estar contribuindo mais. Mas falando da Conferência, eu faço parte da Organização da Conferência Nacional da Mulher, então, é muito difícil, eu quero deixar isso aqui para já saber que não é fácil entrar na conferência, lá nos estados, para sair da municipal para a estadual sai quase morte, porque todo mundo quer, e é limitado pelo tamanho da população de cada Município. Quando vai para a estadual chega lá então, na Conferência Estadual de Minas Gerais eu pensei que ia ter até morte porque todo mundo quer. Então, ninguém acha que aquele tem que ir, quem tem que ir é ele. Então, o que é a minha sugestão? Todas as conferências tem uma quantidade de convidados e uma quantidade de observadores, qual é a minha opinião? A minha sugestão? É que já do Conatrap já peça antes de acontecer a conferência a possibilidade de entrar ou

duas ou três pessoas ali para estar falando em nome do Conatrap, mesmo que não tenha voz para votar, mas que participe e possa fazer essa interação ali dentro da conferência, porque senão não vai ter jeito. Agora, as conferências que eu participei tanto municipais quanto estaduais, eu estive no Piauí dia 07 e 08 agora, representando o Conselho Nacional de Direitos da Mulher e na conferência do Piauí eu consegui colocar alguma coisa porque o governador, a vice-governadora chamou uma audiência pública, com a presença do governador e estava lá agora a Secretária Eleonora Menecutti, e então ali foi colocado, nós conseguimos, eu consegui falar um pouquinho sobre isso. Quando chegou ali na conferência de fato um grupo que fiquei que estava tratando da questão dos Conselhos, ali eu consegui colocar alguma coisa. Lá em Minas, neca de neca, ninguém quis discutir isso. Eu falei: “Gente, será que aqui não tem tráfico?”. Porque ninguém quis discutir isso nos grupos e nem nada. Então, temos que fazer esse trabalho agora porque senão não vamos conseguir colocar por essa dificuldade aí. Era isso.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Quería que a Graça contribuísse um pouco, mesmo no que você participou, Graça, dizer como foi a experiência. Eu acho que acabou emendando no próximo ponto de pauta porque extrapolou. E aí antes da Graça falar, já que a Janete tocou no ponto da Conferência para Mulher, nós temos hoje, tivemos uma grande notícia que a Lívia está como delegada na Conferência Nacional de Mulheres, a Bete também. Gente, você também? Já é um outro parabéns. Então já temos um ganho muito que nessa conferência estávamos sem delegado nenhum. Então, já... Tem outras questões que vamos ter você refletir.

A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente) – As mulheres estarão super bem representadas. Na verdade assim, eu já tinha me sentido muito contemplada na fala da Estela e aí completou com as observações super pertinentes do Rodrigo, porque foi isso um pouco que sentimos, esse processo de dificuldades imensas tanto do ponto de vista de acesso à conferência, desde a elaboração dos documentos. E assim, é mais assim, que isso sirva como um aprendizado para nós, e assim, senti que o fato dessa interlocução ter sido só com usuários, me parece que vamos ter que talvez pensar uma estratégia de como é que é esse conjunto de propostas, se eles, na verdade, alcançam os outros segmentos, qual seria aqui a sugestão para que também os outros que são tão representativos quanto, pudessem se apropriar dessas informações e dessas propostas que nós estamos trazendo. E talvez um outro aspecto que eu sinto, é assim, a devolutiva disso, como é que nós sabemos que de fato essas propostas entraram lá na compilação final da consolidação final, e na sistematização desses relatórios para que nós não nos sintamos um pouco assim, desesperançados, mas é mais nesse sentido. E assim, talvez assim nós a partir de agora um pouco planejar melhor as próximas conferências, aí já entra nesse próximo ponto de pauta, não sei, criar talvez uma forma de encaminhar oficialmente como Conatrap um pedido de comparecimento de uma mesa redonda ou de uma roda de conversa, enfim, nós pensarmos aqui um pouco como é que pode ser construído isso, mas a experiência enquanto conferência nacional, apesar de toda essa blindagem, Rodrigo, que só foi nos permitido o acesso por conta de Rodrigo, que possamos avançar nesses processos.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Só fazer uma palavrinha, que a Graça me lembrou o que ia falar. Você falou do que eu tinha esquecido. Ontem eu conversava com a Léa, que é a vice-presidente do CNAS justamente por conta de reunião de hoje, e havia pedido a ela a sistematização das propostas, e ela ainda não a tem, os relatores, a relatoria da conferência ainda está finalizando, a conferência terminou final de semana passado e provavelmente nós a teremos em janeiro, meados de janeiro, final de janeiro. Assim que nós tivermos acesso às propostas aprovadas na 10ª Conferência, o compromisso nosso é compartilhar aqui com o Conatrap até para podermos fazer um scanner aí, olhar, ver o que ficou ali de referência a tráfico de pessoas, migração e refúgio das propostas da conferência. E aí assim, já aproveitando que nós estamos emendando, já que a mesa já autorizou emendar na próxima pauta, eu entendo que do ponto de vista do modelo nós estamos, temos um desenho que já está, foi testado que eu acho que melhoras podem ser feitas, parece que esse é o desenho, temos as referências da conferência aqui, foram construídas na última reunião, e nós fizemos um processo de pactuação de um texto via e-mail, que foram as proposta aí que foram levadas. Então, eu acho que do ponto de vista de construção das propostas eu achei a ferramenta é suficiente. E eu entendi também que da conferência das mulheres estamos bem servidos do ponto de vista da participação. E olhando as conferências previstas aqui, eu vi aqui que a de segurança pública, porque a indigenista começa amanhã, ok, então, a indigenista sinto que é uma conferência que nós já perdemos, certo? A não ser que alguém tenha alguma... A Eliane Pequeno está lá, mas a Eliane Pequena está lá, não o Conatrap, assim, eu acho que é isso. De segurança pública não tem data, nesse documento que está aqui comigo. Eu entendo que é uma conferência estratégica.

A SRª. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Tem um levantamento mais atualizado.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Porque poderíamos, então a minha proposta é identificar as conferências que são chave e já começar a mobilizar essas referências.

A SRª. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Algumas estão superadas, outras não têm agenda, então nós temos um tempinho. Agora, tem outras que já estão agendadas e que estão próximas.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – E nós temos as referências que foram tiradas da última reunião da Conatrap, que já devem começar a pensar na construção das propostas. Eu acho que esse é o primeiro passo para nós chegarmos lá na conferência com uma robustez, com uma musculatura mínima para poder intervir no debate, sem proposta não vamos intervir no debate. Então, é fundamental que construamos essas propostas. E temos conferência chave,

direitos humanos em abril, nós temos das mulheres em março, e essa de segurança pública que eu acho que são três conferências importantíssimas.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Teria que deliberar aqui quem vai ser a pessoa chata que vai fazer com que as coisas aconteçam.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Na segurança pública não tem referência, Kátia Segler, mas não é nossa.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – É nossa porque ela é da Senasp.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Então, mas só tem uma pessoa de referência da segurança pública?

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – No momento que nós definimos, é, porque na época que foi definido. Vamos conferência por conferência, ver as que não vamos incidir mais por falta de tempo, não vai ter condições concretas, senão nós temos menos de meia hora para acabar a reunião, porque os serviços que fazem a reunião acontecer vão embora e vão deixar. Então assim, por exemplo, conferência alimentar já foi, pode subindo, saúde já foi e aí tem todo o ressentimento de não termos conseguido. Assistência social, ótimo, foi com louvor. Aí nós temos juventude, 16, mas assim, não temos como incidir para ser bem, assim, prejudicada, pode passar. Indigenista também. Agora nós temos mulheres que é em março, 15 a 18 de março, nós temos esse grupo que é a Guilhermina, Fernanda Papa, Dalila, Janete, agora acrescentei a Lívia, mas acho que todas delegadas que estão aqui, que são do Comitê tem que participar desse grupo.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Como Fernanda Papa não é mais SPM, o colega da SPM, porque acho que é importante a SPM manter essa referência.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Fundamental. E eu acho que a Fernanda vai estar, antes de formalizar toda a saída, ela está só de férias, mas ela já está trazendo o grupo da SPM para poder já ir se inteirando do assunto.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Eu queria me colocar nesse grupo aí até porque eu já fiz a compilação e fica mais fácil. E não vou vir à conferência.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – A Bete já está e acho que tem que entrar também... Todas as que são delegadas. Janete, da CNDM, Maria Aparecida, Davida, aí esse grupo aí, Estela, eu acredito que nessa conferência vai ser mais porque você foi única fazendo todo esse trabalho, aqui nós vamos ter no mínimo 4 delegadas que vai precisar fazer o que você fez, na verdade.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Vai precisar fazer o que o Rodrigo fez, o que Aldenora fez e o que eu fiz.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Por exemplo, é da mulher, então, vamos precisar contar o Janete, com o pessoal da SPM para nos colocar lá dentro, e aí vamos pensar estratégia se tem que oficialar nós oficialamos, enfim.

A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) – Tem uma questão que é anterior a essa. Qual vai ser a metodologia da conferência?

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Tem um caderno, um guia sobre isso, eu posso socializar. Natasha, escreve já dentro do quadro. Aqui já são os 4 eixos centrais do debate que aí seria interessante ver onde o tema vai, tudo está relacionado, então não adianta vir com uma proposta que não tem nada a ver com o eixo temático da conferência, não entra. Aqui eu já coloquei os 4 eixos. Agora nós temos que traçar um pouco aqui como nós vamos trabalhar, porque nós temos pouco tempo, não vai dar para aqui sair as estratégias já, mas nós traçarmos um tempo para esse grupo nos encaminhar a primeira proposta para discussão, delimitar. Então, o grupo já está definido, vamos pensar numa data para encaminhar a primeira proposta. Vamos já traçar prazos senão nós não vamos caminhar, tem outras conferência para vermos. Agora, final de ano, minha gente, vamos nos dar essa folga, pelo amor de Deus. Eu acho que dia 20, está bom? De janeiro? A Guilhermina tem uma proposta. Agora é nesse encaminhamento Guilhermina?

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – Quanto ao encaminhamento a partir do dia 20, tudo ok, eu tinha feito um esboço, alguma coisa, já está aqui. Mas o que eu quero colocar é um problema, na verdade, porque Santa Catarina não fez a licitação, era para ter sido agora em

outubro e não foi, e está previsto para janeiro. Então, vamos depender da SPM. Já autorizou? Então, está ok. Está resolvido o problema. Para eu ser delegada tenho que participar da estadual. Agora sim, está Ok.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Ainda temos a chance de você ser delegada.

A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) – O governador não publicou o decreto e não estava havendo o entendimento e aí marcou tudo e não teve nada, mas já agora já resolveu. Já fizemos reunião e todo mundo ficou de acordo que não podia deixar o estado sem fazer por causa do tempo, então, já foi autorizado.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Então, perfeito, a Guilhermina já está nesse grupo, até dia 20 de janeiro vocês encaminham, eu preferiria que vocês encaminhassem para mim e deixem que eu vou articulando e organizando o debate, vocês passem a primeira proposta, eu lanço e dou um prazo para o pessoal contribuir. E nós vamos ser muito fieis aos prazos porque senão depois que passa o prazo fica complicado para estarmos voltando. E aí outra proposta, a pessoa de referência, só voltando lá embaixo, Natasha, a pessoa de referência para nos ajudar na viabilização do acesso, nós podemos contar com você Janete: seria você e a SPM? Assim, ponto focais do tema da política.

A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) – Dia 18 tenho reunião do Conselho e nós vamos ter uma pequena reunião também sobre a conferência. E aí já vou colocar isso para a coordenadora-geral que é a Roseli.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Porque além dos delegados já podemos tentar colocar alguns membros do Conatrap como observadores e convidados, não sei se é possível.

A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) – Vou tentar porque nesse grupo de convidados aqui, e observadores contam pessoas que vêm de fora, da ONU, essa coisa toda que mexe com mulher. Então, os convites estão, assim, muito... Mas vou tentar, pelo menos para você, porque vocês estando ali para dar um apoio, estar está ajudando, vou tentar.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Ponto focais da política vai ser a Janete, CNDM e vamos colocar SPM. Coloca do lado

SPM, e coloca oficiar solicitando participação como convidada ou observadora para duas pessoas. Está ótimo. Mais alguma estratégia?

A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente) – Uma estratégia que não sei se é importante é nós termos acesso à lista dos delegados por estado, porque aí podemos fazer um *lobby*.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Isso foi bom, a Aldenora nos mandou e-mail de vários delegados municipais estaduais, nós mandamos a proposta para todos, só que eu mandei uma noite antes, ninguém ia ver mais e-mail nesse período. Solicitar lista de delegados. O que mais?

A SR^a. JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia/Sodireitos) – Outra estratégia, pode ser nesses estados que temos Conselheiras daqui que vão estar como delegados, de repente pode articular com as pessoas que virão desses estados, já de repente fazer a articulação local para que essas pessoas possam nos ajudar a garantir passar as propostas na nacional.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Porque o que foi feito lá na reunião poderia já ter sido feito nos estados, então assim, fazer articulação local nos estados dos conselheiros, dos delegados, você fala. Que aí vocês estão muito mais participando dos espaços, das reuniões locais. Fazer articulação local nos estados dos delegados antes da conferência. Que mais? Mais alguém? Mais alguma proposta? Podemos, assim, a princípio eu acho que dá para irmos começando. Das delegadas. Perfeito. Podemos passar para outra e depois nós vamos... A próxima conferência aqui está, que temos tempo, vamos lá, temos só menos de 20 minutos. Conjunto das Conferências de Direitos Humanos, eu coloquei essas duas datas porque encontrei duas na Internet, então, vocês me ajudam, tem uma primeira, é abril ou vai ser maio mesmo?

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – Está marcada para abril, final de abril.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Então corta aí. Quem está no grupo para elaborar as propostas? A Graça, a Guilhermina, o Marcel, a Dalila e o Davi, lembrando que vão ter nesse conjunto a 10^a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, a 4^a relacionada à pessoa idosa, a 3^a relacionada a LGBT, a 4^a relacionada a pessoas com deficiência. E vai ser encerrada com Conferência Geral de Direitos Humanos, a 12^a.

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – Quem está, 100 pessoas de cada conferência específica vão ficar já para a Conferência de Direitos Humanos, além das delegadas e delegados da Conferência de Direitos Humanos que vem dos locais, dos estados e municípios.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Tem que ver como vai ser a dinâmica dessa conferência, que essa vai ser bem complexa.

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – Estarei lá de qualquer forma, porque fui tanto coordenadora pela sociedade civil na municipal e estou também fazendo essa coordenação na estadual.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Alguém que seja delegado em alguma dessas, nessa conferência? Você vai ser, Cida?

A SR^a. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA (Davida – Proteção, Direitos Civis e Saúde Integral) – Eu sou delegada pelos direitos humanos. Por quê? Na Conferência de Direitos Humanos, desde a municipal, eu estou aclamando a questão de ter vagas e cadeiras para todos os movimentos, e eu entrei com a tese da questão a seguinte, cadê as vagas das prostitutas? Não se fala, não se tem, eu não posso sentar na cadeira do LGBT, não posso entrar, então, arrumei essa articulação e onde foi aprovada a estadual, desde a municipal onde que agora nós vamos ter uma cadeira específica para as prostitutas nas próximas conferências. O que eu estava pensando? Através da minha estratégia, por que o TJ, nós no Conatrap também não demandamos para as conferências futuras uma cadeira diretamente para o Conatrap? É uma coisa inovadora, uma coisa que está chegando, então, há vagas, limites de vagas. Então, é articular isso antes e colocar uma cadeira específica para o Conatrap.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Pode colocar aí que estrategicamente nós solicitemos uma cadeira nas próximas conferência, em todas as próximas conferências específica para o Conatrap.

A SR^a. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA (Davida – Proteção, Direitos Civis e Saúde Integral) – Exatamente, que aí seria uma cadeira proposital, não teria essa... Como entrar, é como nós fizemos com o movimento de prostitutas.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Vamos colocar um prazo para as propostas. Como a primeira que é em março e essa daqui é um mês depois, nós podemos colocar para o final de janeiro? 30, dar mais 10 dias à frente porque têm pessoas que estão no mesmo grupo, dá para nós em 30 de janeiro encaminhar as primeiras proposta para mim? Então, quem está nesse grupo aí vai ter mais, até porque é uma conferência muito maior, com várias temáticas e nós temos que pensar de uma forma bem estratégica para alcançar todos os temas. As diretrizes vão ser as mesmas do encaminhamento, não vamos criar nada novo aqui, já está encaminhado que as propostas, nós temos a introdução, são 3, no máximo 4 propostas, só que nesse caso aqui nós temos que ver como vai ser a dinâmica lá, vão ser 3 propostas para cada temática? Eu acho que tem que saber como vai ser o desenvolvimento lá da conferência, porque assim, é uma conferência conjunta, mas os temas vão estar lá colocados, vai existir a conferência de cada uma específica, não é isso, Guilhermina?

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – Vai ser específica e concomitantemente, ou seja, quem participar do Conanda, não vai participar de LGBT, que não vai participar, porque é concomitantemente. E a direitos humanos termina. Vão ter as 4 conferências ao mesmo tempo, em locais diferentes, o que pode fazer é tentar transitar entre uma e outra. Nós temos problema, por exemplo, a LGBT, que tem deficiência, vai participar de LGBT ou deficiência? Vai participar dos dois, porque tem as propostas transversais, tem LGBT que é da criança e adolescente, assim sucessivamente. Então, nós temos esse problema lá.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Pensar na estratégia de atuação considerando o modelo mesmo da conferência. Já que serão simultâneas. Aí não dá para discutir agora, tem que ler o Regimento de como vai ser o guia da conferência.

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – Está tudo na SDH. As orientações têm nos Conselhos, Conanda, LGBT etc.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Solicitar a cada Conselho as orientações das conferência. Que isso vai estar no site e nós... Eu socializo. Para socializar. O que mais gente, dessa?

A SR^a. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA (Davida – Proteção, Direitos Civis e Saúde Integral) – Só queria falar uma coisa, voltando na SPM, que essa semana as propostas, porque eu também fui uma das organizadoras, que participei, e vai estar em Brasília, a questão da SPM dialogando para entrar para a conferência as propostas da questão de imigração, já vai ter uma pasta específica que foi tirada em Minas e já foi

mandada para a Ministra, vai ter um pasta específica nessa conferência da mulher, porque não está jogado tudo, está só uma prévia, essa semana a Dilma está estudando isso. Então, as coordenadoras de estados vão estar aqui para poder dialogar isso. Então se tiver alguma proposta e se quiser que leve de imediato esse caderno para Minas, com certeza segunda-feira está na mesa deles.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – O ruim é que não temos essas propostas. E outra coisa como aqui é um Comitê e temos que ter o debate, tem que ter realmente, então, infelizmente não vai dar para nós, assim encaminhar essas propostas sem passar por esse processo. Então, infelizmente fica vencida, nós perdemos um pouco. Vamos, dá para nós... Algumas estratégias podem servir para todas inclusive, não precisa repetir o que der para fazer em todas nós fazemos. E aí temos que colocar identificar os pontos focais para essa conferência. Nós temos a SDH na Coordenação Tripartite, então assim, nós vamos conversar com a SDH para ver de que forma eles vão... Ok. A próxima é turismo, as próximas não têm data, turismo sem data, quem está nela no momento só Guilhermina, o CNTur, a Lídia que está, a Lídia já foi? Já foi. Está o Adelino. Tem a de segurança pública que não localizei data ainda, este ano não vai ser mais, com certeza. E temos a de esporte, também não tem dada, entrou também. Então, temos essas três conferências. Disse que vai ter, mas não tem data ainda. Como nós atuamos em relação a essas três que não têm data? Coloca que a Senasp vai nos informar, buscar informações sobre a data provável.

A SR^a. KÁTIA VALÉRIA SEGLIA (Secretaria de Segurança Pública/Senasp) – Na quinta-feira eu posso falar com a secretária e tentar uma data provável para poder fazer essa reunião.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – PF Também inclui.

A SR^a. KÁTIA VALÉRIA SEGLIA (Secretaria de Segurança Pública/Senasp) – Eu acredito que essas conferências do turismo, a segurança pública, e esporte poderiam ser feitas em conjuntos porque nós temos uma Olimpíada chegando aí e eu acho que é um tema que é comum a todos, a segurança, o esporte e o turismo. Eu acredito que elas poderiam ser feitas numa mesma data com eixos diferentes, mas no mesmo local. Eu acho que seria uma coisa bastante interessante, porque todos participariam, seriam eixos distintos, mas se tratando do mesmo assunto.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – DPF coloca como participante do grupo junto com a Kátia.

A SR^a JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia/Sodireitos) – Independentemente se temos a data até amanhã ou não, acho que podemos montar os grupos e já começar a trabalhar nas propostas, porque assim nós vamos evitar esse problema que estamos tendo agora com a conferência das mulheres. Se nós tentarmos nos adiantar nós conseguimos as propostas sem fazer isso em cima da hora como estamos fazendo. E as pessoas, a Guilhermina que está em todas.

A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT) – Na de turismo ninguém colocou, eu coloquei meu nome, na de segurança pública não coloquei, mas estou com o pezinho dentro porque normalmente eu ajudo na municipal e estadual.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Eu acho que agora para fecharmos é isso, mais alguém gostaria de entrar nessas três e dizer quais são? Para nós já colocarmos? Jeanne aonde? Segurança Pública, Jeanne. Na de Segurança Pública. Jeanne, Núcleo; Ione, UNIT. Mais alguém nessa? Porque esse grupo já fica responsável por pensar as propostas e aí também vamos colocar prazo, porque mesmo não tendo data. Turismo, mais alguém quer entrar? A Cida, Davida. Realmente, Vida, é fundamental.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS) – Minha sugestão é que não dá para definir data de produção, de proposta sem termos definição de quando vai ser a conferência, se ela vai acontecer e quais são os eixos da conferência. Então assim, tudo bem, eu acho que fica o indicativo para que essas pessoas que já estão aí, tanto possam já ir refletindo sobre o tema quanto inclusive ficar atentos quando tem indicativo de data, de tema, porque fechar a data agora eu acho que não é prodcente.

A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Todos concordam? Ok? Então perfeito. Frans, Trama, Segurança Pública. Diana, agora nós não colocamos nome então na DPF, pode colocar teu nome. Diana, DPF. Mais alguém quer se colocar? Tem a de esporte. Não tem ninguém, gente. Marcel, Josenilda, mas aí seria bom outras instituições. Davida. Cida, Davida. Mais alguém? Por enquanto ninguém. A de Turismo também entra o Marcel e a Josenilda.

O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de Justiça) – Ok? Puxa vida! conseguimos encerrar no prazo, no horário. Encerrar com 4 minutos. Agradeço a todos e assim, peço encarecidamente que vocês mantenham essa pontualidade amanhã neste mesmo local, às 9h00. Amanhã nós começamos o nosso segundo dia. Ok? Aqui mesmo.

16/12/2015
MANHÃ

1 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
2 **Justiça)** – bom-dia a todos e bom-dia todas. Vamos então começar o nosso segundo dia de
3 trabalho. Bom, saudando a todos, espero que tenham tido uma boa noite de descanso e
4 aqueles que optaram por não descansar que tenham sido muito felizes. Bem, todos vocês
5 receberam com antecedência os e-mails com a minuta dos fluxos que nós combinamos na
6 última reunião que faríamos e de como seriam os trâmites internos no Conatrap. Esses
7 fluxos estão nas pastas da vocês também além antecedência, no prazo que nós
8 estabelecemos para as contribuições recebemos apenas a contribuição do conselheiro Frans,
9 mas também recebemos algumas respostas com apoio às minutas, o que nos alegra
10 bastante. Parece que nós estamos no caminho certo. A contribuição do Frans foi também
11 pontual no sentido de efetivamente indicar algo que nos parece que melhora realmente a
12 proposta inicialmente apresentada, mas a nossa ideia mesmo ao apresentar esses fluxos era
13 mesmo de dar o pontapé nessa discussão, ou seja, de colocar uma possibilidade e, claro,
14 isso nós só decidiríamos aqui em conjunto com o Comitê, Bem, a Dani vai fazer a
15 apresentação desses fluxos e logo em seguida nós vamos abrir para as proposições, para as
16 falas, enfim. Também com tempo determinado, mas vamos lá.

17
18

19 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
20 Vocês têm os fluxos impressos na pasta e pode facilitar até para anotações, para ao final de
21 apresentação, eu acho que a cada fluxo nós paramos e vemos se há necessidade de revisar
22 porque eu acho que têm, deixa-me ver quantos, são 7 fluxos. Vamos para o fluxo então já
23 da primeira página que vocês têm aí que é da participação dos membros em eventos, e só
24 ressaltar que essa é uma demanda, assim, pelo menos o tempo que estou aqui, que eu
25 sempre ouço a questão da necessidade de entender como funcionam os fluxos do Comitê,
26 como proceder diante de certa situação. Nós tínhamos a questão de não termos o
27 Regimento Interno ainda, porque isso dificultava, mas mesmo tendo o Regimento Interno
28 ele não vai dar conta de tudo. E aí os fluxos foram demandas mais formais, que surgiram
29 mais formalmente na reunião passada, para nós aperfeiçoarmos mesmo o funcionamento do
30 Conatrap, e cada membro se enxergar dentro desse funcionamento. Então, nós tentamos
31 imaginar algumas situações que podem surgir no Comitê. Claro que esses fluxos ainda não
32 dão conta de outras que podem surgir, aí se surgirem nós vamos ter que sentar e pensar no
33 fluxo, não adianta nós também quereremos criar fluxo para o que não é a demanda real do
34 Comitê. Então, fazendo só essa ressalva, eu queria também começar a minha fala só
35 trazendo uma ótima notícia, antes de entrar nos fluxos que foi encaminhado pela Dalila
36 ontem por e-mail, não sei se foi do Conatrap, ou se só foi para o meu. Em primeira mão,
37 não é, Dalila? Dalila está aqui? Vou tentar traduzir viu Dalila? O meu espanhol não é muito
38 bonito ao microfone. Deixa-me ver aqui, esse é o e-mail da OEA, Asbrad, falando o
39 seguinte: “Apreciada senhora Figueiredo, informamos que o Conselho Permanente da
40 Organização dos estados Americanos, a OEA, aprovou em sua sessão de 11 de dezembro

41 de 2015 a solicitação da Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da
42 Juventude – Asbrad, de ser parte das Organizações da sociedade civil registradas na OEA,
43 em conformidade com as diretrizes adotadas mediante a Resolução CP/RES 759.”. O que
44 isso quer dizer? Quer dizer que agora a Asbrad é parte integrante, não é isso, Dalila? Das
45 Organizações da sociedade civil na OEA.

46

47 *(Palmas!)*

48

49 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – O
50 que é uma conquista gigantesca. Então, depois vocês dão um abraço na Dalila, vamos dar
51 continuidade ao fluxo. Então, por um ano, depois continua a luta não é, Dalila? Bom,
52 pessoal, agora vamos nos concentrar nos fluxos porque é uma coisa, assim, olha assim, tem
53 hora que o cérebro embanana, você não sabe para onde está indo, mas é fácil de entender,
54 somente queria agradecer, assim, na administração pública eu acho que nós não criamos a
55 roda, nós vamos buscando boas práticas e experiências, inclusive de outros colegiados, e
56 um pouco da inspiração desses fluxos nós fomos buscar em outros colegiados para ver
57 como eles desenvolviam para tentar adaptar à nossa realidade. Então, nós consultamos o
58 Conanda, principalmente o Conanda, mas o Conanda tem uma especificidade muito
59 diferente das nossas, os fluxos deles são muito mais complexo do que os nossos, mas nós
60 fizemos essa adaptação que entendemos, que pode atender à necessidade do Conatrap.
61 Então, vamos lá, para a questão de participação dos membros em eventos, primeiro nós
62 colocamos ali, instituição demandante, nós vamos receber o convite, alguém vai
63 encaminhar o convite para o Conatrap, algum membro pode chegar e nos encaminhar um
64 determinado convite. Então, aqui nós não identificamos quem está encaminhando, alguém
65 ou instituição demandante encaminha o convite e chega até nós. O segundo passo vai
66 chegar para a Secretaria-Executiva, que vai designar esse convite para aprovação do
67 presidente, até porque entram questões também de recursos orçamentários e nós precisamos
68 fazer essa consulta. Tem a questão dos prazos, por exemplo, para pedir passagens e diárias
69 tem toda uma burocracia de prazos, vocês já entendem como funciona, então, vai para o
70 presidente para aprovação da participação. Se ele não aprovar e aí é que não estou
71 colocando o mérito do motivo porque podem existir diversos motivos, até ser um convite
72 cuja organização trate do tema de tráfico de pessoas de uma forma que nós não
73 concordamos, enfim, podem ser inúmeros os motivos, mas se ele aprovar aqui o sim, aí eu
74 confirmo, a Secretaria-Executiva confirma a participação do presidente, a secretária-
75 executiva representante junto a instituição demandante, ou seja, vou confirmar o convite e
76 aí nós descemos para os cinco que é solicitar emissão de passagens e diárias. E aí aqui vai
77 tem essas caixas aqui, porque tem duas situações pode ser que o próprio presidente vá ou
78 indica a Secretaria-Executiva, ou ele simplesmente diga: “Não, vamos mandar algum
79 membro do Conatrap para representar”. São duas possibilidades. Se o presidente decidir
80 que representante será um dos conselheiros ou conselheiras segue para o item 6 em diante,
81 se o presidente confirmar a própria presença ou indicar a Secretaria-Executiva o fluxo
82 segue para o item 5 e acaba aqui, o convite ficou interno, mas se vai ser estendido para os
83 membros do Comitê aí nós vamos seguir, porque nós temos 28 participantes no Comitê e
84 como é que nós vamos escolher e decidir quem vai representar o Conatrap? Então, no 6
85 pede indicação aos coordenadores das comissões sobre representante com perfil para o
86 tema, também não adianta mandar qualquer representante, tem que ser alguém com a

87 mínima afinidade. Os coordenadores aqui indicam, no 7, indicam aumento de dois nomes
88 para consulta de disponibilidade, dizer assim, na área de criança e adolescente quem
89 poderia do Comitê representa. No espaço para nós consultarmos na ordem da indicação. Aí
90 a secretária-executiva consulta a disponibilidade dos membros indicados pela ordem, se
91 não, morreu o convite aqui, se sim solicita a emissão de passagens no 09 e no 10 confirma a
92 participação do membro do Conatrap. Os representantes aí, tem uma caixa lá embaixo
93 informando que os representantes do Conatrap deverão apresentar ao Comitê no prazo
94 máximo de 5 dias úteis um relatório consubstanciado do evento, que é outra coisa que nós
95 temos percebido, que nós precisamos desse retorno da participação, um relatório objetivo,
96 mas que fale como foi, o que foi discutido lá e de que forma o Conatrap incidiu naquele
97 evento. Esse é o fluxo básico para participação dos membros em eventos. Alguém tem
98 alguma sugestão? Aí vamos levantar, então, as placas porque aí nós vamos... Nada se cria
99 (*Risos!*).

100

101

102 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama) – Bom-dia.** Primeiro
103 parabenizando porque eu acho que vai dar muita transparência nas decisões, como funciona
104 e também é muito mais fácil de visualizar do que realmente lendo o Regimento Interno ou
105 qualquer regra, então muito bom. Também pedir ajuda a outros conselhos. A minha vizinha
106 quase doutora, ela falou que tem alguns momentos, se fala em conselheiro, que eu acho que
107 tem que ser modificado em membros, nesses quadrinhos brancos, só para ver., mas o que
108 eu achei interessante é o final que falou sobre a necessidade de fazer um relatório objetivo,
109 e eu me lembro ontem na nossa Comissão de Marco Legal que foi, assim, discutido, não foi
110 uma verdadeira proposta, mas se nós conseguimos ter um formulário bem objetivo com
111 algumas opções de escolha aonde você pode falar se o evento, ou se o seminário, ou se o
112 curso abordou enfrentamento ao tráfico de pessoas, defendendo a questão dos migrantes, se
113 tratou das outras temáticas ligados ao enfrentamento ao tráfico da pessoas, como a visão do
114 Conatrap para termos uma avaliação que depois pode ser comparada para dizer, não, vamos
115 dizer, 80% dos cursos, eventos que foram assistidos por membros do Conatrap realmente
116 tratou da temática de uma forma da visão de direitos humanos, ou faltou muito a
117 abordagem dos direitos dos brasileiros no exterior. Ou assim, eu acho que seria interessante
118 já que é necessário nós já estamos... Exatamente, elaborar um formulário que depois vai
119 ajudar na comparação dos dados.

120

121 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – Ok.**
122 Perfeito, está registrado aqui. Para esse tem mais alguém?

123

124 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**
125 – Também parabenizar pela forma como foram construídos esses fluxos. Acho que ajudam
126 bastante. A única preocupação que eu tenho, não hoje, pelo perfil da pessoa que está na
127 Secretaria-Executiva, que nós conhecemos e reconhecemos um perfil técnico,
128 comprometido etc. A minha preocupação é em relação a uma eventual substituição e a
129 representação do Conatrap às vezes poder ficar fragilizada pela indicação e um percentual
130 Secretaria-Executiva, que não tem um perfil de representatividade para o peso do tema que
131 será discutido ou do eventual evento, quer dizer, só para termos um pouco essa
132 preocupação. Eu não sei se, porque fica o presidente muito fortemente inclinado a

133 participar, o que é muito interessante, mas eu penso que sempre encaminhar logo para
134 coordenação. Se for em Brasília eu sei que tem a questão das passagens, tem toda essa
135 logística, mas a minha preocupação agora neste momento com você à frente da Secretaria-
136 Executiva, mas numa eventual substituição, qual é o perfil de representatividade e de peso
137 que queremos dar em um evento dessa natureza, de qualquer natureza onde envolva a
138 questão do tema tráfico.

139

140

141 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) –**
142 Tem alguma sugestão, Graça.

143

144

145 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**
146 – Me parece que o sim já ir direto para as coordenações.

147

148 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) –**
149 Poderia ser um sim e consultar os coordenadores sobre a indicação, mesmo que seja, nem
150 que seja assim, o presidente decidindo eu estarei, um comunicado ao grupo de
151 coordenadores das coordenações.

152

153

154 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**
155 – Manter essa transparência de comunicação.

156

157

158 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) –** Se
159 vocês concordam que essa pode ser, porque caso tenha essa conjuntura futura, não sei ou
160 até mesmo seja um tema que vocês achem que outra pessoa deveria estar. Ok. Então, nós
161 criamos aqui depois do sim, então, se o presidente decidir, essa caixinha aqui debaixo, se o
162 presidente confirmar a própria presença criar uma caixa de diálogo dizendo informar aos
163 coordenadores, porque aí caso os coordenadores discordem vocês vão juntos entrar em
164 contato com o presidente e fazer as suas ressalvas, isso aí depois... Pode ser? Não, assim,
165 nós temos que pensar também. Informar que recebeu tal convite e que quem estará
166 representando o Conatrap é o presidente ou tal pessoa que ele queira indicar internamente
167 ao MJ. Ok. Podemos então passar para o próximo fluxo?

168

169

170 **O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência**
171 **Social/MDS) –** Bom-dia. Parabenizo também aqui a Secretaria-Executiva pelo trabalho, eu
172 acho que isso institucionaliza o nosso fluxo, isso é muito importante e vai na linha do que
173 falamos ontem sobre o Regimento, acho que fortalecer o Conatrap enquanto instituição e
174 acho que isso dá mais musculatura ainda para este Comitê. Só a minha dúvida é se vamos
175 pensar em prazos nessas transições aqui, por exemplo, quando a Secretaria-Executiva
176 recebe a demanda da instituição demandante, quanto tempo ela teria para comunicar o
177 presidente sobre essa demanda, assim, até porque levantou essa preocupação sobre o prazo

178 de emissão e diárias. Então, acho que é importante até deixar essas ressalvas, por exemplo,
179 o prazo para emissão de passagens e diárias é de 10 dias.

180
181

182 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – Vai
183 ter de emissão de passagem que esclarece essas regras. Às vezes nós recebemos o convite
184 de um dia, uma semana, depende, quando vem assim nós não encaminhamos porque as
185 regras já são bem claras dentro do Ministério da Justiça, claro, nós vamos consultar.

186
187

188 **O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência**
189 **Social/MDS)** – Minha preocupação não é só exatamente com prazo para emissão de diárias
190 e passagens, existe a possibilidade de emissão também fora do prazo, desde que justificado
191 e tudo mais. É muito mais a preocupação com o prazo que cada, por exemplo, a Secretaria-
192 Executiva ao receber essa demanda, ela encaminharia para o presidente em quanto tempo?
193 Nós temos essa pretensão de colocar isso aqui? Primeira pergunta é essa, se tiver nós
194 vamos...

195
196

197 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
198 Porque a ideia não seria deixar ele também muito engessado.

199
200

201 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
202 **Justiça)** – A ideia é mesmo ter apenas fluxo mesmo, eu acho que a questão da dinâmica de
203 prazo às vezes envolve algumas coisas que são imponderáveis. E se colocarmos aqui,
204 sinceramente, eu acho que não ajuda muito e nós somos capazes, por perfeccionismo
205 acabar criando uma dificuldade.

206
207

208 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – Na
209 prática nós temos toda uma prática, é imediato, recebeu o convite imediatamente, agora
210 com esse fluxo ficou mais claro, inclusive para mim. Podemos...?

211
212

213 **A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional**
214 **Contra a Discriminação/LGBT)** – Só para ver se era isso mesmo, Graça, porque nos
215 conselhos que eu participei e participo, toda vez que há um convite não é só o presidente
216 que diz sim ou não, é o grupo, mesmo porque eu sei que pode ser que não aconteça, mas
217 existe alguns favorecimentos, você sabe, não é? Então, nós sempre primamos para que
218 outras pessoas, não há necessidade de todos, mas pelo menos os coordenadores de grupo, as
219 coordenadoras façam um aval, e se realmente é interessante essa pessoa ir e se já não existe
220 outra pessoa que vá, porque às vezes eu quero ir, mas a Dalila já vai. Então, para que ir nós
221 duas se já tem outra pessoa que está indo no lugar, de repente ver essa possibilidade.

222
223

224 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
225 Será que essa caixa que nós vamos acrescentar não contempla, de repente, porque também
226 se o presidente quiser ir, como é que nós fazemos, a coordenação vai dizer: “Não,
227 presidente, o senhor não nos representa.”. É um pouco complicado nesse sentido, é a
228 representação máxima, mas assim, caso ele indique outra pessoa a Comissão já vai saber
229 que foi esse representante e aí poderia se manifestar colocando essas ponderações, mas aí a
230 decisão ainda seria do presidente. Quer dizer, a proposta é essa. A Janete. Alguém quer
231 contribuir?

232

233

234 **A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)** – Bom-dia a
235 todas e a todos. O que eu queria dizer é o seguinte, a pessoa estar lá é uma história, a pessoa
236 estar ali como representante do Conatrap é outra história, porque são duas coisas distintas.
237 Se eu estou ali em nome do Conatrap tudo que eu falar, eu vou falar em nome do Conatrap,
238 agora se estou como uma participante qualquer, normal do evento, aí eu posso tocar no
239 assunto, mas não vai ser o meu objetivo dentro daquele evento. É o que eu entendo. E eu
240 acho também que é importante que passe na mão do presidente, porque às vezes é uma
241 coisa que para ele é importante, e é muito importante que o presidente esteja ali naquele
242 evento, agora, se ele não puder sim eu acho que passa para o grupo.

243

244

245 **A SRA. SANDRA (Alagoas)** - Só um detalhe que pode ser preciosismo, mas fechar
246 quando é negado como retorna isso para a instituição demandante, para não ficar só no... Só
247 para voltar a resposta.

248

249

250 **A SR^a. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA (Rede de Núcleo de**
251 **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e de Postos de Atendimento Humanizado ao**
252 **Migrante/RNPETP)** – No caso de uma negativa por falta das condições financeiras
253 mesmo, mas que algum estado tenha interesse de participar naquele evento e possa ir até
254 pelo Conatrap mesmo com valores próprios, pode também ter uma caixa aí que possa
255 também de representação, só essa questão dessa negativa, é negativa porque não há o
256 interesse de ir para evento, ou é negativa só por questão de custos? Então, isso poderia
257 passar para o grupo, se alguém tiver, ou até no próprio estado estar acontecendo o evento e
258 possa representar o Conatrap lá, porque não vai ter custo porque está naquele estado, seria
259 só uma questão assim.

260

261

262 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – É
263 porque nós não colocamos, as possibilidades são muitas, realmente é orçamentário, por
264 exemplo, quando chega e sabemos que não tem orçamento, quem do Conatrap está naquele
265 estado tem condições de representar o Comitê naquela temática, então, isso viabiliza a
266 participação do Comitê. Então, como são muitas possibilidades isso não caberia no fluxo,
267 mas assim, isso com certeza vai ser ponderado. E aí, claro, vão fazer a consulta
268 primeiramente aos coordenadores que queremos manter esse fluxo com o grupo de
269 coordenadores, para que eles façam essa pesquisa dentro do Comitê.

270

271

272 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
273 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Então, eu acho que eu estou pensando aqui,
274 nós temos 2 anos de Conatrap, mas nós temos pouquíssima visibilidade. Então, nós
275 precisamos dar visibilidade ao Conatrap e dar, como diz o Rodrigo, musculatura, sobretudo
276 nós precisamos dar visibilidade. Ou seja, as pessoas precisam saber, as coordenações, que o
277 Conatrap existe. Nesse sentido, pensando assim, no ano que vem vão ter dois eventos
278 mundiais que vão avaliar política pública e que o Brasil vai enviar uma delegação. Quando
279 uma delegação vai ela pode ou não ser referendada aqui pelo Conatrap, mas é importante
280 que alguém do Conatrap, que alguém vá e fale pelo Conatrap. Então, vamos supor que nós
281 vamos para o evento da UNODC apresentar os metas do que estamos fazendo no âmbito do
282 Brasil, e o MJ não tem dinheiro para mandar ninguém, o que é muito possível porque o
283 orçamento do MJ é um negócio assim..., mas nós temos, por exemplo, alguém do Conselho
284 Nacional do Direito da Mulher que vai e que não vai ter custo para o Conatrap, mas que nós
285 achamos importante designar que aquela pessoa que está indo por outro dinheiro represente
286 o Conatrap. Eu penso que naquela caixinha, que agora não sei, tem que colocar o óculos de
287 novo.

288

289

290 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
291 Consultar os coordenadores sobre outras possibilidades.

292

293

294 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
295 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Outras possibilidades financeiras, porque,
296 por exemplo, nós vamos ter o evento da OEA, vamos ter da UNODC e vamos ter a do
297 CEDAW, é possível que aqui no MJ não tenha dinheiro, mas que nós, alguém daqui já está
298 índice indo e que queremos que a pessoa leve uma proposta muito concreta do Conatrap, ou
299 seja, nós não temos uma despesa financeira, mas conseguimos que a pessoa fale em nome
300 do Conatrap. Então, eu estou pensando como fazemos esses ajustes.

301

302

303 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
304 Uma proposta, antes de informar a não participação ao demandante, não poderia antes disso
305 colocar consultar os coordenadores sobre a viabilidade e participação por outros meios. E aí
306 fica em aberto para podermos pensar juntos, desde que não seja a questão só financeira
307 porque podem ser outras questões, inclusive políticas.

308

309

310 **A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)** – Lá no
311 Conselho Nacional de Direitos da Mulher quando nós fazemos uma viagem internacional
312 ou mesmo nacional, nós vamos pelo Conselho, mas, por exemplo, no meu caso aí eu vou
313 também representando a minha entidade, porque a minha entidade que me levou até ali ao
314 Conselho, tem essa representação. Então, eu acho que lá no Conselho toda viagem que nós
315 fazemos, mesmo tendo o estado ou participação, nós recebemos um ofício do CNDM

316 indicando o nosso nome como seu representante ali naquela atividade. Então, aquilo é
317 registrado porque ficou uma coisa oficializada. Então, eu acho importante que toda vez que
318 alguém for representar o Conatrap que haja um ofício que nós vamos chegar lá e
319 representar ou então que a Secretaria-Executiva envie para lá essa informação e de posse
320 daquele ofício chegemos e apresentamos, porque aí nós temos outro peso e outra
321 representação.

322

323

324 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
325 Como tem a caixinha lá embaixo de apresentar relatório ao Comitê, fazer outra caixinha
326 colocando que todo representante deverá ir munido de um ofício do Comitê o designando.
327 Pode ser? Aí sairia, não entraria no fluxo, é um procedimento padrão. Pode ser? Mais
328 alguém? Aprovado. Próximo é emissão de passagens e diárias. Este aqui, gente, na verdade
329 ultrapassa um pouco as nossas condições de interferência, porque eu peguei com base nas
330 normas internas, mas só vocês terem uma noção, que implica sim em vocês a questão dos
331 relatórios e tudo. A ideia é Secretaria-Executiva, isso é para qualquer evento do Conatrap e
332 qualquer situação que envolva passagens e diárias. Secretaria-Executiva convoca com
333 consulta para subsidiar a emissão de passagens, isso aqui, por exemplo, são as
334 convocações, já faz a consulta prévia porque como nós temos prazo, vocês têm que
335 confirmar com urgência. Então assim, nós podemos melhorar. Deixa-me ver convocar,
336 porque convocar membro geralmente na situação dessas viagens, dessas reuniões ordinárias
337 que são os momentos que nós mais pedimos passagem para o Comitê, nós convocamos, já
338 faz a convocação com consulta de quem vem para podermos ter uma noção do pedido de
339 passagem. A ideia é essa. Mas assim, é porque também não dá para colocar só reunião
340 ordinária porque há outras situações, eu vou colocar aqui para melhorar o entendimento da
341 redação. Convocação para participação em eventos. Eventos é geral, tudo chamamos de
342 evento, reunião e tudo. Então, convocação para participação em eventos com consulta
343 prévia... Exato. Disponibilidade. Ok. Convocação para participação em eventos. Ponto. Não
344 precisa explicar demais aqui. Aí nós vamos para o 11 que o conselheiro vai falar se tem
345 disponibilidade, aqui o titular, se não nós fazemos a convocação para o suplente e aí o
346 suplente também tem que informar a disponibilidade, se não aquela, pessoal vamos prestar
347 só atenção senão vai perder o fio da meada. Querem aprovar em bloco?

348

349

350 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
351 **Justiça)** – Tem sugestão, Estela? A rigor não sei se tem alguma questão de ordem, mas
352 acontece que nós passamos antecipadamente, como eu falei no começo, por e-mail esses
353 fluxos, recebemos a sugestão do Frans, começamos fazendo a análise ponto a ponto, mas
354 talvez não seja necessário.

355

356

357 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – A Estela já havia, desculpe, Estela, talvez
358 fosse desnecessário nós discutirmos, isso foi disponibilizado, todo mundo teve
359 oportunidade de ver, de opinar, de enviar sugestões, e isso me preocupa bastante porque, na
360 verdade, do ponto de vista de quem atende nos piores lugares o fluxo, quer dizer, a rede é
361 possível. E dentro do contexto da rede possível é o que você tem e eu acho importante que

362 nós tenhamos fluxo, e nós recebemos o fluxo que é, que seria o ideal, que todas as
363 instituições estariam presentes e tudo mais. Eu acho que poderíamos aproveitar esse tempo
364 para falar sobre o relatório CEDAW, por exemplo, situações que estão inquietando
365 bastante, por exemplo, o nosso trabalho de fronteira que envolve várias situações
366 gravíssimas que gostaríamos de compartilhar com esse coletivo e poder sair alguma coisa
367 que realmente possa dar suporte para pessoas que estão em situação de completa
368 vulnerabilidade. E a minha sugestão, se todos coordenaram, lógico, é que nós, sei lá,
369 pudéssemos não concordando enviar depois alguma sugestão e tentar avançar em situações
370 que poderiam realmente contribuir com aquilo que está acontecendo no momento no Brasil
371 em termos de violação dos direitos da pessoa humana. Ponto. Era essa a minha
372 contribuição. Obrigada. Desculpe se exorbitei.

373
374

375 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
376 **Justiça)** – Mais alguma colocação? Bem, ontem nós, eu não sou um formalista e eu fico
377 aqui a todo momento me surpreendendo com argumentos formalistas. Mas enfim, nós
378 aprovamos uma pauta ontem, incluímos um ponto extra de pauta, a pauta foi divulgada
379 anteriormente, subverter, não é subverter a ordem, mas um novo ponto de pauta eu acho
380 que é extemporâneo, até porque temos outras coisas para tratar e que estão na pauta. Eu
381 acho que sim, podemos discutir todas essas coisas, mas não de uma forma despreparada,
382 assim, algumas, essas questões, por exemplo, falar do projeto CEDAW está na nossa pauta,
383 provavelmente para a próxima reunião como foi debatido, ontem foi conversado, a SPM
384 não está representada aqui oficialmente, apenas como observador. Então, quer dizer, quem
385 estava tratando desse assunto, quem tem acúmulo sobre esse assunto, era interessante que
386 tivesse, até porque o processo está em andamento do próprio relatório. Então, eu acho que
387 nós colocarmos esse ponto em pauta nos faria discuti-lo exaustivamente e ainda na próxima
388 reunião colocá-lo de novo porque nós não tivemos a participação do membro que
389 efetivamente pode contribuir mais nesse ponto. Então, é um exemplo, quando nós
390 colocamos, eu digo o relatório, o relatório CEDAW é só um exemplo disso, porque quando
391 colocamos as coisas em pauta é claro que todo mundo se prepara para esses determinados
392 assuntos, então nós surpreendermos com assuntos fortes ou outros assuntos fortes, não acho
393 assim, o mais democrático a fazer, mas assim, tenho assim absoluta clareza de que esses
394 assuntos são extremamente importantes. Você não estava Dalila, eu comecei ontem falando
395 exatamente sobre isso, depois que nós aprovamos no nosso Regimento Interno e no último
396 dia de discussão do Regimento Interno nós propusemos que esses fluxos viessem para
397 clarear a situação nossa principalmente de cada uma das instâncias deste Colegiado.
398 Colocamos, eu acho também de certa forma isso já está aprovado pela falta de sugestão,
399 mas assim, ou nós aprovamos esses fluxos hoje assim como estão, ou nós adiamos a
400 aprovação para a próxima reunião, porque eu não vou aprovar esses fluxos e abrir para
401 possibilidade de alguém fazer outras sugestões. Não. Então, quer dizer, não aprova, deixa
402 para aprovar depois das sugestões se o plenário achar que é interessante ter mais tempo
403 para aprovar esses fluxos eu acho perfeitamente, eu acho razoável.

404
405

406 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
407 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Questão de ordem, como diz Tiago de Mello,

408 “Caminho se faz ao caminhar”, então eu acho que é isso. Nós estamos fazendo o exercício
409 de aprovar, como é que chama? O fluxo e nós vamos experimentar esses fluxos, eu, por
410 exemplo, li todos esses fluxos, estudei, eu acho até falei para a Daniela que tinha lido tudo,
411 falei: “Nossa, não sei fazer esses desenhos todos”. E acho que ficou muito legal, então
412 agora o momento, se for discutir detalhe a detalhe de cada fluxo não vamos sair daqui hoje.
413 Então, o que eu gostaria de encaminhar? Eu gostaria de encaminhar que este plenário
414 aprovasse em bloco os fluxos, que nós tenhamos a capacidade de ver se dá certo ou não dá
415 certo, às vezes não dá certo e nós vamos ter que refazer. Então, eu gostaria de encaminhar
416 que nós aprovássemos em bloco porque realmente eu também estou preocupada, não sei
417 quantas pessoas vão sair, eu vou sair às 14h00, então eu estou preocupada com a pauta, e
418 acho assim, se for discutir quadrinho a quadrinho muito tempo, vamos aprovar em bloco
419 com a certeza que podemos rever caso não dê certo.

420

421

422 **A SR^a. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA (Rede de Núcleo de**
423 **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e de Postos de Atendimento Humanizado ao**
424 **Migrante/RNPETP)** – Era só isso, inclusive, a palavra da colega Estela era exatamente
425 isso que eu ia dizer, porque assim, se a presidência manda uma pauta para que nós
426 observemos a pauta e vejamos, e contribua, então nós temos que ter esse exercício de
427 contribuir e de chegar na hora dizer mais ou menos o que é quer que seja discutido aqui.
428 Então assim, porque aí se faz toda uma programação e chega aqui nós começamos a querer,
429 eu sei que têm muitas coisas importantes para discutir, mas nós toda vez querermos
430 modificar para discutir outra coisa, então nunca vamos dar esse passo porque a demora toda
431 que nós tivemos foi também na aprovação desse Regimento Interno. Então, tudo isso
432 aconteceu por conta dessas demandas toda que demorou bastante. Então, se manda por e-
433 mail, nós observamos, cada um contribui e chegou aqui se for coisa que não precisa nem
434 discutir caixinhas, aprova, e se depois lá na frente nós lermos e acharmos que deve trocar
435 alguma coisa ou alguma palavra, ou coisa assim, delibera por e-mail e aí se discute. Nós
436 estamos em rede, gente. É só isso e nós sempre darmos essa contribuição assim, não vamos
437 terminar nossa reunião sempre saindo da melhor forma possível.

438

439

440 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
441 **Justiça)** – Bom, obrigado. Mais alguém?

442

443

444 **A SR^a JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na**
445 **Amazônia/Sodireitos)** – Queria compartilhar em maio dessa inquietação da Dalila. Eu me
446 lembro que estive aqui em maio deste ano e quando voltei desabafei um pouquinho com
447 Marcel. Eu disse: “Marcel, não tenho estômago para isso não”. Era a terceira reunião que
448 estava se discutindo a mesma pauta, o Regimento Interno e disse a ele: “Vou voltar para as
449 escolas e faculdades, fazer a rodinha de conversa na comunidade porque eu acho que eu
450 tenho mais lucro, eu acho que eu consigo enfrentar o tráfico de pessoas mais à minha cara
451 do que se eu ficar naquela reunião discutindo Regimento Interno”. Eu fico imaginando,
452 como Dalila falou, eu fico imaginando se eu estivesse lá na Espanha ainda, se eu ia esperar
453 dois, que dois anos se passassem, se eu ia ficar naquela de situação de vítima de tráfico de

454 pessoa esperando que o Comitê Nacional estivesse discutindo algumas questões. Eu
455 compartilho muito com essa reflexão da Dalila, eu acho que precisamos avançar. Têm
456 algumas pautas que são extremamente importante, as coisas estão acontecendo e o Comitê
457 ainda não fez quase nada. Eu acho que precisamos realmente avançar, quase nada eu digo
458 no sentido de enfrentar realmente o tráfico de pessoas, de ter ações. Enfim, eu acho que nós
459 precisamos avançar, não sei se todo mundo olhou, eu sentei junto para olhar os fluxos, nós
460 fizemos essa avaliação, eu acho também que devíamos aprovar, tem algumas pautas que
461 estão previstas para tarde que são extremamente importantes, que precisamos discutir e
462 sabemos que quando chega ao final começa a dar o horário do voo e todo mundo tem que ir
463 embora. Então, isso acaba ficando prejudicado, eu acho que precisamos avançar o quanto
464 antes.

465
466

467 **A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)** – Eu queria
468 dizer o seguinte, ontem na nossa reunião de manhã nós recebemos aqui um resumo aqui da
469 CEDAW com relação ao tráfico de pessoas. Então, quem faz o relatório é a SPM, inclusive
470 com a contribuição do CNDM. Então, eu acho, Dani, que poderia mandar esse resumo aqui
471 para todo mundo e as pessoas que quiserem, já mandou? Complementar o que quiser aqui,
472 porque a discussão que couber aqui vai ser só como sugestão para lá porque quem faz o os
473 relatórios é lá. Então, eu acho que podíamos estudar isso aqui e mandar a contribuição, se
474 alguém que acha que tem alguma coisa para incluir aqui, porque a SPM que vai bater
475 martelo com isso daqui.

476
477

478 **O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Secretaria Nacional de Assistência**
479 **Social/MDS)** – Pedir licença para os colegas, acabei de ser chamado para voltar para o
480 MDS, acabamos de receber a notícia aqui que nosso orçamento foi cortado 33% para o ano
481 que vem. Então, vamos fazer conta. Até mais, gente.

482
483

484 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
485 **Justiça)** – Boa sorte, bom cálculo.

486
487

488 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**
489 – Só numa perspectiva de contribuição, eu concordo plenamente que possamos estar
490 aprovando em bloco, apenas gostaria de ressaltar que a mesma observação que fiz em
491 relação ao primeiro fluxo de participação dos membros em evento me preocupou e peço até
492 desculpas porque eu fiz uma leitura muito rápida e não pude dar essa contribuição
493 formalmente, em relação à participação dos membros em missões especiais, porque aqui a
494 situação, em minha visão ainda é mais preocupante, porque o presidente além de poder
495 confirmar a presença ele indicará na hipótese de não poder um representante do MJ, quer
496 dizer, não é nem da Secretaria-Executiva. Então, apenas essa ressalva que eu gostaria de
497 fazer na participação dos membros em missões especiais, quer dizer, apenas para nós
498 revermos essa questão, mas eu particularmente opto pela aprovação em bloco, com essa
499 pequena ressalva que eu gostaria de trazer para o grupo e avançar já na leitura dos

500 relatórios, onde a partir deles nós podemos aportar essa emergência que nós temos em
501 relação ao funcionamento do Conatrap.

502

503

504 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
505 **Justiça)** – Bom, a sugestão então, Graça, vai ser a seguinte, já que nós fizemos a discussão
506 no primeiro fluxo, colocar algo semelhante nesse outro que você sugere. Bem, então nós
507 temos só essas questões de ordem sugerindo mesmo a aprovação em bloco, se alguém é
508 contra, por favor, se manifeste à aprovação em bloco? Então está aprovado em bloco os
509 fluxos do Conatrap. Muito bem, parabéns. Com as ressalvas. Desculpe, talvez será que é
510 necessário explicar a ressalva do Frans?

511

512

513 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
514 Vamos ver se o Comitê concorda a sua ressalva, está no Comitê fluxo de deliberações,
515 quem puder ir lá no fluxo de deliberações. Pode colocar, Natasha, o fluxo de deliberações?
516 Ok. É no ponto dois sobre o presidente aprovar o mérito, primeiro conselheiro Comissão
517 propõe, faz uma proposta de deliberação e vai para o presidente. Então, o presidente a
518 proposta do Frans, a aprovação do mérito, poderá, em minha opinião, ser processado pelo
519 presidente do Conatrap como pelo Plenário do Conatrap, pois, na prática as Comissões
520 apresentam suas propostas e ou tipos de deliberação no plenário, já na forma de uma minuta
521 podendo às vezes ser discutida e definida na sua versão final e votada na hora, uma seta de
522 ponto 1 para ponto 4, isto ajuda? Ponto 1 ao ponto 4, discute, contribui e vota a proposta
523 final. Porque é durante as reuniões ordinárias. A questão, geralmente a Presidência do
524 Comitê de qualquer Colegiado aprova o mérito da questão da proposta, então aí depois
525 disso aí já foi, porque nem sempre, Frans, a Comissão já traz uma minuta, às vezes a
526 proposta surge aqui na hora como já aconteceu diversas vezes. Então, normalmente o
527 procedimento é no momento se discute, o presidente aprova formalmente o mérito e já pede
528 que o conselheiro no último dia traga uma proposta. De qualquer forma vai passar pelo
529 plenário para fazer a discussão e reformulação, se necessário porque aí no caso pode falar.

530

531

532 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Justamente como você está
533 falando, você disse que pode surgir no próprio plenário, então vamos dizer o ponto 1
534 também deve estar lá junto ao plenário, é só ter uma mão dupla via o presidente, então, mas
535 que a fonte da proposta também pode ser o plenário que também vai, então, na hora, isso
536 pode ser na hora, esse vai e volta.

537

538

539 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
540 Pode ser conselheiro, plenário ou Comissão, pode ser colocado ali em cima naquele
541 primeiro?

542

543

544 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Conselheiro, Comissão ou
545 plenário. Conselheiro, membro, ou Comissão, mas eu acho que está certo agora, eu estou
546 vendo que está lá conselheiro, que então é membro do Conatrap.

547

548

549 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
550 Raramente um Comitê inteiro vai. Às vezes um conselheiro ou grupo de conselheiros
551 propõe, na prática é assim. Está contemplado?

552

553

554 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Eu vi lá Comissão, para
555 mim era Comissão, mas aí se é o membro.

556

557

558 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – Há
559 possibilidade de ser no plenário. Contemplado?

560

561

562 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
563 **Justiça)** – Ok. Aprovado, passamos para o próximo ponto de pauta.

564

565

566 **A SR^a JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na**
567 **Amazônia/Sodireitos)** – Com base também nessa reflexão que acabei de fazer, nós temos
568 programação agora para a manhã a apresentação dos relatórios de gestão e apresentação das
569 Comissões, relatório das Comissões e à tarde, as primeiras, a composição da sociedade civil
570 e o planejamento das prioridades para o biênio. Nós queríamos sugerir que nós
571 invertêssemos essa programação por conta justamente de que à tarde nós sabemos que
572 algumas pessoas vão embora, e o relatório é o que já aconteceu, não vai mudar, vamos
573 fazer uma apresentação, mas provavelmente não vão ter muitas. Nós temos tem essas
574 discussões, inclusive questões relativas à recondução e, enfim, eleição etc., que pudéssemos
575 discutir agora pela manhã. Então, a minha sugestão é essa inversão, as duas primeiras
576 pautas da tarde se colocasse agora e as pautas seguintes agora para à tarde.

577

578

579 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
580 **Justiça)** – Na verdade, assim, falar sobre o relatório teria que ficar todos os relatórios para
581 a segunda parte.

582

583

584 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
585 Como precisamos de duas horas para essa parte de relatórios não dá para pegar toda essa
586 parte e colocar só, por exemplo, na composição de sociedade civil, tem que ser equivalente
587 o período de cada pauta.

588

589

590 **A SR^a JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na**
591 **Amazônia/Sodireitos)** – A sugestão é que sejam as duas pautas, a pauta de 14h00 e a pauta
592 de 15h00.

593

594

595 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – A
596 única preocupação que eu tenho é que um pouco do planejamento das prioridades depende
597 muito das discussões que nós vamos fazer aqui sobre os relatórios porque inclusive tem
598 propostas para o próximo biênio. A minha preocupação é perder esse link que nas
599 discussões aqui vão acabar surgindo e a ideia era colocar essas propostas no nosso
600 planejamento de prioridades para o próximo ano. Se vocês julgam que isso não fica
601 prejudicado tem que ser avaliado.

602

603

604 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
605 **Justiça)** – Vocês entenderam qual é a proposição?

606

607

608 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – Eu
609 já li os relatórios de vocês e já meio que pontuei no nosso quadro de planejamento para
610 discutirmos juntos, tirar ou acrescentar, também não fica tão prejudicado se jogar para
611 agora porque eu meio que pontuei para adiantarmos. Então assim, nós acabamos resgatando
612 o que está nos relatórios de vocês.

613

614

615 **A SR^a JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na**
616 **Amazônia/Sodireitos)** – No caso seria apresentar os relatórios todos agora.

617

618

619 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
620 Seria jogar tudo para tarde, a sua proposta é pegar toda a pauta da manhã jogar para tarde, e
621 a parte da primeira da tarde jogar tudo para agora.

622

623

624 **A SR^a JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na**
625 **Amazônia/Sodireitos)** – Porque têm algumas questões que nós só podemos discutir depois
626 que nós fizermos a pauta de 14h00. Por exemplo, enfim, o planejamento de prioridades... É.
627 Não dá para fazer.

628

629

630 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
631 **Justiça)** – Talvez o contrário tem que falar do que foi para ver o que será.

632

633

634 **A SR^a JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na**
635 **Amazônia/Sodireitos)** – A minha preocupação é que pode ser que isso aqui esvazie à tarde

636 um pouco, algumas pessoas, nós estamos acostumados a vir para a reunião e quando chega
637 ao final as pessoas começam a ir embora porque tem horário do voo, não sei o quê, enfim,
638 tem que ir embora.

639

640

641 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
642 **Justiça)** – Até eu acho que isso aí se efetivamente tem algum problema, por favor,
643 comuniquem, porque nós fizemos assim, eu fiz uma recomendação muito clara de que
644 todas as passagens fossem, as de volta, fossem compatíveis. Então, quer dizer, e assim,
645 quando houvesse essa questão, nós tivemos na última reunião um problema com relação a
646 isso e eu pedi que as pessoas fossem consultadas. Quer dizer, todas as pessoas que tinham
647 problema desse foram consultadas, quer dizer, as que não foram, por favor, comuniquem
648 que nós vamos corrigir para a próxima, mas eu acredito que isso, quer dizer, em alguns
649 casos é uma opção que foi feita e foi feita evidentemente tendo em vista o que seria
650 discutido. Bem, mas de qualquer forma eu coloco essa sugestão em votação primeiro,
651 verificando se tem alguém que gostaria de fazer alguma outra colocação a favor ou contra.
652 Bem, não tem ninguém contra, então, eu julgo que esteja aprovada. É isso? Aprovado,
653 então, invertamos estes dois pontos de pauta com os dois primeiros pontos de pauta da
654 parte da tarde. Então vamos lá. Ao ponto 5 não é? A composição da sociedade civil no
655 Conatrap. Bom, na reunião anterior nós falamos a respeito disso e jogamos esse ponto para
656 essa pauta, para esta reunião porque os representantes da sociedade civil julgaram que seria,
657 enfim, nós concordamos plenamente que seria importante fazer essa discussão antes com
658 cada uma das suas entidades, o que nós propomos, a discussão na última reunião, foi de que
659 poderíamos prorrogar as representações até levando em consideração que tivemos um
660 biênio conturbado com a discussão do Regimento Interno. Grande parte dele ocupado, por
661 isso. Então, fizemos essas sugestões e guardamos então as manifestações dos conselheiros.
662 Quem gostaria se manifestar? Estela.

663

664

665 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
666 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Bom, eu quero dizer que vou fazer uma
667 reflexão muito a partir da Rede Feminista, não tivemos tempo de reunir a sociedade civil e
668 vou fazer a discussão a partir da Rede Feminista e o que conversei no interior desta
669 organização. Primeiro eu quero dizer que não é só a sociedade civil que está com problemas
670 de representação, a Comissão Tripartite que coordena o Plano Nacional de Enfrentamento
671 ao Tráfico de Pessoas, nesta altura do campeonato só tem o MJ, a representação da SPM
672 não está e a representação da SDH não lembro quando foi a última vez que veio. Então,
673 porque senão dá a impressão que nós temos que discutir a sociedade civil, nós da sociedade
674 civil queremos mesmo que as coisas sejam mais democráticas, que as coisas sejam
675 escolhidas, agora nós temos um (?) também do ponto de vista do governo brasileiro e o
676 governo brasileiro, nessa altura do campeonato, nós estamos com uma dificuldade imensa
677 de interlocução com quem coordena o Plano Nacional. Então, eu não sei quais são as
678 justificativas da SDH, eu quero dizer que ontem conversei com Fernanda e realmente acho
679 que ela tem toda razão, neste momento ela tem que fazer um afastamento, precisa cuidar da
680 família, mas eu quero dizer que essa é uma situação bastante complicada, que eu acho,
681 também do ponto de vista do governo. Então, para mim isso tem que ser colocado na pauta

682 para nós falarmos disso, não gostaria de falar assim, vamos discutir a sociedade civil,
683 vamos discutir o que está acontecendo do ponto de vista de institucionalidade e isso me
684 reporta a uma discussão que nós fizemos lá atrás que era revertermos o Decreto que aprovou o
685 2º Plano Nacional e a composição do Conatrap. Ou seja, nós temos a deliberação da revisão
686 do Decreto e nós temos a discussão do mandato vencido da sociedade civil. Nesse sentido
687 eu gostaria de ouvir por parte do MJ o que é que está sendo feito para manter a composição
688 tripartite na coordenação, que aprovamos na reunião passada, que tem que ser tripartite,
689 estão lembrados que fizemos aqui um carta, o que está sendo feito e quais são os esforços
690 que estão sendo feitos por outros membros do governo para que nós não caiamos na ideia
691 de que precisamos, eu sou favorável que nós tenhamos um nova eleição para a sociedade
692 civil, mas eu quero também ver como é que o governo está se portando, porque senão nós
693 da sociedade civil vamos mexer tudo, mas como o governo está pensando para também se
694 mexer?

695
696

697 **O SR. SILVIO (SPM)** – É um pouco por conta da fala da Estela, não posso falar pelo
698 governo como um todo, e descendo um pouco não posso falar pela SDH, hoje fazemos
699 parte do mesmo Ministério, mas eu falo mesmo em nome da SPM que compõe aí o
700 Ministério o super Ministério Direitos Humanos, Igualdade Racial, Mulheres Direitos
701 Humanos e Igualdades Racial. Essa mudança no âmbito do Governo para nós, pelo menos,
702 foi muito profunda, então, essa junção ela tem consumido muito a agenda, aqui no
703 Conselho a Fernanda sempre esteve muito presente como a Estela falou, e ela está
704 vivenciando um momento pessoal e de redefinições, por isso que ela não está aqui, isso
705 aconteceu de forma muito rápida, reiterando isso, que a SPM sempre esteve muito presente
706 que este é um momento atípico mesmo, temos conversado muito com Aparecida Gonçalves
707 que é nossa Secretária que está muito preocupada com isso. Então, pela SPM,
708 exclusivamente pela SPM que eu estou falando, eu acho que essa preocupação não precisa
709 existir, eu acho que essa reunião é atípica por conta do momento, e que foi tudo muito
710 extemporâneo para nós, mas existe uma preocupação interna de reorganização e
711 justificando a ausência da Aline Yamamoto, que também é membro efetiva deste pleno, ela
712 também está consumida por esta agenda de redefinições. É uma agenda de redefinições
713 orçamentárias, é uma agenda de redefinição política, uma agenda de redefinição de agenda
714 que nós estamos vivendo muito mais do que, por exemplo, outros órgãos que não tiveram a
715 mesma realidade de junção. Então, nós juntamos três realidades novas. Então assim, lidar
716 com essa nova realidade, como fazer isso tem consumido muito a agenda das chefias e
717 como a Aline é secretária adjunta, ela tem sido muito consumida por essa agenda, por isso
718 que ela não está aqui. Então, queria fazer essa justificativa.

719
720

721 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
722 **Justiça)** – Mais alguém? Mais alguma manifestação? Bom, respondendo então um pouco aí
723 da colocação de Estela, enfim, eu reafirmo aqui, Silvio, embora seja a primeira reunião que
724 você está presente, a Fernanda sempre esteve presente, e está presente em todas as reuniões
725 da tripartite. Então, quer dizer, é uma exceção, não estar presente aqui. Agora é evidente,
726 Estela, é óbvio que a representação do governo manifeste um pouco desta mudança de
727 ministérios, dessa mudança que ainda não se efetivou por forma de Decreto. Pois é, eu acho

728 que o George veio há algumas reuniões, talvez não tenha vindo nas duas últimas. Na última
729 e nessa, mas isso efetivamente eu acho que é um problema que nós vamos ter que enfrentar
730 e acho que, enfim, a partir dessa definição nós já fizemos a definição aqui no Conatrap de
731 que a política deve continuar com a gestão tripartite, já fizemos essa colocação mesmo com
732 os dois assuntos ficando em um mesmo Ministério. Acho que esse é o nosso
733 encaminhamento. Agora, evidentemente após o Decreto nós teremos condições primeiro de
734 ter definições mais claras quanto a indicação de representantes de cada ministério, e com
735 isso nós teremos efetivamente condições de cobrar melhor, efetivamente, hoje uma parte
736 dos representantes não está com uma designação ainda formalizada e nós vamos fazer isso,
737 evidentemente tão logo saia esse Decreto. Também não faz muito sentido nós fazermos
738 esse tipo, demandar os ministérios ainda não completamente, muito claramente definidos,
739 que façam definição de representantes. E isso nós não, enfim, não faz muito sentido mesmo
740 porque nós podemos não conseguir efetivamente uma resposta. Com relação ao Decreto, na
741 última reunião nós conversamos sobre isso e dissemos, enfim, eu acho que concordamos
742 com isso, o plenário concordou com isso de que nós faríamos uma discussão nesse próximo
743 biênio e que isso estaria num planejamento, numa programação do próximo biênio, falamos
744 inclusive em formar um GT para isso. Isso ficou deliberado na última reunião. Bom, eu
745 acho que é importante discutir, mas é importante discutir com método. Então, evidente que
746 nós não faríamos assim, ainda mais um Decreto que é algo assim, extremamente específico,
747 nós temos, é difícil de mexer, é difícil de fazer, mas, enfim, tem que se enfrentar essa
748 discussão. Hoje nós mesmos na gestão de política, nós observamos que alguns entes não
749 são presentes, você tem toda razão quando fala de uma baixa participação do governo, mas,
750 enfim, eu sei que em muitos casos não justifica, mas de certa forma se explica com essa
751 crise mesmo que se instaurou depois da reforma, que não se efetivou por Decreto. Bem, eu
752 acho que essa questão do Decreto nós temos que encaminhar, mas como eu digo,
753 encaminhar com método. E com relação à participação do governo, eu acho que ela entra
754 nesse bojo da discussão do próprio Decreto, mas efetivamente o nosso ponto de pauta ele
755 tem essa questão, quer dizer, a questão é efetivamente a composição da sociedade civil. Eu
756 acho que como este está previsto para esse ponto de pauta, nós temos que privilegiar este
757 ponto. A discussão sobre o governo eu acho que é mais importante que façamos mesmo
758 primeiro internamente com o governo, depois da definição de Decreto, e posteriormente a
759 definição do Decreto mesmo do GT do Conatrap.

760

761

762 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**

763 – Na verdade eu queria pedir um pouco que nós pudéssemos trabalhar numa perspectiva de
764 razoabilidade. Eu acho que estamos vivenciando, todos nós somos sabedores dos atuais
765 contextos políticos, sociais e econômicos, e pedir uma definição hoje, agora, neste
766 momento, nos parece que não é o nosso perfil, porque concordamos com a discussão sobre
767 a questão da eleição, estamos abertos, o Instituto Aliança está neste Colegiado pelo
768 compromisso, pela causa, mas não tem nenhuma vaidade, assim, de manter essa
769 representatividade só porque faz parte, mas trazer para nós essa preocupação que nós
770 devemos ter. Depois é algo que precisamos pensar se nós voltamos àquilo que nós já
771 definimos que está no art. 4º do Regimento Interno que trata da questão de que seria
772 admitida uma única recondução por igual período em relação aos membros do art. 3º inciso
773 V e VIII, e nesse caso a discussão agora é essa, nós voltamos para o Regimento que foi

774 aprovado, que nós já discutimos, que nós já definimos, ou nós, entendeu? Então, eu
775 imagino que é uma discussão democrática, necessária, só considero que esse momento
776 ainda não é oportuno para pensarmos isso porque acredito que o período que estivemos
777 aqui todos, e todos somos conscientes, acho que precisamos fazer uma autoavaliação de
778 que processos foram muito tensos, era a primeira composição do Colegiado, tínhamos um
779 Colegiado muito heterogêneo, as instituições que trabalham nessa área, com essa temática
780 precisavam se aproximar mais e se conhecer mais, fortalecer laços, vínculos e definir
781 compromissos, e penso que é o momento em que podemos agora começar a repensar,
782 estamos com Regimento, com os fluxos, institucionalmente melhores trabalhados, temos
783 então essa possibilidade. Isso não quer dizer que eu seja contra a discussão do formato, da
784 forma, até porque a eleição direta é talvez o processo mais legítimo, mais democrático
785 dessa discussão, mas apenas no critério de razoabilidade de entendimento, de composição,
786 de construção de consensos em função desses cenários todos, fazer um apelo aqui ao
787 plenário no sentido de que possamos avançar nessa estratégia de discussão e até propondo
788 uma reunião da sociedade civil, nossa para nós tentarmos alinharmos esses ponteiros.

789

790

791 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – Estou de acordo com as inquietações da
792 Estela, mas compreendo perfeitamente o que a Graça disse. Já na reunião anterior,
793 conversando com Marcel, nós ficamos pensando e refletindo a respeito do art. 4º do
794 Regimento Interno, daquela reunião para essa, as coisas só têm piorado, o cenário político,
795 ético, econômico e tudo que se possa colocar em termos de insegurança está presente no
796 nosso País, nós demoramos muito para aprovar o Regimento Interno. Eu que represento a
797 Rede de Fortalecimento confesso que tive um grande, tive problemas seriíssimos para
798 fortalecimento de rede, tivemos problema até para mapear redes possíveis que existem no
799 Brasil. E penso que em primeiro lugar deveríamos perguntar às organizações aqui presentes
800 se têm interesse em continuar. Essa é uma pergunta importante, a Asbrad tem interesse em
801 continuar, até porque eu me sinto na obrigação de cumprir uma série de tarefas que se
802 tornaram completamente comprometidas por conta da mudança que houve, inclusive na
803 Secretaria Nacional de Justiça, houve mudanças profundas, nós acompanhamos essas
804 mudanças e essas mudanças refletem no papel da cada uma de nós, cada um de nós aqui
805 nesse coletivo. Então, me sinto na obrigação de cumprir o meu papel. Então, a Asbrad se
806 sente na obrigação de permanecer de acordo com o art. 4º, lembrando que já havia debatido
807 com o Marcel a importância de se ampliar esse mandato por 6 meses, e que nesses 6 meses
808 nós elaboraríamos uma proposta para uma nova eleição, mas confesso que num cenário
809 como esse eu estou convencida de que o ideal do ponto de vista do olhar das Asbrad é de
810 que sejamos reconduzidos da forma como está o art. 4º, admitida e se houver consenso de
811 todos os membros, mas é necessário indagar se há interesse das organizações em continuar.
812 Essa é uma pergunta importante. Obrigada.

813

814

815 **A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional**
816 **Contra a Discriminação LGBT)** – Eu já até pensei em tirar porque, na verdade, a Dalila
817 falou muito do que eu ia falar, mas só para acrescentar que o CNCD/LGBT também tem
818 interesse em continuar, mesmo porque nós já temos um trabalho que precisamos dar
819 continuidade. As conferências etc. e tal. Então, pelo menos até terminar essas tarefas que

820 nós nos comprometemos o CNCD continua, no entanto, eu Guilhermina não vou continuar,
821 no CNCD na próxima reunião dia 20 vai fazer uma nova indicação, essa pessoa que vier ela
822 vai dar continuidade aos trabalhos.

823

824

825 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Eu acho que uma
826 recondução automática sempre é complicada, não é possível, eu acho antidemocrático, no
827 máximo, diante da situação de dificuldade seria possível uma continuação extraordinária, a
828 partir de uma situação de dificuldade, de uma situação extraordinária. Eu acho que
829 realmente discutir esse Decreto e ter um grupo de trabalho que vê essa legitimidade, tanto
830 da sociedade civil, e tanto do Governo no sentido dessa Coordenação tripartite, é
831 importante. E nesse sentido assim o Trama tem interesse em continuar, mas com a devida
832 legitimidade. E isso necessita de um *feedback* para as bases e já que tem essa Coordenação
833 Tripartite do governo que tem ou não tem, essa que é a questão, seria importante talvez
834 aglutinar essa discussão em todos as suas vertentes.

835

836

837 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
838 **Justiça)** – Não entendi qual a proposta, a proposta é fazer uma discussão?

839

840

841 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – A proposta, pelo que
842 entendi, foi feito uma proposta inicial para instaurar um grupo de trabalho para discutir o
843 Decreto de como funcionaria o Conatrap. Certo?

844

845

846 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
847 **Justiça)** – Não. São duas coisas. O que nós estamos discutindo agora aqui é a prorrogação
848 de participação dos representantes da sociedade civil, mais especificamente o art. 3º, 5º e
849 8º. Então, quer dizer, os 7 representantes das organizações da sociedade civil, institutos de
850 pesquisa e especialistas em enfrentamento do tráfico de pessoas. E o 8º é um representante
851 dos Comitês Estaduais e do Distrito Federal de enfrentamento ao tráfico de pessoas. São
852 esses membros que nós da direção aqui e a Secretaria-Executiva, nós propomos sejam
853 reconduzidos nos termos do art. 4º, mas claro que essa recondução só é possível, sim, em
854 caráter excepcional, o art. 4º é uma excepcionalidade. Bom, nós entendemos que estamos
855 numa situação excepcional que exige uma solução excepcional. Então, quer dizer, é esta a
856 realidade. Se nós decidirmos, isso tem que ser decidido hoje, se nós decidirmos não haverá
857 recondução, é preciso instaurar um grupo de trabalho, aí sim, outro grupo de trabalho não o
858 grupo de trabalho do Decreto, um grupo de trabalho para estabelecer como será essa
859 eleição, ou seja, uma Comissão Eleitoral. Agora, de qualquer forma essa Comissão
860 Eleitoral vai precisar trabalhar, eu acho que com prazo mínimo de 6 meses. Então, quer
861 dizer, a recondução de fato, quer dizer, durante 6 meses vai ter que estabelecer como será
862 esse processo eleitoral. A Coordenação, a Secretaria-Executiva do Comitê não tem
863 condições de fazer as vezes de Comissão Eleitoral, essa Comissão Eleitoral vai ter que sair
864 deste grupo aqui do Comitê. Na situação excepcional que eu falo que nós estamos
865 vivenciando, eu não sei dizer o que nós teremos nos próximos 6 meses, eu acho que está

866 muito difícil de fazer alguma leitura nesse sentido. Eu acho que seria mais prudente a
867 recondução por esta questão, principalmente, por esta questão. Eu garantiria essa
868 representação que nós temos, acho que seguir o Regimento não é nada antidemocrático,
869 neste momento nós temos essa questão muito clara e por outro lado também aquele outro
870 argumento que eu acho que não é o mais importante, mas que as entidades que estão aqui
871 representadas, elas acabaram neste biênio discutindo mais o Regimento Interno do que
872 efetivamente a política pública que nós queríamos fazer e os encaminhamentos que nós
873 gostaríamos de ter feito nesses 2 anos. Eu acho que as avaliações são absolutamente
874 pertinentes no diz respeito à conjuntura, do que vivemos, do momento que vivemos, acho
875 que é essa a questão.

876

877

878 **A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do**
879 **Cidadão/MPF)** – Ou eu não estou entendendo ou estou entendendo tudo, e não estou
880 entendendo o que estão querendo fazer aqui. Porque olhe só, o mandato dos integrantes
881 elencados, é permitida uma condução, se eu estou percebendo, se é que estou entendendo
882 correto, é que tem que fazer uma eleição para ser reconduzido? Eu acho a recondução quem
883 indica o membro é o órgão, o Comitê apenas acata aquele membro indicado, se ele já teve o
884 mandato, se já vai passar para terceiro mandato o Comitê recusa porque o Regimento não
885 permite, mas quem vai fazer uma eleição para escolher o próximo representante é a
886 instituição que envia e não o Comitê criar uma Comissão Eleitoral e um Comitê para
887 escolher os membros.

888

889

890 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
891 **Justiça)** – Um esclarecimento. Preciso fazer um esclarecimento aqui, esta eleição é para
892 eleger as entidades que participam. As entidades que estão aqui eleitas, o que nós estamos
893 sugerindo é a recondução destas entidades, as entidades internamente podem indicar outro
894 representante diferente desses que hoje está aqui.

895

896

897 **A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do**
898 **Cidadão/MPF)** – Mas está falando da eleição de entidades ou de membros?

899

900

901 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
902 **Justiça)** – Entidades, essas entidades eleitas num processo eleitoral.

903

904

905 **A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do**
906 **Cidadão/MPF)** – Porque fala o mandato dos integrantes, o mandato é de membro.

907

908

909 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
910 **Justiça)** – Eleitas pela sociedade civil como representantes no Conatrap.

911

912

913 **A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do**
914 **Cidadão/MPF)** – Então, o mandato, a participação que está se falando é da entidade? E
915 que ela não pode participar mais de 2 anos? Por mais 2 anos. 4 anos. Então, é a própria
916 entidade, não é a pessoa da entidade.

917

918

919 **A SR^a. LUCICLÉIA SOUSA E SILVA ROLLEMBERG (Coordenadora Adjunta de**
920 **Enfrentamento ao Tráficos de Pessoas)** – Estão querendo decidir se as entidades vão ser
921 reconduzidas ou se vai ser feita uma nova eleição.

922

923

924 **A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do**
925 **Cidadão/MPF)** – Então, me desculpe, eu realmente estava entendendo, estava achando que
926 eram membros, não entidades, as entidades ficariam.

927

928

929 **A SR^a. MARIA IONE VASCONCELOS MENEZES (Universidade Tiradentes/UNIT)**
930 – Só pactuando com a razoabilidade trazida pela Graça, que eu gosto muito dessa expressão
931 e eu acho que tem que ser considerada. Esse primeiro biênio para nós foi de muita
932 discussão importante, de todo modo ela tem contribuído e em nome da Universidade
933 Tiradentes eu quero em público deixar muito claro o nosso interesse em participar, até
934 porque já frisei nesse coletivo, até na pessoa do Paulo, da Fernanda, o quanto o nosso
935 estado está ausente, parece até que vive uma outra realidade e que o tráfico de pessoas em
936 Sergipe não se constitui nada mais do que uma lenda urbana. Então, isso tem me inquietado
937 muito, eu estudei no meu mestrado a respeito, estamos criando grupos de pesquisa inscritos
938 no MEC, já estamos saindo com pós-graduação *Latu sensu*, direcionada para os direitos
939 humanos com foco no tráfico de pessoas porque realmente é uma discussão distante da
940 academia. Se existir uma sensibilidade daquele profissional na matéria de direitos humanos
941 ele traz para sua aula, fica muito assim. Então, a nossa Comissão, ontem sentimos muito a
942 falta, é óbvio que é à tarde essa fala, mas a falta dos demais membros porque o
943 comprometo isso é muito grande e nós estamos apenas no ensaio dele. A expectativa maior
944 é que nesse próximo mandato possamos ser mais efetivos e realmente dar as respostas que
945 já estão anotadas e precisamos. Então, vejo importante essa recondução e temos todo o
946 interesse.

947

948

949 **A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)** – Eu queria
950 dizer o seguinte, eu já tinha falei na reunião anterior, eu acho que muita coisa do que eu
951 queria falar já foi falado, mas eu acho que esse debate que foi feito até hoje, foi mais no
952 sentido da organização do Conatrap, essa discussão do Regimento e tudo. Então, eu acho
953 que agora que os membros todos, eu, por exemplo, hoje estou passando a entender melhor o
954 que está acontecendo aqui, porque na primeira reunião eu fiquei um pouco perdida, porque
955 não estava inserida dentro do contexto. Então, quando tem essa troca muito frequente de
956 membros, tudo volta à estaca zero, até, eu digo as pessoas que chegam, porque falta o
957 entendimento do que é aquilo ali. Então, a reunião fica muito prejudicada. Então, eu acho o

958 seguinte, que agora que acabou de discutir o Regimento e que agora que nós estamos mais
959 íntimos, mais adequados um com o outro aqui dentro, até para a discussão que nós fazemos
960 no momento que estamos tomando um café ou que saímos, eu acho que seria muito
961 importante que essas entidades permanecessem durante mais esses 2 anos como foi
962 proposto na reunião anterior, até por causa dessa situação que nós estamos vivendo aqui no
963 País. Eu acho que somos nós que já estamos aqui, que estamos entendendo melhor a
964 situação do Conatrap, nós vamos poder somar mais do que pelear agora de fazer uma nova
965 equipe que vai chegar para poder se inteirar daquilo. Então, gente, vamos ver se fazemos o
966 sacrifício mesmo que as entidades de vocês, que alguém aqui ache que não vale a pena, mas
967 que façamos essa recondução. Agora, a SPM lá está passando uma situação muito
968 complicada, eu sei que estou em algumas comissões lá, então assim, diminui muito o
969 pessoal, reestruturou tudo, então, acho que a dificuldade da SPM de ter agora a falta da
970 Fernanda Papa, mas acho que a SPM é muito interessada, é muito discutida no CNDM, as
971 coisas que acontecem aqui, mesmo quando não estava aqui as coisas eram levadas para o
972 Conselho, eram repassadas para o Conselho. Então, era isso que queria dizer e contar com a
973 colaboração de todo mundo para reconduzirmos por mais esses 2 anos para poder fortalecer
974 melhor a rede.

975

976

977 **A SR^a JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na**
978 **Amazônia/Sodireitos)** – Na verdade, nós fizemos uma discussão enquanto entidade, e acho
979 que talvez seja o mesmo, a dificuldade que nós estamos passando seja a dificuldade de
980 várias outras organizações e inclusive do Governo, essa dificuldade de representatividade
981 que temos, uma dificuldade também de dar continuidade às nossas ações enquanto
982 organização. Nós estamos em uma situação que talvez em 2016 nós passemos a militar
983 apenas, ser apenas militantes de um movimento social e não uma organização, uma
984 instituição. Então, essa era e ainda é uma das grandes preocupações da sociedade de
985 direitos hoje. Nós vamos continuar e aceitar uma recondução se não estamos certos de se
986 vamos continuar enquanto instituição ou não, mas também eu acredito que concordo com o
987 que a Janete falou, nós chegamos à nossa ânsia, qual era a nossa ânsia? Era terminar essa
988 burocracia de aprovação de uma série de coisas e começar a fazer as coisas acontecerem.
989 Exatamente. Então, interesse nós temos, interesse imenso em continuar, nós lutamos muito
990 para que o Conatrap chegasse a existir. Então, eu acho que vai ser um esforço realmente
991 sobre humano, gente, vocês não têm ideia, mas acho que estamos dispostos, acho que dá
992 para nós com muito esforço continuar. Tem uma outra questão também, inclusive no Pará
993 outras entidades que têm interesse imenso em estar participando aqui e sabemos que em
994 outros estados isso acontece também. E isso seria uma questão como o Frans falou ainda há
995 pouco de legitimidade, nós precisamos de democracia, eu diria, da oportunidade, de deixar
996 ter a oportunidade outras entidades que também fazem esse enfrentamento, que também
997 fazem essa luta, nós temos, por exemplo, em nosso estado outras entidades que fazem essa
998 luta e que seriam importantíssimas aqui. Enfim, na atual conjuntura nós não podemos
999 deixar escapar certas oportunidades que nós tivemos, que nós tivemos não, que nós
1000 conquistamos. Então, nós, enquanto organizações, estamos também dispostos a aceitar a
1001 recondução.

1002

1003

1004 **A SR^a. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA (Davida – Proteção, Direitos Civis**
1005 **e Saúde Integral)** – Eu quero clamar o interesse sim, a Davida continuar, até porque nós
1006 temos grandes problemas quando se fala migração, direitos, prostituição e a questão do
1007 tráfico, eu acho que tem que ser bem discernido, tem que ter um assento mesmo para
1008 prostituta Davida e estudos, porque é muito relevante quando se vê pesquisa só tráfico e
1009 prostituição, não sabe disseminar, separar, até porque têm movimentos abolicionistas que
1010 não entende isso como um trabalho, não entende que essas mulheres vão para outros países,
1011 e esses países tem uma lei, como fossemos nós que tivéssemos usando, chamaria a polícia e
1012 pegaria todos. Então, tem que ter uma disseminação, um diálogo sobre a questão de
1013 entendimento mesmo de trabalho sexual, e a questão da exploração sexual de adolescentes
1014 e criança, e a questão, principalmente desvio de função, mulheres que são encarceradas em
1015 cativoiro, com a questão de desvio de função, porque quando fala que prostituta é traficada,
1016 isso, eu te falo, todos que saem do Brasil, todas as colegas que vão e voltam, elas já saem
1017 daqui como prostituta, que é a função dela aqui, e já vai para outros estados ou países como
1018 prostituta, e, aí, não pode falar que essa mulher foi traficada, ela sabe o que está fazendo. O
1019 que ela tem que entender é a legislação, como nós vamos fazer essas políticas públicas
1020 chegarem nesse movimento, que já é existente, porque no Brasil, o código de ocupação do
1021 Ministério do Trabalho, ele existe essa ocupação, qualquer prostituta, qualquer imigrante de
1022 outro país que esteja aqui, ela faz a mesma lei, ela vem fazer a mesma coisa, e não vai ser
1023 criminalizada, o que é criminalizado são os espaços. Aí tem que se decidir, a questão da
1024 legislação como vai conduzir isso, e como chegar, porque em primeira instância, a
1025 preocupação de fazer um regimento é a burocracia, daqui para frente, eu acredito que vai
1026 ser pior ainda, porque a questão de política pública que vai dar direito aos movimentos com
1027 compensamento e futuramente, com os que vão sentar aqui, quem está decernido aceita isso
1028 lá fora, quer dizer, ocupar espaço para desfazer isso tudo aqui, isso é fácil, isso vai ter essa
1029 preocupação futuramente. Então, nessa questão do Davida, um cargo como prostituta
1030 assumida aqui para disseminar essa confusão que fazem, eu acho que é importante, então a
1031 Davida, ela vai continuar.

1032
1033

1034 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Eu entendo que nós
1035 estamos em uma situação extraordinária, eu acho que essa é a sensação que todos sentem, e
1036 que parece ser muito objetivo o fato de o Conatrap existir e continuar existindo agora, e,
1037 inclusive tendo esta reunião aqui, lembro-me de ter enviado um e-mail para a Daniela,
1038 ainda vai ter a reunião com a suspensão dos gastos, não extremamente necessários. Então, a
1039 existência em si já é um grande ganho, mesmo que todos tenham fome para ir adiante e
1040 realmente tratar dos assuntos que nos compete. Eu só acho que é possível sim, já que foi
1041 colocado que se nós queremos fazer uma eleição que deveria ser feita pela própria
1042 sociedade civil, lembrar que no Regimento Interno também tem essa possibilidade de criar
1043 uma subcomissão para ver isso, e já que vai ter uma comissão, um grupo técnico, um grupo
1044 de trabalho que vai discutir o decreto como deve ser estruturado o próprio Conatrap e a
1045 coordenação tripartite, que isso então inclua a questão dessa organização ou dessa
1046 recondução da sociedade civil através de uma eleição, que vai ter que vir em algum
1047 momento. Eu acho que reconhecer que vamos reconduzir porque é uma situação
1048 extraordinária e ponto é antidemocrático, eu acho que reconhecer que estamos em uma
1049 situação extraordinária, e que temos que discutir o decreto e também podemos discutir a

1050 recondução da sociedade civil através de eleições que podem então demorar a acontecer,
1051 mas, realmente, e nos comprometer a discutir isso, e não achar que a recondução deve ser
1052 automática assim mesmo. Então, para mim, é sim aglutinar essas duas funções em uma
1053 subcomissão. Eu entendo que eram coisas diferentes, mas, eu acho que é possível juntar
1054 isso.

1055

1056

1057 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1058 **Justiça)** – Agora entendi.

1059

1060

1061 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1062 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Eu quero dizer que talvez eu vá fazer a fala
1063 mais difícil que eu já fiz participando de Conselho.

1064

1065

1066 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1067 **Justiça)** – Desculpe, Estela. Antes de começar, a Daniela me informou que a Astral de
1068 Goiás se manifestou por e-mail, não está presente aqui hoje e justificou a ausência, mas se
1069 manifestou por e-mail favorável a recondução.

1070

1071

1072 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1073 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Eu quero dizer que é uma conjuntura muito
1074 difícil sobre todos os aspectos, aspectos do fundamentalismo que assola, o aspecto desse
1075 capitalismo que não tem eira e nem beira, e que o tráfico é fundamental para mantê-lo
1076 funcionando, é uma conjuntura muito adversa internacionalmente, e é uma conjuntura
1077 muito adversa para a sociedade civil, que tem se mantido em pé, muito embora sejamos
1078 criminalizados e ridicularizados o tempo inteiro, nós da sociedade civil vivemos com a
1079 pecha: lá vem os loucos, lá vem os doidos. Então, a conjuntura nossa não é fácil, mas
1080 acabei de fazer uma conversa aqui, ainda bem que temos internet para conversar com quem
1081 temos que consultar, e gostaria que fizesse uma chamada nominal às organizações da
1082 sociedade civil que topam ser reconduzidas, na perspectiva de manter o Conatrap
1083 funcionando, essa é a nossa função agora, a nossa função aqui não é outra senão manter a
1084 existência do Conatrap. Então, eu gostaria imensamente de conclamar em nome da Rede
1085 Feminista, que todas as organizações da sociedade civil aceitassem ser reconduzidas para
1086 manter o Conatrap funcionando. Estou de completo acordo com o encaminhamento do
1087 Frans.

1088

1089

1090 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1091 **Justiça)** – Eu tenho aqui anotado todos que se manifestaram favoráveis à recondução com
1092 todas as restrições, enfim, os cuidados, e eu sei que isso é bastante sensível, nós não temos
1093 dúvida quanto a isso, mas todos se manifestaram favoráveis. Então, nós estamos mesmo
1094 com oito representantes, vamos lá: Trama, a ASBRAD representa os conselhos, Astral que
1095 se manifestou por e-mail, a Só Direitos, Davida, Aliança, eu acho que eu anotei duas vezes

1096 Astral aqui, Rede Feminista, então todos, LGBT é conselho, LGBT se manifestou, mas é
1097 conselho, conselho se mantém. Então, a questão do GT, eu acho que não, a questão do GT é
1098 uma, a UNIT também, claro. Então, a questão do GT já está encaminhada desde a última
1099 reunião, que nós faríamos no próximo biênio, e podemos incluir esse GT na nossa
1100 programação para o próximo biênio, mas acho que não, acho que é uma discussão, a
1101 questão eleitoral, evidentemente, estará dentro da discussão do GT do Decreto, porque é um
1102 ponto do Decreto, não tem como dissociar isso. Enfim, eu acredito que todos se
1103 manifestando, acho que temos aprovada a recondução. O GT, nós estamos previstos para o
1104 próximo biênio. Ok? Na primeira reunião. Eu acho que é mais prudente nós convocarmos já
1105 na próxima reunião, até porque pela representatividade, enfim. Nós temos a questão mesmo
1106 da SPM com a questão da Polícia Federal, a representação ainda não completamente
1107 definida. Então, eu acho que nós podemos deixar para o próximo biênio. Aprovamos então?
1108 Aprovado. Muito obrigado. E, agora, passamos ao outro ponto, planejamento, o outro ponto
1109 antecipado da tarde.

1110
1111

1112 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde Direitos**
1113 **Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Eu queria só fazer o encaminhamento nosso proposto é
1114 que hoje se formasse o GT, o presidente fez o encaminhamento diferente, isso foi o
1115 encaminhamento do presidente e não o que nós fizemos, por favor.

1116
1117

1118 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1119 **Justiça)** – O presidente fez esse encaminhamento, que era o encaminhamento que foi feito
1120 na última reunião.

1121
1122

1123 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1124 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Sim, mas, hoje, nós fizemos o
1125 encaminhamento casadinho, fazemos a recondução e construímos o GT para rever. Então,
1126 eu quero dizer assim, porque senão nós fazemos a proposta, e a mesa faz o
1127 encaminhamento que não põe em discussão a proposta que nós fizemos, a proposta que
1128 fizemos foi casadinho, nós aceitamos a recondução, eu sei que o peso político que isso tem,
1129 e, inclusive contra a imagem de tudo que nós defendemos que é fazer as eleições, nós
1130 sabemos o peso político e o preço que nós estamos pagando por aceitar a recondução
1131 compreendendo as condições em que as coisas estão. Então, eu quero só dizer isso, porque
1132 senão parece que nós da sociedade civil aceitamos fazer a recondução, nós aceitamos fazer
1133 a recondução diante dessa condição que nós estamos vivendo de extrema fragilidade do
1134 Conatrap. Então, quero dizer isso, e o encaminhamento foi que nós criássemos o GT, foi
1135 esse encaminhamento. Então, se a mesa está encaminhando de forma diferente, que isso
1136 fique explícito que foi a mesa que encaminhou diferente daquela que foi a proposta que nós
1137 fizemos.

1138
1139

1140 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1141 **Justiça)** – Certo. Eu encaminhei como eu comecei encaminhando a reunião, que esse GT já

1142 estava previsto para o próximo biênio. Se há, aí temos que abrir um ponto de pauta para
1143 falar disso. Com relação à recondução, essa foi uma sugestão dada aqui, enfim, é
1144 efetivamente, tendo em vista as circunstâncias, a conjuntura atual, mas também não é uma
1145 proposta do Governo que seja reconduzido, parece que estamos, de certa forma, impelindo
1146 a representação da sociedade civil a aceitar alguma coisa que seja antidemocrática, isso está
1147 previsto no Regimento, eu acho que ficou claro, eu acho que este ponto da recondução,
1148 acho que está ok. Agora também não é, essa conta é de quem? Essa conta é toda, nós não
1149 estamos falando do Conatrap da sociedade e Conatrap do Governo, essa decisão é do
1150 Conatrap, eu acho que temos que deixar isso muito claro. Com relação à condução da mesa
1151 a propósito do GT do Decreto, eu sinceramente acho que nós podemos, eu não vejo a
1152 necessidade de colocar a recondução colada no GT, eu, particularmente, não vejo essa
1153 necessidade, até porque isso já é uma deliberação tomada, uma deliberação tomada na
1154 última reunião, isso já está clara. Agora, a necessidade talvez seja, é justamente, o que eu
1155 falei é a dificuldade de instalar, qual é? Nós não temos as representações completamente
1156 definidas, não temos ainda, por exemplo, a SPM não está representada oficialmente aqui,
1157 está representada como ouvinte, a Polícia Federal da mesma forma, enfim, nós temos essas
1158 dificuldades, acho que nós fazemos, instalar e colocar o órgão só como representante, eu
1159 acho que nós, enfim, não vejo porque fazer isso de forma açodada, mas se for o
1160 entendimento do plenário, nós fazemos de forma açodada, enfim, não sei. Sinceramente, eu
1161 chamo um pouco, não vejo necessidade de fazer dessa forma. Não sei nem se temos
1162 quórum para votação.

1163
1164

1165 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Muito rápido, estou vendo
1166 um pouco de impasse, porque realmente o mandato que eu tive para vir aqui sobre a
1167 questão da recondução foi mínima, na verdade não existe, eu estou colocando trama, vamos
1168 reconduzir, mas sob a condição que haja uma discussão sobre como se faz isso no futuro.
1169 Agora não vai ser instalado o comitê, a comissão para discutir isso hoje, porque talvez não
1170 tenha quórum, então é estranho nós estarmos aqui, desde o início, eu falei também que essa
1171 era uma péssima semana para se reunir, porque é a última semana antes do judiciário
1172 fechar, eu estou aqui com grande esforço, acho meio complicado, mas se é assim, só faz
1173 então a fala da Estela que seria a minha fala, para colocar isso, colocar na ata, que conste na
1174 ata que nós insistimos para a criação dessa comissão para discutir o Decreto, para discutir a
1175 recondução da sociedade civil, mas que não foi possível, mas que conste na ata.

1176
1177

1178 **A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional**
1179 **Contra a Discriminação LGBT)** – Desculpe, presidente. No início da reunião ontem, foi
1180 solicitado quórum e foi dito que não havia necessidade porque o nosso Regimento não foi
1181 publicado, e então porque ontem não precisava e hoje precisa? Só essa questão.

1182
1183

1184 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1185 **Justiça)** – A questão é a seguinte, nós, ou decidimos por consenso ou não colocamos em
1186 votação porque não temos quórum, se efetivamente não chegar a um consenso, não tem
1187 decisão, se nós colocarmos em votação cancela-se a reunião, cancelamos agora, vamos

1188 todos para casa, tentamos antecipar os voos, é exatamente isso a questão. Não podemos
1189 votar porque não tem quórum, por exemplo, nós chegamos a um consenso com relação a
1190 recondução, ponto, consenso. Agora, com relação ao GT, nós já deliberamos na última
1191 reunião que ele seria algo para o próximo biênio, isso está definido, antecipar tem que
1192 colocar em votação. Como fazemos?

1193

1194

1195 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Como eu estava sugerindo,
1196 continuarmos, mas que conste bem na ata, que pelo menos a fala que a Estela fez é a fala do
1197 Trama, não sei se outras entidades querem falar, mas que fica muito bem claro que é sob
1198 condição que haja, que existe essa recondução, que é extraordinária.

1199

1200

1201 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1202 **Justiça)** – Certo, e que o GT virá o ano que vem. Sim, isso está registrado na ata desta
1203 reunião, e está registrado na ata da reunião passada, e de minha parte, eu também gostaria
1204 de sublinhar que esta decisão foi tomada por falta de quórum, por isso que nós não
1205 submetemos à votação, porque não temos quórum de votação, sublinhando também que
1206 tudo que nós decidimos aqui foi por consenso até agora, e por isso fica dessa forma
1207 estabelecido. Ok. Então passamos ao planejamento das prioridades do Conatrap para o
1208 biênio 2016 e 2017, por favor, já incluam a primeira prioridade, que é o GT.

1209

1210

1211 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
1212 Natasha, só vou ler, isso aí são apenas sinalizações que tanto a Coordenação de
1213 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que é a Secretaria-Executiva do Conatrap, sinalizou
1214 como prioridades para que este Conselho analise, como também extrair algumas delas dos
1215 próprios relatórios das comissões, das recomendações, mas isso aí é totalmente alterável, se
1216 é para nós construirmos agora, e a ideia não é nós esmiuçarmos esse planejamento, é
1217 indicar para que possamos entrar nisso com mais profundidade no próximo ano, quais são
1218 as prioridades que o Conatrap entende como necessárias para nós trabalharmos nos
1219 próximos dois anos? Claro, nós vamos colocar em linhas gerais, porque muita coisa pode
1220 acontecer nesse intervalo e surgir urgências, mas tematicamente, nós queremos colocar, por
1221 exemplo, estamos já no fechamento de um II Plano Nacional, de que forma o Conatrap vai
1222 se implicar nessa avaliação? Porque todas as instâncias da política já estão se implicando, a
1223 coordenação tripartite, a rede se reuniu semana passada, e já colocou isso como ponto de
1224 prioridade para pensarem como nos seus estados vão promover ações de avaliação do II
1225 Plano Nacional. Construção do III Plano Nacional é outro tema que nós propomos aqui
1226 para pensar como o Conatrap também vai participar desse processo de construção do III
1227 Plano Nacional. Articulações institucionais, isso foi muito colocado nos relatórios, vários
1228 tipos, tanto com órgãos de fronteira, quanto com o MEC, colegiados afins, com temáticas
1229 afins; Também novas edições da feira de boas práticas e dos prêmios, que ocorrem nesse
1230 evento, foi colocado também, inclusive foi sugerido que voltássemos a esse ponto para sair
1231 algum encaminhamento sobre a feira de boas práticas. Capacitação em enfrentamento ao
1232 tráfico de pessoas, em uma das comissões, nós verificamos muito a importância de se
1233 revisar e disseminar a matriz de formação de formação de enfrentamento ao tráfico de

1234 pessoas. A questão da semana nacional que já está definido no calendário nacional, no
1235 calendário institucional do Ministério da Justiça, no calendário da Rede e de outros
1236 parceiros, mas ainda não está inserido no calendário do Conatrap, isso vai ser uma
1237 prioridade também para o Conatrap? O fortalecimento dos comitês locais de EPP, esse foi
1238 outro ponto que nós temos percebido, inclusive a rede cobrou isso na reunião passada, era
1239 um ponto que entrou no planejamento da rede, a rede disse: vamos tirar daqui, porque sem
1240 um posicionamento do Conatrap, nós não temos o que discutir sobre isso, nós precisamos
1241 da direção do Conatrap para poder fazer alguma coisa nos estados para fortalecimento dos
1242 comitês. Então, estou trazendo aqui para nós aqui para vermos. A questão do enfrentamento
1243 ao tráfico de pessoa na região de fronteira, isso vai ser também uma prioridade do comitê?
1244 E, aí, está em aberto para nós discutirmos. E aqui é realmente um trabalho de vocês irem
1245 sugerindo, e nós discutindo, e tentando entrar em um consenso. E, eu acho que nesse
1246 momento, nós temos que focar realmente nas prioridades, porque outra crítica que foi feita
1247 nos planos das comissões é que se colocou um plano muito extenso, que não foi factível,
1248 que ele poderia ser muito mais objetivo. Então, eu acredito que também as prioridades do
1249 Conatrap devem seguir nessa linha, o que realmente o Conatrap quer se debruçar no
1250 próximo biênio, já que perdemos tanto tempo com Regimento Interno, o que ficou de fora e
1251 que não pode mais ficar. Aí, eu abro a palavra, porque realmente é um trabalho coletivo.

1252

1253

1254 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1255 **Justiça)** – Vamos lá então, vamos fazer ponto a ponto então, finalização do II Plano
1256 Nacional.

1257

1258

1259 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – É
1260 avaliação do II Plano Nacional.

1261

1262

1263 **A SR^a. HELOISA** – Então, um pouco para ajudar, porque nós começamos a fazer essa
1264 discussão dentro da Comissão de Fortalecimento, acho que todos esqueceram as anotações,
1265 mas eu dou o pontapé e você continua. Uma das propostas, um exercício que começamos a
1266 fazer dentro da própria Comissão, era de que o Conatrap se debruçasse sobre os relatórios
1267 que são entregues pelo grupo interministerial, e que se conseguisse fazer até no início do
1268 ano que vem, como uma forma de você fazer recomendações aos órgãos no intuito de que o
1269 plano seja finalizado em cem por cento. Então, ainda seria possível a indicação do
1270 Conatrap, uma nota, um parecer, enfim, não lembro nem quais foram os documentos que
1271 foram aprovados no Regimento Interno, mas que ele pudesse recomendar para os órgãos.
1272 Então, cada comissão, a depender da linha operativa do plano, faria essa avaliação, que, na
1273 verdade, essa deliberação já tinha saído, não é, Daniela? Mas só que nós não estávamos
1274 lembrando se isso já tinha sido um encaminhamento. Então, a própria Comissão de
1275 Fortalecimento já começou analisar a linha operativa 2, e já dá esse encaminhamento para
1276 as outras comissões, e depois até no quarto mês do ano que vem, alguma coisa assim,
1277 poderia sair esse parecer para apresentar para o GI, com mais ou menos oito meses, até a
1278 finalização do II Plano Nacional, no sentido de corrigir rotas e rumos. Não era isso, Graça,
1279 Lívia?

1280

1281

1282 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**

1283 – A Aldenora estava presente também, a Dalila não pôde vir. Na verdade,
1284 metodologicamente, eu estou sentindo a necessidade de que nós primeiro visualizemos o
1285 que fizemos, eu acho que ajuda e facilita para nós esse exercício, a partir da leitura do que
1286 foi feito ou do que não foi feito, nós, um pouco, trabalhar na perspectiva de construção
1287 dessas prioridades, mas o que objetivamente na reunião de ontem, pela manhã, a nossa
1288 comissão, a Dalila, que é coordenadora, não pôde participar, mas estava bem representada,
1289 a Estela também não pôde, porque houve um problema de comunicação, mas o que nós
1290 fizemos foi isso, a partir do plano, nós fizemos uma revisitação de todas as metas, e em
1291 cada uma delas, nós pontuamos aspectos que precisavam ser retomados do ponto de vista
1292 das prioridades para 2016 e 2017. E uma proposta bastante objetiva que saiu foi de que nós
1293 pudéssemos trabalhar cada comissão a partir da linha operativa do plano para avaliação, no
1294 caso, por exemplo, da nossa comissão, nós trabalharíamos a linha operativa 2, para
1295 exatamente verificar a possibilidade de trazer isso para o plenário e dizer quais foram as
1296 metas que não foram cumpridas, ou qual é o estágio de implementação dessas metas para
1297 que nós possamos reforçar então as nossas estratégias, rever algumas estratégias no sentido
1298 do cumprimento dessas possibilidades. Então, nós caminhamos nessa direção, e a ideia era
1299 um pouco fazer isso, fazer esse exercício de que cada comissão fizesse uma leitura daquela
1300 linha operativa que se compatibiliza com o trabalho da comissão, e a partir daí eleger as
1301 prioridades dentro das metas que não foram cumpridas, e que consideramos que são
1302 importantes para serem cumpridas, e saíram também outras discussões, mas como não
1303 estávamos pensando nessa reversão da pauta, e que a Dalila faria a leitura do relatório, e a
1304 partir dela as nossas sugestões, então isso de certa forma não deu para avançarmos nesse
1305 sentido. Mas, basicamente a ideia era essa.

1306

1307

1308 **A SR^a. LUCICLEIA SOUSA E SILVA ROLLEMBERG (Coordenadora Adjunta de**

1309 **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas)** – Queria ressaltar a importância do Conatrap
1310 dentro do sistema de monitoramento, do fluxo de monitoramento, nós temos hoje um grupo
1311 interministerial de monitoramento, que está produzindo os relatórios, mas a ideia era de que
1312 nós tivéssemos condições do Conatrap estar periodicamente junto com o grupo
1313 interministerial de monitoramento apresentando as recomendações aos órgãos que
1314 executam as metas do II Plano Nacional. Nós, até hoje, não conseguimos colocar no fluxo,
1315 o Conatrap no fluxo de monitoramento intercalar, então esse é o momento de podermos
1316 resgatar essa possibilidade do Conatrap passar a interagir nesse fluxo de análise da
1317 execução das metas dos II Plano Nacional. Então, essa proposta de visita de divisão para
1318 que cada comissão hoje constituída se apodere de uma linha operativa e defina ali dentro as
1319 prioridades de análise, seria fundamental para nós, poder chegar ao final do ano de 2016,
1320 com o término do II Plano Nacional com maior sucesso, nós ainda temos um ano, então se
1321 vocês conseguissem se debruçar dentro das comissões, pelo menos nesse primeiro trimestre
1322 agora de 2016 para já apresentar recomendações dentro da próxima reunião, ainda teríamos
1323 um fôlego de recomendação para os 17 órgãos que hoje executam o II Plano Nacional.
1324 Então, eu queria só frisar isso, e mostrar que para um III Plano Nacional, aí, nós já vamos
1325 ter o empoderamento do Conatrap para entrar periodicamente nesse fluxo de

1326 monitoramento que já vem sendo feito pelo grupo interministerial. Só para ressaltar isso e a
1327 importância de vocês enxergarem dentro desse contexto.

1328

1329

1330 **A SR^a. MARIA IONE VASCONCELOS (Universidade Tiradentes/Sergipe)** - Dada a
1331 importância do monitoramento, era um pouco do que eu ia trazer aqui, porque senão vamos
1332 sentir toda a dificuldade no que se refere a essa avaliação, e trago também como resultado
1333 da nossa discussão ontem, nós três, na comissão, a importância de pensarmos na criação de
1334 fóruns a partir da interação com os comitês estaduais, municipais e distritais, onde
1335 possamos estar presentes e avaliando a execução do II Plano Nacional, a criação de fóruns
1336 de debates, é essa a sugestão.

1337

1338

1339 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
1340 Neste ponto, eu entendo, acho que todos acreditam da importância dessa prioridade, é isso?
1341 Nós já podemos entender que essa é uma prioridade para o Conatrap? Para tentarmos, a
1342 avaliação do II Plano Nacional. Alguém tem alguma manifestação contrária a esta? Porque
1343 senão nós nem continuamos discutindo esse ponto, caso todos estejam de acordo que esta é
1344 uma das prioridades, aqui já foram citadas duas possíveis ações, que cada comissão dentro
1345 do tema, do seu tema no plano, específico do plano, analise as ações, aí seria bom já ir
1346 escrevendo, Natasha, e depois vemos se é isso mesmo, que cada comissão analise a linha
1347 operativa respectiva à sua temática, propondo recomendações ao Comitê, porque a
1348 Comissão não recomenda, isso já ficou claro, propondo recomendações ao comitê para
1349 serem enviadas ao GI, depois nós... E outra ação que surgiu agora da Ione, foi que sejam
1350 criados fóruns de debate para avaliar o II Plano Nacional nos estados e Distrito Federal
1351 junto aos comitês locais, e que isso seja fomentado pelo Conatrap. É isso, Ione? Nos
1352 comitês locais.

1353

1354

1355 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1356 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Eu vou fazer uma fala do ponto de vista que
1357 nós estamos não estamos em uma oficina de planejamento estratégico, mas, nós estamos
1358 fazendo uma chuva de ideias, uma tempestade mental. Eu penso que nós deveríamos eleger
1359 as prioridades do Conatrap em quatro dimensões. A primeira dimensão somos nós
1360 internamente, quantas reuniões teremos o ano que vem, e priorizar o fortalecimento nosso,
1361 inclusive na questão de em todas as reuniões, nós termos um espaço formativo para o
1362 Conatrap, porque a impressão que nós temos é que todos aqui falam a mesma linguagem, e
1363 isso não é verdade, eu penso que tem muita gente que está estudando o tema, e que teria
1364 condições de trabalhar conosco na formação nossa mesmo. Então, eu penso que
1365 internamente no Conatrap, nós temos que definir quais são as nossas prioridades para 2016,
1366 sob pena depois de chegarmos ao final do ano e falar: “Não tem dinheiro para fazer a
1367 próxima reunião”. Então, eu acho que é isso que precisamos definir bem. Uma segunda
1368 dimensão, que eu considero muito importante é como é que este comitê vai trabalhar a
1369 implementação dos comitês, redes e postos, esta é a nossa política, esses são os três
1370 serviços nossos. Então, qual é a relação nossa com redes, núcleos e postos, é isso que nós
1371 vamos fazer. O Conatrap vai participar das reuniões? O Conatrap vai fazer o encontro? O

1372 Conatrap vai implementar para que existam comitês nos estados? Somos nós do Conatrap
1373 que vamos implementar os comitês? Qual é o ministério? Nós vamos nos encontrar com o
1374 CONAR e o CNIg, e vamos fazer uma orientação coletiva, porque os estados têm os
1375 comitês? Ou seja, tem uma série de perguntas que precisamos definir o que nós vamos
1376 fazer. E, dentro disso, a relação nossa com as outras políticas setoriais, como o Conatrap se
1377 relaciona com as outras políticas setoriais, e as políticas de garantia de direitos, a da
1378 mulher, a do negro, a do índio, a da criança, como nós vamos fazer isso. Então, isso aí tem
1379 outro conjunto de possibilidades. Uma terceira área, que eu penso que é fundamental do
1380 Conatrap, porque já está no II Plano Nacional, e nós precisamos monitorar, mas, sobretudo,
1381 nós precisamos dizer qual é o papel do Conatrap no fortalecimento das organizações da
1382 sociedade civil, porque se nós continuarmos da forma como está, nós não teremos nem
1383 sociedade civil depois para participar do Conatrap, porque nós não temos um processo de
1384 empoderamento dessas organizações, inclusive para começar a participar efetivamente dos
1385 comitês estaduais e dos comitês nacionais. E, também do ponto de vista do nosso
1386 fortalecimento, que a comissão de, não vou saber aquela que trabalha com as publicações,
1387 como é o nome dela? Humanização, essa mesma, nós precisamos ter uma pressão muito
1388 forte para que recoloque o prêmio Libertas novamente em pauta, eu acho legal nós termos
1389 os cinco cadernos publicados com este conjunto de artigos, eu acho muito legal, mas, nós
1390 precisamos dizer que esses cadernos, eles, na verdade, quase que substituíram o prêmio
1391 Libertas, e o prêmio Libertas e o prêmio Simone Borges, nós precisamos recolocar esses
1392 dois prêmios como uma ação específica para nós pautarmos.

1393

1394

1395 **A SR^a. ELISA** – Simone Borges foi (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*), pelo de
1396 boas práticas. E não foi substituído, porque os três estão previstos no II Plano Nacional.

1397

1398

1399 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1400 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Eu sei que não foram substituídos inscrito, na
1401 prática aconteceu isso, porque não fizemos o prêmio Simone Borges ao invés de fazer os
1402 cinco cadernos? Essa discussão está na ata, não estou inventando nada, está na ata de umas
1403 três reuniões atrás, isso aqui nós já discutimos essa. E a outra questão que está colocada é
1404 que, na verdade, nós ainda somos frágeis do ponto de vista da campanha, as nossas
1405 campanhas ainda são frágeis e não têm sido campanhas fortes que efetivamente dão conta
1406 do tamanho dos problemas. E, por fim, o quarto eixo, a quarta dimensão que nós temos que
1407 pensar, é a relação do Conatrap com os relatórios internacionais que o Brasil tem que fazer,
1408 se eu não estiver errada, eu não sei quantos são, mas eu acho que são três, relatório não,
1409 OEA não tem relatório, mas vai ter um evento da OEA em 2016, é isso? Foi final de 2014,
1410 se eu não estiver errada.

1411

1412

1413 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – Aí
1414 surgiu o plano, como tem o plano, eles vão cobrar um relatório.

1415

1416

1417 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1418 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Exatamente, se eu não estiver errada, nós
1419 temos três relatórios internacionais para fazer em 2016. Qual vai ser o papel do Conatrap
1420 com o relatório da OEA, relatório de CEDAW e relatório de UUNODC, do plano mundial.

1421

1422

1423 **A SR^a. ELISA** – UNODC já foi, foi este ano. Vai ser publicado o ano que vem.

1424

1425

1426 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1427 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Então qual é o papel do Conatrap nisso?

1428

1429

1430 **A SR^a. ELISA** – O relatório global da UNODC são dados dos órgãos governamentais, não
1431 tem nem parte qualitativa.

1432

1433

1434 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1435 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Exatamente, eu sei tudo isso. A questão é nós
1436 do Conatrap não nos apropriamos dos relatórios que o Brasil faz e presta conta, esse é um
1437 papel nosso, afinal de contas, nós não somos do comitê nacional? Nós, do Comitê Nacional
1438 temos que nos apropriar, inclusive dizer: “Nós concordamos com isso, não concordamos
1439 com aquilo, aquilo não foi feito, aquilo foi feito”. Isso é papel nosso, gente, é papel de um
1440 comitê nacional.

1441

1442

1443 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1444 **Justiça)** – Mas, isso antes ou depois?

1445

1446

1447 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1448 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Isso deveria ser no processo, não é? Deveria
1449 ser no processo, como não foi no processo, vai ter que ser depois.

1450

1451

1452 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1453 **Justiça)** – Eu estou questionando pelo seguinte, porque se é uma posição do que o Poder
1454 Executivo fez, então é influir no dado ou na política, na realização da política.

1455

1456

1457 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1458 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)** – Mas, Davi, essa é uma discussão que nós
1459 temos que fazer aqui, qual é o papel nosso do Conatrap com os relatórios mundiais que o
1460 Brasil faz? Por isso, eu estava insistindo para trazer a CEDAW para cá, porque CEDAW
1461 vai ter que ser feito até março, se é até março, nós não vamos ter tempo nem para discutir
1462 CEDAW. Quando formos acordar CEDAW já está feito. OEA não sei o prazo, não sei

1463 mesmo. E da UNODC, eu sei que foi elaborado, mas, nós discutimos esse relatório aqui?
1464 Entendeu o que eu estou falando? Qual é o papel nosso enquanto Comitê Nacional? Gente,
1465 isso é papel político do Comitê. Então, eu estou pautando que eu acho que essas quatro
1466 dimensões seriam importantes de serem feitas.

1467
1468

1469 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) – A**
1470 Estela apresentou quatro dimensões, que aí a parte dela, nós teríamos, a proposta dela é de
1471 nós pensarmos nas prioridades, e de que forma. Só respondendo em relação à primeira
1472 prioridade, Estela, o Decreto prevê três reuniões ordinárias, isso não é uma decisão do
1473 Governo, a questão é se vai ou se não vai ter, nós não temos nenhuma condição de afirmar
1474 aqui hoje, eles vão entrar no nosso planejamento orçamentário, e, inclusive está no ponto de
1475 pauta a aprovação do calendário para o ano que vem, isso tudo nós vamos continuar
1476 fazendo, está previsto. Então, como nós continuamos a proposta dos nossos...?

1477
1478

1479 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1480 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) –** Se tem que ter três reuniões, e não temos
1481 certeza, porque não tem orçamento.

1482
1483

1484 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) –**
1485 Ninguém está dizendo que não vai ter, isso não tem como nos angustiarmos.

1486
1487

1488 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1489 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) –** Não é angustiar, é dizer não sabemos se vai
1490 ter.

1491
1492

1493 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1494 **Justiça) –** Mas, aí, não planejam? Não estou entendendo, Estela.

1495
1496

1497 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1498 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) –** Está entendendo sim.

1499
1500

1501 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1502 **Justiça) –** Não estou não.

1503
1504

1505 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1506 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) –** Porque não queremos falar publicamente que
1507 o governo não sabe o que fazer com o Conatrap, essa é a questão, não ter certeza que vai ter
1508 três reuniões, não tem certeza que vai ter orçamento.

1509

1510

1511 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1512 **Justiça)** – Essa não é a questão, nós fazemos o planejamento, e com o planejamento fica
1513 mais fácil de exigir que seja cumprido o planejamento, sem o planejamento fica mais
1514 difícil. Acho que a situação é simples, ninguém está dizendo que não vai ter reunião, é só
1515 imponderabilidade mesmo. Acho que neste ano, com grande dificuldade, nós conseguimos
1516 fazer as três. O Frans até questionou, ligou perguntando se realmente teria a reunião, essa
1517 que está acontecendo agora, justamente pela dificuldade, pelo Decreto que cancelou
1518 passagens e diárias etc., mas, isso, por sorte, pela diligência da nossa Secretaria-Executiva
1519 já estava encaminhado quando o Decreto foi expedido. Então, nós conseguimos fazer a
1520 reunião, mas é isso, nós poderíamos não ter conseguido fazer essa reunião? Poderia, é só
1521 isso que estamos dizendo. Mas estamos planejando três reuniões com datas, sugestões de
1522 datas, enfim, é isso.

1523

1524

1525 **A SRª. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
1526 Inclusive a resposta que dei para o Frans foi: “Frans, como já estava no planejamento foi
1527 autorizado”. Então, para você vê como é importante isso na gestão pública. Enfim, alguém
1528 tem alguma outra proposta de encaminhamento desse ponto?

1529

1530

1531 **A SRª. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – Eu estou olhando as proposta da Estela, e
1532 acho perfeita, sobretudo, porque nós tivemos um lapso de tempo tão grande que nós
1533 tivemos aqui que retomar, tentar lembrar o que foi discutido na reunião anterior e
1534 recomeçar, esse lapso de tempo não pode mais acontecer no Conatrap, na minha humilde
1535 opinião, com dinheiro ou sem dinheiro, três reuniões por ano proporcionam um espaço,
1536 uma lacuna tão grande que inviabiliza que você construa alguma coisa, eu acho que o
1537 mínimo de reuniões de um coletivo como esse e dessa importância, que fala hoje de todas
1538 as formas de exploração contra a pessoa humana, merece e requer no mínimo quatro
1539 reuniões anuais, e, isso, nós vamos ter que trabalhar, nós vamos ter que brigar, nós vamos
1540 ter que pensar, vamos ter que falar com quem de direito para garantir a presença desse
1541 coletivo, no mínimo quatro vezes por ano, porque nós precisamos discutir o acesso à justiça
1542 e uma série de situações que estão acontecendo, (...) com os direitos, estão acontecendo
1543 nesse momento, nós não estamos paradas e parados, estagnados e estagnadas, e, nós
1544 precisamos avançar, e avançar requer muita coisa, nós sequer conseguimos fazer com
1545 número minimamente aceitável uma reunião por Skype. Então, é uma preocupação, foi a
1546 Dalila, o Frans e quem? E a Daniela, a última reunião por Skype? Quer dizer, nós não
1547 conseguimos, isso é fazer de conta. Então, nós não podemos fazer de conta, nós temos que
1548 fazer acontecer, nós temos que ser capazes de olhar, por exemplo, para Bomfim, e saber
1549 que lá não tem nada, nós temos que pensar que desenvolvimento para determinadas regiões
1550 é fundamental para que pessoas não sejam aliciadas para qualquer finalidade. Então,
1551 discutir desenvolvimento é o mínimo que nós podemos fazer com quem de direito, não sei.
1552 Eu estou dizendo que concordo, eu acho que essas três reuniões são muito pouco, eu penso
1553 no papel do Conatrap nas organizações da sociedade civil, e gostaria muitíssimo, eu nem
1554 penso em prêmios na verdade, na verdade eu acho que todo o nosso movimento é pensando

1555 no Brasil profundo, no Brasil onde não tem nada, naquelas que realmente nesse momento
1556 estão sendo traficadas, estão sendo submetida a toda forma de exploração, é nisso que eu
1557 penso, e nós podemos, podemos sim criar uma rede. Qual é a rede que o Brasil tem hoje do
1558 ponto de vista das ONGs? Uma pergunta, das ONGs, qual é a rede que o Brasil tem hoje do
1559 ponto de vista da sociedade civil? Qual é a rede? Então, isso, gente, nos enfraquece, a
1560 sociedade civil é uma grande parceira, nós precisamos nos mobilizar, chamar pessoas,
1561 trazer pessoas, convidar pessoas e mexer a panela, nós precisamos mexer a panela.
1562 Desculpe, mas é essa a minha opinião.

1563

1564

1565 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) –**
1566 Obrigada, Dalila. Também concordamos com tudo isso, e nesse momento, eu gostaria de
1567 encaminhar essa questão, a Estela propôs quatro dimensões, dentro dessas dimensões, eu
1568 queria até sugerir de não entramos em minúcias de ações, nessa reunião e neste momento
1569 pensarmos só nas linhas gerais, e para a primeira reunião do ano, nós traríamos essas linhas
1570 gerais com as sugestões de ações do Conatrap, eu acho que vamos conseguir caminhar
1571 melhor hoje. Porque se nós formos ponto por ponto não vai dar tempo, e nesse período
1572 vocês já vão estar cientes de quais foram as avaliações das comissões, e, aí, vão conseguir
1573 construir melhor. Em relação à questão, o mínimo que nós podemos hoje, o mínimo
1574 realmente que temos hoje como contar ordinariamente...

1575

1576

1577 **A SR^a. ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde**
1578 **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) –** Só um esclarecimento, se vamos fazer as
1579 prioridades para 2016, e o orçamento já foi feito, nós precisamos saber como nós vamos
1580 fazer as prioridades, senão vamos fazer as prioridades, mas não tem orçamento para fazer.
1581 Então, desculpe, mas nós fazer as prioridades e vai ter orçamento? Ou vamos fazer as
1582 prioridades e depois falar: não teve orçamento. Então, em que pé está isso, como está isso
1583 dentro do MJ, para termos condições de fazer algum tipo de proposta, senão me sinto
1584 meio...

1585

1586

1587 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) –**
1588 Não vamos entrar nas ações das prioridades, e, muitas prioridades do Conatrap não estão
1589 diretamente relacionadas ao orçamento, eu acho que isso não inviabiliza neste momento
1590 nós discutirmos o que é prioridade para o Conatrap. Ponto geral, isso aqui é uma prioridade
1591 independentemente da conjuntura que nós estamos, independentemente da quantidade de
1592 reuniões e independentemente do orçamento. As ações, sim, vão ser impactadas por
1593 orçamento, vão ser impactadas por uma série de outros fatores. Por isso que eu acho que
1594 este não é o momento de nós não entrarmos em minúcias sobre que ações nós vamos
1595 adotar, porque isso vai ser influenciado, por exemplo, pelo orçamento. Têm perguntas que
1596 não temos respostas, nós estamos muito sinceros, nós não temos respostas, mas nós vamos
1597 parar de trabalhar? Vamos parar de discutir? Este Comitê, até agora as discussões que
1598 foram trazidas é: nós não vamos parar, nós não vamos deixar o Conatrap deixar de
1599 funcionar. Então, com base nessa decisão que eu acredito que é de todos, nós precisamos
1600 avançar e precisamos de um norte. O objetivo deste momento é ter um norte para o

1601 próximo ano, para quando começarmos a primeira reunião do ano, nós sabermos como
1602 começar. Então foram muitas as críticas de que nós não fizemos nada, embora tentando
1603 fazer o relatório de gestão de plenário muita coisa foi feita, muita coisa foi discutida, nós
1604 não podemos desconsiderar tudo que já fizemos, embora muitas pautas travaram sim o
1605 Comitê. Para esse momento, dentro desse eixo, por exemplo, que é esse primeiro eixo que a
1606 Estela propôs, que é interno para o Conatrap, a questão da formação do próprio comitê para
1607 tentar alinhar conceitos, alinhar perspectivas, embora a contradição seja inclusive saudável,
1608 isso faz parte de qualquer colegiado, mas minimamente em relação a conceitos, em relação
1609 a perspectiva da política, enfim, isso é uma prioridade então para nós? A formação do
1610 próprio Conatrap? E, aí, o como nós vamos fazer isso, isso é outro momento. Vocês
1611 concordam que essa é uma prioridade, e, nós, inclusive vamos fazer à parte, Natasha, só as
1612 prioridades, se quiser até abrir uma folha de Word, nós vamos escrevendo lá, e depois
1613 tentamos colocar isso numa tabela para vocês irem colocando sugestões de ações. Pode ser
1614 assim o encaminhamento desse momento para tentarmos avançar? A formação do próprio
1615 colegiado em matéria de ETP e temas correlatos.

1616
1617

1618 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1619 **Justiça)** – Acho que estamos fazendo um esforço aqui, que ele se deve à inversão da pauta
1620 que acabamos de votar e acabou de exercer, porque se nós, eu acho que realmente ficou na
1621 hora que nós colocamos em votação, isso, para mim, não estava tão claro, mas agora está
1622 muito claro que o fato de termos invertido, não ter feito a apreciação do que foi feito no
1623 biênio passado prejudica a preparação para o próximo biênio, e isso, eu até coloquei isso,
1624 mas na hora não ficou tão claro para mim como está agora, não sei se vocês também estão
1625 com essa percepção. E, aí, nós estamos entrando em algumas discussões aqui que ao invés
1626 de estarmos programando a continuação do Conatrap, nós estamos refundando o Conatrap,
1627 eu acho que nós estamos exagerando um pouco no planejamento. Então, eu acho, por
1628 exemplo, a comissão que eu fiz parte ontem, uma das constatações foi: primeiro que parecia
1629 que as pessoas são muito ativas durante as reuniões, mas até chegar à nova reunião não se
1630 fez a tarefa de casa, então isso foi uma avaliação. E, aí, nós reclamamos que faltam
1631 reuniões, mas também nós não fazemos o meio termo entre uma reunião e outra. Então, tem
1632 outras questões, como, por exemplo, uma das propostas da comissão é que fosse mais
1633 objetivas e mais claras as linhas, mais objetivas, e talvez menos linhas, que nós pudéssemos
1634 efetivamente monitorar de uma forma muito clara, e realizá-las integralmente. Então, eu
1635 acho que está faltando um pouco olhar para trás para depois dizer para aonde nós vamos.

1636
1637

1638 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**
1639 – Na verdade, eu queria propor, nós estamos, é meio dia, o ideal seria que pudéssemos
1640 terminar aqui essa discussão, parar um pouco para nós podermos voltar, em vez de 13h30,
1641 voltar 13h, e a partir daí, nós começamos com a leitura dos relatórios de cada comissão, e
1642 para nós tentarmos objetivar e avançar na perspectiva do olhar em relação ao II Plano
1643 Nacional, que eu acho que esse é o grande objetivo estratégico do ponto de vista do nosso
1644 papel de monitoramento desse plano. Então, um pouco olhar à luz do que está posto no
1645 plano. Essas propostas que a Estela traz, todas pertinentes, elas todas estão no plano já
1646 como metas, todas, é só fazer a compatibilização delas em relação às linhas operativas,

1647 porque todas elas já estão contempladas, e a partir daí, dessa compatibilização entre linha
1648 operativa e as propostas que a Estela traz, todas pertinentes, nós tentarmos avançarmos no
1649 sentido de construir essas prioridades. É a minha proposta.

1650

1651

1652 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1653 **Justiça)** – Muito bem. Eu concordo também, me pareceu exatamente isso, eu acho que
1654 talvez seja melhor nós darmos uma parada e voltar depois, fazendo a avaliação do que
1655 passou. Todos concordam? Ok. 13h10. Pronto, 13h30.

1656

1657

1658

1659

16/12/2015

1660

1661

TARDE

1662

1663

1664

(Intervalo para almoço).

1665

1666

1667 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1668 **Justiça)** – Boa-tarde. Bem, vamos recomeçar. Como o pessoal falou cumpriu-se a profecia
1669 temos um quórum reduzido agora à tarde. Pessoal mesmo sem nós terminarmos a reunião
1670 na parte de manhã falando que pareceu um pouco estranho falar do planejamento sem falar
1671 da avaliação, parece que todos concordaram, eu acho que nós começamos então agora pelos
1672 relatórios de gestão e as apreciações das Comissões. E aí logo em seguida nós entramos no
1673 planejamento, volta o planejamento que nós já começamos. Isso também sujeito a uma
1674 avaliação se nós teremos condições de fazer de uma forma qualificada e representada, não
1675 é? Então, começamos com os relatórios, a Dani vai fazer uma manifestação aí, contar para
1676 vocês uma história triste.

1677

1678

1679 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
1680 Traumática, na verdade. Eu trouxe a prova até para vocês verem que eu não estou querendo
1681 fugir da raia, eu sou paraibana, não sou mulher de fugir da raia. É o seguinte, ontem à noite
1682 eu fui abrir o relatório de gestão relacionado ao plenário que é mais geral do Conatrap,
1683 colocando um pouco sobre a questão, a história do Comitê, das representações, enfim, ele é
1684 mais amplo e seria um pouco introdutório aos relatórios das Comissões só que é o nome
1685 que dá para o problema? Foi corrompido, um documento de 30 páginas mais ou menos se
1686 resumiu a isso que vocês estão vendo, que eu não consegui identificar o que é, não tenho
1687 condições de resgatar tudo que foi feito. Então, eu queria pedir, isso aí, ou seja, nós
1688 perdemos, na verdade era uma tabela, virou isso. Então, ficou prejudicada a apresentação
1689 do relatório de modo geral do Conatrap, a parte do plenário, mas aí eu me comprometo a
1690 refazer todo o trabalho e encaminhar para vocês, mas aí vou precisar de um tempo, vou
1691 entrar de férias e entrar de recesso final de ano. Então, eu gostaria de saber se poderia
1692 encaminhar para todos por e-mail no dia 30 de janeiro, volto no dia 20 e ganharia 10 dias

1693 para poder fazer esse trabalho. Eu posso receber esse prazo? Até porque assim, essa
1694 apresentação de relatório agora é preliminar, no caso nós já para contribuições depois nós
1695 vamos fechar a versão final para apresentar na primeira reunião do ano. Então, foi isso que
1696 aconteceu.

1697

1698

1699 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1700 **Justiça)** – Vocês viram que a história é triste mesmo. Mas aí não seria tão triste. Bom,
1701 então vamos passar aos relatos. Bom, então vamos agora fazer essa colocação. Eu não
1702 estava no começo de 2014, mas, enfim, a Dani vai fazer uma breve apresentação e falar só,
1703 e nós começamos com os relatórios das Comissões.

1704

1705

1706 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – Só
1707 resgatar que esTe Comitê em janeiro, não sei quem estava aqui em janeiro de 2014 na
1708 posse. Guilhermina, Graça, você estava também, assim, que bom, assim, boa parte. Enfim,
1709 em janeiro de 2014 os membros do Conatrap estavam tomando posse da 1^a Reunião
1710 Ordinária para o início desse Comitê e também da gestão bianual de 2014/2015. Então,
1711 nesse período as Comissões fizeram. Inclusive fazendo esse trabalho eu pude reler as atas
1712 de todas as reuniões e de todo o processo como foi feito e aí as Comissões se reuniram para
1713 construir seu plano de trabalho, o plenário aprovou o Regimento Interno no final da gestão,
1714 mas finalmente, emitiu manifestações públicas, discutiu temas relevantes, não tanto quanto
1715 esse Comitê gostaria de ter discutido, mas revendo as atas eu vi que muitos pontos foram
1716 tratados e emitidos notas públicas, notas de repúdio, enfim. E agora nós estabelecemos na
1717 reunião passada uma metodologia para esse trabalho, tanto que todas as Comissões
1718 receberam o seu formulário que é padronizado, mas com os dados específicos de cada
1719 Comissão e a ideia principal seria apresentar os desafios e avanços do trabalho da
1720 Comissão, do Conatrap como um todo, o que foi factível naquele plano, o que não foi e
1721 recomendações para um próximo plano de trabalho do biênio seguinte. Para ações gerais do
1722 Comitê quando vocês receberem vocês vão verificar as manifestações públicas no
1723 Conatrap, quais foram as deliberações mais importantes como foi a participação dos
1724 membros, o resumo dos principais temas discutidos nas reuniões quais foram as lições
1725 aprendidas e avaliação dos membros de cada reunião ordinária. Então, nesse momento
1726 agora nós vamos voltar os olhos para o que conseguimos realizar até aqui e apontar para
1727 qual horizonte o Comitê deve projetar seu olhar no biênio seguinte que começa já em
1728 janeiro. Eu passo agora a palavra a cada Comissão, eu gostaria, assim, que nós só
1729 tentássemos controlar um pouco o tempo porque eu vi que alguns relatórios são grandes,
1730 para nós conseguirmos. A princípio pensei em 20 minutos para cada coordenador
1731 apresentar o seu relatório, por exemplo, o de marco legal, a Comissão tem uma proposta
1732 adicional que eles vão está apresentando, não é isso? Então para nós tentar otimizar vamos
1733 tentar estabelecer aqui uma organização das apresentações, se ficar parando toda vez que a
1734 Comissão tiver apresentando para fazer alguma intervenção não vamos conseguir sair daqui
1735 hoje. A minha proposta é que cada Comissão apresente o seu relatório seguido até porque
1736 não, pode tem que respeitar o trabalho que foi feito, cada Comissão discutiu, enfim, deixa
1737 que a Comissão apresente seu trabalho, sua avaliação do seu próprio trabalho. E penso que
1738 cada um faça as anotações, Comissão tal tem essa observação e depois nós abrimos para

1739 uma grande rodada de contribuições porque a Comissão vai ter que levar essas
1740 contribuições para agregar no seu relatório ou não. E aí, Frans, quando você tem essa
1741 proposta adicional, pode ser a primeira coisa a pautar depois de todas as apresentações,
1742 assim nós ganhamos tempo. Pode ser? Então, eu queria convidar, pode ser a Comissão de
1743 Orçamento primeiro? Tem algum problema? Não tem muitas opções, quem vai apresentar?

1744

1745

1746 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
1747 **Justiça)** – O nosso coordenador não esteve presente, então me pediram para apresentar esse
1748 relato. Vamos lá, então. Bom, então vamos diretamente, quem esteve presente pela SNJ eu
1749 e Alessandra, Janete Mazieiro, pelo CNDM, espera aí, a Jeanne não está ali presente, a
1750 Jeanne estava presente também, a suplente do Sodireitos, a Josenilda, está faltando então
1751 registrar essas duas presenças. Bem, aí nós analisamos obedecemos aí a orientação de fazer
1752 análise a partir deste formulário, então, o primeiro ponto das ações do plano de trabalho
1753 para o biênio 2014/2015, no ponto 1.1) solicitar aos ministérios as rubricas orçamentárias
1754 disponíveis correspondentes às metas do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de
1755 Pessoas. Essa observação não precisa, essa observação já estava. Bom, nós colocamos,
1756 fizemos a observação como essa tenha sido excluída ou modificada, na verdade ela foi
1757 excluída por se tratar de uma ação já contemplada nos relatórios de monitoramento do II
1758 Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico. O comentário feito no campo das ações não
1759 foi considerado por não ter sido compreendido pela Comissão, ou, seja aquele comentário
1760 ali embaixo, relação feita à solicitação isso nós não conseguimos entender muito bem, e
1761 preferimos não comentar, não fazer comentário. 1.2) Levantamento do orçamento dos 3
1762 entes federativos nas três esferas de poder. Evitar solicitação aos demais poderes e
1763 Ministério Público. E essa observação aí? Atividades dentro das ações. Está certo. A nossa
1764 observação também ficou na última coluna ali de excluído ou modificado, não há
1765 informações suficientes para subsidiar informações, consta do Relatório da Comissão
1766 Permanente da reunião de 05 de maio, consta o seguinte: serão pensados para a próxima
1767 reunião da Rede de Núcleos e Postos estratégias a fim de conseguir identificar as rubricas
1768 orçamentárias dos Planos Regionais e apresentar em reunião aberta à sociedade civil. Bom,
1769 o que é isso? Esse levantamento do orçamento das 3 esferas, nós observamos, como
1770 fazemos essa análise? Nós observamos as atas das reuniões anteriores e sinceramente esse é
1771 o único registro que aparece sobre esse tema, não parece mais registro sobre isso,
1772 provavelmente não foram tomadas medidas nesse sentido e há essa anotação também de SE
1773 evitar fazer essas solicitações a outros órgãos, de outras esferas. 1.3) Promover a
1774 capacitação dos membros do GT para participação na elaboração do PPA 2016/2019. Consta
1775 do relatório da Comissão Permanente, em 05 de maio que a Secretaria-Executiva
1776 encaminharia sugestão de cursos. A Comissão recebeu os informes sobre os cursos de
1777 EAD, ou seja, a Comissão recebeu, mas também enviou para todos os membros. Eu acho
1778 que tem que complementar aí. A Comissão recebeu os informes, mas não temos
1779 informações de que houve interesse de algum membro para se capacitar, ou seja, a
1780 Secretaria-Executiva encaminhou essas sugestões de cursos, mas não sabe se algum dos
1781 integrantes da Comissão fez esses cursos. E aí vale uma observação também, nós
1782 observamos que se fala de GT, mas depois o que nós estamos referindo é a Comissão. No
1783 começo não tínhamos bem claro, mas a Comissão veio fazer às vezes deste GT de
1784 Orçamento que se instalou. 1.4) inserir no PPA 2016/2019 ações que garantam a execução

1785 do II Plano Nacional e viabilizem a continuidade a ampliação do enfrentamento ao tráfico
1786 de pessoas neste período. Não foram encontrados registros, também da mesma forma que
1787 naquele outra observação que nós fizemos, revendo as atas não se observou se houve
1788 participação específica neste sentido. Consta do relatório que a Comissão Permanente no
1789 dia 05 de maio que um monitoramento em curso contempla algumas demandas, ou seja,
1790 que o monitoramento que é feito pelo GI contempla algumas dessas demandas, mas é
1791 também uma observação bem genérica. 1.5) prestação de contas dos gastos com o Conatrap
1792 durante o ano, deslocamento, alimentação, viagens etc. Bom, aí não lembro exatamente o
1793 que é a primeira coluna, cumprida totalmente observações, voltamos lá para o 1.5.
1794 Prestação de contas está disponível no site do Ministério da Justiça e exposta no relatório
1795 de monitoramento do II Plano de Enfrentamento ao Tráfico. Bem, esse item está nesta
1796 prestação de contas. 2.1) constituição de um GT de monitoramento do II Plano e orçamento
1797 paritário e que respeite a equidade de gênero. Bom, essa era também uma das ações
1798 propostas para o biênio e a Comissão entendeu que instituir a Comissão Permanente de
1799 Orçamento já supre a necessidade da constituição desse GT para tratar de um mesmo tema.
1800 Então, quer dizer, ficou valendo, ficou existindo e funcionando a Comissão Permanente.
1801 Então, também apontamos como atendida esta questão. Só mudamos, evidentemente, se
1802 mudou o nome do GT para Comissão Permanente. 2.2) promover uma agenda de diálogo
1803 com o GI. Essa terceira linha não... Consta do relatório da Comissão lá do dia 05 de maio
1804 que os pontos focais de contato da Comissão com o G I seriam os representantes do MJ e
1805 da SDH e do CNDM. Ainda que a representante do CNDM não tenha participado daquela
1806 reunião, decidiu-se manter o CNDM nas reuniões do GI e seria avaliado pelo Conatrap e
1807 importância da avaliação e de um membro da Comissão Permanente. Então, quer dizer de
1808 certa forma membros desta Comissão estavam presentes ou estão presentes no GI e podem
1809 servir de pontos focais. A questão do CNDM é que mudou a representação, mudou a pessoa
1810 o membro representante e nós sugerimos, a Comissão sugere que continue o CNDM sendo
1811 também convidado para essas reuniões. Sim, convidado, a pessoa pode aceitar ou recusar o
1812 convite. 2.3) garantir a participação de representantes do GT nas reuniões do GI,
1813 praticamente é a mesma, a indicação é pela representação do CNDM, no entanto, ainda não
1814 houve participação efetiva nas reuniões, o que eu acabei de explicar. O GT não foi criado,
1815 pois já existe a Comissão Permanente. Isso consta como não cumprido embora
1816 parcialmente dá para se dizer que se cumpriu de outra forma. Requisitar as informações
1817 necessárias para o monitoramento. A avaliação foi lá de que, bom, primeiro observamos
1818 que não há registro de requisição de informações pela Comissão, há registro de críticas
1819 sobre os critérios de monitoramento. Na última reunião, especialmente, na verdade há
1820 crítica, mas é mais um questionamento, afinal de contas, quais são os critérios, esses
1821 critérios servem efetivamente a um monitoramento, nós sabemos que algumas ações foram
1822 realizadas, mas não sabemos a eficácia de cada uma dessas ações. Isso diz respeito a um
1823 pouco da metodologia que se trabalhou até aqui e eu acho que isso é uma coisa que
1824 devemos consertar para o próximo plano, sem dúvida devemos ter mais clara essa
1825 metodologia de análise, que não fique exclusivamente na realização formal de cada uma
1826 das ações, mas também tenha uma avaliação qualitativa de cada uma das ações, mas isso
1827 não está aí. Vamos lá, 2.5) propor aperfeiçoamento na execução das metas do 2º Plano,
1828 também fica como não atendida, pelo menos não se encontrou registro nesse sentido de
1829 proposta de aperfeiçoamento das metas oferecidas pela Comissão Permanente. 2.6)
1830 apresentar recomendação aos órgãos gestores para criação de uma estrutura de

1831 enfrentamento ao tráfico de pessoas. Bem, consta lá na reunião do dia 05 de maio, que já
1832 existe Coordenação Nacional para incentivar os estados a se comprometerem, sugere-se
1833 ainda aprimorar os serviços já existentes nas estruturas institucionais, mas também não tem
1834 muito registro, além disso, só um registro nesta reunião do dia 05 de maio. Avaliação sobre
1835 o trabalho da Comissão no biênio. O trabalho da Comissão Permanente ficou prejudicado
1836 pela alta rotatividade dos seus membros, impossibilitando a continuidade produtiva dos
1837 trabalhos, além disso, não houve retorno das demais Comissões sobre os pedidos feitos que
1838 eram essenciais para demonstração dos resultados dessa Comissão, ou seja, nós tínhamos,
1839 esperávamos receber os relatórios de cada Comissão até essa reunião para fazer já uma
1840 análise e fazer um resumo disso. Recomendações para o plano de trabalho do próximo
1841 biênio 2015/2016. Proposta de ações mais factíveis. É um pouco o que eu falei aqui, mais
1842 comprometimento dos membros com o cumprimento das demandas, mais objetividades nas
1843 ações e redução do número de ações concentrando em resultados, ou seja, é um pouco o
1844 que eu falei hoje de manhã, a proposta é que nós tivéssemos ações mais claras, talvez um
1845 número menor de ações, mas um número que fosse possível fazer e também assim, pedindo
1846 um maior comprometimento dos membros que não ficasse somente durante as reuniões
1847 com uma grande participação, que é efetivamente uma boa participação, mas que esta
1848 participação precisa se estender, algumas tarefas que são colocadas para a própria
1849 Comissão precisam ser cumpridas entre uma e outra. Isso não se registrou. Avaliação sobre
1850 o trabalho do plenário do Conatrap, para o próximo plano da Comissão, que a Comissão
1851 tenha isso claro. Dessa forma. Avaliação sobre o trabalho do plenário do Conatrap, gastou-
1852 se muito tempo para aprovação do Regimento Interno do Conatrap prejudicando a
1853 discussão de pautas importantes e atrasando ações que poderiam ter sido executadas, os
1854 avanços na plenária ficam prejudicados pela falta de retorno dos membros quando as
1855 tarefas assumidas entre uma reunião e outra. Recomendações gerais ao Conatrap e às outras
1856 Comissões para o próximo biênio, data das reuniões melhor distribuídas durante o ano, nós
1857 não tivemos isso este ano; maior comprometimento dos membros com retorno do que foi
1858 acordado em plenária, a participação e o comprometimento dos membros devem ser tão
1859 efetivos fora da plenária quanto são nas mesmas. Padronização de atas e formulários usados
1860 pelo Conatrap e pelas Comissões. Isso é um esforço que nós viemos fazendo, mas nós
1861 percebemos especialmente nessa reunião que nós precisávamos consultar as atas das
1862 reuniões anteriores, que em algumas não tinha, em algumas não encontramos a ata, quer
1863 dizer, a data da reunião e aí isso dificulta um pouco, eu acho que poderíamos estabelecer
1864 um padrão de ata e já ter em cada uma das Comissões essa ata por completar, enfim, eu
1865 acho que é possível fazer, não é nada muito difícil. Bem essas foram as considerações da
1866 Comissão Permanente de Orçamento.

1867

1868

1869 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) –**
1870 Concluimos com 6 minutos de antecedência, vamos passar agora para Comissão. Eu posso
1871 deixar de marco legal por último então já que vai ficar para apresentar já na sequência a
1872 recomendação. Então, a Comissão de Comunicação Produção e Disseminação do
1873 Conhecimento com a Ione e a Natasha, de Comunicação.

1874

1875

1876 **A SR^a. MARIA IONE VASCONCELOS MENEZES (Universidade Tiradentes/UNIT)**

1877 – Boa-tarde a todos e a todas. Registrando, ontem só tivemos presentes eu, a Cida, e a
1878 Daniela foi assim um quórum bem baixo e nós vamos verificar o que fazer para que isso
1879 não mais se repita. E aí dentre o nosso relatório algumas coisas foram feitas, outras não e aí
1880 como toda e qualquer Comissão. De início nós tínhamos como meta para esse biênio
1881 realizar e requisitar o inventário fazendo o levantamento de todas as produções no sentido
1882 de dissertações, de teses, toda a pesquisa a respeito de matéria de tráfico de pessoas, e aí
1883 dividimos na reunião lá em maio foram divididas essas tarefas para que não
1884 sobrecarregassem. Ficou eu, ficou a Betti e nós fizemos todo um levantamento, foi
1885 realizado esse levantamento no âmbito das pesquisas acadêmicas, no tocante às
1886 universidades tanto pública quanto privadas e essa ação foi feita, nós já estamos com esse
1887 inventário feito e agora discutir como vai ser esse repositório, encaminhar isso aí para que
1888 nós possamos realmente efetivar a ação para podemos avançar. Contatar o Senasp e o MEC
1889 para obter informações sobre os cursos existentes na oferta da educação à distância na
1890 oferta de capacitação na área de tráfico de pessoas porque sabemos bem que tem vários
1891 cursos sendo feitos e a nossa preocupação enquanto Comitê é exatamente alinhar todo esse
1892 projeto de formação para evitar sobreposição e distorções nessas formações, o que é muito
1893 preocupante. E aí só me lembre qual é aquela coluna do meio, cumprida parcialmente.
1894 Realizada a reunião com representante do MEC, foi um momento muito rico onde nós
1895 pudemos trocar realmente toda a informação e a representante deixou muito claro para nós
1896 uma informação, que enquanto universidade nós temos, da autonomia universitária no
1897 tocante a toda essa matriz curricular, o MEC não determina essa matriz, obviamente que ele
1898 direciona, portanto, são determinadas, são divulgadas as diretrizes curriculares para
1899 formação nas áreas, agora quais os componentes curriculares a universidade, os institutos
1900 eles têm total autonomia. O que foi alinhado e discutido? Há perspectiva de nós sairmos
1901 com o diálogo, juntamente com os Conselhos, a OAB, o Conselho Federal de Serviço
1902 Social, de início sairíamos com essas três grandes áreas. E também o Conselho Federal de
1903 Psicologia, o Conselho Federal de Serviços Social, OAB e Federal de Psicologia na
1904 tentativa de nós fazermos essa inserção, para isso nós vamos precisar dialogar com
1905 Conselho Nacional de Educação, no âmbito da Secretaria-Executiva, a ideia nossa, a meta é
1906 estreitar esse diálogo e sairmos com essa recomendação para que assim as formações de
1907 graduação e não só, e também os cursos de pós-graduação *lato sensu*, os cursos de
1908 extensão, todo o projeto de extensão das universidades públicas que ele já contemple essa
1909 matéria. E aí é meta e nós vamos persistir porque nós entendemos que vai dá realmente, nós
1910 vamos conseguir começar a discutir o tráfico de pessoas no âmbito da graduação, da pós-
1911 graduação, das pesquisas e também dos projetos de extensão em todo o território. Inclusão
1912 de um *link* no portal do *participa.br* para a criação de um catálogo de boas práticas, que
1913 funcione de forma permanente, independentemente da Feira de Boas Práticas incluindo
1914 após a feira os projetos que foram replicados em estados e municípios, de modo a incluir
1915 até mesmo os projetos que não foram selecionados ou aqueles que surgirem ao longo do
1916 ano. Trata-se de uma ferramenta colaborativa esse *link* com ampla participação social.
1917 Colocar em debate com relação aos critérios, como a inclusão dos projetos e se haverá uma
1918 Comissão para validação, realmente nós cumprimos bem parcialmente, durante esse
1919 período não ocorreu lançamento do edital e por isso nós não conseguimos incidir sobre essa
1920 meta aí da segunda edição, a primeira foi no ano passado. Sugerimos que essa ação seja
1921 contemplada no próximo plano, bem como que seja recomendada uma periodicidade para

1922 realização desse prêmio, senão perdemos pela importância. Que o MJ também, nós
1923 lançamos a sugestão de busca de parcerias com o Ministério da Cultura, demais instituições
1924 e órgãos para que seja viabilizada a sustentabilidade desse projeto. Isso mesmo que nós
1925 discutimos ontem. Podemos adiantar. Isso já foi. Elaborar e submeter à plenária uma
1926 resolução com diretrizes de comunicação para campanhas na área de tráfico de pessoas, é
1927 toda aquela discussão que nós vimos travando praticamente em todas as reuniões. E assim
1928 nós damos realmente esse direcionamento daquilo que é entendimento do Conatrap e que
1929 deve ser essas campanhas publicitárias, para nós evitarmos tudo que vem sendo replicado,
1930 digamos assim. E aí a ideia também é fazer uma oficina, lembro que nós chegamos a
1931 discutir isso na última reunião. Não cumprida a Comissão ainda não foi convidada. Não. Já
1932 falei, agora podemos avançar para a sexta. Realizar um seminário para debater as diretrizes
1933 do curso, dos cursos de formação, na matéria do enfrentamento ao tráfico de pessoas e essa
1934 é uma preocupação, se avançou porque já existe a matriz nacional, porém nós vamos
1935 precisar realmente estudar, a Comissão já começou a fazer o estudo dessa matriz, mas isso
1936 não só vai contemplar. Então, essa meta ainda não foi cumprida porque a Comissão não foi
1937 convidada pela coordenação da rede a levar esta pauta, propomos que isto ocorra na
1938 primeira reunião técnica da rede de 2016, essa é a nossa propositura. Ali uma alteração do
1939 texto. Acham importante nós nos debruçarmos?

1940

1941

1942 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
1943 Essa última coluna foram as alterações que o texto sofreu com passar o tempo, e aí entrou
1944 na alteração que fôssemos convidados a ir nos reunir com a rede para poder tratar de alinhar
1945 realmente essa questão da comunicação, mas ainda não houve esse encontro entre a
1946 Comissão e a rede.

1947

1948

1949 **A SR^a. MARIA IONE VASCONCELOS MENEZES (Universidade Tiradentes/UNIT)**
1950 – Incluir como convidados permanentes representantes do Comitê Social da campanha
1951 Coração Azul na composição do Conatrap, não foi cumprida. A sugestão da Comissão é
1952 que seja realizado um levantamento de quantos Comitês Sociais do Coração Azul estão em
1953 funcionamento. A ação não compete apenas à Comissão e sim a todo o pleno, temos esse
1954 entendimento, somar esforços para que consigamos. Propor assessoria da comunicação do
1955 Ministério da Justiça, um projeto de revista anual sobre o tráfico de pessoas. As pautas e
1956 artigos serão submetidos à aprovação do Conselho Editorial desta Comissão. A nossa
1957 preocupação é que não fiquemos somente nessa primeira edição agora, dos 5 cadernos.

1958

1959

1960 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – A
1961 ação foi excluída, se ia perceber contemplada pelos cadernos, mas tem uma sugestão.

1962

1963

1964 **A SR^a. MARIA IONE VASCONCELOS MENEZES (Universidade Tiradentes/UNIT)**
1965 – Sugerimos exatamente a continuidade dessas publicações, pela importância, até porque
1966 nós vamos precisar de muita publicação na medida em que a nossa meta é implementar essa
1967 matéria dos cursos. Então, na avaliação, Cida fique bem à vontade também para me ajudar.

1968 Na avaliação, nós colocamos o entendimento da Comissão, dos membros ontem presentes.
1969 A Comissão estava mais fortalecida e participativa, esse é um exercício nosso de avaliação,
1970 inclusive representantes da Comissão participaram e contribuirá, na Comissão editorial dos
1971 cadernos, percebemos como avanço o aperfeiçoamento das ações do plano, decorrente da
1972 sua revisão, de uma melhor redistribuição das atividades e redefinição dos cronogramas.
1973 Outro importante avanço foi articulação com o MEC, nós conseguimos ainda nesse
1974 exercício, abrindo o caminho para uma grande parceria. Destacamos a atuação individual
1975 de cada integrante da Comissão nas suas esferas, nos seus estados, dentro dos espaços,
1976 fomentando a temática, e aí citamos alguns exemplos até com a participação da Cida no
1977 evento internacional, nós registramos também. Infelizmente nas duas últimas reuniões a
1978 nossa Comissão, ela teve uma baixa na participação, e aí nós temos algumas
1979 recomendações para o plano de trabalho que é continuidade da articulação e dos
1980 encaminhamentos com o MEC e que possamos não somente focar no MEC, mas também
1981 dialogar com todos os demais ministérios, o trabalho dos migrantes. E sugerimos que ação
1982 4 que é a feira seja contemplada no próximo ano, é um grito nosso. Já falei sobre isso, nós
1983 podemos, que a Comissão revise a matriz, essa é uma ação nossa e não vamos abrir mão da
1984 revisão da matriz, pela importância. E busque inserir o tema da identificação das
1985 vulnerabilidades ao tráfico de pessoas e da violência doméstica como fator de
1986 vulnerabilidade. Também inserindo essa discussão nas equipes da saúde da família e
1987 Atenção da Básica do SUS. Que a Comissão discuta as campanhas de enfrentamento ao
1988 tráfico de pessoas e propõe uma recomendação diretrizes de comunicações para tal. Que o
1989 pleno também participe dessa discussão. A Comissão apresenta a necessidade de realização
1990 de oficinas para elaboração de recomendações, de diretrizes para as campanhas
1991 publicitárias, já falei sobre isso, organização e realização de cursos EAD sobre o tema, que
1992 nós possamos ter uma amplitude para além do Ministério, obviamente. Avaliação sobre o
1993 trabalho do coletivo. Pontos positivos, aprovação o Regimento, a Constituição Plural deste
1994 Comitê, o comprometimento das organizações da sociedade civil com todo o seu
1995 protagonismo, nós reconhecemos. O Ministério da Justiça reconhecer a importância do
1996 Conatrap e das entidades e movimento sociais relacionados ao tráfico de pessoas. Pontos
1997 negativos: falta maior articulação e envolvimento político dos membros que ainda estão
1998 isolados, pouca visibilidade do Conatrap no País. Recomendações gerais: que o Conatrap se
1999 aproxime cada vez mais da rede, toda a rede, para conhecer melhor o seu funcionamento e
2000 limitações, ou seja, conhecer melhor as realidades específicas. Que o Ministério busque
2001 incentivar a participação de integrantes do Conatrap em eventos sobre o tráfico de pessoas,
2002 que os membros façam a divulgação deste Comitê e da temática nas suas respectivas
2003 localidades onde estão, que os representantes, essa é a nossa crítica de hoje que foi
2004 levantada, que elas possam participar e nós não vamos mais discutir tudo isso que já
2005 falamos nessa manhã. Que a Secretaria Nacional de Justiça apoie as novas edições de
2006 simpósios Internacionais e Nacional para o enfrentamento ao tráfico de pessoas junto aos
2007 Tribunais Regionais do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça. Também outra
2008 sugestão que sejam abordadas em capacitações temas como tráfico de pessoas, assistência a
2009 vítima no âmbito psicossocial. Realizar diálogo com Ministério da Saúde para o
2010 desenvolvimento de ações relativas ao tráfico de pessoas e saúde das vítimas, em todos os
2011 seus aspectos, inserir a discussão DST/HIV e Aids e Hepatites virais a partir dos
2012 diagnósticos que também os membros da nossa Comissão, pela sua atuação, têm feito essa
2013 contribuição. Pensar indicadores e estatísticas sobre enfrentamento do tráfico de pessoas,

2014 levantamento de números de capacitações já realizadas com conteúdo e estatísticas dos
2015 atendimentos do Disque 100 e 180 e 190. Cida, você quer completar alguma coisa? Se
2016 sentiu contemplada? Dani, como integrante. Muito obrigada pela atenção.

2017

2018

2019 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
2020 Próxima Comissão, Comissão de Articulação e Fortalecimento da Rede.

2021

2022

2023 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – Graças a Deus vou contar com minha
2024 companheira Graça aqui, porque não pude vir ontem. Então, recebi a orientação da Dani,
2025 como todos devem ter recebido, sistematizei todas as contribuições, e inclusive recebi da
2026 Graça, da Leila e, me desculpe se esqueci de mais alguém. E depois enviei para todos e
2027 temos aqui tudo que já foi compilado e infelizmente o que foi discutido ontem eu não pude
2028 participar, mas a Graça vai expor. No item 1: contribuir, incidir e emitir parecer na proposta
2029 de revisão final de Portaria 31/2009 para melhorar, melhor definição dos serviços a serem
2030 ofertados. Aui vão as observações. A Comissão realizou atividade tendo aportado inúmeras
2031 contribuições ao texto da Portaria 31 no prazo pactuado pela Secretaria Nacional de Justiça.
2032 A revisão final segue os trâmites para aprovação junto ao Ministério da Justiça. Essa
2033 Comissão reiterou o pedido à Secretaria-Executiva no sentido de acompanhar o andamento
2034 do processo de revisão para fins de prioridade na aprovação jurídica, publicação e
2035 disseminação da revisão da Portaria 31/2009.

2036

2037

2038 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**
2039 – Na verdade, só reforçar a necessidade no plano de trabalho 2016 que nós não avancemos
2040 no sentido de buscar a consolidação desse processo de revisão que já está muito demorado.
2041 E considerando como essencial a publicação, publicização dessa Portaria, pois das metas
2042 relacionadas à linha operativa II, uma das propostas mais enfatizadas é exatamente a
2043 questão da institucionalização dos núcleos, dos postos e se bem que nós já sentimos aí no
2044 curso da implementação do II Plano Nacional alguns avanços, do ponto de vista de criação,
2045 nós não estamos entrando no mérito da efetiva operacionalização nas diferentes regiões
2046 brasileiras. Então, foi mais nesse sentido de ter essa preocupação e por se constituir uma
2047 meta no II Plano Nacional nós insistirmos nesse trabalho de buscar de fato a publicação
2048 dessa Portaria.

2049

2050

2051 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – No item II: compartilhar informações sobre
2052 as competências, ações e interfaces e nome dos responsáveis pela temática tráfico de
2053 pessoas, das instituições que compõem o Conatrap. Com apoio da Comissão foi elaborado
2054 um documentos para que as instituições que compõem o Conatrap preenchessem, mas
2055 obtivemos poucas respostas. Acolhendo pedido dessa Comissão Permanente a Secretaria-
2056 Executiva reenviará para levantamento das informações competências, ações, interfaces,
2057 com tema enfrentamento ao tráfico de pessoas e etc., estabelecendo um prazo de 3 meses
2058 para o devido preenchimento. Devolução por parte do Colegiado do Conatrap e aí eu
2059 pergunto, Dani, se você conseguiu fazer isso e obteve esse retorno.

2060

2061

2062 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
2063 Depois da última reunião eu obtive de alguns outros setores, acho que no máximo 3, não
2064 vou lembrar exatamente as instituições que mandaram, mas aí já me comprometo a fazer
2065 isso novamente agora depois da reunião.

2066

2067

2068 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**
2069 – De novo, assim, um pouco de nós trabalharmos com essa possibilidade de pensar como
2070 autocrítica mesmo, o que nós avaliamos é que quem não está cumprindo o dever de casa
2071 somos nós mesmos, e a proposta era que a Secretaria-Executiva informasse quais as
2072 instituições que ainda não enviaram, publicizasse isso, não no sentido de cobrança, mas até
2073 mesmo de constranger, pelo amor de Deus, é o mínimo, então, que não deixemos essa
2074 peteca porque naquilo que é a básico, o nosso dever de casa básico não estamos
2075 conseguindo. Então, essa meta não foi cumprida, mas poderia perfeitamente ter sido
2076 cumprida.

2077

2078

2079 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – No item 3: realizar com apoio da Secretaria
2080 Nacional de Justiça o mapeamento dos Comitês instalados no Brasil, Decreto de criação,
2081 localização de sede, vinculação institucional responsável pela gestão, calendário de
2082 reuniões e principais ações. Aí comentários, a partir de setembro de 2014 com base no
2083 encaminhamento tomado no âmbito desta Comissão Permanente foi indicado um membro
2084 da Comissão para acompanhar o trabalho da Consultoria contratada pelo Ministério da
2085 Justiça para realizar o mapeamento, devido a problemas ocorridos em relação ao
2086 descumprimento na entrega dos produtos só foi possível realizar o mapeamento parcial dos
2087 Comitês com apoio do MJ. Comentários, Graça.

2088

2089

2090 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**
2091 – De novo é uma preocupação muito grande que nós estamos tendo em relação a uma
2092 proposta da Comissão que tem na sua própria denominação articulação e fortalecimento,
2093 articulação e fortalecimento são dois eixos importantíssimos onde um dos pontos fortes é
2094 exatamente a questão dos Comitês, para nós podermos pelo menos nos apropriar das
2095 informações que temos sobre nível de implantação, como está essa situação hoje no Brasil
2096 todo, nós não temos, infelizmente ainda não temos esse diagnóstico, e isso é um déficit
2097 muito grande para nós e foi, na ocasião da reunião foi até proposto que um dos membros da
2098 Comissão, de acordo o plenário nós pudéssemos junto com a Secretaria-Executiva assumir
2099 e fazer uma corresponsabilidade para avançar nessa tarefa, porque não é possível nós ainda
2100 não conhecermos esse cenário, mesmo que pese todos os esforços desenvolvidos no sentido
2101 de contratação, uma consultoria especializada não avançou, não entregou produto, recurso
2102 tão necessário que acabou sendo aí diluído por conta desse problema. E o que é mais
2103 importante nós ficamos sem de fato ter essa leitura correta do sobre o mapeamento desse
2104 Comitê. De novo vai para o plano de 2016 como uma das metas que vamos ter que cumprir.

2105

2106

2107 **A SRA. HELOÍSA GREGO ALVES (COORDENADORA DO DEJUS)** - Como estava
2108 acompanhando essa Comissão, falar que eu acho que ela não foi bem sucedida, essa etapa,
2109 não foi por um problema da Comissão, que contávamos com a consultoria que ao final a
2110 Comissão acompanhou o trabalho de consultoria. E na avaliação que fizemos na última
2111 reunião a Comissão reassume isso e agora mais, assume fazer o trabalho, que antes era
2112 assumir, acompanhar a consultoria e agora é assumir para fazer o trabalho de mapeamento
2113 desses Comitês e depois pensar numa estratégia, como orientar os estados que não têm
2114 Comitês e vai assumir para si junto com a Secretaria-Executiva. E a proposta também para
2115 a primeira reunião do próximo ano, designar um pessoa da Comissão, nós vamos passar o
2116 que a consultoria tinha mais ou menos preparado em relação aos formulários para nós então
2117 partirmos ali. Eu acho que fracassamos nesse ponto, mas foi que estávamos atuando de uma
2118 forma, acompanhando uma Consultoria e agora não mais e agora fazer de outra forma.

2119

2120

2121 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – só
2122 Complementando, quando falamos de mapeamento dos Comitês locais estamos falando de
2123 uma estimativa de 18 Comitês locais, fora São Paulo que além do Comitê Municipal e
2124 Estadual tem 14 Comitês Regionais, então é uma realidade à parte São Paulo. Então, é
2125 grande o trabalho.

2126

2127

2128 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – Amazonas também tem os Comitês que
2129 estão, eu acho que essas especificidades nós vamos precisar contar com a rede local, porque
2130 senão contarmos com essa rede local, de alguma forma, não teremos um panorama e eu
2131 sempre penso em ações permanentes porque o cenário que você vê hoje não será o mesmo
2132 daqui há 6 meses, com certeza. Porque depende Comitê, sobretudo o ponto focal, depende
2133 de muita boa vontade e de participação, de busca ativa das instituições, de chamar, de
2134 mostrar a importância. Eu vejo no Comitê de São Paulo e nos outros Comitês o quanto é
2135 difícil manter a chama acesa. Então, contar com a rede local eu acho central, e vejo no
2136 Ministério Público um grande parceiro, se o Ministério Público se propuser a fazer esse
2137 chamamento eu vejo assim com bastante entusiasmo que é possível, é possível, é só uma
2138 sugestão porque já vi em alguns estados, vi, por exemplo, também depende muito da
2139 pessoa, incrível, vou dar um exemplo de Pacaraima, fronteira com a Venezuela. Enquanto a
2140 Lucimara, promotora de Pacaraima esteve à frente da instituição, em Pacaraima a situação
2141 era muito boa em termos de enfrentamento a tráfico de pessoas, ela conseguia reunir a rede,
2142 reunir os municípios vizinhos, dialogar até com a Venezuela, dialogar a com a Rede da
2143 Criança da Venezuela, quando Sua Excelência saiu e assumiu a posição na capital,
2144 infelizmente, nós não temos o mesmo cenário. É isso que eu falo, e nós precisamos que a
2145 instituição esteja fortalecida com qualquer pessoa, ela não pode ser referenciada na pessoa,
2146 mas a pessoa faz uma enorme diferença. Então, do ponto de vista da nossa missão que é de
2147 fortalecimento da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, ter um panorama dos
2148 Comitês é muito importante, mas ter o monitoramento destes Comitês é importante
2149 também. É muito importante. E aí eu acho que podemos contar com instituições fortes que
2150 estejam naquele estado. Bom, no item 4: elaborar plano de ação para definição de
2151 estratégias junto às instâncias de governo cujos estados não possuem comitês, núcleos e

2152 postos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Pois é, infelizmente a Comissão entende que
2153 essa meta depende de cumprimento das metas 2 e 3, contudo ressaltamos que é necessário
2154 que a partir da VI Reunião do Conatrap deve ser estabelecido um prazo máximo de 3 meses
2155 cabendo ao Ministério da Justiça, por meio da Secretaria-Executiva do Conatrap e pela
2156 Coordenação Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para realização de todas as
2157 autoridades e instituições que poderão ser referenciadas como atores de articulação, visando
2158 a implantação a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em estados que
2159 ainda não tenham sido identificados. Foi aquilo que eu falei, eu sugeri o Ministério Público,
2160 mas nós vamos ter uma instituição que tenha essa capacidade de articulação e de
2161 mobilização, porque senão nós não vamos avançar. Comentários da Graça. Minha sugestão.
2162 E eu vejo que existe uma vontade do Ministério Público de fazer acontecer mesmo, existe
2163 essa vontade. Então, eu penso que o caminho pode ser esse. No quinto item, promover
2164 reuniões específicas com membros do Conatrap e representantes dos órgãos que atuam nas
2165 fronteiras, com objetivo de construir uma agenda integrada de ações para garantia de
2166 direitos. Bom, eu quero dizer o seguinte, a Estela colocou alguns pontos de alguns objetivos
2167 para o próximo biênio, eu posso garantir por experiência, por falar com as instituições que
2168 existem, que um objetivo que nós temos que apontar como muitíssimo importante é o
2169 fortalecimento das instituições de fronteira. E nesse diagnóstico de fortalecimento que as
2170 instituições que não estejam lá, que indiquem qual será a instituição que vai garantir o
2171 acesso à justiça, qual é a instituição que vai garantir o acesso aos benefícios, ou
2172 abrigamento, ao acolhimento, nós precisamos fortalecer aquilo que é possível, ninguém está
2173 dizendo aqui, por exemplo, que a Defensoria Pública da União que não tem o número de
2174 pessoas suficientes para estar em todas as fronteiras, esteja ali, mas nós temos que encontrar
2175 uma forma, qualquer tipo de acordo, de protocolo de cooperação para que as pessoas que
2176 sofreram graves violações de direitos, como exemplo do tráfico de pessoas, não fiquem
2177 abandonadas. E isso tem que ser um objetivo desse coletivo, que as instituições que estão
2178 na fronteira sejam fortalecidas e que aquelas que não estão que encontrem alternativas para
2179 que as pessoas não fiquem sem acesso à justiça, ao acolhimento, a tudo que se tem direito.
2180 Essa é uma proposta que eu faço como um dos grandes objetivos para o próximo biênio. E
2181 outra coisa, eu acho fundamental que o Ministério das Relações Exteriores esteja presente
2182 nesse coletivo. Tudo bem, ele não está hoje, mas é muito importante, porque se você
2183 considerar as graves violações de direitos que acontecem em regiões, em espaços
2184 transfronteiriços, e você não tiver como debater um possível acordo de cooperação
2185 internacional no que tange ao tráfico de adolescentes, a venda de bebês ou seja lá o que
2186 forem termos de relação de direitos, nós realmente estamos, eu diria capengas, nós
2187 precisamos do MRE para nos dar esse suporte, que tem competência, qualificação e
2188 conhecimento que nós não temos. Eu sugiro.

2189
2190

2191 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) –**
2192 Como convidado, da forma como o MPT e MPF.

2193
2194

2195 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad) –** Eu acho superimportante, nós estamos em
2196 um movimento com a Secretaria de Políticas para as Mulheres de trabalhar 10 municípios
2197 de fronteira e o que nós estamos vendo graças a essa parceria é a ausência, são as lacunas

2198 que não são preenchidas com Power Point, pelo amor de Deus isso é um diagnóstico sério
2199 que precisa ser debatido com todas as instituições. E aí nós, sim, pensar em políticas
2200 públicas permanentes, porque senão é dinheiro público que realmente não será aplicado
2201 naquilo que tem que ser aplicado. Ou seja que seja revertido em favor das pessoas que
2202 passaram por graves violações de direitos. Nem sei se podia aqui, mas falei de minha parte.
2203 Então, tem um campo que diz o seguinte, com objetivo de subsidiar o trabalho dessa
2204 Comissão Permanente foi realizada em maio de 2015 uma reunião com órgãos federais que
2205 atuam nas fronteiras, Senasp, MJ, Ministério da Defesa, Polícia Federal, Polícia Rodoviária
2206 Federal, antecedendo a referida reunião, por meio da Secretaria-Executiva do Conatrap
2207 encaminhou ofício solicitando informações em relação aos seguintes pontos. Os processos
2208 de capacitação para fins de qualificação dos agentes públicos que atuam nessa área
2209 acontecem com que periodicidade, que conteúdos? São disponibilizados? São perguntas
2210 que nós estamos fazendo. Existe interlocução permanente com a Rede de Proteção e Defesa
2211 dos Direitos da Criança e Adolescentes. Outra pergunta. Existe iniciativa para criação e
2212 Comitês que atuam em regiões de fronteira? Objetivando promover o necessário diálogo
2213 com os países fronteiriços? Outra pergunta. Quais são as maiores dificuldades apontadas
2214 pela Senasp para o enfrentamento ao tráfico de pessoas nos espaços transfronteiriços.
2215 Infelizmente durante a reunião não foi foram apresentadas essas respostas às demandas do
2216 Conatrap, dessa forma a Comissão Permanente deliberou por: 1) MJ via Secretaria
2217 Nacional de Justiça demandar aos ministérios da Defesa, Fazenda, no sentido de que sejam
2218 consideradas ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas operações de fronteira, sobre
2219 a égide do plano estratégico de fronteiras, colocando-se à Secretaria Nacional do Ministério
2220 da Justiça à disposição para cooperar nos processos de sensibilização e a capacitação
2221 mínima indispensável do pessoal envolvido planejamento e execução daquelas e operações.
2222 Só um detalhe aqui a Receita Federal tem um curso e todos os agentes de fronteira com os
2223 quais eu tive oportunidade de conversar concordam que no curso da Receita, quando o
2224 agente passa no concurso tem que ter um campo de direitos humanos. E não, nesse campo
2225 de direitos humanos esses agentes têm que conhecer tráfico de pessoas, exploração sexual e
2226 uma série de coisas. Isso é unanimidade. Então, é incluir isso, isso não é tão difícil, nós já
2227 debatemos essa situação, para se ter uma ideia em alguns locais onde não existe um
2228 delegado federal, existe um agente federal, quem primeiro vê a situação é a Receita
2229 Federal, ela é a primeira a enxergar a situação, daí a importância de nós pensarmos nisso,
2230 pensar em levar direitos humanos para essas instituições. 2) MJ, Senasp repassar conteúdo
2231 da matriz curricular de todos os cursos de capacitações, que tenham o tema de
2232 enfrentamento de tráfico de pessoas para o Conatrap via Comissão de Conhecimento para
2233 que seja construída uma proposta de colaboração do Conatrap, visando a inclusão
2234 transversal de temas conexos ao enfrentamento de tráfico de pessoas, do conceito de rede
2235 de apoio especialmente no cursos de formação vinculados à área de segurança pública.
2236 Olha só, o Marcel não está aqui, mas na última reunião ele disse: “Gente, tem gente
2237 capacitada e qualificada no Conatrap, não precisa contratar ninguém, nós estamos aqui, nós
2238 somos as pessoas que podem contribuir muito”, e eu tenho certeza que a maioria das
2239 pessoas aqui trabalham com amor, com paixão, não trabalham ganhando dinheiro para
2240 coisa nenhuma. Então, nós temos como contribuir com essas capacitações, nós temos
2241 qualificações para isso. Só retomando a memória do Marcel. MJ e Senasp ampliar contato
2242 com atores que trabalham nos gabinetes e ação integrada para sensibilizar sobre a
2243 necessidade de realização de ações de forma integrada junto com as redes locais que estão

2244 conectadas ao Conatrap. MJ estabelecer diálogo, então, esse professor José Ramalho
2245 Diretor da Escola Sul-Americana de Defesa ligada ao Ministério do Desenvolvimento.
2246 Alguém fez contato com ele? Só perguntando.

2247

2248

2249 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
2250 Ministério da Defesa. Sim. Eles mandaram a resposta eu encaminhei para a Comissão, está
2251 inclusive no arquivo da Comissão, nas cópias. Eles mandaram respostas de ofício falando
2252 que já protocolaram, que já tratam do tráfico de pessoas nas suas capacitações e que
2253 solicitou então o material.

2254

2255

2256 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – Um ofício mínimo e nós poderíamos ter uma
2257 visão. Bacana. Obrigada. Então, o professor, beleza, Cooperação internacional do Unasul
2258 para interlocução objetivando a sensibilização e a inclusão da temática do enfrentamento ao
2259 tráfico de pessoas no currículo de formação de escola. Eu não sei gente, mas eu conversei
2260 com muitas pessoas do exército, e o exército está plenamente de acordo em participar desse
2261 enfrentamento. Todos os locais que eu visitei, todos sem exceção o Exército tem o seu
2262 maior contingente, não só o Exército, a Marinha, a Aeronáutica. Por exemplo, em
2263 Corumbá, a Marinha é que trabalha com a questão da saúde nas comunidades tradicionais.
2264 Então, são instituições importantes que podem ser instadas, por que não? O Conatrap está
2265 aqui, nós estamos aqui e tem gene querendo entrar na nossa roda, é só nós chamarmos essas
2266 pessoas, trazer bons exemplos. Não vou falar boas práticas, bons exemplos, apenas bons
2267 exemplos. 5 minutos. Ok. 5, disseminar boas práticas em diferentes. Senasp, II Plano
2268 Nacional meta 2 e tal. Repassar o mapeamento das regiões de fronteira que atuam no
2269 enfrentamento ao tráfico de pessoas.

2270

2271

2272 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**
2273 – Em relação a esse conjunto de ações, onde colocamos como ainda não totalmente
2274 cumpridas, na verdade, desse conjunto aí apenas recebemos o ofício de Ministério da
2275 Defesa, esqueci-me de repassar para você, Dalila, mas todas as demais, propostas ainda
2276 continuam necessitando ou demandando uma ação mais de...

2277

2278

2279 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
2280 Posse dizer que a Senasp já encaminhou a relação de todos os gabinetes de gestão integrada
2281 e vou passar para vocês que é um documento pesado.

2282

2283

2284 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – E outra questão que discutimos foi sobre a
2285 necessidade também de fazer uma divulgação sobre os projetos que são financiados pelo
2286 Ministério da Justiça, um dos quais o projeto fronteiras, o projeto de migrações fronteiriças
2287 também, numa possibilidade de que esses grupos pudessem fazer, como a Dalila está
2288 fazendo agora, um relato do que está lá na ponta acontecendo e compartilhar. Porque é uma
2289 importante discussão porque vem já de quem está lá no fogo para trabalhar essa questão.

2290 Então, foi discutido isso e como sugestão adicional nós agregássemos essa questão do
2291 compartilhamento do Conatrap com todos os membros do Conatrap sobre as ações
2292 realizadas hoje com essa questão das fronteiras, especificamente o trabalho do projeto
2293 fronteiras e o trabalho do projeto migrações fronteiriças para que possamos, talvez no
2294 momento aí pensar essa estratégia de integração de todos esses atores, na busca do
2295 fortalecimento dessa questão da articulação.

2296

2297

2298 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – No item 6. A Comissão entende que a
2299 disseminação depende de levantamentos de referenciais teóricos sobre materiais, dados e
2300 informações. Entende ainda que esse levantamento para que não haja duplicidade para que
2301 seja garantida a integração entre as Comissões do Conatrap deve ser conduzida a partir do
2302 seguinte fluxo: levantamento de informações no caso prazo de 3 meses levando em conta o
2303 material já produzido pelo MJ e instituições que compõe o Conatrap, repasse do
2304 levantamento ao MJ para que a Coordenação Nacional de Enfrentamento e Secretaria-
2305 Executiva ordene e consolide as informações levantadas, repassando à Comissão de
2306 Articulação. E ainda com base nos dados consolidados essa Comissão possa,
2307 fundamentada, fazer a avaliação dos conteúdos para orientar nas diretrizes de disseminação
2308 e posterior publicização das informações. A avaliação sobre a Comissão do biênio, limites e
2309 avanços. A Comissão embora reconheça as dificuldades para avançar no cumprimento das
2310 metas pactuadas considera que apresentou resultado positivo nos debates sobre a Portaria
2311 que rege núcleos e postos. Conseguiu estabelecer um bom fluxo de interlocução por e-mail,
2312 por reuniões virtuais, por períodos entre reuniões presenciais e buscou minimizar as
2313 dificuldades no levantamento de dados nacionais sobre rede e na interlocução com outros
2314 órgãos. Destaca a necessidade que seja disponibilizado o maior tempo para discussão dos
2315 assuntos relevantes por parte das Comissões, recomendações para o biênio 2015/2016, que
2316 no próximo plano de trabalho contemple ações mais específicas relacionadas ao processo
2317 de articulação e integração da rede, núcleos postos. Retomada não só de levantamento das
2318 informações sobre instituições que integram o Conatrap como também mapeamento dos
2319 Comitês, ações consideradas estratégicas para maior integração e articulação entre as
2320 diversas instâncias representativas da área de tráfico de pessoa do Brasil. Uma maior
2321 aproximação da Comissão com órgãos que atuam nas regiões de fronteira visando maior
2322 fortalecimento. Integração das ações executadas, capacitações, oficinas, qualificações pelos
2323 ministérios da Saúde, Assistência Social e Turismo, dando oportunidade de participação
2324 para a Rede de Núcleos e Postos e Comitês de acompanhar esse processo, bem como
2325 representantes do Conatrap. Fazer parte da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho
2326 Escravo (Conatrae) e vice versa, e articular melhor a junção das duas políticas. Avaliação
2327 sobre o trabalho do plenário. Em que pese algumas dificuldades decorrentes de necessidade
2328 de maior integração dos integrantes do Conatrap, esta Comissão avalia como positivo o
2329 trabalho do plenário no decorrer deste mandato, há de considerar que se trata da primeira
2330 gestão do Comitê Nacional, que se configura como uma nova instância de participação
2331 social sendo razoável entender a necessidade de definir sua identidade, compreender suas
2332 competências e o alcance e ao longo do biênio. Recomendações gerais. Construção de um
2333 calendário anual de reunião, fomento dos diálogos virtuais, elaboração de pautas,
2334 estabelecimento de ações concretas e factíveis de avaliação. Muito obrigado.

2335

2336

2337 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) –**
2338 Vamos deixar todos os comentários sobre as Comissões para o final? Guardar só mais um
2339 pouquinho. Claro.

2340

2341

2342 **A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do**
2343 **Cidadão/MPF) –** Sobre a sugestão, a proposta do Dalila do Ministério Público, fomentar
2344 uma participação do Ministério Público no acompanhamento e cobrança, saber o que o
2345 mapeamento dos Comitês e na sua efetividade. Certo. Pronto. Eu queria só fazer um
2346 registro porque o Ministério Público, especialmente o Ministério Público Estadual, Dalila,
2347 ele é bastante desconhecedor do fenômeno do tráfico, o Ministério Público como um todo,
2348 Federal também não fica à parte disso não. Então, há uma proposta no Conselho Nacional,
2349 eu faço parte de um grupo de trabalho no Conselho Nacional e nós temos uma proposta de
2350 fazer junto com o Ministério da Justiça aquele replicar, o curso de capacitação. O Conselho
2351 Nacional que é o órgão por excelência capacitado para fazer isso porque para englobar o
2352 Ministério Público Brasileiro para ver a disseminação do conceito do que é o tráfico de
2353 pessoas, e que ele existe tanto em âmbito internacional como em âmbito nacional, o tráfico
2354 interno é uma realidade, mas assim, eu não vejo de imediato como nós queremos, ou
2355 pensarmos em trazer o Ministério Público Brasileiro para essa luta nossa antes que ele
2356 esteja consciente de que o tráfico existe lá naquele estado, lá na sua área de atuação e que
2357 ele realmente se empoderando dessas informações ele ter essa participação. Então, nós
2358 precisamos primeiro fazer isso e estamos tentando fazer no Conselho Nacional porque no
2359 Ministério Público Federal nós temos uma atuação que não é satisfatória, eu tenho que
2360 reconhecer, são poucos os procuradores que realmente atuam e estão voltados para essa
2361 temática, mas o Ministério Público Federal nós temos um pouco mais de conhecimento na
2362 temática, mas no Ministério Público do estado não existe, é genérico o desconhecimento.
2363 Um ponto assim como você falou da promotora na cidade específica, são as exceções, das
2364 exceções. Entendeu? Então, a minha proposta é essa, eu acho ideal, eu acho que o
2365 Ministério Público tem que estar junto, é o órgão de repressão, mas também de trabalho de
2366 cidadania que nós temos no Brasil inteiro, nós não podemos ficar fora dessa temática, mas
2367 nós precisamos primeiro trazer fazer um trabalho interno dentro da instituição Ministério
2368 Público para capacitar.

2369

2370

2371 **A SR^a. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA (Rede de Núcleo de**
2372 **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e de Postos de Atendimento Humanizado ao**
2373 **Migrante/RNPETP) –** Inclusive nós estamos reestruturando o Comitê Estadual no nosso
2374 estado e nós mandamos solicitação pedindo titular e suplente ao Ministério Público
2375 Estadual e ele nos mandou uma justificativa dizendo que eles não podem participar do
2376 Comitê, não podem ser permanente, sim como convidados porque eles são órgãos de
2377 controle e não poderiam estar participando. Então, mesmo assim eu o mandei ainda como
2378 permanente para que o governador agora retificasse porque houve mudanças de secretarias
2379 e junções e tivemos que modificar esse decreto, mas ainda coloquei permanente, nem que o
2380 coloquemos como convidado, mas ele, eu tenho essa justificativa dizendo que não pode
2381 participar como órgão permanente, questão de voto fiscal da lei.

2382

2383

2384 **A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do**
2385 **Cidadão/MPF)** – Na verdade, nós participamos dos órgãos coletivos como observadores,
2386 nós temos direito a voz e não a voto, porque exatamente, nós precisamos preservar o nosso
2387 espaço de atuação. Se aqui eu presenciar alguma que a meu juízo fere os princípios, a
2388 violação de direitos humanos, eu estou livre para tomar uma iniciativa contra o Comitê
2389 porque eu não voto. Então, é nessa perspectiva, mas lá no Ceará eu acho que sou
2390 permanente.

2391

2392

2393 **A Sra. Livia Maria Xerez de Azevedo (RNPETP/Ceará)** - A primeira reunião que nós
2394 participamos juntas e a sorte nossa é o protagonismo da Dra. Nilce porque nessas épocas de
2395 mudança de gestão ou das próprias instituições de sociedade civil, o Ministério Público
2396 Federal é protagonista na articulação sim com suas palestras, com sua vivência com seu e
2397 depoimento de boa prática internacional, porque a Dra. Nilce é representante nossa em
2398 nível internacional. Então, a sorte nossa é porque temos a Dra. Nilce lá, se tivéssemos
2399 várias Nilce pelo mundo afora eu acredito que seria o ideal, como não temos é uma grande
2400 articuladora no Conselho Nacional do Ministério Público e nós agradecemos esse apoio em
2401 todas as instâncias aí.

2402

2403

2404 **A SR^a. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA (Rede de Núcleo de**
2405 **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e de Postos de Atendimento Humanizado ao**
2406 **Migrante/RNPETP)** – Mas eles eram antes permanentes no Comitê desde 2003, agora no
2407 início de 2015 que foi mudança de representação que chegou essa justificativa.

2408

2409

2410 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
2411 Obrigada, Comissão.

2412

2413

2414 **A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do**
2415 **Cidadão/MPF)** – Eu achei ótima a sua sugestão e eu acho que deve ser o Comitê, assim, a
2416 meu juízo deve, porque é uma forma tanto de trazer o órgão forte como é o Ministério
2417 Público, mas também de conscientizar o Ministério Público porque ele tem o dever de fazer
2418 isso, de fiscalizar e estar juntos nas lutas. Então, acho ótimo que saia daqui essa sugestão,
2419 essa solicitação e participação efetiva.

2420

2421

2422 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Nós vamos entrar agora na
2423 Comissão de Marco Legal, passo a palavra ao Frans A quem?

2424

2425

2426

2427 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Primeiro dizer que as ações
2428 que estavam elencadas na minuta do modelo que foi elaborado pela Secretaria-Executiva
2429 pela Danielle, estavam diferentes daquelas ações que estavam no plano de trabalho, então
2430 pode haver algumas divergências aí quanto às ações.

2431

2432

2433 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – Só
2434 uma nota antes disso, só dizer que eu peguei com base no primeiro plano de trabalho da
2435 Comissão, para que depois vocês trabalhassem em cima das evoluções desse plano, por isso
2436 que deve ter ficado muito divergente.

2437

2438

2439 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – O plano de trabalho que
2440 veio com anexo também, porque eu não estava desde o início, não vi essa memória quanto
2441 às mudanças do plano de trabalho. Realizar acompanhamento e articulação parlamentar das
2442 proposições do Conatrap. Essa ação, na verdade foi trocada e foi juntada com outra ação
2443 que é a ação 4. Podemos passar já para a segunda. A recomendação ao Conselho Nacional
2444 de Justiça quanto à adoção de medidas visando à conscientização dos magistrados a
2445 respeito da importância da utilização dos tratados internacionais, em especial do protocolo
2446 de Palermo no enfrentamento judicial relativos às questões relativas ao tráfico de pessoas.
2447 Bom, essa proposta foi elaborada, foi discutida internamente, foi proposta na reunião de
2448 ciclo de maio, e depois na última reunião, na verdade, também foi apresentada, mas ficou
2449 sobreposta a outra proposição e era essa a recomendação ou a proposta que nós queríamos
2450 trazer para o plenário hoje, para ver se nós podemos ainda aprovar como uma última
2451 recomendação deste ano. Nós fazemos isso no final. Imagino. O terceiro que é recomendar
2452 inserção dos tratados internacionais, em especial Protocolo de Palermo nas atividades de
2453 formação relacionadas aos tráfico de pessoas, ofertado pelo Ministério da Justiça e demais
2454 parceiros dos II Plano Nacional. Houve um cumprimento de um lado total e de outro lado
2455 parcial, uma vez que houve uma realização de um curso em novembro de 2004, organizado
2456 pelo MJ e UNODC e essa temática também vai sendo recomendada ao grupo ministerial e
2457 também vai fazer parte essa temática nos cursos de ensino a distância sobre o tráfico de
2458 pessoas que é a Plataforma do Senasp, de outro lado essa discussão foi levada ao pleno
2459 quanto a orientar o MJ, os parceiros do grupo interministerial, sobre a inserção desse
2460 conhecimento dos tratados em todos os cursos. E, na verdade, a Comissão Permanente do
2461 Marco Legal não conseguiu acompanhar o acompanhamento de todos esses cursos que
2462 aconteceram. Foi uma ação muito pouco humilde, vamos dizer assim. Então, foi feito
2463 alguma coisa, mas a inserção dos tratados internacionais, na verdade para todo mundo que
2464 participa aqui é lógico, mas nem sempre acontece. O 3.1 que é um detalhamento dessa
2465 inserção nos cursos é contribuir então, que essa temática dos tratados seja inserida nos
2466 referidos cursos. No curso do Senasp, do MJ, que foi organizado junto com o UNDC, isso
2467 aconteceu, e foram identificados outros cursos realizados pela SPM, Ministério Público
2468 federal, onde essas temáticas foram inseridas, mas que seja necessário seguir a
2469 sensibilização para inclusão da temática do próprio enfrentamento ao tráfico de pessoas
2470 com outros ministérios. E nas conferências que ainda acontecerão. E à direita está colocado
2471 que na reunião do Marco Legal de 05 de maio foi decidido levar ao pleno a discussão sobre
2472 a necessidade de orientar o Ministério da Justiça e os parceiros sobre a inserção do

2473 conhecimento dos tratados internacionais nas atividades de capacitação relacionadas ao
2474 tráfico de pessoas. Então, isso também aconteceu. O 4, que eu considero a ação que mais
2475 teve êxito e que realmente aconteceu, que foi fazer um levantamento das proposições
2476 legislativas sobre o temática do tráfico de pessoas no âmbito do Congresso Nacional. Essa
2477 primeira parte de fazer o levantamento de todos os projetos de lei não aconteceu, mas o que
2478 foi feito que dois projetos de lei que eram os mais importantes naquele momento, que eram
2479 os mais eminentes porque estavam sendo discutidos naquele momento, que é o ano passado
2480 no Congresso eram aqueles dois projetos que discutimos na última reunião do Conatrap,
2481 que é o projeto de lei do Senado 479 e o projeto de lei, o substitutivo da Câmara dos
2482 Deputados, o 7370. A partir desse quadro comparativo que foi realizado pela Secretaria-
2483 Executiva e junto com as representantes do MJ, tivemos um quadro muito prático pra
2484 discutir essa temática na Comissão Permanente e com isso inclusive com algumas
2485 contribuições que foram recebidas via e-mail, conseguimos então fazer uma recomendação,
2486 uma proposta que foi aprovada na última reunião, que foi encaminhada pelo senador
2487 Ricardo Rezende. Aconteceu essa recomendação, houve uma discussão no pleno, mas o
2488 que faltou foi não só o mapeamento de todos os projetos de lei, mas também o
2489 acompanhamento posterior dessa nossa recomendação. Será que chegou, assim, o
2490 acompanhamento de recebimento e uma discussão posterior. Isso, na verdade está no 4.2,
2491 acompanhamento e articulação parlamentar das proposições do Conatrap e isso é um passo
2492 que segue essas recomendações, que é justamente acompanhar e buscar as discussões, é que
2493 pode ser através de organizações de audiência pública ou outros métodos. E ontem na
2494 reunião da Comissão do Marco Legal discutimos que seria talvez interessante para o
2495 próximo biênio conseguir identificar uma temática, uma bandeira, alguma prioridade para
2496 todos as Comissões que seja bandeiram para discutir no Conatrap, para em todas as
2497 Comissões, mas também em todas as nossas participações lá fora e talvez através de uma
2498 pequena publicação, nós conseguirmos mostrar, dar mais cara àquilo que é necessário para
2499 discutir, porque discutir todo tráfico de pessoas e todo o enfrentamento vai dispersar e vai
2500 dificultar. Então, chegamos no... Depois do quarto já, pode seguir porque essa do
2501 acompanhamento ficou muito falha. Então, a única coisa que foi feita foi o envio dessa
2502 última recomendação e não houve nenhuma audiência pública ou algum acompanhamento
2503 nesse sentido. O que aconteceu, sim, é que cada membro do Conatrap e cada membro da
2504 Comissão Permanente do Marco Legal participando em eventos e a falar sobre esses
2505 projetos de lei, sobre outras questões do enfrentamento. O cinco que é levantar e analisar os
2506 acordos internacionais de cooperação firmados pelo Brasil, na verdade, foi realizado um
2507 levantamento parcial porque a ideia era que a partir do Departamento de Polícia Federal e o
2508 DSI, e aí não lembro exatamente, o Departamento de Recursos Internacionais, exatamente,
2509 e ia ver quais seriam então os tratados internacionais que tem mais a ver com
2510 enfrentamento ao tráfico de pessoas. O problema é que no site do Ministério de Relações
2511 Exteriores tem todos os tratados listados que o Brasil faz parte, mas isso são centenas senão
2512 milhares de tratados. A ideia seria fazer um filtro do enfrentamento e não conseguimos
2513 alcançar, fazer esse filtro, porque realmente há uma limitação de tempo e responsabilidade
2514 técnica para conseguir fazer isso. Então, esses officios que foram pensados para facilitar isso
2515 eu acho que até saíram, mas não houve nenhum retorno. Então, não aconteceu e temos que
2516 pensar um pouco mais prático sobre como conseguir isso. Bom, então com isso, com o não
2517 retorno, também não houve, não aconteceu análise desses tratados e nem sequer qualquer

2518 proposição sobre a temática acontecida. O sexto também não aconteceu. Aconteceu
2519 parcialmente, vamos dizer, talvez a Guilhermina possa falar melhor.

2520
2521

2522 **A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional**
2523 **Contra a Discriminação LGBT)** – Não sei se vocês receberam algumas mensagens
2524 solicitando quem tivesse conhecimento de sentenças para fazer esse repasse, era para que
2525 conseguirmos fazer esse acompanhamento. Como não houve nenhum retorno sobre
2526 sentenças, não havia como nós fazermos o restante desse mapeamento. E conversando
2527 também com a Lu, ela colocou que teríamos que esperar mais, não sei se vocês lembram
2528 que nós precisaríamos de uma pesquisa, do resultado de uma pesquisa para não iniciar, mas
2529 para simplificar também para não fazer esse apanhado todo de dados, ao invés de fazer tudo
2530 isso nós pegamos a coisa já mastigada e a partir daí começar a trabalhar. Como não houve
2531 a retorno das sentenças e não houve ainda o lançamento da pesquisa, nós acabamos não
2532 fazendo esse mapeamento.

2533
2534

2535 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Existe o banco de dados,
2536 pelo que entendi, a Lucicléia falou, está disponível, mas não há uma análise dessas
2537 sentenças. Aí você fica com toda uma mata, mas não vendo as árvores. Vamos lá para o
2538 7.1. Então, essa atualização também ficou prejudicada. 6.1. E aí o 7 foi recomendar ao
2539 Ministério da Educação a incorporação do tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas nos
2540 projetos pedagógicos dos cursos de Direito. Essa ação foi muito parcialmente cumprida, no
2541 sentido que junto com aqueles outros cursos onde nós identificamos a necessidade para
2542 falar sobre os tratados internacionais, também seria importante falar sobre essa
2543 aproximação com os cursos de Direito. Essa ação específica foi discutida no pleno, no dia
2544 05 de maio e foi discutido aqui se era necessário então fazer essa recomendação ao
2545 Ministério da Educação quanto à incorporação do tráfico de pessoas como temática nos
2546 cursos de Direito e não me lembro exatamente onde também foi, se foi ou não aceito.

2547
2548

2549 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – Eu
2550 tenho informação sobre isso. Na verdade quando a Comissão de vocês trouxe esse ponto
2551 para o plenário acabou se tornando uma discussão mais ampla do que apenas na Comissão,
2552 e nós entendemos que jogar esse tema para a Comissão de Comunicação estava mais
2553 relacionado ao tema, só Direito não, vamos ampliar para outros cursos. A Comissão já
2554 iniciou a articulação, MEC já deu o caminho das pedras e está andando. Está parcialmente
2555 cumprido.

2556
2557

2558 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Sim, me lembro desse
2559 guarda-chuva que parecia bem maior do que só o tema do Direito. A 8^a então, aqui no 7^a
2560 temos que ajudar a incluir essa avaliação que foi dada pela Danielle. A 8^a é uma meta muito
2561 grande que na verdade é um metão, que é acompanhar a linha operativa 2, a primeira linha
2562 do II Plano Nacional mediante acompanhamento dos relatórios do grupo interministerial.
2563 Bom, isso muito parcialmente foi feito, foi criado um meio para se comunicar entre os

2564 membros do grupo via WhatsApp para trocar mensagens e para cobrar encaminhamentos.
2565 Foi utilizado sim, mas muito para apresentar participações em vários eventos e não tanto
2566 para discutir essas temáticas. Houve, na verdade um enfoque nessa linha operativa, o
2567 primeiro a meta 1 a 2 e 1 a 4 que eram justamente os projetos de lei que a ação que
2568 realmente conseguimos cumprir. Então, acho que é isso. Temos então as recomendações ou
2569 até as ideias na Comissão Permanente que podem ser utilizadas para o próximo biênio. E
2570 também ajuda na avaliação, os limites, avanços, eu acho que tem que subir um pouquinho,
2571 limites e avanços foi a rotatividade dos representantes dos membros da Comissão
2572 Permanente do Masco Legal dificultando a continuidade e o acúmulo de conhecimento, e
2573 uma memória dos trabalhos. Bem como alto grau de tecnicidade dos assuntos legais e o
2574 tempo necessário para dedicação. Isso realmente nós vimos, discutir esses projetos de lei
2575 para realmente entender o que está escrito realmente precisa de muito cuidado e de muita
2576 atenção. E foi isso que aconteceu após várias vezes vendo esse quadro comparativo qual foi
2577 a verdadeira dimensão desses projetos de lei. Então, os avanços foram, então, a
2578 concretização pelo menos de um parecer sobre as propostas legislativas. É que depois foi
2579 aprovada no plenário. As recomendações para o próximo plano de trabalho do próximo
2580 biênio, buscar construir ações concretas e exequíveis dentro das possibilidades de discussão
2581 dos membros da Comissão Permanente, eleger estratégias com prioridades. Então, não
2582 tentar abraçar o mundo, mas realmente eleger prioridades, reavaliar as ações que não foram
2583 executadas, visando propor correções para que as mesmas passem a ser exequíveis. Por
2584 exemplo esse banco de dados das sentenças é impossível avaliar todas essas sentenças, isso
2585 até para um trabalho de um Doutorando é trabalho demais. Então, imagina alguns membros
2586 do Conatrap fazerem isso. Foi sugerido sim de tentar se aproximar e eu acho que isso é
2587 interessante para todas as Comissões, tentar se aproximar a academia no sentido que há
2588 muitos mestrados, muitos doutorandos escolhendo esse tema e que quando nós vemos que
2589 há algum mestrado pela análise de sentenças, então, vamos casar os interesses. Eu me
2590 lembro que na sexta-feira estava fazendo uma apresentação da temática no Cult do rio sobre
2591 o trabalho escravo e enfrentamento ao tráfico de pessoas e tinha uma estudante lá de
2592 mestrado que estava trabalhando com o Ricardo Rezende, outro Ricardo Rezende que é o
2593 padre que é o fenômeno, vamos dizer, no enfrentamento ao trabalho escravo que nem sabia
2594 da existência do Conatrap e outras coisas. E que ficou muito interessado e que nós também
2595 na pesquisa dela que sobre trabalho escravo junto da comunidade chinesa no Rio de
2596 Janeiro. Então, eu acho que essas questões são muito interessantes para nos aproximar. O
2597 quarto é uma questão que já foi falado antes, eleição de uma temática jurídica ou outra
2598 relevante e prioritária para conceber uma campanha concreta, incluindo recomendações e
2599 intervenções organizadas pelos membros da Conatrap. Essa é a questão da bandeira, eu
2600 acho que seria interessante ter uma temática, dar visibilidade às discussões que nós temos
2601 aqui dentro de escolher uma prioridade que desse para nossas bases e que desse na
2602 sociedade. Detalhar as ações necessárias à execução das metas como definição dos
2603 membros responsáveis e do limite dos prazos. Então, organizar melhor nosso trabalho.
2604 Avaliação sobre o trabalho do plenário, eu acho que foi o sentimento de muitos membros
2605 do Conatrap que com a aprovação do regimento Interno e agora o fluxograma, se espera
2606 maior clareza quanto ao funcionamento e atribuições verdadeiras do Conatrap. Aquilo que
2607 nós realmente estamos sentindo como é importante para discutir. Recomendações gerais ao
2608 Conatrap e às outras Comissões. Produzir uma apresentação em Power Point ou documento
2609 que apresenta de forma coerente e ampla a temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas,

2610 bem como os objetivos e papel do Conatrap para servir de base para disseminação do
2611 enfrentamento ao tráfico de pessoas e atividades do Conatrap, com a apresentação nos
2612 Conselho de Direitos e Comissões Legislativas relevantes para a temática ao enfrentamento
2613 ao tráfico de pessoas. Então, tipo um cartão de visita maior e mais elaborado que pode ser
2614 utilizado em qualquer apresentação e qualquer evento que você vai e aí você não leva e traz
2615 o Regimento Interno, mas seria interessante para ter um folder de dois ou três páginas
2616 mostrando o que é. O segundo é recomendar que os membros do Conatrap participem dos
2617 cursos especializados de capacitação quanto ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, como
2618 participante ou como corpo discente. Eu acho que isso já acontece, mas talvez possa ser
2619 mais bem organizado porque tem o *know how* e um saber como no Conatrap que pode ser
2620 mais bem utilizado. E o final é promover aproximação do Conatrap com a academia, que
2621 também já foi falado aqui há pouco com cursos, especializações justamente para fazer esse
2622 cruzamento de interesses do Conatrap com a Academia. É isso Guilhermina? Lívia?
2623 Ninguém.

2624

2625

2626 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – Pode colocar agora a recomendação?

2627

2628

2629 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Sim, pode ser, pode
2630 colocar. Guilhermina, pode falar um pouquinho?

2631

2632

2633 **A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional**
2634 **Contra a Discriminação LGBT)** – Recomendação Conatrap ao Foro Nacional do Poder
2635 Judiciário para enfrentamento ao tráfico de pessoas (Fonatrap), quanto à existência e
2636 utilização de normativa internacional referente à temática de tráfico de pessoas.
2637 Considerando que em 15 de novembro de 2000 foi adotado pela Assembleia Geral das
2638 Nações Unidas o protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime
2639 organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas,
2640 em especial mulheres e crianças, conhecido como Protocolo de Palermo; considerando que
2641 em 29 de maio de 2003 o referido protocolo foi aprovado pela Resolução nº 231 do
2642 Congresso Nacional e posteriormente promulgado pelo Decreto Presidencial nº 5.107 de 12
2643 de março de 2004, tornando-se lei ordinária federal no âmbito interno; considerando que
2644 pela primeira vez na história existe um conceito universalmente reconhecido de tráfico de
2645 pessoas, definido pelo Protocolo de Palermo no seu art. 3º alínea A como: o recrutamento,
2646 o transporte, a transferência, o alojamento ou acolhimento de pessoas recorrendo a ameaça
2647 ou uso de força, ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de
2648 autoridade, ou à situação de vulnerabilidade, ou a entrega, ou aceitação de pagamento, ou
2649 benefícios para obter consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para
2650 fins de exploração. A exploração incluirá no mínimo a exploração da prostituição de
2651 outrem, ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou os serviços forçados,
2652 escravidão ou práticas similares à escravidão, servidão ou a remoção de órgãos.
2653 Considerando, por fim que o Brasil aprovou a Política Nacional de Enfrentamento ao
2654 Tráfico de Pessoas por meio do Decreto nº 5.948/2006, na qual restaram estabelecidos os
2655 princípios e diretrizes bem como adotado o conceito internacional da forma acima citada,

2656 recomenda: que o Fórum Nacional do Poder Judiciário para Enfrentamento ao Tráfico de
2657 Pessoas – Fonatrap, promova... Nós podemos ver o que é Fonatrap depois, dá para falar
2658 mais depois, enquanto continuamos aqui. Recomenda que o Fórum Nacional do Poder
2659 Judiciário para Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Fonatrap promova a discussão no
2660 Conselho Nacional de Justiça quanto à observância ao Protocolo adicional, a Convenção
2661 das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão
2662 e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, aos casos de tráfico de
2663 pessoas nas suas diversas modalidades. Brasília 15 de dezembro de 2015.

2664

2665

2666 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Talvez explicar do
2667 Fonatrap e do Conselho Nacional de Justiça. A ideia foi recomendar, o Conatrap
2668 recomendar diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, parece que dentro do Conselho
2669 Nacional de Justiça tem o tal de Fórum Nacional do Poder Judiciário para o Enfrentamento
2670 ao Tráfico de Pessoas. Então, talvez interessante à Lucicléia falar isso porque o Fonatrap
2671 então não é um Fórum Nacional qualquer, mas faz parte do CNJ e já que o nosso objetivo é
2672 que o Conselho Nacional de Justiça, que é composto não só de magistrados e juízes, mas
2673 também de advogados, de representantes do Ministério Público, mas o nosso final objetivo
2674 também é que os juízes vão realmente utilizar esse conceito internacional. Então, nesse
2675 sentido nós achamos estratégico para não recomendar diretamente ao Conselho Nacional de
2676 Justiça para lá ficar perdido, mas direcionar mais ao Fórum. E aí talvez a Lucicléia pode
2677 falar mais sobre o juízo Rinaldo que tomou essa iniciativa. Não sei.

2678

2679

2680 **A SR^a. LUCICLÉIA SOUSA E SILVA ROLLEMBERG (Coordenadora Adjunta de**
2681 **Enfrentamento ao Tráficos de Pessoas)** – Esse Fórum a Dra. Nilce mesmo já conhece, foi
2682 em 2014 que ele foi criado, por meio de uma Resolução do CNJ e de lá para cá o Dr.
2683 Rinaldo que é um juiz aqui do estado de Goiás, do Tribunal de Justiça do Goiás, vem
2684 fomentando os trabalhos dentro do Fonatrap, inclusive os simpósios internacionais, foi o
2685 quinto simpósio internacional, o último realizado no estado do Ceará, foi todo organizado
2686 com base nessa discussão. Dr. Rinaldo. Então assim, a temática do tráfico de pessoas está
2687 sendo discutida dentro do CNJ no âmbito desse Fonatrap, o conselheiro que é responsável,
2688 que há época o último que foi o Dr. Guilherme Calmon, ele saiu logo após o simpósio, ele
2689 participa desse Fonatrap, então assim, eles fomentam a discussão, toda a temática dentro,
2690 seria mais, eu acho assim, que dei a sugestão para a Comissão, que seria ainda mais
2691 estratégico levar talvez a sugestão ao Fonatrap para que eles levem internamente a
2692 discussão dentro do pleno do CNJ, levar como uma pauta não só Conatrap, mas Fonatrap
2693 em apoio à proposição do Conatrap.

2694

2695

2696 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
2697 **Justiça)** – Sim, acho que faz todo o sentido, se tem o órgão específico e interno que trata do
2698 tráfico de pessoas faz todo sentido que comece por lá. Eu tenho duas questões com relação
2699 a isso, uma assim, é minha enquanto membro do Conatrap. Eu gostaria de fazer algumas
2700 sugestões no texto mesmo. E a outra questão é que eu acho que nós não estamos com, nós
2701 não deliberamos com quórum hoje e agora assim, têm pessoas que não discutiram isso e

2702 não vão ter condições de discutir. Até as minhas sugestões posso fazer até depois de
2703 amanhã, até sexta feira, olhar isso aqui e fazer sugestões marcando e fazendo comentários.
2704 Não tem nada contra, até pelo contrário, sou muito a favor de fazer esse tipo de
2705 recomendação. Eu acho que é acertado fazer para o Fonatrap, mais acertado que fazer para
2706 o Conselho Nacional de Justiça, até mesmo porque eu acho que tem mais chance de acertar
2707 no Fonatrap do que tentar acertar no Fonatrap pelo Conselho Nacional. Então, eu concordo,
2708 agora enfim, gostaria de ter tempo, não sei se outras pessoas também gostariam de fazer
2709 algumas sugestões, só acho que nós não é produtivo fazermos, escrever o texto
2710 conjuntamente com tantas pessoas.

2711

2712

2713 **A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional**
2714 **Contra a Discriminação LGBT)** – Em cima disso. Nós fizemos já, não sei se lembram, no
2715 início, uma nota e tal, não lembro agora qual era o conteúdo, mas nós escrevemos a nota e
2716 fizemos pela internet a aprovação, e foi tranquilo.

2717

2718

2719 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
2720 **Justiça)** – Perfeito. Eu acho excelente.

2721

2722

2723 **A SR^a. LUCICLÉIA SOUSA E SILVA ROLLEMBERG (Coordenadora Adjunta de**
2724 **Enfrentamento ao Tráficos de Pessoas)** – Eu queria fazer só uma ponderação, eu tenho
2725 severa dúvidas de como isso pode ser recebido lá, porque é muito complicado para
2726 qualquer órgão, nem o Supremo, ninguém pode dizer como o juiz vai decidir e aí vai o
2727 Conselho Nacional ou Fonatrap vai dizer para o juiz para ele observar o Protocolo de
2728 Palermo? Eu acho complicado dizer isso, eu acho que eles não vão fazer isso porque o juiz
2729 tem obrigação de conhecer a lei. Se ele está tratando de tráfico internacional ele vai buscar,
2730 e mais quando Ministério Público Federal no caso do tráfico internacional ele faz a
2731 denúncia ele já embasa nas normas internacionais e no Código Penal. Então, assim um
2732 órgão de um Comitê, um Fórum, para dizer, recomendar o juiz quando você decidir observa
2733 essa lei. Eu acho complicado isso. Eu acho que temos que refletir melhor nisso.

2734

2735

2736 **A SR^a. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA (Davida – Proteção, Direitos Civis**
2737 **e Saúde Integral)** – Eu quero colocar uma observação. Olha o contraditório. Nós estamos o
2738 tempo todo falando da questão de violação de direitos humanos. Estamos violando o
2739 direito. Quando aparece um texto desse aí é contraditório a qualquer posição, no Brasil
2740 Ministério do trabalho, a prostituição é um trabalho aqui, a Amsterdam é regulamentado,
2741 existem organizações internacionais que trabalham para isso, associações civis. Então, olha
2742 para você ver que contradição falar que a mulher é traficada a prostituição vai lá no o meu
2743 corpo é meu, faço o que quero e tenho a opção. Então, não se vê a pontuação, dessa
2744 questão, eu tenho direito ao meu trabalho, posso sair do meu estado ir para outro estado, ir
2745 para outro País. É uma profissão como todas. Essa questão é muito contraditória se tratando
2746 de Conatrap, prostituição é acima de 18 anos. Então, deveríamos fazer uma prévia para
2747 esses órgãos responsáveis, porque aí sim vai ferir os meus direitos. Como trabalhar isso? Se

2748 a mulher vai para o exterior a lei lá não aceita isso, beleza, todas as meninas que trabalham
2749 com prostituição em outros países são presas, como uma brasileira, se tiver irregular, essa
2750 questão de trabalho, não pelo passaporte, que todas vão com passaporte normal. O que
2751 acontece? Chega lá vai presa e ela só volta para o Brasil se assumir no consulado que ela
2752 foi traficada porque documento dela é preso, dinheiro dela é preso, fica dentro de uma cela
2753 sozinha como todo ser humano normal. Ela volta para o Brasil imediato por ela exercer
2754 uma profissão ilegal lá, se o Brasil reconhece, eu estou vindo do Equador, o Governo tem
2755 determinada ponderação e horário, de segunda à quinta é um horário de trabalho, de final
2756 de semana aí até mais tarde, o Governo interfere, mas a mulher não vai ser presa. Aí tem
2757 países como estados Unidos que se tivesse uma ação dessa comigo, todo mundo aqui estava
2758 preso, então vai de País para País e temos que tentar o diálogo com esses cônsul para saber
2759 como que é isso, e eu consegui fazer diálogo em São Paulo, na migração, os consulados não
2760 sabem disso, olha, para você ver, só chega com a que polícia pega e manda avisar para eles,
2761 é traficada sexual, na verdade no fundo não é isso. Então, temos que fazer uma estratégia,
2762 temos que ver realmente a verdade dessa situação, porque cada vez pessoas preconceituosas
2763 querem jogar nas costas das mulheres que estão ali trabalhando essa questão de que foi
2764 traficada e na verdade não é esse o nosso ponto.

2765
2766

2767 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
2768 **Justiça)** – Enfim, eu acho que essa recomendação, eu não identifiquei aqui onde isso... O
2769 conceito do Protocolo.

2770
2771

2772 **A SR^a. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA (Davida – Proteção, Direitos Civis**
2773 **e Saúde Integral)** – Do Protocolo de Palermo, ele não separa, e agride e fere os direitos
2774 humanos, até do Ministério do Trabalho. Então, é uma coisa contraditória nesse ponto.

2775
2776

2777 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Duas coisas. Já é a terceira
2778 vez que a Comissão tenta fazer essa ação, eu acho que vamos retirar, porque não há mais
2779 cabimento de fazer. Primeiro para responder eu não acho nada difícil de recomendar um
2780 juiz de cumprir uma lei ordinária federal que existe, só lembrar que existe esse conceito e
2781 nós fazemos de uma forma bem sutil de trazer isso para a Fonatrap que foi instituída para
2782 isso. Então, não vejo problema nenhum em fazer isso, também não falo mais nada nessa
2783 recomendação, só fala a existência, que promove a discussão, nem a aplicação está sendo
2784 exigida nessa recomendação que foi uma discussão interna que eu achei que tinha que
2785 insistir com a aplicação, nem isso está escrito. Já é a água filtrada várias vezes. A questão
2786 sobre o conceito, Cida, eu só concordo parcialmente porque, primeiro, porque esse
2787 entendimento foi discutido muito quando foi feita essa discussão na própria ONU e está
2788 escrito lá exatamente qual é a situação atual no Brasil, que é a prostituição de outrem, se
2789 outra pessoa leva vantagem sobre a prostituição. A prostituição em si não é criminalizada
2790 nessa situação, eu sei que na prática a história é diferente, aí eu concordo completamente
2791 com você, mas não é o conceito que está aqui que está provocando isso é a aplicação e o
2792 entendimento, a interpretação desse conceito por vários governos, porque alguns países a
2793 exploração de prostituição é legalizado aonde então você pode trabalhar de forma

2794 empregada como prostituta e no Brasil, em muitos outros países, a prostituição é
2795 considerada uma ocupação, está na lista do Ministério do Trabalho e Emprego, mas você só
2796 pode exercer autônoma. Só. E aí não é criminalizada a prostituição em si, mas sim quando
2797 você trabalha com forma empregada. Então, é isso a diferença que está dada, a prostituição
2798 aqui não está sendo criminalizada, o que está falando? É quando outra explora a prostituta
2799 aí pode ser considerado tráfico. A questão é que em alguns países a prostituição empregada
2800 é considerada exploração sem entrar no mérito, sem entrar, você está trabalhando como
2801 prostituta por alguém? Então, já é considerada exploração, em outros países felizmente não
2802 é considerado sempre assim, isso depende de cada situação. Então, é nesse sentido. Eu não
2803 vejo nada de errado, mas também temos que ter peito para então dizer não traz mais essa
2804 recomendação ao plenário porque não gostamos dela.

2805
2806

2807 **A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional**
2808 **Contra a Discriminação LGBT)** – Dalila, só para completar aqui, é uma coisa que me
2809 incomoda bastante porque às vezes fica debruçado, nós nos debruçamos em cima de um
2810 documento durante muito tempo pensando no que nós queremos realmente enquanto
2811 Comitê, com aquele documento. Nós sugerimos, não podemos sugerir, nós recomendamos
2812 não podemos recomendar, nós pedimos, não podemos pedir, ou seja, o que nós estamos
2813 fazendo aqui? Eu fico pensando o que o juiz tem que qualquer outro profissional no mundo
2814 não tenha que nós temos que ter dedos para falar com juiz para pedir alguma coisa? Qual é
2815 o problema? Sabe, eu tenho medo disso, às vezes, nós vimos, estamos aqui e tudo, não, mas
2816 assim não pode, porque como vai falar com juiz desse jeito? Cara, todo mundo tem a sua
2817 profissão, por que a profissão de área do Direito é superior a todas as outras, termos que
2818 cuidar com o que fala. Olha só, um ‘puta’ de um texto, uma consideração de um parágrafo
2819 simples, conciso, que ofende, não manda, não pede, não exige e nós não podemos porque
2820 como falar com o juiz? Desculpa, mas eu tinha que falar isso.

2821
2822

2823 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – A minha fala muito na experiência do
2824 Comitê Nacional de Combate à Tortura, por quê? Porque nós fizemos sim, nós elaboramos
2825 uma recomendação aos juízes no sentido de que eles observem todos os tratados que o
2826 Brasil assinou em relação à tortura, ao tratamento desumano e degradante, às regras
2827 mínimas de Bancoc, que fala sobre as mulheres presas e o respeito às suas especificidades,
2828 eu penso que essas recomendações são fundamentais porque os juízes nem sempre têm
2829 conhecimento de tudo. Então, determinadas recomendações podem e devem chegar ao
2830 conhecimento de suas excelências e isso não é nenhuma violação, eu acredito que é uma
2831 obrigação nossa fazer a recomendação, é uma obrigação desse coletivo, aliás, eu acredito
2832 que seja uma das nossas atribuições. E, nesse sentido, eu estou de acordo com esta
2833 recomendação, não só com essa, mas com outras recomendações que porventura sejam do
2834 interesse das pessoas que tenham sofrido algum tipo de violação de direitos.

2835
2836

2837 **A SR^a JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na**
2838 **Amazônia/Sodireitos)** – Ainda pouco na Comissão de Marco legal, ainda o Frans falava,
2839 que nós não conseguimos analisar todos os tratados que existem porque são muitos

2840 documentos, porque são muitas que precisam ser analisados. Imagina o juiz que tem N
2841 processos, que tem N, enfim, atribuições para fazer possivelmente ele também não vai ter
2842 tempo de analisar todos os documentos necessários para ele poder, enfim, então de repente
2843 eu acho que concordo com as meninas, eu acho que não tem nenhum mal, exatamente, a
2844 palavra é a mais sutil possível, recomendar, nós fazemos uma referência ao protocolo e
2845 recomendamos em seguida. É algo, em minha opinião, bem sutil, não sou de direito, vocês
2846 devem ter percebido, mas em minha opinião isso é muito sutil. Outra questão em relação a
2847 essa questão do trabalho escravo e prostituição, eu realmente me incomodo tremendamente,
2848 Cida, eu até cochichei ainda pouco com a Cida, me incomodo sempre que vejo a
2849 diferenciação entre o trabalho escravo e prostituição, ou exploração sexual versus trabalho
2850 escravo, mas enfim, eu acho que nesse texto, não sei se eu deixei passar alguma coisa, mas
2851 nesse texto a referência que faz é em relação ao protocolo que fala, e aí no citado no
2852 protocolo não pode mexer, só pode fazer uma referência mesmo e pronto. E assim é uma
2853 questão que não vamos discutir agora. Essa discussão já aconteceu em várias instâncias e
2854 vários fóruns, mas assim, tem essa questão da exploração sexual da prostituta porque, eu
2855 sou prostituta posso exercer a prostituição aqui, em vários outros lugares do mundo, a partir
2856 do momento em que alguém se aproveita do meu trabalho para me explorar, tanto a
2857 prostituição quanto qualquer outro tipo de trabalho aí sim já cai na situação de tráfico de
2858 pessoas. É realmente para mim um incômodo para quando as pessoas diferenciam isso, nas
2859 oportunidades que tenho de influenciar nisso, eu lembro que teve o encontro, não lembro
2860 qual foi o encontro que houve, no estado o do Pará, e aí estava lá, era possível modificar,
2861 ok, fomos lá e modificamos, e organizou isso da maneira que era possível, mas em
2862 documento como esse que já é um protocolo, que, enfim, não dá para mudar, infelizmente
2863 vai ter que deixar do jeito que está.

2864
2865

2866 **A SR^a. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA (Davida – Proteção, Direitos Civis**
2867 **e Saúde Integral)** – Realmente, a exploração sexual de criança e adolescente, só que
2868 exploração, quando eles falam é o local de trabalho que as pessoas estão trabalhando.
2869 Então, é crime? É. Então nós temos boates, temos motéis que trabalham o turismo sexual
2870 querendo ou não querendo, então esses locais todos organizados sexualmente, isso é crime.
2871 Então, é exploração, qual empresa que não explora o funcionário? Qual o trabalhador
2872 contratado? Nós somos autônomos, nada de carteira assinada, em momento nenhum nós
2873 queremos isso, a questão é exploração só da prostituição ou vamos falar da exploração
2874 geral? Porque ali veta, é o peso, é o sexo, é o preconceito. Então, quando você fala
2875 exploração sexual, aí comete de adolescente e criança, agora, só sexual, só eu com minha
2876 organização vou trabalhar, só eu que sou explorada nacional e internacionalmente? Não
2877 tem outra ocupação? Agora, existe assim tráfico de mulheres com desvio de função, porque
2878 se for no meu ponto de prostituição, onde sou prostituta, se eu quiser sair e tudo meu é pago
2879 lá fora, isso não é tráfico e nunca foi, agora, se for presa em outro estado, outro País por
2880 exercer a profissão que lá é ilegal, e vamos tirar tudo e quero voltar como traficada? Não
2881 existe estatística. Agora, a questão é quando estou doméstica, me oferece um trabalho fora,
2882 chego lá eles me mandam para a boate. Aí sim a questão de desvio de função, que nem se
2883 fala nisso e começamos a falar nisso. Então, é aquele trabalho enganoso, aquele que você
2884 começa um trabalho para uma coisa e lute mentalmente, programa aquilo, chega lá é outra,
2885 desvio de função e acaba chegando todo mundo querendo colocar na mesa a peneira, e

2886 temos que dizer sim, trabalho, função, exploração, onde é e como tem que ser feito. Isso eu
2887 acho que deveríamos ter, o Conatrap ter um função nesse espaço. Vamos ter estatística,
2888 essa mulher era prostituta, saiu daqui? O que aconteceu lá? Ela só pode ser vindo, não tem
2889 dinheiro, não em como pagar passaporte, não tem como pagar a volta, ela vai ter que voltar
2890 como traficada? É isso que é a questão que ponho em pauta neste Conatrap, porque as
2891 estatísticas todas é o peso numa coisa que as pessoas sabem que no fundo não é verdade, e
2892 nem existem estatísticas da forma que é colocada.

2893
2894

2895 **A SR^a. LUCICLÉIA SOUSA E SILVA ROLLEMBERG (Coordenadora Adjunta de**
2896 **Enfrentamento ao Tráficos de Pessoas)** – É só para fazer um esclarecimento,
2897 especialmente à Guilhermina, não é que o pessoal da Justiça ou Ministério Público seja um
2898 ente extraterrestre e seja superior, não é, só que existe uma prerrogativa que é a
2899 independência funcional. O juiz e o promotor, o procurador da república tem independência
2900 funcional, não importa, não determina, não recomenda, não faz porque ele vai fazer o que a
2901 consciência dele mandar. Eu perguntaria qual era o objetivo alcançado com uma
2902 recomendação, que nenhum tem superior hierárquico sobre o juiz. Eu acho que para haver
2903 uma recomendação teria que ter uma estatística para saber que no Brasil, os juízes
2904 sentenciam os casos de tráfico sem observar as normas internacionais. Então, nós
2905 partiríamos de casos concretos e dizer: “Não, a Justiça brasileira está absorvendo ou não
2906 está processando, porque ele não conhece o Protocolo de Palermo e ele conhece o Código
2907 Penal. Então, as pessoas estão sendo absolvidas ou não estão sendo processadas porque o
2908 juiz não observa a lei”. Aí o Conselho Nacional vai dizer: “Senhor juiz, observa a lei que
2909 trata do tráfico internacional do tráfico interno de pessoas”. Nós temos essa estatística para
2910 recomendar que o juiz observe o Protocolo? A minha preocupação é essa de achar que nós
2911 vamos adentrar uma seara delicada porque o presidente, não existe uma autoridade que
2912 mande o juiz fazer uma sentença do jeito que aquela pessoa quer, o juiz é que vai decidir,
2913 ele tem independência funcional que ele não se submete, a decisão dele é objeto de recurso,
2914 quem não concordar, mas ninguém pode mandar recomendar que o juízo decida
2915 observando essa ou aquela lei. Eu acho delicada a posição.

2916
2917

2918 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
2919 **Justiça)** – Pode ter um efeito contrário.

2920
2921

2922 **A SR^a. LUCICLÉIA SOUSA E SILVA ROLLEMBERG (Coordenadora Adjunta de**
2923 **Enfrentamento ao Tráficos de Pessoas)** – Acho delicado mandar uma recomendação.

2924
2925

2926 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
2927 **Justiça)** – Eu quando comecei a falar, só um minutinho, quando eu comecei a falar sobre a
2928 situação eu coloquei que sou favorável a esse tipo de recomendação, mas também, enfim,
2929 acho que nós vamos precisar de mais discussão sobre isso. Enfim, eu me comprometo a
2930 fazer uma sugestão de texto, mas eu acho que não é exatamente isso que está em pauta, eu
2931 acho que está em pauta também a questão de mérito mesmo, mas eu acho que nós, como

2932 disse, eu gostaria de submeter essa discussão a um número maior de pessoas, a Guilhermina
2933 falou da possibilidade mesmo se colocar isso em discussão por e-mail, até a aprovação por
2934 e-mail, não vejo problema nenhum com relação a isso, mas acho de qualquer forma que nós
2935 temos que debater mais sobre isso.

2936
2937

2938 **A Sra. Livia Maria Xerez de Azevedo (RNPETP/Ceará)** - Só uma questão, sei que você
2939 quer mediar e concluir, mas falando enquanto Rede, mas como Ceará. No início dos
2940 debates sobre Fonatrap a própria sigla ficou evidente certo desconhecimento deste
2941 Colegiado que seria o Fonatrap e conseqüentemente o que seria esse trabalho, então, por
2942 que não trazer esse Fonatrap para uma das nossas reuniões para que eles possam apresentar
2943 o trabalho, que espero que eles tenham feito nesse último ano e a partir do trabalho que vão
2944 apresentar esse Colegiado delibera, inclusive eu acho que pode ser um encaminhamento
2945 bom que o Conatrap tenha uma participação ou na decisão, nas contribuições dos próximos
2946 simpósios internacionais, o último simpósio foi para o Ceará devido uma recomendação da
2947 Doutora Nilce, então, por que não colocar, unir o CJN com a Conatrap para falar, poxa,
2948 qual é a reunião que precisando de uma articulação maior da rede com Judiciário porque no
2949 Ceará transformou completamente a relação do Comitê com o TRT, que foi o grande, o
2950 ponto focal do simpósio no estado de Ceará e por que não trazer esse Fonatrap para o
2951 Conatrap para não sei, que possamos construir conjuntamente as políticas. Eu acho que será
2952 que eles não têm um documento não se recomendando ou conclamando os juizes, ou com
2953 algum ponto focal nos estados, porque eu sei que esse Fonatrap reúne juizes de cada estado,
2954 porque não compartilhar com esses juizes para que esse Comitê Nacional saiba que no
2955 estado do Ceará é o juiz Antônio, no estado do Rio Grande do Sul também, então, eu acho
2956 que é o momento de aproximar muito mais, não sei.

2957
2958

2959 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
2960 **Justiça)** – Excelente. Eu acho que pode ser uma, pode ser bem mais proveitoso do que
2961 fazer uma, mas enfim, eu acho que, sim, concordo, eu acho que isso inclusive
2962 independentemente de colocar em votação nós já escolhemos fazer as rodas de conversa
2963 aqui sobre diversos órgãos colegiados eu acho que o Fonatrap deve ser incluído nessas
2964 rodas de conversa, eu acho que isso inclusive pode até ter um efeito mais proveitoso do
2965 que, mas enfim, não quero excluir a possibilidade da recomendação, consulto só o Frans e a
2966 Guilhermina sobre o ponto de nós adiarmos essa discussão e, sobretudo, circular com os
2967 demais membros. Estão de acordo?

2968
2969

2970 **O SR. FRANS NEDERSTIGT (Consórcio Projeto Trama)** – Ok. Saiu da agenda da
2971 Comissão Permanente do Marco Legal, então.

2972
2973

2974 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
2975 **Justiça)** – Saiu da agenda da Comissão permanente do Marco Legal e está no plenário
2976 Conatrap. Sim. Ok. Adiante. Sim, também com relação ao planejamento eu estava
2977 conversando, vendo a exposição de cada uma das Comissões e vi que nós temos bastante

2978 material, a nossa ideia inicial era de fazer, fechar o planejamento, mas eu acho que nós não,
2979 primeiro não tem... Pedi aqui para a Dani para até ver se consegue compilar todas as
2980 contribuições e todas as sugestões para nós irmos socializando isso e na próxima reunião
2981 sim, aí nós vimos prontos para fechar o planejamento. E evidente nós vamos conversar isso,
2982 e se nós fizermos isso aqui provavelmente na próxima reunião terão outros a meu ver,
2983 pedindo para incluir algumas coisas que faltaram. Então, nós vamos encaminhar isso
2984 inicialmente por e-mail, mas para fechar na próxima reunião. Pode ser assim pessoal?
2985 Ótimo. Bem, nós também temos a proposta de agenda de calendário para o ano de 2016 das
2986 reuniões do Conatrap. Eu entendo e volto a dizer novamente que nós não temos quórum
2987 para deliberar, mas se nós conseguirmos pelo menos o indicativo de forma consensuada nós
2988 já começamos o próximo ano com essa proposição. Bem, eu volto a dizer que isso é um
2989 indicativo de data, às vezes nós temos alguns problemas e adiamos alguns dias, ou adiamos
2990 um mês, e às vezes mais do que isso, mas enfim, nós já estando com isso de forma bem
2991 definida, eu acho que ajuda bastante. Então, nós temos três reuniões ordinárias no ano de
2992 2016 a proposição que a Secretaria-Executiva faz junto com a SNJ é que a primeira reunião
2993 seja nos dias 6 e 7 de abril, a segunda reunião nos dias 6 e 7 de julho e a terceira reunião
2994 nos dias 26 e 27 de outubro. A ideia de puxar a última reunião para outubro é porque
2995 estaremos finalizando o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
2996 Outubro 26 e 27. Última semana de outubro, indicativo: 06 e 07 de abril; 06 e 07 de julho,
2997 26 e 27 de outubro. A ideia também de 06 e 07 de julho é que possamos mobilizar o
2998 Conatrap, todos os membros do Conatrap para semana de mobilização, que é na última
2999 semana de julho. 06 e 07 de abril, 06 e 07 de julho, 26 e 27 de outubro. Eu acho que é a
3000 segunda quinzena de julho. Semana de mobilização vai estar... E depois nós temos eleições
3001 também. A restrição... Primeiro domingo e último domingo de outubro. Pessoal, podemos
3002 aprovar como indicativo, pode ser? Ok. Aprovamos. Olha, formalmente existe, nós vamos
3003 ter um ano bem complicado com eleições e, enfim, Olimpíada. E segundo turno da eleição.
3004 É quarta e quinta, a eleição é nos domingos, primeiro domingo e último domingo, enfim,
3005 mas enfim, volto a indicativos, extraordinárias nós ficamos. Ok. Assim, eu acho que nós
3006 podemos pensar em extraordinária, mas assim, nós não colocaríamos uma previsão da
3007 extraordinária, como nós temos, a ideia foi tentar distribuir de forma equidistante, talvez
3008 seja possível até mesmo para fechamento.

3009

3010

3011 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
3012 Carnaval, então tentamos não colocar nada para fevereiro, e outra coisa, já estamos fazendo
3013 em dezembro, teria que ter um prazo razoável, já que são só três reuniões por ano, ela teria
3014 que ficar equilibrada para não acontecer, afinal, foram 7 ou 9 meses de diferença e essa 2
3015 meses de diferença, para quem tem executar os encaminhamentos isso é muito complicado.

3016

3017

3018 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
3019 **Justiça)** – Bem, ficamos então com esse encaminhamento? Então, fica como indicativo
3020 essas três datas e a sugestão da Dalila de que se faça uma extraordinária. Agora, então, as
3021 avaliações desta reunião. Vocês têm que preencher, não é isso? Se precisar um tempinho aí
3022 para preencher. Já fizeram, que alunos aplicados.

3023

3024

3025 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** –
3026 Alguém precisa de tempo ou todos fizeram? Então, vamos abrir agora para as palavras
3027 finais.

3028

3029

3030 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
3031 **Justiça)** – Bom, partimos então para as considerações finais. Alguém que queira falar e
3032 fazer as suas considerações finais, e também dizer para vocês que a empresa aqui acabou se
3033 confundindo, a empresa que presta serviços para nós se confundindo e trouxe um café hoje,
3034 embora não tivesse sido combinado. Então, eles resolveram deixar de cortesia. Presente de
3035 Natal, eu acredito que seja, porque, enfim. Então, as manifestações primeiro da Janete e
3036 depois Guilhermina.

3037

3038

3039 **A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)** – Bem, o
3040 que eu queria dizer foi sobre a fala da Graça e da Dalila. Então, eu acho assim tem horas
3041 que não tem visibilidade ainda do Conatrap. Lá em Minas Gerais, eu faço parte da Rede
3042 Estadual de Enfrentamento a Violência contra a Mulher e que compõe todos os órgãos da
3043 justiça estão ali e mais sociedade civil, e mais governo municipal, estadual e tal. Então, é
3044 uma rede bem complexa. E ali primeira vez que eu cheguei lá e que falei na rede o povo
3045 quase caiu da cadeira, ninguém sabia o que era essa rede. Então, o que eu penso? Eu penso
3046 que o Conatrap poderia fazer um ofício, uma comunicação e mandar para esses organismos
3047 dizendo que foi criado esse colegiado aqui e tal que tem representação em alguns estados e
3048 que essas pessoas poderão está levando alguma contribuição, porque nessa rede que eu
3049 participo, nós fazemos lá um mundo de coisas e nunca abordou a questão do tráfico, e
3050 quando nós formos e tiver alguma atividade, nós vamos avisar, eu acho que nós devíamos
3051 avisar aqui dessas coisas que poderiam entrar a questão do tráfico e comunicamos aqui,
3052 vocês mandam uma carta de apresentação e que nós estaríamos representando para
3053 podermos ir tomando, crescendo e tomando uma identidade fora daqui dentro do nosso
3054 colegiado, porque eu sinto essa falta. Outra coisa que eu queria sugerir é que fosse feito
3055 uma listagem dos órgãos públicos que compõem o Conatrap, inclusive com a sigla, que tem
3056 uma sigla que fala por aqui nesses documentos que eu escuto, que não sei o que é ainda.
3057 Todo organismo que compuser o Conatrap e que nós vamos trabalhar com eles, até porque
3058 para nós podermos está abordando nos estados, quando soubermos de alguma atividade,
3059 nós podemos procurar em nome do Conatrap e dizer e tal e está até passando informação
3060 para cá. Então, queria deixar essa sugestão para podermos estender mais esse nosso
3061 trabalho a não ser nas reuniões.

3062

3063

3064 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap)** – Só
3065 dizer que isso já teve um encaminhamento na reunião passada, ele só precisa sair do papel,
3066 eu peço só mais um pouco de tempo para vocês, mas tem aí também a Comissão de Marco
3067 Legal, trouxe a sugestão de nós também, além dessa carta, fazer um PowerPoint para vocês
3068 poderem levar como um documento oficial e padronizado. Então, só vem casar. Para o

3069 próximo ano nós vamos tentar fazer isso, então nem precisa encaminhar de novo, só precisa
3070 cumprir e nós vamos tirar do papel.

3071
3072

3073 **A SR^a. MARIA GUILHERMINA DA CUNHA SALASÁRIO (Conselho Nacional**
3074 **Contra a Discriminação LGBT)** – Boa-tarde todas e todos. Guilhermina, CNCD/LGBT,
3075 que significa Conselho Nacional Contra a Discriminação de Pessoas LGBT, que sejam
3076 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; aqui representando a BGLA, que é
3077 Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eu queria só
3078 agradecer a todos e todas por esses dois anos de muitas brigas, mas também muitas coisas
3079 muito boas e acho que essa parte é legal, porque se nós discutimos é porque nós temos
3080 troca, quando a pessoa fica muito quieta, ou você não discute, é porque não tem muita coisa
3081 para dizer. Então, eu acho que eu acredito que fiz uma parte do que deveria fazer aqui, a
3082 partir do dia 20, por favor, Daniela cobre o CNCD, cobre a SDH, porque na reunião do dia
3083 20 vai haver uma nova indicação, porque nós fazemos, como nós temos várias letras, essas
3084 letrinhas também circulam nos lugares. Agora é uma lésbica, pode ser um gay, ou pode ser
3085 uma trans. na próxima. Agradecer a todos vocês, foi muito bom conviver com vocês, pena
3086 que umas convivem mais e outras não, mas tem aquela coisa de afinidade, de empatia e
3087 antipatia, essa coisa toda que o ser humano é muito comum. E gostaria também de poder
3088 continuar com vocês nas redes e nas vias até para podermos saber o que se faz, o que
3089 estamos fazendo, porque eu saí do Conatrap, mas não sei do enfrentamento ao tráfico de
3090 pessoas, inclusive nós temos e quero muito vocês em Santa Catarina, porque nós não temos
3091 Comitê e não temos nada lá, estamos só eu e a Neusa, que é suplente da Rede Feminista,
3092 estamos nós duas lá brigando e estão fazendo de nós duas bolinhas de pingue-pongue,
3093 porque nós vamos na Secretaria de Justiça, a Secretaria diz que é a Secretaria de
3094 Assistência; nós vamos na Assistência, a secretária diz que é na Segurança Pública e assim
3095 nós estamos brincando e sei lá algum momento vamos precisar de vocês lá para dizer: olha,
3096 alguém tem que tomar um lugar, e não é só o Comitê, porque Comitê é algo que vai discutir
3097 leis, discutir como fazer as coisas, mas o que precisamos mais mesmo lá são os postos, que
3098 não tem nenhum posto, não tem rede e é um problema bem sério agora, porque agora a
3099 mídia está vendo que nós temos migrantes e imigrantes em Santa Catarina, antes as pessoas
3100 não viam, viam todos como turistas, agora veem que esses turistas estão ficando lá. Então, é
3101 interessante que tenhamos um maior contato com o Conatrap ou com a Justiça para
3102 podermos fazer com que as políticas públicas de enfrentamento e prevenção ao tráfico de
3103 pessoas também cheguem em Santa Catarina. No mais, obrigada e bom ano-novo, um bom
3104 Natal, boas festas para todos e todas.

3105
3106

3107 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
3108 **Justiça)** – Mais alguém?

3109
3110

3111 **A SR^a. MARIA DAS GRAÇAS SÁ GADELHA (Instituto Aliança com o Adolescente)**
3112 – Gostaria também de pedir permissão a vocês já que estamos na última reunião e nas
3113 proximidades do Natal, eu queria compartilhar com vocês uma mensagem que recebi do
3114 grupo GT/DDH, do qual faço parte, e essa mensagem me foi encaminhada pelo Jelson

3115 Oliveira, que é um filósofo, bem rápida, ela não vai ser longa, eu acho que tem tudo a ver
3116 com o que nós estamos discutindo e das esperanças que nós estamos querendo alcançar
3117 para 2016. 2015, como nenhum outro, foi um ano de crianças mortas, não só daquelas que
3118 padeceram anônimas sobre as cifras de fome de outros olhos, mas daquelas que ganharam
3119 nomes, rostos, histórias e tragédias próprias. Uma delas foi a Aylan Kurdi, os seus três anos
3120 desperdiçados na areia fria daquela praia turca despertaram o mundo por um instante, ainda
3121 que tudo pareça ter continuado como antes, epidemiologistas afirmaram que as crianças são
3122 27% dos mortos nos bombardeios na guerra de Síria, mas ninguém parece ter ouvido.
3123 Depois ouvimos falar do Erialdo, de onze anos, executado em um beco no Complexo do
3124 Alemão, no Rio de Janeiro, enquanto pronunciava as suas últimas palavras: “quero a minha
3125 mãe”, nenhuma frase na forma de um deserto seria mais contundente. Depois dele outras
3126 crianças continuaram a morrer, a mesma maternidade que não chegou a tempo do socorro
3127 no Rio de Janeiro, chorou depois a morte de Tiago, que foi levado pela lama criminosa da
3128 Barragem do Vale da Samarco, ele não foi o único, outros corpos inocentes foram
3129 sepultados pela mineradora, Ana Clara de 4 anos; Emanuelle; Mateus de 5; o pequeno Yuri
3130 de apenas 90 dias. Antes deles, no Rio Grande do Sul, as irmãs indígenas Chayanne e
3131 Thaís, de quinze e nove anos e duas primas de quatorze, tiveram a sua infância cortada por
3132 um caminhão, enquanto atravessavam o transporte para a escola, motorista fugiu sem
3133 socorro do outro lado extremo do Vale do Javari, Oeste do Amazônia, os governos fugiam
3134 das responsabilidades diante de 20 crianças indígenas de até um ano de idade que foram
3135 mortas de desnutrição, malária e hepatite, mas as suas fotos não emocionaram muita gente,
3136 afinal elas eram apenas 165 milhões de crianças desnutridas que se arrastam na paisagem
3137 do mundo com a atenção pouca de todos os sistemas. Desculpem, essa mensagem de Natal
3138 deveria ser de alegria, finalmente uma criança está nascendo em cada esquina, em cada
3139 estrada e em cada novo assentamento e com ele o menino que vem ao mundo para anunciar
3140 as suas esperanças. A mensagem deveria ser de alegria, mas não é, o Natal das luzes, do
3141 presente não pode suplantar a dor humana desses inocentes e de todos que continuam
3142 vítimas de guerra de lama, de ódio ao redor do mundo. Muitas crianças em Mariana estão
3143 fora de casa, na guerra muitas continuam órfãos, vivendo em campo de refugiados em
3144 busca de um futuro, nas nossas favelas muitas continuam morrendo na mão da polícia,
3145 nesse Natal ou a festa será de solidariedade com essas crianças, ou não será. Uma criança
3146 anônima refugiada Síria parece nos ensinar a lição, ela emocionou a polícia alemã ao
3147 desenhar seus dois mundos de um lado o terror da destruição, e do outro a esperança da
3148 paz. Inspirados dependendo da nossa religião, na fé pelo menino Jesus que chega, que está
3149 conosco, que nos apela vivamos esse Natal com solidariedade, mas uma solidariedade
3150 radical de quem escolha para a festa não o conceito abstrato, mas uma atitude concreta de
3151 apoio e de serviços para essas crianças, recuperar o pleno sentido do Natal depende disso,
3152 façamos desse Natal, o Natal de solidariedade para que ele seja também o Natal de
3153 felicidade para a celebração da esperança e não da destruição para isso só há um caminho a
3154 solidariedade, se for assim, Feliz Natal para todo mundo. (*Palmas!*).

3155

3156

3157 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
3158 **Justiça) – Mais alguém.**

3159

3160

3161 **A SRª JOSENILDA SANTOS SILVA (sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na**
3162 **Amazônia/Sodireitos)** – Eu colocava ontem e eu compartilho sempre com esse
3163 pensamento da Dalila quando ela diz: “Nós precisamos parar de ficar aqui tentando resolver
3164 as burocracias da vida e partir para a ação e ajudar”, ela dizia hoje de manhã. Nós
3165 precisamos ajudar as pessoas que estão lá sofrendo agora com diversas situações
3166 relacionadas ao tráfico de pessoas e aí fiquei pensando que acho que nós precisamos de
3167 uma resolução de Ano Novo, nós enquanto Conatrap precisamos fazer uma resolução de
3168 ano novo de que possamos passar para essa fase, que nós possamos nesse novo biênio, na
3169 verdade, não é de ano novo, mas de biênio novo que nós possamos realmente ser um pouco
3170 mais factíveis, foi a palavra mais usada que nós possamos ser mais dispostos a fazer, a
3171 pensar também, a decidir também, mas a fazer um pouco mais. Eu fiquei pensando aqui que
3172 a boate que estive na Espanha foi fechada por tráfico de pessoas, mas fiquei pensando aqui
3173 nas outras meninas, só as que conheçam, algumas que conheço que o criminoso e toda a
3174 rede criminosa que aliciou, que prendeu, que vendeu por várias vezes a Diana, por
3175 exemplo, ainda está solto, está todo mundo aí, fazendo a mesma coisa, eu pensei na
3176 Adriana também e está todo mundo bem solto fazendo a mesma coisa, que a Betânia e
3177 várias outras meninas que fazem parte de direito, e que não fazem parte de organização
3178 nenhuma, que estão invisibilizadas no meio do garimpo no Suriname, ou enfim, numa
3179 escola de futebol lá, enfim, em vários lugares e a minha pergunta para nós é o que nós
3180 vamos fazer nesse novo biênio para diminuir o sofrimento e a violação do direito dessas
3181 pessoas, dessas mulheres, dessas crianças, dessas transexuais, enfim, dessas pessoas que
3182 estão hoje agora nesse exato momento sendo aliciadas para o tráfico, que possamos levar
3183 como reflexão nesse novo biênio, conforme nós combinamos, acertamos hoje, o que vamos
3184 fazer, de que maneira nós vamos fazer e vamos passar para ação agora então.

3185

3186

3187 **A SRª. MARIA IONE VASCONCELOS MENEZES (Universidade Tiradentes/UNIT)**
3188 – Então, realmente é o momento de reflexão, eu quero dizer da importância de poder ter
3189 aprendido com vocês, nós estarmos juntos, penso que agora nesse novo biênio vai ser muito
3190 mais desafiante e no mês de abril, nós possamos chegar aqui já renovados, com as baterias
3191 recarregadas e aproveite o desejo a cada um de vocês, as famílias um Natal de muita paz, o
3192 cenário não é nada bom, mas eu penso que nós vamos precisar ainda mais, fortalecer
3193 também a nossa espiritualidade na certeza de que o Cara lá de cima vai continuar
3194 derramando as bênçãos que nós precisamos, merecemos, enfim que consigamos superar
3195 tudo isso.

3196

3197

3198 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
3199 **Justiça)** – Obrigada. Cida.

3200

3201

3202 **A SRª. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA (Davida – Proteção, Direitos Civis**
3203 **e Saúde Integral)** – Eu queria agradecer aqui a Mesa por mais essa oportunidade, que fica
3204 assim difícil para nós o Movimento de Prostitutas, às vezes, muito discriminadas pela
3205 sociedade que mantém esse tipo de trabalho. Então, assim agradecer a Mesa e,
3206 principalmente por ter voz, entendimento e o diálogo de explicação dessa questão como que

3207 é essa realidade. Então, o conhecimento, a capacitação é muito importante. Então, que o
3208 biênio da vida possa trazer mais contribuição e que nós vamos fazer o melhor possível de
3209 tudo aqui. Obrigada às colegas, companheiras também, que nós fizemos muita amizade
3210 aqui, umas vão e outras vêm, e é assim, infelizmente. Obrigada.

3211
3212

3213 **A SR^a. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA (Rede de Núcleo de**
3214 **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e de Postos de Atendimento Humanizado ao**
3215 **Migrante/RNPETP)** – Eu só quero agradecer mais uma vez esse dia de trabalho nosso,
3216 esses dois dias aqui, que é muito importante essa troca de experiência, não só aqui onde
3217 ficamos, mas continuamos no almoço, às vezes, continuamos também no jantar e é muito
3218 importante. Agradecer a CNJ por estar dando toda essa oportunidade a todos nós e todos
3219 aqueles que fazem parte também dessa rede. Eu recebi uma mensagem aqui e acho assim
3220 que é muito gratificante podermos terminar o dia com a consciência leve, com o coração
3221 tranquilo, sabendo que embora os nossos cansaços e lutas invisíveis que poucos sabem,
3222 plantamos uma boa semente e fizemos o bem a alguém, e exercemos o amor e a gratidão
3223 também. E a vida é um constante recomeço, não se der por derrotado e siga adiante. As
3224 pedras que hoje atrapalham a sua caminhada, amanhã enfeitaram a sua estrada e é esse o
3225 nosso trabalho, o nosso trabalho é dê formiguinha, nós vamos cada vez mais, a cada dia
3226 com a equipe que nós temos e cada vez mais nós vamos trabalhando e procurando
3227 parceiros, e nós temos mais é que se unir mesmo, e aqueles que saem que continuem na
3228 rede conosco também, porque vai participar e continuar dando contribuições. Nós criamos
3229 na rede de enfrentamento ao tráfico que nós temos um grupo de WhatsApp, mas aqueles
3230 que vão já entram em um grupo Vip para que nós não deixemos que as pessoas que
3231 participaram das nossas discussões continuem conosco sempre, aqui nós somos e eu
3232 entendo assim como sermos uma família e é para isso que estamos aqui, é a causa não
3233 importa o que cada um queira através, porque muitos, às vezes, fazem a coisa por política,
3234 ou por outra coisa, mas para mim o que importa é a vítima, é a ponta, é aquela pessoa que
3235 precisa e para mim é muito gratificante ajudar, quando eu posso ajudar alguém, tirada de
3236 uma situação de tráfico e saber que agora nós criamos junto com a OEM um projeto como
3237 se fosse com a reconstrução de vida daquela vítima. Então, tem projetos que a OEM pode
3238 estar colocando a vítima nesses projetos e fazendo essa nova reconstrução da vida dessa
3239 vítima. Então, para isso eu acho que não tem coisa melhor e é isso que é o espírito do Natal
3240 ajudar as pessoas sem ter nenhum interesse e nem saber a quem, e agradeço a vocês todos
3241 mesmo até por estar aqui, mesmo assim um pouco demente, mas é um prazer realmente ter
3242 vindo aqui, estar aqui com todos vocês, eu acredito que essa Rede de Núcleos e Postos cada
3243 vez mais que estamos na ponta e ter o apoio de todos que fazem a Rede de Enfrentamento
3244 ao Tráfico de Pessoas. Muito obrigado a todos e feliz natal.

3245
3246

3247 **A SR^a. NILCE CUNHA RODRIGUES (Procuradoria Federal dos Direitos do**
3248 **Cidadão/MPF)** – Bom, como nós estamos nessa época que todos ficam mais sensibilizados
3249 e não pode realmente deixar de registrar o que passamos o ano inteiro, e aqui eu quero só
3250 fazer o meu registro é agradecer também a oportunidade de compartilhar com todos vocês a
3251 convivência de conhecê-las, de ver diversidade, aprender um pouco mais e espero que nós
3252 nesses dois anos que temos aí pela frente, dois anos, um ano do plano, que nós possamos

3253 continuar a somar e trazer nossas experiências, nossos saberes para compartilhar e tentar
3254 construir realmente esse ponto, que eu acho que aqui no Conatrap é isso que estamos
3255 tentando construir uma ponte bem fortalecida para poder criar no país um ambiente de
3256 realmente reconhecer os direitos humanos dessas populações que são mais atingidas por
3257 esse crime hediondo, e que é uma parceria, é um aprendizado dia a dia que compartilhamos
3258 e que faz com que cada um de nós cresça um pouco como pessoa e como profissional.
3259 Então, é muito gratificante participar aqui esse tempo todo que tenho participado com vocês
3260 da equipe e com os colegas do Comitê, do GI, é sempre renovando o aprendendo. Então,
3261 muito obrigado pelo acolhimento, por todo o trabalho que vocês desenvolvem e que temos
3262 que reconhecer que vocês são dez. Feliz Natal para todos e que o ano que se aproxima seja
3263 muito melhor, e muito mais proveitoso, e que nós já temos um alicerce mais sólido para
3264 enfrentarmos esse crime, que é realmente para ser reconhecido como lesa humanidade,
3265 porque é uma das violências mais graves contra os direitos humanos.

3266
3267

3268 **A SR^a. JANETE MAZIEIRO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)** – Eu quero
3269 dizer a todos e todas que é muita alegria fazer desse grupo de pessoas tão comprometidas e
3270 tão envolvidas com a questão alheia que eu sei que a grande maioria aqui é voluntário, e é
3271 um trabalho que fazemos com carinho e com amor e eu estou aprendendo com vocês e vou
3272 levar com todo amor, e todo empenho tudo que nós falamos aqui vou tentar levar nos
3273 lugares que eu estiver participando, porque é assim que nós vamos vencer, somando com
3274 outras pessoas, com outros espaços levando, a nossa contribuição. E dizer que eu estou
3275 bastante preocupada com a situação do nosso País, e para mim está me entristecendo muito
3276 ver um país bonito como esse nosso com tanta ruim acontecendo, tanta coisa puxando para
3277 baixo, tanta, coisa puxando, esse desvio enorme, essa coisa que não temos nem noção, o
3278 que vale isso? E as coisas acontecendo tão mal dentro do País. Então, nós temos que unir e
3279 ter uma força, fortificar, fortalecer qual o caminho certo para estarmos somando e
3280 ajudando, desejar que ano que vem seja um ano melhor e que Deus abençoe que tudo seja
3281 resolvido na paz e na melhor maneira possível para todos os brasileiros e brasileiras, e que
3282 o ano que vem estejamos aqui com muita força e muita unidade. Agradecer a Dani e dizer
3283 para a Dani que é uma pessoa tão objetiva, tão carinhosa com nossas coisas, responde tudo
3284 a contento, toda a hora e todo tempo. E ao Davi também que é companheiro de grupo lá, as
3285 meninas, e dizer que estou muito feliz e Feliz Natal para todo mundo, que Deus nos
3286 abençoe.

3287
3288

3289 **A SR^a. DALILA FIGUEIREDO (Asbrad)** – Bom, eu faço parte de grupo das avós, que
3290 tem esse grupo, quem é avó aqui levante a mão? Um pouco de sabedoria, nós vamos
3291 agregando e isso é muito legal, e um pouco de tolerância e bastante humildade, eu aprendo
3292 muito nesse coletivo, mas quero lembrar nesse momento de todas as mulheres mulas que eu
3293 visitei nos centros de detenção a partir da parceria com a Secretaria de Políticas para as
3294 Mulheres, é uma situação que em algum momento esse coletivo vai ter que discutir a
3295 ligação que existe a mulheres mulas, que são vítimas do tráfico de pessoas. O que os juízes
3296 federais pedem é conceituação, não por acaso as mulheres vítimas do tráfico muitas vezes
3297 são obrigadas a traficar drogas para se livrar de organizações criminosas e até de
3298 preservação de sua própria vida ou da sua família. Eu tenho colhido depoimentos muito

3299 fortes, eu tenho lutado bastante, há anos eu falo a mesma coisa, mas a minha esperança
3300 reside aqui nesse coletivo, em algum momento nós vamos conseguir essa conceituação que
3301 os juízes federais pedem, em algum momento nós vamos conseguir enxergar em uma mula
3302 vítima do tráfico de pessoas uma pessoa que teve os seus direitos violados. Eu quero
3303 agradecer muito todo o aprendizado, estou feliz por continuar, estou feliz com as avós,
3304 estou feliz com os jovens e estou triste, mas feliz porque vou visitar a Heloísa no Uruguai.
3305 E desejar a todos um Natal feliz, um ano novo bacana e ele é bacana na medida em que nós
3306 podemos ficar um pouco contentes com a família, mas sempre pensando em alguém que
3307 não tem uma família, que é muito o que a Graça disse, e a primeira vez que eu li que pela
3308 minha família, simplesmente responderam assim: ótimo quer acabar com o Natal de todo
3309 mundo. Então, a verdade ela dói e é bom que doa porque o pior cenário é perder a
3310 capacidade de se indignar e graças a Deus nós mantemos essa capacidade. Feliz ano-novo.
3311 Tudo de bom.

3312

3313

3314 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
3315 **Justiça) – Bom. Helô.**

3316

3317

3318 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**
3319 Bom, Dalila colocou espero a visita de todos no Uruguai, eu estou me desligando da
3320 Coordenação de Enfrentamento Ao Tráfico de Pessoas a partir do início de janeiro, estou
3321 me mudando e queria aproveitar também para agradecer ao Conatrap assim, tudo que
3322 aprendi, respeito demais desde o início a sociedade civil, eu vim da sociedade civil,
3323 aprendi, muita coisa que eu sei e comecei a trabalhar com direitos humanos na sociedade
3324 civil, tenho plena consciência mesmo da bagagem do que vocês enquanto organização da
3325 sociedade civil conseguem fazer que muitas vezes o estado não consegue. Deixo o meu
3326 muito obrigada a tudo que consegui aprender com vocês e gostei muito do que a Josenilda
3327 falou de pensar mesmo como falou de votos de um biênio novo, e aí eu Heloísa, agora me
3328 desligando e vendo assim, acompanhando esses 2 anos do Conatrap, o meu voto de biênio
3329 novo, tendo em vista que nós temos tanta gente qualificada nesse coletivo, e estou falando
3330 de sociedade civil e de Governo, eu queria deixar mesmo o pedido de um trabalho solidário
3331 e fraterno e não um racha entre sociedade civil e Governo que nós vemos em tantos
3332 coletivos. Todo mundo aqui quer o mesmo objetivo, não tenho certeza e falo muito pela
3333 CNJ, sou apaixonada pelo trabalho, sou apaixonada pelas pessoas que estão, eu confio, e
3334 tenho certeza do que é a CNJ, não posso falar dos outros órgãos que estão aqui no Governo,
3335 mas acredito que também que conhecendo as pessoas quer a mesma coisa, óbvio que
3336 enquanto governo temos limitações, mas vamos ter sempre em vista e em mente de tentar
3337 superar isso, não que crie mais resistências e embates. Eu acho que isso ficou muito
3338 perceptível da última reunião para cá, não sei o foi marco da finalização do Regimento
3339 Interno ou se foi alguma quebra de defesa, mas para mim, assim, houve um avanço muito
3340 grande. E quando a Estela fala de ficar sentado pensando o processo de construção também
3341 das ações propostas para a conferência de assistência social, foi um trabalho muito de
3342 parceria, que nós estivemos presentes. Então, eu acho que é possível, eu acho que quando
3343 tiver alguma dificuldade, algum embate, chama no canto, vamos conversar, tentar superar
3344 porque é difícil sim o coletivo desse, é difícil democracia, mas é porque o fato de ser tentar

3345 se colocar no lugar do outro e aí sim fazer essa negociação funcionar e falo também do
3346 outro lado, nós tentarmos entender as colocações e vez de tencionar vamos colocar no
3347 cantinho e tentar resolver. Eu acho que esse é o meu de biênio novo que eu gostaria, e falo
3348 muito tranquila, de coração aberto porque tenho certeza absoluta que aqui todo mundo quer
3349 a mesma coisa. Nesse processo também de agradecer e desse voto de biênio novo, queria
3350 parabenizar muito a Dani, como ela conduz isso aqui, na coordenação fica muito...

3351

3352

3353 *(Palmas!)*

3354

3355

3356 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**
3357 Porque isso é um trabalho muito dedicado dela, assim, aproveitem isso, vamos aproveitar
3358 isso que tem a Dani, que tem pessoas dispostas mesmo de coração muito aberto e vamos
3359 fazer esse coletivo ficar bem bacana. E aproveitando o agradecimento a vocês, eu não posso
3360 deixar óbvio de agradecer a CNJ da época do Paulo quando recebi o convite para vir para
3361 cá, mesmo do secretário Beto que não pestanejou em me manter também, eu agradeço a
3362 eles. Ao Davi que fiquei muito feliz quando ele assumiu assim, a Fernanda tinha aquele
3363 lugar deles, mas o Davi veio e substituiu, é uma pessoa incrível, estou muito feliz que tenha
3364 ficado. A equipe da CTP não existe, falar que é dez pensamos, assim, somos tão poucas, e
3365 se fôssemos mais nós íamos dominar o mundo, o Ministério ia ser pequeno nós íamos
3366 invadir todas as pautas, não tenho que o Ministério ai ter problema conosco. Agradecer a
3367 Cléa, a generosidade de estar na coordenação desde 2012, quando cheguei, foi muito na
3368 parceria mesmo. Então, e deixo a coordenação com a Cléa e a Dani muito tranquila, e que
3369 tudo vai continuar muito bem, eu que vou que sofrer com muita saudade. E vou casar,
3370 gente.

3371

3372

3373 *(Palmas!)*

3374

3375

3376 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**
3377 Deixar o agradecimento especial para a Rede Núcleos e Postos que passei em política no
3378 Ministério da Justiça com penas alternativas, na segurança pública, mas iguais a nossa Rede
3379 Núcleos e Postos não existe, vamos utilizar e fortalecer, porque mesmo com vários gargalos
3380 não tem nada igual. A rede precisa do apoio desse Comitê e acho que o Comitê pode ganhar
3381 muito também se escutar essas mulheres, a maioria são mulheres, e esses rapazes da rede.
3382 Muito obrigada. E é isso gente, querendo me visitar no Uruguai as portas estão abertas.

3383

3384

3385 **A SR^a. MARIA IONE VASCONCELOS MENEZES (Universidade Tiradentes/UNIT)**
3386 – Não quero nem imaginar como você não esteja, muita mudança de uma só vez, é
3387 casamento, mudança para outro País, é a questão de emprego, mas assim, eu acho que esse
3388 coletivo todo lhe deseja toda a felicidade do mundo, deu para conhecer um pouco e
3389 perceber o grande ser humano que você é. Então, seja muito feliz que o nosso senhor possa
3390 estar te iluminando em todos os momentos de sua vida e vamos ficar na torcida aqui.

3391

3392

3393 **A Sra. Heloísa Greco (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/SNJ) –**
3394 Falei das meninas, mas queria deixar o agradecimento gigante, que tem o resto da equipe
3395 também que compõe, que elas não ficam sentadas à mesa, que fazem toda a reunião e todo
3396 o trabalho da coordenação acontecer. Eu não viveria sem vocês, sem a Marina, sem a
3397 Helen, sem a Ana clara, sem o Johnny, sem a Natasha, sem a Selva que ficou na
3398 coordenação, que seria impossível viver mesmo aquela coordenação sem vocês. Não falo só
3399 do trabalho não, falo da alegria mesmo e da energia mesmo que vocês passam. Obrigada
3400 gente.

3401

3402

3403 **A SR^a. DANIELLE DE SOUZA GALDINO (Secretária-Executiva do Conatrap) –**
3404 Falar bem rapidinho, estou no processo de emoção, assim, final de ano eu fico tão emotiva,
3405 sou muito reflexiva, tanto estou aberta para a raiva como para a lágrima, então, é melhor
3406 evitar, a equipe que o diga. Então, segredo de bastidores, mas assim só agradeço ao
3407 Conatrap há um ano e meio, cheguei em junho do ano passado, não conhecia, não sabia
3408 nada sobre tráfico de pessoa e cada vez mais eu percebo que tenho muito ainda a aprender,
3409 mas acima de tudo eu quero agradecer pela paciência que vocês tiveram e têm com o meu
3410 próprio processo de amadurecimento, porque eu não tinha experiência de lidar com Comitê
3411 tão grande e com tema tão complexo. Então, agradecer dizer que esse espaço é um espaço
3412 também de aprendizado também para escutar, porque você é obrigada a ouvir, pode não
3413 concordar, mas tem que escutar. Então, em muitos momentos o Comitê, fiquei com raiva de
3414 muitas coisas, como vocês também, em alguns momentos eu tive vontade de desistir desse
3415 Colegiado no sentido de achar não estava preparada para ele, de fato não estava, estou me
3416 preparando a cada passo, e agradecer exatamente por isso, porque nós, cada um aqui está
3417 crescendo nesse Colegiado junto com ela, e tem uma coisa que para mim é muito forte, eu
3418 acredito no Conatrap, por mais que às vezes achamos que somos imaturos, mas ainda tem
3419 muito a crescer, a amadurecer conceitualmente e politicamente enquanto Colegiado, mas
3420 tem uma certeza que eu tenho, esse Colegiado aqui tem futuro, ele tem presente e tem
3421 futuro também. Então, obrigada a vocês e feliz Natal e feliz ano-novo.

3422

3423

3424 **O SR. DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES (Diretor do Departamento de**
3425 **Justiça) –** Bem antes de encerrar eu queria agradecer essas duas reuniões que eu participei
3426 aqui com vocês, foi um grande prazer aprender com todos, assim, eu acho que sou uma
3427 pessoa bem observadora e isso me ajuda muito a entender algumas coisas. Quer dizer tem o
3428 lugar da coordenação, e tem o lugar de uma atuação e nós percebemos, é tão importante
3429 aproveitar assim dessa força, dessa vontade de fazer as coisas acontecerem no exato
3430 momento, mas nós temos que ter certa ideia de coordenação, de coordenar esforços, mas,
3431 sobretudo, assim, ter também esse dinamismo e essa vontade que os representantes da
3432 sociedade civil nos passam. E ter, conseguir mediar tudo isso para conseguir fazer dessa
3433 vontade uma ação efetiva que seja para um grande número de pessoas, que não seja para
3434 um número reduzido de pessoas, efetivamente nas entidades que cada um participa
3435 consegue fazer a diferença para cada pessoa, para cada vida, para cada família. Aqui nós
3436 não enxergamos exatamente isso de onde está daqui de Brasília, mas nós começamos a

3437 enxergar e enxergamos isso aqui no Conatrap, isso é muito importante, essa mistura embora
3438 às vezes como a Dani disse, embora algumas vezes não consigamos entender
3439 imediatamente, nós conseguimos perceber e conseguimos fazer com que isso mude a
3440 política pública, que isso mude a nossa decisão, a decisão administrativa e mude o nosso
3441 trabalho, sobretudo, mude o nosso planejamento. Então, esse agradecimento é para todos,
3442 para todos os integrantes do Conatrap e essa equipe maravilhosa que tem a cara da Helô,
3443 com certeza tem, mas que fica muito, extremamente muito representada com o trabalho da
3444 Dani, com esse conhecimento que ela adquiriu tão rápido e assim, essa presteza. Nós vimos
3445 para essas reuniões de forma bem tranquila mesmo, porque vem muito preparado, vem
3446 muito bem assessorado. E com relação aos votos deste ano novo, eu espero que realmente
3447 ele seja novo porque parece que esse ano não vai terminar, então, nós esperamos que o ano
3448 seja novo, um ano de novas ideias, de novos sentimentos, sei lá, de novos pensamentos, de
3449 novas falas, de novos... De ouvir mais, de ouvir, de novo e de ouvir de novo. Eu realmente
3450 acredito que nós venhamos com dois ouvidos para ouvir muito mais do que falar. É isso.
3451 Agradecer a todos e desejar a todos nós um ano novo.

3452

3453

3454 *(Palmas!)*.

3455

3456

3457 **A SR^a. JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA (Rede de Núcleo de**
3458 **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e de Postos de Atendimento Humanizado ao**
3459 **Migrante/RNPETP)** – Esqueci de agradecer todo pessoal que está aqui, vocês também, a
3460 Natasha, e todos que fazem a SNJ e até porque tem um diferencial, todas as vezes que nós
3461 precisamos, que ligamos, temos uma resposta imediata, pelo menos comigo tem sido assim.
3462 Eu agradeço a vocês mesmos porque eu sei que muitas vezes vocês estão em situação de
3463 trabalho escravo, *(Risos!)*. Mas todas às vezes tentam resolver todos os nossos problemas e
3464 urgentes, porque a vítima ela precisa de urgência, não pode esperar. É isso, só lamento,
3465 Helô, mas sei que a equipe, cada um aqui sai nós sentimos, mas você vai entrar no nosso
3466 grupo Vip.